

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo organizador da obra e pelo editor da Alexa Cultural Ltda ME para disponibilizar o livro *Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental*, gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data.

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Referência

GHIRALDELLI, Reginaldo; YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia**: uma perspectiva intercontinental. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021. 246 p., il.

Reginaldo Ghiraldelli e Silvia Cristina Yannoulas
Organizadores

POLÍTICA SOCIAL, DESIGUALDADES E MUNDIALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

uma perspectiva intercontinental



ALEXA
CULTURAL


CAPES


UnB

**Política Social, Desigualdades e
Mundialização no contexto da
pandemia:
uma perspectiva intercontinental**

Apoio:



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP- São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Reginaldo Ghiraldelli
Silvia Cristina Yannoulas
Organizadores

**Política Social, Desigualdades e
Mundialização no contexto da
pandemia:
uma perspectiva intercontinental**

ALEXA

Embu das Artes - SP
2021

© by Alexa Cultura

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Reginaldo Ghiraldelli e Sílvia Cristina Yannoulas

Revisão de língua

Marisa de Lucca

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental / Organizadores Reginaldo Ghiraldelli, Sílvia Cristina Yannoulas. – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021.

246 p. : il. ; 14 x 21 cm
nclui bibliografia

ISBN 978-65-89677-72-7

1. Ciências sociais. 2. Políticas sociais. 3. Pandemia. I. Ghiraldelli, Reginaldo. II. Yannoulas, Sílvia Cristina.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

Ciências Sociais

Políticas Sociais

Pandemia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256

Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140

alex@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

www.alexaloja.com

PREFÁCIO

Prefaciara coletânea oriunda do Programa Capes PrINT do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), derivada do plano de trabalho aprovado pelo Comitê Gestor do Programa na UnB intitulado “***Política Social, Desigualdades e Mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental***”, representa uma oportunidade ímpar de registrarmos a construção deste programa dentro da Universidade de Brasília e a interação entre os diferentes programas de Pós-Graduação no contexto da internacionalização na UnB.

O programa PrINT surgiu a partir do lançamento do edital CAPES de número n.º 41/2017, que objetivava selecionar Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa para o fomento de planos estratégicos de internacionalização, com o intuito de estimular a formação de redes de pesquisas internacionais e de aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculada à Pós-Graduação. Tratava-se de um formato novo visando a geração de temas de pesquisa que congregassem diferentes programas de Pós-Graduação e que trabalhassem na interface de forma inter e multi-institucional. O resultado esperado deverá refletir uma transformação das instituições participantes em um ambiente internacional. Isto representa ações de internacionalização fora e dentro de casa, tais como a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* com cooperação internacional.

Após o lançamento do edital, o Decanato de Pós-Graduação (DPG) da Universidade de Brasília, ainda na gestão da Professora Dra. Helena Shimizu, em conjunto com o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), sob a gestão da Professora Dra. Maria Emília Teles Walter, reuniu a coordenação dos trinta programas de Pós-Graduação da UnB com notas nos estratos 5, 6 e 7, das três grandes áreas de conhecimento, com o intuito de se mapear os grandes temas de pesquisa da UnB através de grandes eixos.

Inicialmente, foram criados três grandes grupos de trabalho representados pelos(as) coordenadores(as) ou representantes de cada uma das grandes áreas de conhecimento. Efetuou-se um mapeamento dos temas de pesquisa desenvolvidos com cooperação internacional em cada programa de Pós-Graduação. Foram consideradas as cooperações a partir de projetos de pesquisa, publicações conjuntas e parcerias registradas por meio de visitas em laboratórios ou para ministrar disciplinas dentro dos programas de Pós-Graduação da UnB.

A Biblioteca Central da UnB efetuou um levantamento extenso das publicações dos docentes e do mapeamento de indicadores utilizando as bases de dados *Scopus* e *Web of Science*. Os resultados foram surpreendentes: à época da elaboração do projeto, 20% dos docentes eram bolsistas de produtividade do CNPq. O banco de dados gerado apontou um cômputo de 15.578 publicações em periódicos qualificados - mais da metade internacionais (54%) e quase um terço (28%) nos estratos superiores do Qualis/CAPES (A1 e A2), considerando as bases *Scopus*, *Web of Science* e *Scielo* referentes ao quadriênio de 2013-2016. Os dados do *SciVal* (base *Scopus*) indicavam uma produção científica (*Scholarly Output*) crescente, com um aumento de quase 20% no período e um impacto normalizado por citação (*Field-Weighted Citation Impact*) que passou de 0,75 em 2013 para 1,45 em 2016. Ou seja, um aumento de quase 100%.

O levantamento efetuado pela Diretoria de Pesquisa do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) em conjunto com o Decanato de Pós-Graduação (DPG) permitiu o mapeamento das colaborações externas na pesquisa para o projeto PrINT-UnB. O avanço das colaborações internacionais no período 2013-2016 indicava que a UnB avançara de 26% de colaborações para 31,4% sobre o total de pesquisas, sendo que as colaborações internacionais totalizavam 28,6%. Em suma, os dados mostram como a parceria internacional tem um impacto de citações, principalmente, quando também em algumas áreas trabalha-se na interface com a indústria. Por outro lado, observou-se como esta métrica não deve ser utilizada como indicador da qualidade da produção acadêmica na área das ciências humanas e sociais, pois não reflete os critérios de excelência.

Um detalhamento destes dados (entre 2012 e 2017) indica que as publicações resultantes de colaborações internacionais registravam um total de 26.428 citações (média de 10 por publicação), enquanto as nacionais têm 14.617 citações (média de 4,8 por publicação). Evi-

dencia-se, assim, que a influência da internacionalização tem grande impacto na produção.

Outro resultado importante foi o mapeamento das instituições com que a UnB coopera e dos grupos de pesquisa. A UnB realizou colaborações com 2.117 instituições, da Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul, além de Oriente Médio e África, além de possuir 500 grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq - parte dos quais com participação de pesquisadores internacionais. Cerca de 60% dos docentes da Universidade integram projetos de pesquisa vinculados a esses grupos.

Em paralelo, foi construído o primeiro Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (2018-2022), um dos requisitos do edital sob a coordenação do Vice-Reitor da UnB, Professor Dr. Enrique Huelva, aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em abril de 2018. No documento destacam-se diretrizes, objetivos e prazos que deverão ser cumpridos até 2022, mostrando a importância da Universidade de Brasília com um polo acadêmico que catalisa a internacionalização dentro do Distrito Federal e no Centro-Oeste. Além da experiência de vários docentes no exterior, soma-se um percentual de docentes, pesquisadores e discentes de diferentes nacionalidades dentro da UnB, projetos em parcerias com organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e, ainda, a presença das embaixadas.

Em posse dos indicadores de produção, dos documentos de áreas dos programas de Pós-Graduação e do *Currículo Lattes* dos pesquisadores, observou-se que as ações de internacionalização são mais expressivas “fora de casa”, através, principalmente, da mobilidade discente e docente para o exterior. Dentro “de casa”, a UnB ainda não possui um ambiente “internacionalizado” expressivo e diversificado. O fato é que tanto dentro e fora de casa, as ações de mobilidade são reflexos dos programas internacionais para a Graduação e a Pós-Graduação como, por exemplo, PEC-G e PEC-PG. Os dados indicavam uma predominância de estudantes oriundos da América e da Europa, que decaiu em função do término do programa do governo federal Ciência sem Fronteiras (CsF) em 2014. Porém, a UnB tem empreendido esforços para receber alunos internacionais em sua estrutura, e na Pós-Graduação o número de estudantes demonstra uma estabilidade relativa que foi ampliada com o Programa do Grupo de Cooperação Internacional das Universidades Brasileiras,

em parceria com a OEA e, mais recentemente, a AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevidéu).

A Missão da UnB de “*ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs éticos, qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência*”, bem como a visão de “*ser referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, com inserção local, regional e internacional, inovadora, inclusiva, transparente e democrática, com gestão eficaz e qualidade de vida*”, foram os pilares institucionais de construção do Plano de Internacionalização e do Projeto de Internacionalização PrINT submetido para a CAPES.

Dentre os pontos fortes que justificavam a submissão do Projeto, foram elencados a posição da UnB na capital do Brasil, as políticas de internacionalização informadas no Plano aprovado pelo CEPE e os indicadores científicos citados acima, que apontam um corpo diversificado e de alto nível acadêmico. Dentre as fragilidades, observou-se que era e é necessário reforçar a difusão das línguas internacionais entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos para se avançar no processo de internacionalização da UnB. As instalações de acomodação/moradia para pesquisadores (docentes e discentes) internacionais em visita à UnB ainda eram insuficientes frente à demanda, e/ou não atendiam aos padrões internacionais, exigindo investimentos de curto e médio prazo para apoiar a política de internacionalização da Instituição.

Esses pontos, bem como a atenção para os acordos de cotutelas e cursos de dupla e tripla titulação estão sendo simplificados através de esforços institucionais. Com a pandemia da COVID-19, as questões de espaços virtuais adequados à colaboração internacional foram otimizadas e foram peças-chave para a continuidade das colaborações científicas neste momento tão crítico. Por fim, esforços em termos de mapeamento de informações sobre a pesquisa e a inovação na UnB têm sido empreendidos pela DIRPE/DPI e informações consistentes de grupos de pesquisa, com colaborações internacionais, consolidadas para o avanço da internacionalização.

Para o mapeamento dos temas-chave, foi discutida a vocação da UnB com todo o grupo de coordenadores(as), ou seja, “**de ser uma universidade completa**”, como preconizava Darcy Ribeiro,

com excelência em pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, favorecendo-se a internacionalização. Os resultados deixaram claro que política de pesquisa da UnB privilegiava temas transversais, multi e interdisciplinares para o enfrentamento dos complexos contemporâneos, relacionados aos desafios de melhoria da qualidade de vida, equilíbrio ambiental e desenvolvimento sustentável e socialmente justo, em escalas local e global.

Com esta assertiva, elaborou-se a meta central do projeto PrINT-UnB, ou seja, *“as transformações no Planeta Terra que vêm ocorrendo de forma constante e rápida, em diferentes dimensões - geológica, ecológica, sociocultural, política e econômica. Parte dessas transformações é geradora de crises (desastres ambientais, epidemias, aprofundamento das desigualdades, fome e intolerância etc.) e exigem a formulação de respostas inovadoras (teóricas e práticas), que devem considerar os desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade, presentes e futuros, da vida na Terra”*. Foram estabelecidos seis temas prioritários em face dessa problemática, organizados em dois grandes eixos, a saber:

Eixo I – Transformações em curso, focalizando pesquisas dedicadas à compreensão das transformações naturais e humanas no planeta, englobando três temas prioritários: **1. Dinâmicas naturais e antrópicas sobre o planeta; 2. Desigualdade, globalização e seus efeitos sobre a sociedade contemporânea; 3. Vida e saúde em um mundo em transformação;**

Eixo II – Transformações necessárias, baseadas em ciência, tecnologia e práticas sociais para responder aos desafios do desenvolvimento e da sustentabilidade, englobando os outros três temas prioritários: **4. C&T para o desenvolvimento e a sustentabilidade; 5. Diversidade, práticas sociais e a afirmação de direitos; e 6. Questões urbanas contemporâneas: dinâmicas sociais, desenvolvimento e inovação.**

Para avançarmos na concepção do projeto, várias perguntas norteadoras foram elaboradas para definição de ações e estratégias em cada tema denominado de prioritário. São elas:

“Como compreender a complexidade das transformações que ocorrem no planeta, em diferentes escalas de tempo e espaço?

Como verificar as interações entre essas diferentes dimensões (geológica, ecológica, sociocultural etc.) e seus efeitos?

Como identificar os riscos e impactos associados a essas transformações para a vida na Terra?

Como promover as mudanças necessárias para garantir a continuidade da vida (humana, animal e vegetal)?

Como desenvolver ciência, tecnologia e práticas sociais que contribuam para a superação de desafios em curso na sociedade e no meio ambiente, associadas às transformações?”

Dentro dos dois eixos prioritários, foram integrados os programas de Pós-Graduação, além de se mapear os países com processos de internacionalização em curso. No Eixo I, intitulado **Transformações em Curso**, e no Eixo II **Transformações Necessárias**, foram indicados subtemas de pesquisa robustos e consolidados dentro dos Programas de Pós-Graduação. Ao todo, temos 7 subtemas para o Eixo I e 8 para o Eixo II.

Após a submissão das propostas do Programa PrINT, um Comitê de Avaliação composto por membros brasileiros e de outros países fez a análise e avaliação de 109 propostas, aprovando, inicialmente, 25 propostas e, após a fase de recursos, foram aprovados 36 projetos institucionais. Atualmente, a vigência do CAPES-PrINT está projetada para o período de 5 anos, de 2018 a 2023 (um ano a mais do que o originalmente planejado). O valor total do projeto aprovado para a UnB, logo na primeira avaliação, foi de **R\$ 34.190.439,79**.

A CAPES iniciou a implementação das propostas aprovadas a partir da assinatura do termo de outorga e indicou janelas para indicação de bolsas em 2019. A Universidade de Brasília trabalhou com a indicação de 18 projetos consolidados que comprovavam a internacionalização e com projetos não consolidados representados pelos temas denominados prioritários. Os recursos foram divididos por temas, em função do número de programas e países. O valor previsto para 2019 foi de **R\$ 12.619.259,26** - porém, com o contingenciamento de **R\$ 3.785.777,78**, transferidos para 2023; o valor disponibilizado de **R\$ 8.833.481,48** foi destinado a bolsas de pesquisa por meio de 56 planos de trabalho de 29 programas de Pós-Graduação, submetidos dentro do primeiro edital interno do Capes PrINT-UnB (Edital DPG 02/2019). Cada plano de trabalho poderia solicitar R\$ 420.000,00 em bolsas na CAPES e R\$ 33.000,00 em missões de trabalho, a partir de recursos destinados ao DPG como custeio.

Nesta primeira fase, foram implementadas um total geral de 247 bolsas de várias modalidades para diversos países. Infelizmente

te, a pandemia da COVID-19 impactou a implementação de bolsas para 2020. Como previsto no edital, o programa será avaliado ao final de 24 meses para ser renovado e, posteriormente, para continuidade dos programas de internacionalização nas instituições contempladas. Entre as modalidades contempladas, destaco: capacitação e doutorado sanduíche (para pós-graduandos); pós-doutorado (para pesquisadores externos à UnB); professor visitante (para pesquisadores com vínculo com instituição estrangeira); professor visitante júnior e sênior (para docentes da UnB). As bolsas envolveram diversos países, como África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. As missões de trabalho contemplaram 38 docentes da Universidade.

O Plano de Trabalho exitoso do PPGPS/UnB foi um dos aprovados dentro do primeiro edital interno do Capes PrINT-UnB (Edital DPG 02/2019) pelo Comitê Gestor Nacional, dentro do tema prioritário número 2, intitulado “**Desigualdade, globalização e seus efeitos sobre a sociedade contemporânea**”.

Os resultados obtidos dentro das atividades descritas na introdução desta coletânea mostram as diversas e profícuas atividades de pesquisa empreendidas com recursos do PrINT e com apoio, também, de recurso Capes PROEX. Avançou-se nas ações de internacionalização do PPGPS evidenciando a excelência do programa sob todas as dimensões, como se faz notar pelas muitas frentes de nucleação representadas pelos artigos desta obra.

Brasília, setembro de 2021.

Adalene Moreira Silva
Instituto de Geociências
Presidente do Comitê Gestor do Capes PrINT (Janeiro/
2019-Fevereiro/2021)
Decana de Pós-Graduação da UnB (Outubro/2018-
Fevereiro/2021)

SUMÁRIO

Prefácio

Adalene Moreira Silva

- 7 -

Apresentação

Silvia Cristina Yannoulas, Reginaldo Ghiraldelli e Evilasio da Silva Salvador

- 17 -

Capítulo 1. Desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: desafios ao Serviço Social no âmbito internacional

Esther Luíza de Souza Lemos, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e

Sandra Oliveira Teixeira

- 23 -

Capítulo 2. O protagonismo organizativo do Serviço Social no contexto internacional e brasileiro

Annamaria Campanini e Reginaldo Ghiraldelli

- 65 -

Capítulo 3. A perda de soberania política e seus efeitos nas políticas sociais: o triunfo da corporocracia

Camila Potyara Pereira e Josep Burgaya

- 105 -

Capítulo 4. Comparação, Cooperação Internacional e Política Social – relato de experiências e reflexões metodológicas da parceria UBA/UnB

Silvia Cristina Yannoulas, Monica Cecilia Girolami, Adriana Rosa Clemente e

Sophia Cunha Afonso

- 125 -

Capítulo 5. Desigualdades sociais e Covid-19: medidas de enfrentamento da pandemia e mortalidade pela doença no Brasil e Argentina

Lucélia Luiz Pereira e Yamila Comes

- 151 -

Capítulo 6. A Comunicação Pública na política de transferência de renda em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil e em Portugal

Kênia Augusta Figueiredo, Fabricia Cristina de Castro Maciel, Marcelo Gallo e

Fernanda Rodrigues

- 181 -

Capítulo 7. Mujeres campesinas cocinando por
la vida en sus territorios

Newton Narciso Gomes Júnior e Laura Juanita del Pilar Rodriguez Ayala

- 215 -

Sobre os autores e autoras

- 237 -

APRESENTAÇÃO

A organização da presente Coletânea decorre da implementação do Plano de Internacionalização Capes PrINT do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB)¹, iniciada em maio de 2019 (plano aprovado pela Comissão que gerenciou o edital específico do Decanato de Pós-Graduação DPG 02/2019). Especialmente, tem por fundamento o Seminário Internacional intitulado “Desigualdades, Mundialização e Políticas Sociais Contemporâneas”, desenvolvido no contexto da Semana Universitária da Universidade de Brasília (Semuni/UnB), atividade promovida anualmente pelo Decanato de Extensão DEX (23 a 27 de setembro de 2019), bem como a atividade realizada em outubro do mesmo ano junto às entidades da categoria profissional de assistentes sociais (CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Também está relacionada aos intercâmbios internacionais realizados por docentes e discentes do PPGPS/UnB nas modalidades de pós-doutoramentos, missões e estágios do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior PDSE/CAPES.

O Seminário Internacional “Desigualdades, Mundialização e Políticas Sociais Contemporâneas” contou com uma mesa específica no primeiro dia, destinada a apresentar o panorama da área de Serviço Social na CAPES (Área 32) e do cenário da UnB perante os processos de internacionalização das instituições acadêmicas, contando com a participação da Representante de Área na Capes, Professora Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho e da então Decana de Pós-Graduação da UnB, Professora Dra. Adalene Moreira Silva.

Na sequência, foram desenvolvidos os trabalhos de três mesas com a participação de convidados internacionais, alguns deles co-autores desta coletânea: Josep Burgaya (Universidade de Vic/Espanha), Domenico Carrieri (Universidade de Roma La Sapienza/Itália) e Adriana Clemente (UBA/Argentina). No terceiro dia do seminário internacional foi organizada uma oficina com a presença do Sr. Le-

¹ Plano de Internacionalização do PPGPS/UnB (aprovado em maio de 2019). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1S0LxBtpdIkbbktPOVBRNGdaTUdUaWZRaG-90T09GVnNvOUJ3/view>>.

onardo Freitas de Souza Martins do INT/UnB, com a finalidade de apresentar os procedimentos e discutir os rumos dos potenciais convênios. Em seguida, houve apresentação específica de um conjunto de docentes do PPGPS sobre as atividades dos grupos de pesquisa, visando aproximar os professores visitantes, especialmente daqueles docentes de grupos de pesquisa constituídos mais recentemente que preveem desenvolver atividades acadêmicas de caráter internacional, desenvolver intercâmbios novos ou consolidar os que já estão em andamento, identificar potenciais supervisores de estágios PDSE no exterior e avançar no sentido da constituição de uma rede internacional de pesquisadores sobre políticas sociais contemporâneas.

Adicionalmente, no dia 2 de outubro de 2019, entre 14h e 18h, no auditório do Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB, Asa Sul), foi realizado um seminário específico com a participação das professoras/doutoras Annamaria Campanini (Presidente da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e Professora da Universidade de Milão Bicocca), Esther Luíza de Souza Lemos (Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss e Professora da Unioeste) e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – Cfess e Professora da Unifesp), dando continuidade ao debate sobre a internacionalização da área de Serviço Social, da qual o PPGPS faz parte. A realização deste seminário também contou com o apoio do Capes-PrINT.

As instituições do exterior participantes do plano de trabalho do PPGPS no contexto do Capes-PrINT são referências acadêmicas importantes dentro da Política Social. Ao total foram estabelecidas 11 parcerias de diferentes naturezas com 6 países e 9 instituições, na seguinte ordem alfabética: Argentina (Buenos Aires), Costa Rica, Espanha (Alicante, Madri e Vic), Grécia, Itália (Milão e Roma) e Portugal. Os seguintes acordos internacionais foram aprovados/renovados ou encontram-se em tramitação: 1) Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires, Argentina. 2) Universidade Panteion de Ciências Políticas e Sociais/Atenas/Grécia. 3) Università degli Studi di Roma Sapienza/Itália. 4) Università degli Studi di Milan-Bicocca/Itália. 5) Universitat de Vic/Universitat Central de Catalunya/Barcelona/Espanha. 6) Universidad Complutense de Madrid/Espanha. 7) Universidade de Coimbra/Portugal.

Em 2020, foi editado um número especial da *Revista Ser Social*² com as contribuições de palestrantes que participaram do Seminário. Com a edição desse número especial, segundo os organizadores, o PPGPS ofereceu subsídios indispensáveis ao debate sobre o processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras, especialmente, em meio ao recrudescimento das desigualdades mundializadas que se configuram como um desafio para as políticas sociais.

O Colegiado do PPGPS/UnB, que aprovou todas essas iniciativas, ressaltou a avaliação positiva das atividades que favorecem a mobilidade internacional de docentes e estudantes de Pós-Graduação, a produção de estudos comparados que permitam observar as políticas sociais em maior alcance, bem como a construção de alianças estratégicas na defesa de princípios relacionados com as problemáticas tratadas durante o Seminário e incluídas na Revista Ser Social:

- a) crise dos Estados Nacionais em contextos mundializados: por uma internacionalização desde a perspectiva latino-americana, substantiva e crítica;
- b) restauração conservadora neoliberal: pela resistência dos movimentos sociais aos impactos devastadores nas políticas sociais contemporâneas;
- c) contrarreforma dos direitos trabalhistas e previdenciários, desemprego e organização de trabalhadores: pela defesa dos direitos sociais conquistados;
- d) cerceamento da liberdade da cátedra e da autonomia das universidades e de outras instituições públicas de ensino e pesquisa: pela defesa das universidades públicas;
- e) comparação com os países mediterrâneos do denominado Sul Global: pelo aprofundamento do diálogo Sul-Sul.

Docentes e estudantes do PPGPS/UnB são incentivados a participar com apresentação de trabalhos acadêmico-científicos em eventos nacionais e internacionais importantes para a área do Serviço Social, tais como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPSS, a Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP, encontros promovidos pela Associação Latino-Americana de Ensi-

2 Revista Ser Social, v. 22, n. 47. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/2049>.

no e Pesquisa em Trabalho Social - ALAEITS e a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social – IASSW. Também são incentivados a publicar suas produções acadêmico-científicas em coletâneas e periódicos nacionais e internacionais, especialmente daqueles que fazem parte do Movimento de Acesso Aberto. Cabe ressaltar que o PPGPS/UnB publica, quando possível, editais de apoio financeiro para publicações e traduções.

Após esses primeiros passos no processo de internacionalização acadêmica-institucional em 2019, o mundo se deparou no início do ano de 2020 com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que trouxe implicações para o conjunto das relações sociais e para a vida da humanidade. Essa nova realidade, que se configurou por uma condição sanitária de proporções inéditas no cenário contemporâneo, repercutiu em todas as atividades da vida acadêmica, inclusive, no caso da internacionalização. A nova conjuntura se apresenta desafiadora para as Universidades nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. No que se refere à internacionalização, tornou-se um desafio a implementação dos planos e das parcerias institucionais com Universidades estrangeiras diante das limitações de deslocamento, a necessidade de distanciamento e isolamento social, além do estabelecimento de novas formas de convivência social como medidas preventivas e de proteção individual e coletiva. Dentre os desafios postos e sentidos no que se refere à internacionalização nesse período de crise sanitária estão:

1. Dificuldades para localizar potenciais beneficiários de bolsas de PDSE, seja pelos empecilhos para cumprir com os requisitos, seja pela impossibilidade de realizar viagens ao exterior devido à suspensão da mobilidade pela Capes, seja pelas dificuldades das instituições parceiras em receber bolsistas no atual contexto.
2. Com relação à formalização e assinatura de acordos de cooperação com as universidades parceiras, o isolamento social e o estado crítico da pandemia no Brasil e no exterior impediram avançar tanto quanto gostaríamos.

Tendo em vista a complexidade do desafio histórico colocado pela pandemia da Covid-19, e considerando os esforços realizados

pelo PPGPS/UnB no sentido da internacionalização de suas atividades e parcerias, o desenvolvimento do Plano de Trabalho do Programa no contexto do Projeto Capes-PrINT da UnB e, especialmente, o intuito de articular gradativamente uma rede de pesquisadores dedicados à análise da política social na fase atual do capitalismo mundializado, o PPGPS/UnB aprovou em abril de 2021 uma chamada para apresentação de capítulos no intuito de organizar uma coletânea a partir de contribuições de autores(as) e pesquisadores(as) de diversos países e das diversas áreas das ciências humanas e sociais, com o tema: *Política Social, Desigualdades e Mundialização no contexto da Pandemia: uma perspectiva intercontinental*. Foram apresentados sete capítulos, reunindo pesquisadores do Brasil, da Argentina, da Colômbia, da Espanha, da Itália e de Portugal, com o objetivo de socializar as experiências de pesquisas resultantes de parcerias acadêmicas e institucionais e pensar os desafios da cooperação internacional.

Assim, os dois primeiros capítulos abordam os esforços e desafios da internacionalização para a área de Serviço Social, com os temas: *Desigualdades e Mundialização no contexto da Pandemia: desafios ao Serviço Social no âmbito internacional*, de autoria de Esther Luíza de Souza Lemos (Unioeste e Abepss até 2020), Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (Unifesp, Fics e Cfess até 2020) e Sandra Oliveira Teixeira (UnB) e *O protagonismo organizativo do Serviço Social no contexto internacional e brasileiro*, de Annamaria Campanini (Universidade de Milão Bicocca e IASSW) e Reginaldo Ghiraldelli (UnB).

Na sequência, um segundo bloco trata da mundialização e seus efeitos (positivos e negativos) sobre as políticas e as pesquisas comparadas. Trata-se dos capítulos *A perda de soberania política e seus efeitos nas políticas sociais: o triunfo da corporocracia*, de autoria de Camila Potyara Pereira (UnB) e Josep Burgaya (Universidade de Vic) e *Comparação, Cooperação Internacional e Política Social – relato de experiências e reflexões metodológicas da parceria UBA/UnB*, elaborado por Silvia Cristina Yannoulas (UnB), Monica Cecilia Girolami (UBA), Adriana Rosa Clemente (UBA) e Sophia Cunha Afonso (UnB).

Um terceiro bloco de contribuições está focado no tratamento das dificuldades decorrentes da pandemia, com desafios específicos

para a área da política social, analisando: *Desigualdades sociais e Covid-19: medidas de enfrentamento da pandemia e mortalidade pela doença no Brasil e Argentina*, de Lucélia Luiz Pereira (UnB) e Yamila Comes (Assessora do Ministro de Saúde da Província de Buenos Aires) e *A Comunicação Pública na política de transferência de renda em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil e em Portugal*, elaborado por Kenia Augusta Figueiredo (UnB e Cfess), Fabrícia Cristina de Castro Maciel (Universidade Lusófona/Porto), Marcelo Gallo (Instituto Superior de Serviço Social do Porto/Portugal) e Fernanda Rodrigues (Universidade Católica Portuguesa).

Encerrando a coletânea, se apresenta a questão de gênero, uma das desigualdades estruturantes das nossas sociedades latino-americanas (conjuntamente com as de classe social e raça/etnia): *Mujeres Campesinas: cocinando por la vida em sus territorios*, resultado de pesquisa apresentada por Newton Narciso Gomes Júnior (UnB) e Laura Juanita del Pilar Rodriguez Ayala (Fundación Cataruben).

Para finalizar, queremos agradecer a todos os professores, pesquisadores, estudantes e funcionários que fizeram o possível para o desenvolvimento do Plano de Internacionalização do PPGPS ao longo dos anos 2019-2021. Também registrar o apoio da Capes por meio do PROEX e do PrINT para a realização das atividades e edição das publicações, incentivo sem o qual a colaboração internacional e interinstitucional não teria sido possível.

Desejamos que desfrutem da leitura!

Brasília, setembro de 2021.

Silvia Cristina Yannoulas

Reginaldo Ghiraldelli

Evilasio da Silva Salvador

Comissão Capes-Print do PPGPS/SER/UnB

Desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: desafios ao Serviço Social no âmbito internacional

Esther Luíza de Souza Lemos
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
Sandra Oliveira Teixeira

Introdução

Do conjunto das marcas históricas do imperialismo, além do eurocentrismo e da hegemonia norte-americana, o colonialismo que promoveu a repartição da África, Ásia e América Latina e Caribe para responder às necessidades de ampliação de extração e realização de mais-valor, de barateamento de matérias-primas, de fortalecimento de poder político por parte de frações de classe de grandes potências capitalistas, foi indispensável para o desenvolvimento capitalista. As estruturas de poder e subordinação do capital subsidiam a acumulação por despossessão, nos dizeres de Harvey (2004), produzem relações sociais configuradas como relações de dominação, organizam uma divisão internacional do trabalho que, na atualidade, é alimentada por uma expansão da racionalidade neoliberal imperialista.

O capitalismo no século XXI exige considerar as particularidades do imperialismo no contexto de crise do capital, cujos custos são cobrados da heterogênea classe trabalhadora no mundo, e o fascismo que tende a se fortalecer, à medida que forças socialistas no atual momento histórico não têm efetivado alternativas que imponham derrotas ao conjunto das frações da classe burguesa. Há uma explosão de desigualdades sociais, agudização das opressões e da exploração da força de trabalho, bem como aumento de manifestações fascistas, racistas e xenófobas. Desigualdades e opressões que são acirradas nesses tempos de COVID-19, quando morreram 4.761.531 pessoas no mundo desde o início da pandemia, em fevereiro de 2020, dos quais 1.152.030 são latino-americanos e caribenhos, segundo o site *Worldmeters*. consultado em 20-09-2021.

Nessas relações assimétricas entre os países centrais e periféricos, as hierarquias raciais e de gênero (ASSIS, 2014) interseccionam as estruturas de classe, cuja matriz de poder se alimenta de um colonialismo que perpetua, seja pela civilização imposta com o objetivo de dismantlar capacidades de resistências, seja pela aniquilação dos povos, haja vista os mais de 25.000 migrantes de várias nacionalidades, entre os quais haitianos e africanos que estão se deslocando neste setembro de 2021 entre as regiões de Panamá e Costa Rica, em condições precárias e sofrendo ações de ódio e xenofóbicas diante de governos impassíveis, materializando uma das dimensões da crise do capital, a crise humanitária.

À luz dessas referências, esse texto tem como propósito, na sua primeira parte, sistematizar algumas reflexões sobre imperialismo, colonialismo e desigualdades no contexto contemporâneo de modo a evidenciar, sob a perspectiva de totalidade, o terreno fértil de tensões e particularidades nas regiões periféricas onde se move a profissão do Serviço Social. O espaço geopolítico da América Latina e Caribe, com sua ampla diversidade, assinala duas características que aproximam os países, a colonização - com a escravização de povos africanos e genocídio dos povos originários, e as desigualdades profundas -, resultado de um processo histórico de apropriação, exploração e drenagem que drenaram e drenam riquezas aos países centrais, das riquezas produzidas. A segunda parte do texto versará sobre o Serviço Social brasileiro e sua relação com as organizações internacionais no âmbito do trabalho e da formação profissional, privilegiando análises de tensões e deslocamentos possíveis que possuem marcas profundas de eurocentrismo e conservadorismo, considerando alguns importantes e recentes efeitos no cenário latino-americano e caribenho. A terceira parte do artigo consiste em sistematizar e problematizar os desafios para o Serviço Social no Brasil, no que diz respeito à organização política, trabalho, ensino, pesquisa e lutas sociais, considerando a dimensão das relações internacionais da profissão.

1. Marcas históricas e contemporâneas da mundialização desigual do capital e pandemia da Covid-19

No atual contexto da pandemia da COVID-19, que detonou mais uma expressão da crise do capital que se arrasta desde os fins

dos anos 1960, tecemos uma reflexão que entrelaça fenômenos complexos e inter-relacionados no contexto de mundialização do capital, tais como o imperialismo, o eurocentrismo, o colonialismo e desigualdades. Tal percurso nos permite sistematizar alguns elementos do chão histórico onde se movimenta o Serviço Social e as organizações políticas nacionais e internacionais no âmbito desta profissão.

Trilhamos este caminho analítico para nos opormos às perspectivas do senso comum e preconceituosas, presentes em falas e escritas de governos, de grupos organizativos à direita, estudos científicos, para quem a origem de patógenos residiria, por exemplo, nas práticas de agricultores locais e de indígenas em relação à natureza, na criação de vírus em laboratório numa suposta guerra bio-econômica entre países. Tais perspectivas não são palavras soltas ao vento. São, sobretudo, dispositivos ideológicos relevantes na dominação burguesa ao nutrirem corações e mentes em favor de práticas racistas e xenofóbicas.

Pensar o capitalismo à luz da crítica da economia política requer, sobretudo, considerarmos que se trata das formas de produção e reprodução da existência de indivíduos em sua diversidade. A venda ou não da força de trabalho por trabalhadores/as supostamente livres, que assegura a produção da mais-valia apropriada pelo capitalista, expropriações de terras, são algumas das condições para acumulação do capital e comandam não apenas o sistema econômico, como também a vida social. Tarefa essa que não é fácil, porque na sociabilidade burguesa as relações humanas aparecem como relações entre coisas. Além disso, esta forma de produção se particulariza nos tempos históricos e nas diversas formações sociais. Portanto, sob esta visão de mundo, pensar a atual pandemia nos exige relacioná-la ao processo de acumulação capitalista em suas marcas históricas e na contemporaneidade e em suas particularidades em países dependentes.

Os determinantes do surgimento e espraiamento de variedade de patógenos, entre eles, a COVID-19, residem não apenas no comportamento do agente infeccioso na vida humana e seu curso clínico, mas também na área das “relações ecossistêmicas construídas pelo capital e outros fatores estruturais para seu próprio proveito” (WALLACE et al., 2020)¹. No circuito das chamadas “cadeias globais

¹ Para um conjunto de pesquisadores, a emergência de doenças neoliberais tem seus

do capital” avançam a mercantilização da vida, os empreendimentos transnacionais de agronegócios, a destruição de meio ambiente, o crescimento virulento de patógenos e rápida propagação, com forte atuação do Estado em assegurar lucros à burguesia e socializar custos de todo tipo para a classe trabalhadora. Mas como se expressam estes processos na geopolítica mundial, nos países centrais e periféricos? Quais são os impactos da pandemia na vida da classe trabalhadora em sua heterogeneidade? Diante do peso e da complexidade destas questões, temos ciência que as linhas a seguir estão distantes de dar conta de respostas profundas. Ainda que brevemente, são reflexões necessárias para apreendermos os desafios postos à organização política nacional e internacional do Serviço Social.

A tendência de expansão mundial do capitalismo fora anunciada por Marx e Engels no Manifesto Comunista, ainda que naquele momento não considerassem as implicações desiguais entre países decorrentes desta tendência. No avanço dos processos históricos e de seus estudos, Marx apresenta uma visão diferente e amadurecida sobre a periferia e o colonialismo e os efeitos sofridos pelo impulso ilimitado de acumulação do capital: subordinação de colônias a uma divisão do trabalho internacional desvantajosa, desigual em termos de comércio e de transferência de riqueza a partir da periferia durante a transição do feudalismo para o capitalismo e a expansão espacial do capital. Alguns dos mecanismos da relação entre periferia e centro para Marx envolviam: lucros extras através de trocas desiguais com os países da periferia; oportunidade de aumentar sua taxa de lucro economizando elementos de capital constante e variável; a regulação do exército industrial de reserva, uma vez que o excedente de trabalhadores nos centros capitalistas era reduzido pela “emigração e colonização de terras estrangeiras” (KALMRING; NOWAK, 2018).

determinantes numa combinação de “circuitos globais de capital; utilização desse capital com a destruição da complexidade ambiental regional que mantém o crescimento virulento da população de patógenos sob controle; aumento nas taxas e na amplitude taxonômica dos eventos de contaminação; expansão dos circuitos periurbanos de mercadorias que transportam esses agentes patógenos recém-transmitidos no gado e na mão de obra desde o mais profundo interior às cidades regionais; as crescentes redes globais de viagens (e de comércio de gado) que transportam rapidamente os patógenos das referidas cidades para o resto do mundo; as maneiras como essas redes reduzem o atrito de transmissão, selecionando os patógenos que, pela evolução, causam maior mortalidade nos animais e nas pessoas; e, entre outras imposições, a ausência da regeneração ambiental no local de criação do gado industrial, removendo a seleção natural como um serviço dos ecossistemas que fornece proteção em tempo real (e quase gratuita) contra doenças”. (WALLACE et al., 2021, p. 62).

Nas engrenagens históricas de expansão incessante do capital é intrínseca a colonização, fenômeno de longa data e que ainda hoje lança seus venenos, como nos lembra Simas e Rufino (2020), considerando, por exemplo, o peso do racismo nas relações sociais capitalistas ainda hoje. O que nos interessa destacar neste momento do texto é que o preconceito racial contra o negro surgiu somente no capitalismo, nas relações coloniais e imperialistas. Nasceu “das necessidades do capitalismo, é um produto dele, pertence a ele e somente morrerá quando esse sistema perecer” (BREITMAN, 2019, p. 55). O pensamento moderno, no mesmo movimento, forjou-se como “neutralidade científica” e comandou a “construção científica das raças que, no íntimo de uma abstração real guiada pela valorização do capital, sustentou e deu legitimidade, pelo discurso de “verdade”, a um modo de sociabilidade exploradora e predatória” capitalista (BARROS, 2019).

Do mesmo movimento da razão moderna também resultou o eurocentrismo, “uma dimensão da cultura e da ideologia do mundo capitalista moderno”, que se manifesta de distintas formas, a exemplo de expressões preconceituosas nos meios de comunicação e na ciência. Se apresenta como um universalismo no sentido de ser considerada como a única saída aos problemas no âmbito da modernidade capitalista. Por trás desta aparência é antiuniversalista, pois nega a diversidade das trajetórias históricas, a diversidade dos povos (AMIN, 1989, p. 8). É uma visão de mundo que naturaliza e justifica as desigualdades existentes numa sociabilidade baseada no lucro, na exploração, na expropriação. É uma ideologia que justifica “a construção de um lugar para os indivíduos que são racializados, para países atrasados e para os assim chamados povos primitivos”. Em síntese, como ideologia dominante tem legitimado não apenas a modernidade capitalista, como também a ideia de que as desigualdades no contexto da mundialização do capital são superáveis e produto da “incapacidade de vários grupos humanos que não foram tão “bons e eficientes” como os europeus” (BARROS, 2021).

A história do capitalismo é uma história de crises. Uma das contratendências à queda tendencial da taxa de lucros tem sido as disputas dos mercados externos (IASI, 2017). O capitalismo se mundializa sob desenvolvimento desigual e combinado que apresenta particularidades ao longo da história. Para tanto, como destaca Fernandes (2021), o imperialismo tem sido

um fenômeno econômico, político, cultural e militar, que atua dialeticamente como uma tendência na formação (desigual) do mercado mundial capitalista, assim como uma contratendência a suas crises, em especial à queda tendencial da taxa de lucro. Se sua essência está nas dinâmicas de transferências de (mais-)valor, sua forma se expressa através de diversos dispositivos econômicos e extraeconômicos, principalmente mediatizados pelos Estados imperialistas.

A depressão no período 1873-1896 mostrou que a expansão econômica e o liberalismo não eram inabaláveis. Neste solo histórico, as “economias nacionais” capitalistas centrais transformaram-se em “economias nacionais *rivais*”, quando a competição internacional ocorria não apenas entre empresas, mas também entre nações e suas corporações marcadas por inovações tecnológicas, com relevante apoio estatal, inclusive em termos de recursos. Emergiu o imperialismo de novo tipo, no qual o colonialismo novamente tornara-se crucial aos países capitalistas centrais. As principais potências coloniais, em mais um ato de pilhagem, repartiram regiões, principalmente nos continentes africano e asiático. Por motivos econômicos e políticos, o papel das “colônias e das dependências informais era complementar às economias metropolitanas” (expansão de mercado; importação de matérias-primas e alimentos; controle de acesso a regiões; apoio econômico, político e de logística na expansão capitalista; *status* de potência imperial e seu sentido ideológico para nação) (HOBBSAWN, 1979; 1988). No seu livro “*Como a Europa subdesenvolveu a África*”, Rodney argumentou que o imperialismo e outros processos que sustentaram o colonialismo criaram uma impenetrável estrutura de bloqueios econômicos, políticos e sociais na África, sem isentar a responsabilidade de grupos dominantes africanos neste “subdesenvolvimento”, eliminou um conjunto de direitos de mulheres africanas, entre outras tantas pilhagens (DAVIS, 2018). Nesses sistemas coloniais imperialistas ocorreu uma onda genocida, a exemplo do massacre contra os povos Herero e Nama, praticado pela Alemanha, contra os povos do atual Congo, cometido pela Bélgica, entre tantos outros (SANTOS; NETO; DIAS, 2019).

No contexto de mudanças no padrão de acumulação capitalista a partir dos anos 1970 a questão agrária na região latino-americana e caribenha não perdeu centralidade na produção da riqueza e tem sido alvo da intensificação dos mecanismos de imperialismo e dependência (TRASPADINI, 2018).

A dependência, forma particular de ser do capitalismo latino-americano após as independências formais, a partir dessa nova era de automatização e produção financeira especulativa, ao dar evidência para as megacidades, foi transformando o campo em algo menor, e as lutas sociais advindas deste espaço como necessárias de serem contidas em nome do progresso. O campo, que viveu um esvaziamento contínuo de pessoas, dada à migração forçada pelo êxodo rural para o êxodo urbano, passou a ser o espaço de propagação de uma modernidade centrada em alta tecnologia, ao menos na propaganda. (TRASPADINI, 2018, p. 1.707).

Neste solo histórico, o desenvolvimento de inovações tecnológicas, incluindo algumas inovações justificadas pela redução de danos ao meio ambiente, tem impactos nefastos em países latino-americanos e africanos, relevantes reservas mundiais de recursos naturais. Por exemplo, na onda da “energia verde” de países capitalistas centrais, a alternativa de uso de veículos elétricos para reduzir a emissão de carbono na Europa requer lítio para produção de bateria, matéria-prima localizada no Chile, Bolívia, entre outros países. A extração do lítio envolve emissão de carbono e deteriora o solo e a água. Outra ilustração, segundo investigação da Global Witness (2019), seis empresas agroindustriais tidas como as mais nocivas ao meio ambiente receberam apoio financeiro de mais de 300 bancos, fundos de pensão e fundos de investimentos, no valor de 44 mil milhões de dólares, entre 2013 e 2019. São empresas que derrubam florestas para produção de óleo de palma, carne de vaca e borracha e obtêm financiamentos com taxas vantajosas em instituições financeiras norte-americanas, europeias e asiáticas. No desenvolvimento desigual e combinado, no atual momento da pandemia, observamos a corrida de potências imperialistas na produção e acesso à vacina para recuperar suas economias, um conjunto de países, sobretudo no continente africano, com baixa cobertura de vacina, e rejeições da Big Pharma e governos à quebra de patentes de vacina. Cerca de 45% da população mundial recebeu ao menos uma dose da vacina COVID-19, mas apenas 2,2% das pessoas em países considerados de baixa renda acessaram pelo menos uma dose². O Haiti, o Congo e a Nigéria são apenas alguns dos países que têm menos de 1% da popu-

2 Dados atualizados em 24 set. 2021 e disponibilizados pelo Our World in Data, projeto da Universidade de Oxford, em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations> >. Acesso em: 26 set. 2021.

lação totalmente vacinada, de acordo com dados atualizados em 25 de setembro de 2021³.

A história do capitalismo é uma história de violência com custos imensos para trabalhadores e trabalhadoras. Não apenas no período de parto do capitalismo. A acumulação originária provocou violenta separação entre trabalhador/a e seus meios de produção, com categórica ação da força estatal, e se valeu de imprescindíveis elementos, tais como sistema colonial e a escravidão, a dívida pública, a tributação e o sistema protecionista (PAZELLO, 2016). O próprio período denominado por “30 anos gloriosos” esteve longe de ser o paraíso. Foram anos marcados pelo colonialismo e guerras de independência; “guerra fria”; conflitos incendiários na Coreia e no Vietnã; sucessão de golpes no mundo, principalmente na América Latina (DUMÊNIL; LÉVY, 2004). Ou seja, contrarrevoluções burguesas violentas aos processos revolucionários em distintas partes do mundo que alimentavam a possibilidade de expansão do socialismo e ameaçavam a dominação imperialista norte-americana.

O contexto atual da pandemia não deu trégua à escalada de violência dos tempos neoliberais. O ano de 2020 segundo registro da Global Witness (2021), tornou-se o ano mais perigoso e letal para lutadores e lutadoras por terra e ecossistemas vitais para a biodiversidade e o clima. Foram registrados 227 assassinatos de defensores do meio ambiente, número distante de expressar a quantidade real de mortes em razão das subnotificações. Mais da metade das mortes foram registradas na Colômbia, México e Filipinas. Além das mortes, muitos experimentam outras formas de violência como ameaças de morte e violência sexual. Neste mesmo ano não cessou o avanço de bases estrangeiras militares no continente africano, principalmente norte-americana, sob a justificativa oficial de cooperação voltada para segurança e estabilidade da região, proteção contra o terrorismo e enfrentamento ao colonialismo chinês (Tricontinental, 2021) e da violência do Estado sul-africano para com os negros em situação de pobreza. Outro destaque refere-se à potencialização da militarização das fronteiras e da segurança do Estado no contexto de emergência sanitária, a exemplo da política anti-imigração violadora de direitos humanos estadunidense em parceria com o governo mexicano

3 Dados disponibilizados pelo The New York Times, em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2021/world/covid-vaccinations-tracker.html>>. Acesso em: 26 set. 2021.

mesmo na época da pandemia. Busca-se impedir a entrada em solo estadunidense de indivíduos considerados criminosos por Trump (latinos, mexicanos, os povos do Triângulo Norte (Guatemala, Honduras e El Salvador), haitianos...) (ARAUJO; SARMIENTO, 2021).

Em síntese, *a história do capitalismo é, sobretudo, uma história de desigualdades*, exponenciadas em tempos da pandemia da COVID-19. O contexto da pandemia aprofundou as expressões da “questão social”, agravadas na sociabilidade capitalista a partir da crise ao final dos anos 1960. Isso não resulta de defeito na sociabilidade burguesa. A “questão social” é insuperável no capitalismo. Como argumenta Netto (2009), da sua análise do movimento do capital,

Marx extraiu a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa e/ou absoluta); nos últimos cento e cinquenta anos, o desenvolvimento das formações sociais capitalistas somente tem comprovado a correção da sua análise, com a “questão social” pondo-se e repondo-se, ainda que sob expressões diferenciadas, sem solução de continuidade.

O vírus não tem sido democrático. Se reproduz na sociabilidade mundial capitalista tal como o mundo é, de profundas desigualdades.

Um mundo em que quase metade da humanidade foi forçada a sobreviver com menos de US\$ 5,50 por dia. Um mundo em que, por 40 anos, o 1% mais rico ganhou mais do que o dobro da renda da metade mais pobre da população global. Um mundo em que o 1% mais rico consumiu duas vezes mais carbono que os 50% mais pobres no último quarto de século, levando à destruição do clima. Um mundo em que o fosso crescente entre ricos e pobres aumentou e exacerbou as históricas desigualdades de gênero e raça. [...] Mais de 3 bilhões de pessoas não tinham acesso à saúde, três quartos dos trabalhadores não tinham acesso à proteção social como seguro-desemprego ou auxílio-doença e, em países de renda baixa e média-baixa, mais da metade dos trabalhadores vivia de trabalhos precários. (OXFAM, 2021, p. 11).

As contradições do modo de produção capitalista têm sido exacerbadas neste momento. Segundo dados divulgados pela Oxfam (2021), estima-se o crescimento de pessoas em situação de pobreza

entre 200 milhões e 500 milhões no ano de 2020, ao passo que, no mesmo ano, a riqueza dos bilionários aumentou em US\$ 3,9 trilhões, com forte apoio estatal. Na região da América Latina, análises divulgadas pela Oxfam (2021, p. 29) projetam o aumento da pobreza, sobretudo de mulheres, pessoas negras e indígenas. Por exemplo, “enquanto as taxas de pobreza entre os brancos devem aumentar em 4,2 pontos percentuais devido à pandemia, os negros enfrentarão um aumento de 12,6 pontos percentuais e os latino-americanos um aumento de 9,4 pontos percentuais”. O aumento da intensidade de intervenção dos Estados na economia no contexto da pandemia da Covid-19 não significou uma ruptura com a agenda neoliberal. Exemplo disso, de acordo com análise da Oxfam (2021), foram as recomendações e exigências de mais medidas de austeridade em cerca de 84% dos empréstimos do fundo Covid-19 do FMI após o fim da crise sanitária.

No Brasil, após o primeiro óbito por Covid-19 noticiado no país, ocorrido em 17 de março de 2020, a opção política expressa por Jair Bolsonaro em seu discurso foi o negacionismo (CALIL, 2021). As evidências do genocídio e da necropolítica (CASTILHO; LEMOS, 2021) perpetrados pelo governo Bolsonaro têm sido reveladas nos noticiários diários do país. A estratégia genocida se revela, também, nas pesquisas que apontam que aproximadamente 400 mil mortes por Covid 19 poderiam ter sido evitadas no Brasil. Segundo o epidemiologista Pedro Hallal (UFPel), 4 de cada 5 mortes teriam sido evitadas se o Brasil estivesse na média mundial de óbitos pela Covid-19. Quem mais morre de Covid-19 no país? A pesquisadora Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil revelou que as altas taxas de mortalidade atingem principalmente negras e negros, indígenas, pessoas com baixa renda e baixa escolaridade (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A pandemia no Brasil agudizou o fosso e o abismo da desigualdade social de forma ampla nas dimensões de classe, raça, gênero e território. Particularmente, a seguir, destacamos as desigualdades raciais e de gênero no Brasil, analisados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP através do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial (LIMA; MILANEZI et al., 2020).

Os dados revelam que a taxa de desocupação de pessoas negras ao longo de 2020, que aumentou de 11,45% para 16,63%, é maior

do que entre brancos (de 9,17% para 11,58%). Além da retomada da taxa de pobreza em nível próximo ao da década de 1990, constatou-se que 10,6 milhões de brasileiros vivendo em família estavam sem nenhuma renda, dependendo apenas do Auxílio Emergencial. Estes são 5% da população brasileira e, dentre eles, 67% são negros.

A Sempre Viva Organização Feminista (SOF) divulgou dados que mostram que 50,0% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém ao longo da pandemia. A pesquisa também revelou que 58% das mulheres desempregadas e 61% das mulheres que estão na economia solidária são negras (SOF, s/d).

No Brasil, observamos um excesso de mortalidade de 27,8% (153 mil óbitos) para os pretos e pardos em 2020, enquanto para os brancos foi de 17,6% (117 mil óbitos). (VENTURINI; LIMA, et al., 2020). Segundo o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), as desigualdades no acesso ao tratamento confirmam que as chances de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%).

A história do capitalismo é também uma história de lutas, agitações e revoluções. A ideia de “negro e índio doces” não passou de mito. Desde os tempos de escravidão nas colônias latino-americanas e caribenhas, houve uma miríade de revoltas e revoluções comandadas por negros: greve de fome em navios escravistas; formação de quilombos em todas as colônias do Caribe; revolta na Guiana Britânica durante o século XVIII, com tomada e controle da colônia holandesa por anos; a revolução negra em São Domingos, com a independência da ilha sob nome de Haiti e sua relevância na luta pelo fim do tráfico de escravos (JAMES, 2019). Particularmente no Brasil, a história também foi tecida na resistência, revoltas e revoluções de negros, negras e povos originários (Guerra dos Tamoios, Quilombo dos Palmares, a Revolta do Malês, a Revolução Farroupilhas, entre tantas outras) (GODEIRO, 2020) desde o momento da invasão europeia na região. O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado por lutas anticoloniais no continente africano, por meio das quais em muitos países conquistou-se a independência, bem como por processos revolucionários na América Latina. Esta breve síntese tem o sentido de resgatar parcela da diversidade de lutas e resistên-

cias de fermentação política à esquerda em regiões de capitalismo dependente, que tensionaram em maior ou menor grau a vida regida pela barbárie, ou seja, pelo capitalismo.

No atual contexto mundial, vive-se o aumento de posturas fascistas, racistas, misóginas e xenófobas no cotidiano de relações sociais e em falas de representantes do Estado. O capitalismo no século XXI exige, como nos lembra Leo Panicht, considerar o fascismo (derrotado apenas militarmente), que tende a se fortalecer à medida que forças socialistas no atual momento histórico não têm efetivado alternativas que imponham derrotas ao conjunto das frações da classe burguesa. Neste contexto, destacamos na América Latina a cruzada antigênero de forma proeminente a partir de 2013 e mais expressiva depois de 2016. Esta cruzada faz uso do dispositivo “ideologia de gênero” como modo de acusar o uso do conceito de gênero como um ardil, pois “clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual ‘natural’, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano” (CORREA; RICHARD, 2021). Resguardadas as particularidades entre países latino-americanos, existem as seguintes tendências dessa cruzada na região, tais como composição entre antigo grupo político de cunho católico, sobretudo, em oposição ao aborto e um conjunto heterogêneo de atores religiosos e seculares; um conjunto relativamente flexível de políticos conservadores, profissionais, grandes empresários, *think tanks* ultraneoliberais e ativistas e, em menor prevalência, grupos abertamente nazistas e fascistas e grupos de militares; movimentos de base conectados a redes transnacionais através das quais são compartilhados repertórios, estratégias comuns e dinheiro; conjugação do ativismo antigênero e antiaborto; comunicação digital; substituição da “semântica religiosa por argumentos da biologia, biomedicina, demografia, assim como da democracia, cidadania e do direito”; a associação entre “ideologia de gênero” e marxismo/comunismo/totalitarismo (CORREA; RICHARD, 2021).

A atualidade e urgência do conjunto dessas reflexões é um convite para continuarmos nas disputas também por dentro de organizações internacionais do Serviço Social no sentido de encorajar críticas radicais ao capitalismo, incluindo suas várias particularidades nos países periféricos, especialmente no contexto de aprofundamento de desigualdades sociais. É necessário fortalecer o coletivo

diverso do Serviço Social Crítico e se articular com lutas e organizações políticas internacionais que tensionam elementos da sociabilidade burguesa e trabalhamos na urgência de uma agenda anticapitalista e contra o racismo, machismo e LGBTfobia. O conjunto destas reflexões associadas às próximas partes deste texto demonstram a relevância da representação à esquerda de países da periferia na direção e nas pautas das entidades internacionais da área de Serviço Social.

2. A heterogênea internacionalização do Serviço Social brasileiro e suas relações na América Latina e Caribe

Falar de um Serviço Social no âmbito mundial é falar na defesa de um internacionalismo que, se busca construir suas bases na profissão, é também militante na particularidade latino-americana e caribenha, pela unidade à esquerda que se almeja consolidar, dada a diversidade dos traços históricos e sociais de seus povos e de suas culturas, uma diversidade que é social, econômica, cultural, racial e regional.

Así como cada país en Latinoamérica tiene particularidades históricas, que los diferencian de sus países hermanos, el Trabajo Social no es homogéneo ni siquiera a lo interno de un mismo país. Por tanto, es claro que, a nivel regional, no existe un único Trabajo Social Latinoamericano; la heterogeneidad y la existencia de varios Trabajo Social se impone como desafío. (MOLINA, 2019, p. 476).

E fazer o debate sob a perspectiva do Serviço Social brasileiro e as relações e experiências construídas no âmbito internacional levam-nos a recuperar um momento da sua história na América Latina e Caribe, que José Paulo Netto (2005) chamou de inconcluso – a Reconceituação – fenômeno cultural e profissional que marcou de forma definitiva o Serviço Social latino-americano e caribenho, em termos de posicionamentos críticos contra um Serviço Social tradicional, de intervenções burocratizadas e reiterativas. Foi um movimento que emergiu dos intensos intercâmbios entre países da América Latina em meados dos anos 1960, cujo refluxo na troca de experiências adveio com a repressão dos governos ditatoriais em vários desses países, principalmente os do Cone Sul (NETTO, 2005, p. 10).

Ainda que não sejam esses os primeiros movimentos do Serviço Social na direção a uma internacionalização – Netto se refere aos intercâmbios latino-americanos nos anos 40, “sob inspiração de instituições confessionais” e nos anos 50, “sob a tutela de organismos manipulados pelos Estados Unidos” (NETTO, 2005, p. 11), no seu tempo histórico, a Reconceituação marcou a dimensão política construída a partir da realidade social e assumiu a perspectiva crítica das influências europeias e americanas do Norte.

É igualmente oportuna a referência ao papel político da ALAIETS (Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), fundada em 1965 e refundada em 2006, e do CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social), criado em 1974, cujos estatutos são aprovados em 1975 e seu reconhecimento e sua sede em Lima são estabelecidos em 1976, importantes na crítica à dimensão conservadora do Serviço Social na região latino-americana e na contribuição à renovação do Serviço Social brasileiro (LEMOS; MATOS; RAMOS, 2019, p. 110). E mais, como afirma Lopes (2016), as publicações do CELATS, principalmente a Revista *Acción Crítica*, impulsionaram o avanço do marxismo na formação profissional, o que foi fundamental para a construção de uma consciência crítica a respaldar o trabalho profissional na América Latina.

Se a Reconceituação permanece inconclusa, suas heranças continuam vivas, principalmente na práxis política de um Serviço Social comprometido com os interesses coletivos, respaldado em forças políticas inscritas nos movimentos populares e de massas e na concepção de uma unidade latino-americana e caribenha, considerando a diversidade e o multiculturalismo crítico na interseccionalidade da classe, gênero e raça de seus povos e tendo em vista a dimensão ético política de um projeto profissional (NETTO, 2005; BATISTONI, 2017; LOPES, 2016).

Todavia, tendo em vista o caráter particular que o capitalismo assumiu na América Latina e Caribe, nas suas formas coloniais e, posteriormente, dependentes (LOWY, 1999), na incapacidade histórica de suas burguesias “nacionais” em construir um desenvolvimento autônomo, na submissão às determinações heterônomas para um crescimento econômico nos limites estabelecidos pelo capital internacional (FRANK, 1980), suas diversidades culturais escondem e desvelam desigualdades e hierarquias sociais, econômicas e políticas. Como afirma Ianni (1987, p. 2):

A América Latina pode ser vista como um vasto, complexo e movimentado laboratório de culturas e civilizações, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, etnias e racismo; compreendendo estruturas de dominação e apropriação, nativismo e nacionalismo, colonialismo e imperialismo; ingressando na época do globalismo.

Engendradas em um mundo cada vez mais excludente, no qual ocorre o avanço das forças produtivas e das tecnologias de comunicação, o alcance quase infinito das redes sociais e as pressões do capital sobre o mundo do trabalho têm construído formas sofisticadas para oprimir, exterminar e invisibilizar a pobreza e as diversas expressões das desigualdades econômica, política, social e cultural, as relações sociais capitalistas se alimentam do exercício do poder dos países centrais, mais poderosos, sobre os países periféricos.

E nessa geopolítica, na América Latina e Caribe, “inventada pelo mercantilismo, modificada pelo colonialismo, transformada pelo imperialismo e transfigurada pelo globalismo” (IANNI, s/d) tem-se continuado o que se iniciou há mais de quinhentos anos, a drenagem das riquezas produzidas para as metrópoles, o intercâmbio desigual com os países centrais e a manutenção da dependência expressa nas relações financeiras e comerciais, pressionada pelos juros e amortizações da dívida pública (MENDONÇA, 2009).

Por outro lado, a pandemia da Covid-19 intensificou o jogo perverso das forças sociais e políticas em todo o mundo, alimentadas pela expansão do capitalismo sob o receituário neoliberal em escala internacional, o que multiplicou as contradições da concentração/centralização de capitais, atingindo níveis inimagináveis (FONTES, 2017), nas relações comerciais e financeiras entre as sociedades industriais avançadas e os países dependentes periféricos. O mapa do mundo sob a pandemia deu visibilidade ao imenso fosso existente entre ricos e pobres, e de forma particularmente acentuada nos países da periferia do capital, a exemplo dos países da América Latina e Caribe, com seus mais de 613 milhões de habitantes, dos quais 53% vivenciam a informalidade no mercado de trabalho, segundo a Organização Internacional do Trabalho.

Sabemos que a história dos povos e das nações tem base material. E que não é viável importar experiências históricas e políticas. É nessa direção que se afirma a importância de se ressaltar as particularidades da dimensão política do Serviço Social em termos

internacionais, o que remete para a organização da profissão, tanto na América Latina e Caribe, quanto nas suas relações com o mundo.

Para se ter uma ideia dessas relações, destacamos a inserção do Serviço Social nos organismos latino-americanos e caribenhos e mundiais, na continuidade dos anos 1990. Da perspectiva do Serviço Social brasileiro, ressaltamos as relações que foram sendo construídas com a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) e com o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS).

A história da FITS data de 1928, em Paris, com a designação de Secretariado Internacional Permanente de Assistentes Sociais. Inativa em razão da Segunda Guerra Mundial, foi retomada em 1950, desta vez como uma Federação. Sediada em Berne, Suíça, é integrada por organizações profissionais de Serviço Social de países das cinco regiões continentais (África, Ásia e Pacífico, Europa, América Latina e Caribe e América do Norte (EUA e Canadá)). E com relação à extensão geográfica de sua atuação, são filiados à FITS 144 países, que representam um total de mais de três milhões de assistentes sociais.

O Brasil iniciou suas tratativas para filiar-se à FITS no ano de 1977, segundo documentos arquivados na sede da organização. À época, o presidente do então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) solicitou informações para filiação, talvez motivado pela presença da presidente global Mary Windson, em visita ao Brasil. Essas tratativas continuam em 1995, quando membros da FITS participaram do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Salvador e ficaram impressionados com a participação massiva de assistentes sociais. Em 1998, consolidou-se a filiação e iniciou-se a articulação internacional, com participação em eventos, conferências internacionais e reuniões da FITS.

Com relação ao COLACATS, o envolvimento brasileiro se estruturou por meio de alguns deslocamentos políticos que impuseram novas formas organizativas. A participação é iniciada em 1993, quando se tem conhecimento da proposta de formação de um comitê para debater a livre circulação de profissionais no Cone Sul. Em 1995, a partir de um protocolo de intenções estabelecido entre três organizações profissionais de Serviço Social do Cone Sul, Federação Argentina de Associações Profissionais de Serviço Social (FAAPS), Conselho Federal de Serviço Social CFESS) e Associação dos As-

sistentes Sociais do Uruguai (ADASU), firmou-se um compromisso de criação do comitê, processo finalizado em 1996, com a formação do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social (Comitê Mercosul).

Alguns anos mais tarde, com o objetivo de articular mais amplamente a categoria profissional e incorporar uma autonomia política na agenda, para além da vinculação com os países membros do Comitê Mercosul, aprovou-se a ampliação para o denominado Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS). O ato de fundação ocorreu em Montevideú, em reunião do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social, em 2013, com a participação de organizações de 12 países. Em 2014, ocorreu a primeira assembleia das organizações profissionais como COLACATS, em Santiago, Chile. O Comitê Mercosul e sua ampliação como Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social expressam em suas pautas os desafios de uma agenda internacional, a exemplo do fortalecimento político da região latino-americana e caribenha no espaço da FITS, além do debate de diversos temas, tais como a regulamentação profissional, os princípios éticos comuns nos países do Cone Sul e a livre circulação de profissionais no Mercosul.

Aqui cabe um destaque para o processo de debate e construção de uma definição de Serviço Social que a FITS pretendia ter de uma abrangência mundial desde os anos 2000. A definição aprovada em 2000, na Conferência Mundial de Montreal, no Canadá, não representava as perspectivas teóricas, éticas e políticas da América Latina e Caribe. Nesse sentido, o Comitê Mercosul foi um espaço político para onde convergiram as discussões para uma definição latino-americana e caribenha, com o desafio de expressar a riqueza e a coerência teórico metodológica e ético-política que orientam o projeto ético político brasileiro. Outro desafio foi envolver países membros da FITS e buscar apoios no contexto mundial à definição elaborada e aprovada em um Workshop, realizado no Rio de Janeiro, em 2012. Entretanto, a visão de mundo hegemônica, de cariz eurocêntrica, no Serviço Social mundial, orientada pelos organismos multilaterais, prevaleceu no jogo das forças políticas entre as diferentes regiões que compõem a FITS e, assim, a definição aprovada em 2012 foi alterada na Conferência Mundial em Melbourne, Austrália, em 2014.

Portanto, uma das tarefas políticas que se apresenta para o Serviço Social em uma agenda internacionalista, que considere a descolonização como um dos pilares na direção de uma luta pela liberdade dos povos latino-americanos e caribenhos, é construir uma síntese dialética entre o universal e o particular, entre o internacional e o latino-americano e caribenho (Lowy, 1999), entre a concentração e a centralização do capitalismo e a história da América Latina e Caribe, desde suas origens coloniais, agrárias e escravocratas, que “refletem disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais”. A título de exemplo dessa diversidade, afirma Ianni (1987, p. 11-12):

Na Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela, entre outros países, continua importante o contraponto região e Nação: província e Nação, costa e serra, planície e montanha, litoral e sertão. Os arranjos entre os interesses predominantes nas regiões e, em especial, entre as regiões e a capital, são básicos para a manutenção de estruturas de poder [...]. Na Bolívia, Equador, Guatemala, México, Paraguai e Peru, além das desigualdades regionais e outras, ressaltam as que opõem índio, mestiço e branco, compreendendo as condições sociais, culturais, econômicas e políticas que diversificam, classificam e antagonizam.

E a essa caracterização da estrutura territorial e do caráter do desenvolvimento capitalista dependente e periférico, que se reproduz internamente nos países latino-americanos e caribenhos, acrescentam-se as hierarquias étnico-raciais e de gênero marcadas por relações desiguais e patriarcais que se alimentam naquelas estruturas de poder acima apontadas. Segundo Quijano (2005, p. 127),

no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América [...] encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros.

Na continuidade de um diálogo com Quijano, em nossa complexa dinâmica societária latino-americana e caribenha, o fenômeno do racismo intersecciona com as relações de gênero e classe, o que exige politizar o debate sobre relações raciais, expressar a experiência da colonização e seus impactos na forma de ser e de estar no mundo dos homens e mulheres que sofreram/viveram esta colonização desde há mais de 500 anos, questionar o lugar da branquitude na manutenção do racismo e aqui configuram-se as possibilidades de intervenção profissional, tendo o Serviço Social um lugar significativo nessa atuação.

Dados, informações e análises dos diferentes países sobre estes tempos de capital sob a lógica neoliberal e o impacto da pandemia são necessários porque evidenciam o “acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos [que] preparam dias cada vez mais difíceis para as populações” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8).

Nestes tempos, nos quais o neoliberalismo predomina como um sistema dotado de eficiência que orienta “a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15), observa-se o acirramento de crises políticas e o aprofundamento de retrocessos sociais que abalam as estruturas das nações, suas instituições e suas condições de soberania.

A exemplo dos últimos 20 anos, especificamente na América Latina e Caribe, vários processos nacionais ocorreram, por meio da institucionalidade do Estado e com a contribuição das grandes mídias e golpes parlamentares midiáticos substituíram governos democraticamente eleitos: Haiti em 2004, Equador em 2010, Paraguai em 2012, Brasil em 2016, Bolívia em 2019, demarcando um avanço, em termos mundiais, de um conservadorismo reacionário. Como diz Eduardo Galeano, infelizmente, a história contada em *As veias abertas da América Latina* continua atual. A trajetória do desenvolvimento latino-americano e caribenho não se concretizou. Nos dizeres de Mendonça, (2009), a superexploração da força de trabalho é reproduzida desde o período colonial sob as marcas do escravismo e patrimonialismo e a pretensa modernização das nações latino-americanas e caribenhas é determinada desde sua inserção internacional, sustentada em ideologias e uma cultura política alheias à sua realidade.

Estes processos reverberam na organização profissional de assistentes sociais. Submetidos a este contexto estrutural, observamos os Colégios, Conselhos, Federações e Associações profissionais dos países da América Latina e Caribe enfrentarem situações de precarização do trabalho e de insegurança no exercício profissional com a desprofissionalização, seja pela diminuição da procura pela profissão, seja pela substituição de assistentes sociais por profissionais de outras áreas do conhecimento, e com descolegiação, que aumenta com o desemprego ou com a negação dos profissionais de se inscreverem nas organizações, “porque não é obrigatório”. Dos 15 países entrevistados (dos 19 que são filiados à FITS) sobre a relação que é estabelecida entre os colégios, conselhos, federações e associações com os profissionais, 8 responderam que não há a obrigatoriedade de inscrição para o exercício da profissão. A filiação às organizações da profissão é defesa do Serviço Social brasileiro e legitimada na história da profissão no Brasil. A relevância política e ética de uma regulamentação, que também inclui a filiação profissional, subentende a ideia de responsabilidade pública e de compromisso político de uma profissão e de fortalecimento das organizações que têm o papel de orientar o coletivo profissional, oferecer-lhe fundamentação ética, além de normas, deveres e proibições.

E, na atualidade, são várias as demandas colocadas para os assistentes sociais, principalmente, como resultado do aumento da pobreza e com o desmonte da proteção social levado a cabo pelos governos neoliberais. Os países da América Latina e Caribe vivem situações muito semelhantes: aumento dos impostos, diminuição dos gastos sociais, cortes nos benefícios aos trabalhadores (Costa Rica); desarticulação dos programas sociais, desemprego, submissão aos organismos internacionais (Argentina); medidas de austeridade, forte influência norte-americana e afirmação das relações coloniais, perseguição e invisibilização do coletivo LGBTIQ+ (Porto Rico); perseguição dos militantes, repressão e assassinato, reformas no seguro social (Nicarágua); desmonte e lutas em defesa da universidade pública (Colômbia); cortes nos gastos sociais, derruição de direitos conquistados, reformas trabalhista e previdenciária, cortes na educação e desmonte da universidade pública (Brasil); êxodo e perseguição aos migrantes e sua condição de fragilidade social (Haiti).

Alguns temas relacionados aos direitos humanos perpassam todos os países: a perseguição e práticas violadoras de direitos por

parte dos governos a grupos étnicos, à população negra, aos indígenas, que incluem o encarceramento, a tortura, o assassinato; a privatização dos serviços essenciais da saúde e da educação; o aumento da violência de gênero e do feminicídio; o narcotráfico e seu impacto sobre grupos vulnerabilizados pela corrupção de setores do poder instituído e abandono das vítimas de uso problemático de substâncias psicoativas, por parte dos Estados.

Na área da formação profissional, as organizações entrevistadas apontam um quadro de retrocessos na qualidade dessa formação. Se a teoria social crítica ainda permanece como referência em vários dos países, outras matrizes teóricas concorrem ou mesmo anulam essa referência, alimentando ecletismos na orientação da formação, conjugando a teoria sistêmica, a fenomenologia, subsídios pós-estruturalistas e pós-modernistas com referências religiosas. Nessa direção, a base principal da formação profissional não é ontológica, mas sim interventiva, com uma presença significativa em alguns países de um Serviço Social Clínico, realimentando o conservadorismo na profissão. Nas informações colhidas nas entrevistas mencionadas, as organizações profissionais dos diferentes países apontam a presença de instituições de educação superior no âmbito público e privado, com destaque para a formação semipresencial e virtual em algumas delas. Chama a atenção o México, com 300 instituições de educação superior que oferecem curso em Serviço Social, cuja formação se desenvolve sem diretrizes curriculares nacionais, e Cuba, que não tem uma formação específica em Serviço Social, mas em Sociologia.

Diante desse cenário de dimensões estruturais e conjunturais, a questão social latino-americana e caribenha só pode se resolver por meio de uma ruptura com os padrões atuais neoliberais e com a busca de alternativa radical às estruturas sociais existentes (Lowy, 1999). A pergunta que Bensaïd faz em seu texto de 2008 continua atual: “Ainda se pode esperar uma retomada da emancipação universal a partir de uma multiplicidade reconhecida?”. A experiência brasileira nos aponta que “o Serviço Social brasileiro, nas últimas cinco décadas, remontando ao início dos anos 70, vem realizando forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, e buscou adequar criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente” (IAMAMOTO, 2019, p. 46).

3. A unidade trabalho e formação profissional na organização política da categoria no Brasil

O tempo presente com suas contradições, conjunturais e estruturais, exige uma análise radical do Serviço Social e, para tanto, compreendemos que este “só pode ser entendido no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas. Este é entendido como reprodução da totalidade da vida em sociedade, na sua processualidade.” (IAMA-MOTO & YAZBEK, 2019, p. 16).

Trata-se de uma totalidade em permanente movimento, na qual ao mesmo tempo “que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação” (YAZBEK, 2018, p. 49). Aprender o significado social da profissão nesta perspectiva não foi algo dado ou natural, mas fruto da inserção das(os) assistentes sociais na própria luta de classes, particularmente no contexto específico da América Latina e Caribe a partir da década de 1960.

O Serviço Social brasileiro tem em comum com demais países latino-americanos e caribenhos, a marca de nascer como estratégia do projeto conservador e antimoderno, expresso na direção social da Igreja Católica e suas organizações, ao mesmo tempo sendo base para sustentação da ordem capitalista. Porém, seu desenvolvimento e institucionalização no país, diferentemente de demais países, passou por dois vieses que historicamente se articularam: a arquitetura coletiva das organizações políticas da categoria expressas no âmbito da formação e no âmbito do trabalho profissional. Implicando-se neste processo, YAZBEK registra que:

Cabe destacar que nesse movimento fomos nos construindo com a colaboração de muitas gerações, de muitas lutas, de confrontos entre projetos, mas sempre numa arquitetura coletiva, pois uma marca dessa profissão são suas entidades organizativas que desde os anos iniciais da criação das primeiras escolas em São Paulo e no Rio de Janeiro buscaram articular e qualificar o processo de formação (ABESS) e o exercício profissional (ABAS) [1]. Basta lembrar que, já juntas, essas entidades promovem em São Paulo em 1947 o 1º Congresso de Serviço Social no país e, em 1953, o 2º Congresso Brasileiro de Serviço Social.” (YAZBEK, 2016, p. 17).

Em 2021, a profissão completa 85 anos de sua institucionalização no Brasil! Os seus 80 anos foi celebrado com a realização do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado na cidade de Recife (PE), de 5 a 9 de setembro de 2016, com o tema “80 anos de Serviço Social no Brasil – a certeza na frente e a história na mão”, contando com a participação de aproximadamente 5.000 profissionais e estudantes na cerimônia de abertura. O Congresso foi organizado pelo conjunto CFESS/CRESS, pela ABEPSS e pela ENESSO, ampliando o leque da arquitetura coletiva das entidades, porém, num contexto de ruptura com as bases de sua emergência. Merece destaque a produção intelectual organizada por Silva (2016) com a temática “Serviço Social no Brasil – história de resistências e de ruptura com o conservadorismo”, bem como as publicações das conferências proferidas na mesa de abertura por IAMAMOTO (2017) e MOTA (2017).

Analizando os 80 anos da profissão no país, YAZBEK (2016) divide o período em três momentos. O primeiro sobre a gênese “revela que o Serviço Social profissional se institucionaliza e se legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento da questão social, a partir dos anos 30” (2016, p. 18). O segundo, refere-se à inserção do Serviço Social brasileiro no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social Latino-Americano nos anos 60, sendo de intensa efervescência e articulação, interdito pela ditadura civil-militar-empresarial no país. Particularmente sobre este período, a pesquisa histórica tem mobilizado pesquisadores ampliando a produção intelectual sobre este momento histórico determinante no futuro profissional, destacando-se IAMAMOTO; SANTOS (2021), BATISTONI (2017), LOPES (2016), ALAYÓN (2007). O terceiro se expressa no processo de interlocução com o marxismo e a Teoria Social de Marx até os dias atuais.

No Brasil, fruto da pesquisa fomentada pelo CELATS e num contexto de enfrentamento da ditadura civil-militar-empresarial, Iamamoto inaugurou uma nova interpretação teórico-metodológica sobre a gênese e natureza do Serviço Social, situando-o no processo de produção e reprodução social. Sua publicação em 1982, juntamente com Raul de Carvalho, evidencia que:

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, *pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 1991, p. 75, *grifos da autora*).

A apreensão do caráter contraditório da profissão proporcionou aos assistentes sociais um novo fundamento teórico-metodológico e ético-político. Demandadas(os) a intervir neste contexto, as(os) assistentes sociais experimentam cotidianamente as contradições inerentes à ordem burguesa e diante delas tomam decisões e intervêm na realidade social. Nesta relação concreta com a realidade, no movimento da história, as condições objetivas foram sendo dadas para que emergisse às consciências das(dos) assistentes sociais sua condição de assalariamento como parte da classe trabalhadora.

O fundamento teórico-metodológico desta concepção encontra-se na Teoria Social de Marx. Ao analisar a relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, NETTO considera que ambos têm em comum o fato de que:

Tanto a obra marxiana quanto o serviço social são impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa. De fato, ambos têm como substrato imediato o que está sinalizado na nossa bibliografia sob o rótulo de “questão social” – vale dizer sem eufemismo, o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sócio-político no marco da sociedade burguesa. (1989, p. 90).

O ponto de partida dos fundamentos é comum, porém, como adverte o autor, enquanto Marx se vincula à “vertente revolucionária”, o Serviço Social emerge como profissão vinculada à “vertente conservadora”. As pesquisas que colocaram o Serviço Social como objeto de estudo, a partir da década de 1980, demonstram este processo. Tais vertentes são antagônicas, embora suas vinculações no plano imediato e cotidiano se manifestem na forma de sincretismo, tanto na formação quanto no exercício profissionais.

Para o Serviço Social Tradicional existe uma história do Serviço Social. A ruptura com esta concepção, fruto da pesquisa comprometida com os fundamentos ontológicos, permitiu a compreensão de que:

É a história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que funda o chão no qual a profissão irá se desenvolver. É essa concepção materialista da história, que enfrenta a visão hegemônica (legado cultural do positivismo) de uma história cronológica, linear, evolutiva e sem sujeito, que fornece à profissão os suportes teórico-metodológicos para sua revisão crítica. (GUERRA, 2004, p. 26-27).

Partindo de uma concepção materialista da história, o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador foi enfrentado pelas(os) assistentes sociais brasileiras(os) tendo como pressuposto a crítica à razão instrumental e a apreensão dos fundamentos de uma razão humanista, historicista e dialética, essencialmente ontológica (GUERRA, 2004). Sendo assim, a categoria tem construído a crítica à razão formal-abstrata expressa no “teoricismo, metodologismo e a história tratada de maneira evolutiva, linear e cronológica. (...) [bem como na] apreensão do real a partir de fundamentos antiontológicos” (GUERRA, 2018, p. 31).

O processo de institucionalização da profissão se deu na primeira fase, especialmente no contexto desenvolvimentista e de modernização conservadora no país, com a emissão da Portaria nº 35 de 19/04/1949, que enquadra o Serviço Social no 14º grupo das profissões liberais; a aprovação da Lei n.º 1.889/53, que reconheceu legalmente o ensino superior, sua estruturação e prerrogativas dos portadores de diploma de assistente social, e a aprovação da Lei n.º

3.252/1957, primeira Lei de Regulamentação da profissão, complementada pelo Decreto n.º 994/1962 com criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e de 10 (dez) Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS. A partir de então, tornou-se obrigatório o registro profissional no Conselho da respectiva jurisdição do profissional para regular exercício profissional.

Período histórico riquíssimo e permeado por determinações, sem dúvida, a grande inflexão na qual as e os assistentes sociais disseram “*não* à naturalização da exploração, à brutalidade da repressão, ao Estado Ditatorial e seus representantes, aos limites impostos à organização dos trabalhadores, aos direitos civis e políticos” (IAMAMOTO, 2019, p. 14) foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, realizado em 1979 no Anhembi em São Paulo – o chamado *Congresso da Virada!*

No marco dos 30 e dos 40 anos do III CBAS, novas análises foram publicadas buscando evidenciar os determinantes que permitiram a “virada”, inclusive evidenciando as assistentes sociais negras na construção deste processo, adensando a produção intelectual e historiográfica sobre este período como NETTO (2009), VVAA (2009), CFESS (2009), ABRAMIDES (2017); ABRAMIDES; CABRAL (2019); ALMEIDA; ROCHA; BRANCO (2019); SILVA (2019) e BRAZ (2019).

No III CBAS também foi lançada a Revista Serviço Social & Sociedade, periódico que nasceu em 1979 e ao longo destes mais de 40 anos significou a possibilidade de disseminação e veiculação da produção do conhecimento na área. Sendo uma publicação da Editora Cortez, a história da Editora, de seu proprietário José Xavier Cortez (*in memoriam*) e seu vínculo com o Serviço Social é orgânico. Dar visibilidade à fortuna crítica (SILVA, 2019) é honrar o patrimônio construído ao longo de sua trajetória. Por ocasião dos 80 anos da profissão no Brasil, o querido Cortez, como era conhecido pela categoria, escreveu “há uma comunhão de ideias e projeto societário a que aspiramos coletivamente, por uma sociedade mais humanizada e menos desigual” (CORTEZ, 2016, p. 14). Três anos depois, por ocasião dos 40 anos da Revista Serviço Social & Sociedade, ele escreveu:

A sabedoria e o rigor presentes nas avaliações dos Conselhos Editoriais de livros e da Revista deram corpo a uma linha de publicação

reconhecida crítica e progressista, um pilar na defesa de direitos humanos e sociais. Configurou-se uma trincheira de páginas, sempre resistindo e lutando contra desigualdades. (CORTEZ, 2019, p. 11).

A política editorial da Cortez Editora, ao longo dos anos, também foi uma grande aliada no processo de internacionalização da produção intelectual brasileira, fomentando a publicação de obras em espanhol e investindo numa política de distribuição das publicações por todos os países da América Latina e Caribe, bem como para países da comunidade de língua portuguesa, particularmente Portugal e países da África.

Outra determinação central da particularidade socio-histórica brasileira que envolve a profissão foi sua inserção no Sistema Nacional de Pós-Graduação com a implantação do primeiro curso de Mestrado em 1972 e primeiro curso de Doutorado em 1981, ambos na PUC-SP, desencadeando um processo de expansão da pesquisa e crescente intercâmbio nacional e internacional. Fruto desse processo e da luta pelo reconhecimento acadêmico, em 1976 o Serviço Social passou a ser integrado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sendo considerada área específica de conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas. A área também foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, passando a participar dos editais de fomento à pesquisa e financiamento de bolsas de estudo.

Iamamoto (2007) produziu uma criteriosa análise sobre a Pós-Graduação, entre outros, com o objetivo de impulsionar uma política de pesquisa para a área. Silva & Carvalho (2007) analisaram os primeiros 30 anos dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país, do nascimento até 2003, identificando a relação entre o avanço dos Programas de Pós-Graduação e a participação dos Assistentes Sociais na construção do conhecimento no campo das Ciências Sociais, em geral, bem como no campo do Serviço Social, em particular.

A ampliação dos Programas de Pós-Graduação somada a criação de periódicos contribuiu para o adensamento e visibilidade da produção de conhecimento a partir do Serviço Social. Consideram que “O desafio é a produção de saberes que efetivamente contribuam

para o fortalecimento das lutas sociais, na construção de uma sociedade democrática, tendo em vista a repartição da riqueza socialmente produzida, a inserção social de todos e a construção de um padrão de vida digna e socialmente aceitável” (SILVA & CARVALHO, 2007, p. 214).

O legado do III CBAS é inquestionável. Produziu uma nova consciência e uma práxis política que tem sido a locomotiva da organização política da categoria no país e para além dele! Para um arguto e atento observador externo, “o simbolismo é forte: “Congresso da Virada”. A referência é histórica: marcou o reposicionamento político que deu à categoria extraordinária força para afirmar-se contra a naturalização das desigualdades sociais” (CORTEZ, 2019, p. 9). No mesmo ano, em Natal, antecedendo o III CBAS, ocorreu a Assembleia Geral da ABESS sendo determinante no processo da virada na formação profissional (BRAVO; RAIZER; LEMOS; ELPÍDIO, 2019).

Na trama de relações que envolvem o processo de produção e reprodução social no país, analisando os determinantes que mobilizaram a categoria a partir de 1979, as décadas de 1980 e 1990 sedimentaram o processo de renovação do Serviço Social brasileiro com hegemonia da perspectiva de intenção de ruptura (NETTO, 1991; 1996). No âmbito da formação profissional registra-se a aprovação do novo currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado pelo Parecer n.º 412 – MEC em 1982. Posteriormente, dadas as condições sócio-históricas, políticas e econômicas, a formação profissional é colocada em “xeque” e, na Assembleia da ABESS em 1993, na cidade de Londrina, aprovou-se novo processo de revisão curricular culminando com sua aprovação na Assembleia Geral realizada em 1996 na cidade do Rio de Janeiro, depois de intensa mobilização da categoria.

No âmbito do trabalho e exercício profissional, em 1986 foi aprovado novo Código de Ética Profissional, ao mesmo tempo em que a demanda por nova Lei de Regulamentação da Profissão se intensificou. A entrada dos anos 90 é marcada pela virada na composição da gestão do CFESS rompendo-se com a tendência hegemônica do corporativismo profissional, abrindo-se programaticamente às lutas sociais na particularidade nacional. Depois de intensa mobilização e debates, em 1993 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Itamar Franco a nova Lei de Regulamentação da

Profissão, Lei n.º 8.662, e aprovado o novo Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social (CFESS, 1993; BARROCO, 2001, 2004; IAMAMOTO, 1997, 2007).

No início dos anos 90, o acúmulo teórico e a maturidade político-organizativa, produzidos pelos inúmeros encontros, oficinas, reuniões realizadas no debate em torno da definição da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética Profissional e da revisão curricular denominada Diretrizes Curriculares em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em dezembro de 1996, permitiram adensar a concepção de profissão e sua vinculação aos projetos societários em disputa no período, bem como consolidar a vinculação e articulação estratégica entre as entidades da categoria e suas respectivas gestões. Neste processo, o protagonismo do movimento estudantil por meio da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE – SESSUNE foi fundamental e intenso, fomentando debates e formando novos quadros profissionais (ABESS, 1997).

As bases do projeto ético-político profissional se constituíram na consciência coletiva da categoria. NETTO afirma que “a dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor a *equidade* e da *justiça social* na perspectiva da *universalização* do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e consolidação da *cidadania* são postas explicitamente como condição para a *garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras*” (1999, p. 105).

Os acúmulos individuais e coletivos na apreensão da indissociabilidade da dimensão da formação profissional e do trabalho profissional, das dimensões das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, bem como da compreensão da natureza interventiva da profissão e seu reconhecimento como área de produção do conhecimento no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, permitiram a construção da unidade teórica e política comprometida à “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, bem como com demais princípios éticos que orientam o Serviço Social no Brasil (CFESS, 1993).

A partir desta referência comum e das particularidades de cada organização, o desafio presente consiste em construir unidade

política na implementação de uma formação e trabalho profissional radicalmente anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e internacionalista.

A consciência deste desafio estava presente na categoria profissional antes da pandemia encontrando as(os) profissionais no Brasil envolvidas(os) na Campanha Nacional “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, campanha de gestão que se espalhou pelo país e tirou o racismo individual, institucional e estrutural do silenciamento (CFESS, 2020).

No contexto da ABEPSS, por meio do trabalho articulado juntamente com pesquisadoras(es) do Grupo Temático de Pesquisa - GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, em 2018 foi aprovado o documento “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social”, com o objetivo de “oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada)” (ABEPSS, 2018).

Os objetivos específicos do documento apontam na direção de uma agenda política comum e absolutamente essencial para o avanço do projeto profissional: evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na Pós-Graduação; direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018).

Os acúmulos na área são notórios, porém o desafio persiste, pois:

Na esteira do drama que acomete cotidianamente a população negra no maior território diaspórico fora da África, remontar os elementos teóricos e históricos da formação social do Brasil se constitui uma tarefa ainda necessária, uma vez que não irrompemos com as amarras e mordidas que tornam essa guerra surda e que segue

seu curso com os rastros da desumanização, violência e banalização da vida da população preta e parda deste país. Realidade que remonta desde a escravização violenta do período da colonização, até os dias atuais, em que a subordinação dependente ao capital-imperialismo faz do racismo a pedra de toque das conformações para a manutenção do capitalismo, em especial, em países de economia dependente. (ELPÍDIO, 2020, p. 835).

Nossos passos vêm de longe e irão muito mais além!

Considerações finais

A Lei Geral da Acumulação Capitalista se impõe como “necessidade férrea” na garantia dos superlucros da minoria branca, colonizadora e do norte. E, nessa direção, a expansão da mundialização do capital e suas marcas históricas do imperialismo, do eurocentrismo e do colonialismo aprisionam a diversidade humana. A crueza da pandemia da Covid-19 acirrou esse processo e detonou uma crise sanitária, política e econômica que é em si uma crise humanitária.

A história do modo de produção capitalista se movimenta e se alimenta de crises, violências e desigualdades. Aprender o movimento contraditório da realidade concreta e evidenciar as respectivas contradições a ela inerentes é uma tarefa que se coloca àquelas e àqueles que, como sujeitos históricos, não se contentam com respostas irracionistas nem com a razão instrumental, antes, imprimem sentido na razão humanista, historicista e dialética.

A dinâmica das relações sociais que movem a luta de classes nas particularidades nacionais conforma a dinâmica da movimentação às respectivas pautas político-organizativas para além do Serviço Social. No contexto de desigualdades, a pandemia evidenciou e agudizou sua diversidade nas dimensões de classe, raça, gênero e território.

A dinâmica das relações sociais que move a luta de classes nas particularidades nacionais conforma também as pautas político-organizativas no Serviço Social. A maturidade intelectual do Serviço Social brasileiro foi possível pelo investimento da pesquisa, particularmente de tradição marxista, no âmbito das universidades públicas e nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. *A centralidade da investigação na formação e no exercício profissionais: na atualização*

docente, na formação de novas gerações de pesquisadores e na qualificação do exercício profissional em todas as áreas é uma estratégia fecunda para fortalecer uma internacionalização à esquerda somando às lutas e respostas profissionais latino-americanas e caribenhas, que sejam radicalmente anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais, avançando na emancipação humana.

Referências

ABESS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). In: **Formação profissional: trajetória e desafios**. Cadernos ABESS. n. 7, p. 58-76. São Paulo: ABESS/Cortez, 1997.

ABEPSS. **Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Memória. 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada”**. 1979. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GDPCRVTTVQMwK-cB3ywdzjRP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 02 set. 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Pesquisas apontam que milhares de mortes por Covid poderiam ter sido evitadas no Brasil**. 24/06/2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>>. Acesso em: 02 set. 2021.

ALAYÓN, Norberto (Org.). **Trabajo social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización**. 2 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes Sociais negras na construção**

“da virada” do Serviço Social brasileiro. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. p. 169-181. São Paulo: Cortez, 2019.

AMIN, Samir. **El Eurocentrismo:** crítica de uma ideologia. México: Siglo XXI Editores, 1989.

ARAUJO, Rafael; SARMIENTO, Erica. **A América Latina, a Covid-19 e as migrações forçadas:** perspectivas em movimentos, murros epidemiológicos e sombrias imagens. *Estudos Históricos*. v. 34, n. 73. Rio de Janeiro, mai./ago. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/rDJhW3VTLQQ7pcwDvFf7bdK>>. Acesso em: 26 set. 2021.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade:** expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*. v. 27, n. 72. Salvador, 2014.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. p. 141-208. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, Maria Lucia S. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no Projeto Ético-Político do Serviço Social.** *Serviço Social & Sociedade*. n. 79, p. 27-42. São Paulo, abr. 2004.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BARROS, Douglas Rodrigues. **O que é eurocentrismo?** 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/06/16/o-que-e-eurocentrismo>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. **O Movimento de Reconceituação no Brasil:** o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-150, 2º semestre de 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis.** Teoremas da resistência para o tempo presente. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza; RAIZER, Eugênia Célia; LEMOS, Esther Luiza. de S.; ELPÍDIO, Maria Helena. **O protagonismo da ABESS/ ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. p. 56-82. São Paulo: Cortez, 2019.

BRAZ, Marcelo. **Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. p. 182-200. São Paulo: Cortez, 2019.

BREITMAN, George. **Quando surgiu o preconceito contra o negro.** PABLITO, Marcelo; AFONSO, Daniel; PARKS, Letícia (Orgs.). In: **A Revolução e o Negro.** Ananindeua: Itacaiúnas, 2019.

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia:** reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade.* n. 140, p. 30-47. São Paulo, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CASTILHO, Daniela R.; LEMOS, Esther L. de S. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro:** repercussões na seguridade social brasileira. *Katálysis,* v. 24, n. 2, p. 269-279. Florianópolis, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75361/46569>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CEPEDISA. Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo. **Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil.** Boletim Direitos na Pandemia n.º 10. São Paulo, 20/01/2021. Disponível em: <<https://cepedisa.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 20 set. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no combate ao racismo.** Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional e Lei n.º 8.662.** 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **30 anos do Congresso da Virada**. CFESS, CRESS 9ª Região, ABEPSS, ENESS. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORTEZ, José Xavier. **Nota do editor**: o Congresso da Virada. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. p. 19-12. São Paulo: Cortez, 2019.

CORTEZ, José Xavier. **Nota do editor**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. p. 11-14. São Paulo: Cortez, 2016.

CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard. **Prefácio**. CORRÊA, Sonia (Org.). In: **Políticas antigênero na América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. **Preface**. In: RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped Africa**. London: Verso, 2018.

DUMÊNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **O imperialismo na era neoliberal**. Crítica Marxista. v. 1, n. 18, p. 11-36. São Paulo: Revan, 2004.

ELPÍDIO, Maria Helena. **O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro**: faces persistentes de uma presente ausência. Vértices. Campos dos Goytacazes/RJ. v. 22, n. especial, p. 834-850, 2020. Disponível em: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15837/13106>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FERNANDES, Luís Eduardo. **Notas acerca do debate internacional sobre o Imperialismo Tardio**. O Comuneiro. n. 32, mar. 2021. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr32_09_LuisEduardoFernandes.html>. Acesso em: 06 jul. 2021.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo em tempos de uberização**: do emprego ao trabalho. Kallaikia Revista de Estudos Galegos, n. 2, jun. 2017.

GLOBAL WITNESS. **La Finance Flambeuse**. 23/09/2019. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/Tcampaigns/forests/la-finance-flambeuse>>. Acesso em: 18 set. 2021.

GLOBAL WITNESS. **LAST LINE OF DEFENCE**. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists>>. Acesso em: 18 set. 2021.

GODEIRO, Nazareno (Org.). **Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro**. São Paulo: Sundermann, 2020.

GUERRA, Yolanda. **A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos**. In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, n. 10, p. 12-45, 1º semestre de 2004.

GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B.; MOLJO, Carina. B.; SERPA, Moema, SILVA, José F. S. da. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios**. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social Brasileiro em tempos de mundialização do capital**. YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.). In: **Serviço Social na História**. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Serviço Social na história – América Latina, África e Europa**. São

Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Prefácio**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. p. 13-16. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. Serviço Social & Sociedade. n. 128, p. 39-53. São Paulo, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FFZHrwPtzhMZW5qDVKgRCh-d/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed., p. 209-334. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Conservadorismo e Serviço Social**. In: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaios Críticos**. 4 ed., p. 17-53. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão nacional na América Latina**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Enigmas do pensamento latino-americano**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **A revolução e o negro**. PABLITO, Marcelo; AFONSO, Daniel; PARKS, Letícia (Orgs.). In: **A Revolução e o Negro**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2019.

KALMRING, Stefan; NOWAK, Andreas. **Considerando a África em Marx: Notas sobre o engajamento fragmentado de Marx com o continente africano**. Revista Direito e Práxis. v. 9, n. 4, p. 2.522-2.540. Rio de Janeiro, 2018.

LEMONS, Esther Luiza; MATOS, Maurilio Castro; RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A contribuição brasileira ao debate do Serviço Social**

mundial. YASBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.). In: **Serviço Social na História.** São Paulo: Cortez, 2019.

LIMA, Márcia; MILANEZI, Jaciane et al. **Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil?** Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19, AFROCEBRAP, n. 1, 2020. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Afro_Informativo-1_final_-2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

LOPES, Josefa Batista. **50 Anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina:** a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. Revista de Políticas Públicas. v. 20, n. 1, p. 237-252. São Luís, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054/3103>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LOWY, Michael. **O marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução Claudia Schilling, Luiz Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENDONÇA, Luiz Jorge. **América Latina:** da desigualdade social à desigualdade econômica. Argumentum. v. 1, n. 1, p. 78-91. Vitória, jul./dez. 2009.

MOLINA, Rita Andrea Meoño. **Servicio Social en América Latina:** desigualdad social regional, crisis de democracia y capitalismo. Servicio Social & Sociedad. n. 136. São Paulo: Cortez, 2019.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro:** conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. Serviço Social & Sociedad. n. 128, p. 39-53, abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0039.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD UnB, 2009.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. Revista Serviço Social & Sociedad. n. 1.000, p. 650-678. São Paulo, out./dez. 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Ser-**

viço Social. MOTA, Ana Elizabete (Org.). In: **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** 2 ed., p. 141-160. OPAS, OMS, Ministério da Saúde. São Paulo: Cortez, 2007. Acesso em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Em Pauta. n. 19, p. 134-170. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>>. Acesso em: 20 set. 2021.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação:** 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade. n. 84, p. 5-20. São Paulo, nov. 2005.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social:** notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. Ano 17, n. 50, p. 87-132, São Paulo, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Serviço Social & Sociedade. n. 30, p. 89-102. São Paulo, abr. 1989.

OXFAM. **O vírus da desigualdade.** 2021. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade>>.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Acumulação originária do capital e direito.** InSURgência, Brasília, IPDMS – Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, ano 2, v. 2, n. 1, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SANTOS, Adriana Gomes; NETO, Antonio Fernandes; DIAS, Hertz. **África: colonialismo, genocídio e reparação.** São Paulo: Sundermann, 2019.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro**. Estudos RBPG. v. 4, n. 8, p. 192-216. Brasília, dez. 2007. Disponível em: <<https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Encantamento**. Sobre política de vida. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

TRICONTINENTAL. **‘The Politic of Blood’**: Political Repression in South Africa. 04/08/2020. In: **Dossier n.º 31 of Tricontinental**: Institute for Social Research. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/dossier-31-political-repression-in-south-africa>>.

TRICONTINENTAL. **Defendendo nossa soberania: as bases militares dos EUA na África e o futuro da unidade africana**. In: **Dossiê n.º 42 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e Socialist Movement of Ghana Research Group (Movimento Socialista do Grupo de Pesquisa de Gana)**. jul. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/07/20210721_Dossier-42_PT_Web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Márcia et al. **As desigualdades educacionais e a Covid-19**. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 3, nov. 2020. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

VVAA. **O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista**. Serviço Social & Sociedade. n. 100. São Paulo, out./dez. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social**. GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B.; MOLJO, Carina. B.; SERPA, Moema; SILVA, José F. S. da (Orgs.) In: **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. p. 47-84. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e ruptura com o conservadorismo**. p. 15-23. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). São Paulo: Cortez, 2016.

WALLACE, Rob et al. **Covid-19 e os Circuitos do Capital**. GONÇALVES, Guilherme Leite (Org.). In: **Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020.

O protagonismo organizativo do serviço social no contexto internacional e brasileiro

Annamaria Campanini

Reginaldo Ghiraldelli

Introdução

O presente texto é resultado de uma profícua parceria acadêmica, construída entre os autores nos últimos três anos, que teve início no XXII Seminário Latino-Americano e do Caribe de Escolas de Serviço Social, organizado pela Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS)¹ ocorrido em Bogotá, na Colômbia, de 24 a 27 de setembro de 2018. Desde então, essa parceria se constituiu baseada na troca de conhecimentos, experiências e realização de eventos acadêmico-científicos que atravessa territórios, nações, continentes, mares e oceanos².

1 Em espanhol: Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS).

2 Com “licença acadêmica” e “quebrando protocolos”, tendo em vista que este texto foi elaborado por ambos os autores, eu, Reginaldo Ghiraldelli, escrevo esta nota na primeira pessoa de forma a contextualizar a construção desta parceria. Após conhecer a professora Annamaria Campanini em 2018 em Bogotá, realizei as atividades da licença para capacitação docente no 1º semestre de 2019 na Universidade de Roma La Sapienza (Itália) e, nesse período, em contato com a professora, pude, a convite da mesma, conciliar e participar de eventos como o do Dia Mundial do Serviço Social ocorrido na cidade de Matera, na Itália, em 22 de março de 2019, de seminários organizados pela docente na Universidade de Milão Bicocca nos dias 17 de abril, 08 de maio e 22 de maio de 2019 e da 2ª Conferência Italiana sobre Pesquisa em Serviço Social ocorrida na Universidade de Trento de 31 de maio a 1 de junho de 2019. Também, mediante convite da professora, ministrei a palestra “Serviço Social no Brasil: história, percurso e atualidade” para estudantes da Universidade no dia 23 de maio de 2019 e pude contribuir com o levantamento de informações e dados sobre os cursos de Graduação em Serviço Social no Brasil, com o objetivo de compor o Censo Mundial da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW/AIETS). Conforme relato da professora Annamaria Campanini, no seu pedido para a contribuição no levantamento dos dados para o Censo, a IASSW/AIETS esbarra em dois principais obstáculos para a coleta de dados brasileiros, que são o idioma e a ausência de instituições de ensino filiadas à Associação. Posteriormente, com a implementação do Programa Institucional de Internacionalização - CAPES PRINT, a professora Annamaria Campanini esteve na Universidade de Brasília (UnB) de 29 de setembro a 5 de outubro de 2019, realizando as atividades: palestra com o tema “Ser-

A partir de um aporte bibliográfico e documental, o texto objetiva apresentar em linhas gerais e aproximativas formas organizativas do Serviço Social no cenário internacional e brasileiro, considerando algumas experiências, ações, desafios e relações político-institucionais que envolvem as entidades representativas da categoria profissional. Nesse caso, sem a pretensão de esgotar a discussão de um tema complexo e abrangente, o texto enfatiza, em âmbito internacional, a experiência da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW/AIETS) desde a sua constituição e, em relação ao Brasil, traça um panorama das particularidades da profissão e seu legado a partir do patrimônio político-organizativo construído historicamente como no caso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Discorre, considerando a realidade social e a inserção do Serviço Social nas relações contraditórias da sociedade capitalista, sobre os desafios postos para a profissão em sua dimensão coletiva e organizativa e a necessidade das articulações tanto entre os sujeitos profissionais, quanto com os movimentos sociais, sindicais e segmentos ampliados da classe trabalhadora.

viço Social: formação e organização da categoria profissional no contexto brasileiro e internacional” (junto com as representações da ABEPSS e CFESS), minicurso sobre “O Serviço Social na Itália”, reunião com a professora Valdenizia Bento Peixoto, na época chefe do Departamento de Serviço Social da UnB, para um diálogo sobre a possibilidade de filiação institucional à IASSW/AIETS. Foi também feito o convite formal ao Departamento de Serviço Social para a participação na Conferência Internacional a ser realizada em Rimini (Itália) de 28 de junho a 1 de julho de 2020 (suspensa posteriormente devido à pandemia), além de reunião sobre a possibilidade de formalização de acordo de cooperação internacional entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Milão Bicocca. Logo depois, retornei à Universidade de Milão Bicocca para uma reunião institucional com o objetivo de dar andamento ao acordo de cooperação internacional e ministrei a palestra “Trabalho, direitos e desigualdades no Brasil” no dia 7 de fevereiro de 2020 para estudantes do Departamento de Sociologia e Pesquisa Social e do Doutorado Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano Sustentável. Naquele momento ocorriam as primeiras infecções pelo novo coronavírus na Itália e, semanas depois, diante de uma situação cada vez mais dramática, o país entraria em lockdown. Com o espalhamento da doença por todos os continentes de forma célere, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia, alterando todo o conjunto das relações sociais.

1. A Associação Internacional de Escolas de Serviço Social: uma breve contextualização

Desde a sua gênese, o Serviço Social tem focado a atenção na dimensão internacional por meio do desenvolvimento e reconhecimento da profissão. Uma referência oficial, que demonstra como esse processo de intercâmbio e diálogo foi realizado em todo o mundo, foi lançada na Primeira Conferência Internacional de Serviço Social realizada em Paris, de 8 a 13 de julho de 1928.

Depois de ter participado da Conferência Nacional de Serviço Social nos Estados Unidos, na cidade de Washington, Dr. René Sand, médico belga, decidiu organizar um encontro internacional semelhante. Ele estava convencido de que, para promover o desenvolvimento social, era necessário levar em conta as interconexões entre os diversos fatores econômicos, sociais e de saúde. Defensor de uma nova abordagem baseada na formação e profissionalização das pessoas engajadas nos serviços sociais, bem como nos intercâmbios internacionais, se tornou o promotor deste projeto. Na Conferência de Paris, junto com representantes governamentais de 39 países, 2.421 pessoas de 42 Estados participaram do trabalho intensivo articulado em diferentes sessões (MASARYKOVA, 1928), sendo que uma das sessões foi a de educação para o Serviço Social, conduzida por Alice Salomon.

Durante a Conferência, foram estabelecidas as três organizações que representam internacionalmente o Serviço Social, assistentes sociais e o bem-estar social, no caso: a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (AIETS)³, anteriormente denominada de Comitê de Escolas de Serviço Social (*International Committee of Schools for Social Work*); o Conselho Internacional de Bem-Estar Social⁴ e a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS)⁵, anteriormente denominada de Secretaria Permanente Internacional

3 Em inglês denominada International Association of Schools of Social Work (IASSW) e em espanhol Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (AIETS). Nesse sentido, o presente texto adota ambas as siglas (IASSW/AIETS) para fazer referência à Associação. Disponível em: <<https://www.iassw-aiets.org>>.

4 International Council on Social Welfare (ICSW). Disponível em: <<https://www.icsw.org>>.

5 Em inglês denominada International Federation of Social Workers (IFSW) e em espanhol Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS). Disponível em: <<https://www.ifsw.org>>.

de Assistentes Sociais (*International Permanent Secretariat of Social Workers - IPSSW*).

Alice Salomon, expoente na fundação do Serviço Social na Alemanha, foi membro do comitê organizador da Conferência e coordenou a seção dedicada à educação, liderando o Comitê Internacional de Escolas de Serviço Social até 1946. A constituição formal do até então denominado Comitê de Escolas de Serviço Social foi estabelecida em 1929, durante a reunião de Berlim, com a definição da sua missão. Ficou definido que o objetivo do Comitê de Escolas de Serviço Social era o de promover uma troca de opiniões e experiências entre escolas de Serviço Social e lidar com os problemas de cooperação internacional dessas escolas, como o intercâmbio de professores e estudantes, a organização de um centro de documentação e informação, a formação de cursos internacionais de estudos sociais e a participação na preparação de congressos internacionais de Serviço Social (Comitê Internacional de Escolas de Serviço Social, 1929)⁶.

Esse período de 1929 à eclosão da Segunda Guerra Mundial pode ser identificado como a fundação da Associação. Embora 111 escolas tenham sido identificadas como membros potenciais no período, apenas 46 instituições de ensino de 10 países diferentes foram associadas à entidade. Essa disparidade de membros associados parece estar relacionada às discussões polêmicas ocorridas entre aqueles que concordaram em manter uma posição de neutralidade em relação à afiliação religiosa (como o caso do Comitê) e aqueles que aderiram à União Católica Internacional para o Serviço Social (Kendall, 1978). Devido ao trabalho da presidente Alice Salomon (1928-1946), o número de membros aumentou em 1939 de 46 escolas de 10 países para 75 escolas de 18 países (Kendall, 1978) e muitas atividades foram realizadas durante esses anos.

As conferências internacionais foram realizadas em Frankfurt (1932) e em Londres (1936). Foram efetivados intercâmbios entre escolas e constituído um Centro de documentação sobre estágio e treinamento em Serviço Social, coletando e catalogando os materiais de mais de 100 escolas. Este foi o ponto de partida para o Censo Mundial referente aos cursos/escolas de Serviço Social, projeto realizado pela IASSW/AIETS e que a cada década trabalha para atualizar

⁶ Consultar Healy e Link (2012).

o posicionamento dos cursos e mapear as escolas de Serviço Social em todo o mundo.

Outra iniciativa importante realizada sob a presidência de Alice Salomon foi organizar um estudo comparativo para identificar os aspectos convergentes e divergentes na formação em Serviço Social. Alice Salomon identificou muitos aspectos comuns nos currículos, mas também encontrou distinções que contribuíram para compreender as diferentes necessidades sociais, particularidades regionais e sistemas educacionais com históricos diversificados em cada país. A partir disso, Salomon apontou sobre a necessidade de um alinhamento entre as escolas, incentivando as instituições de ensino a organizarem suas bases curriculares a partir das necessidades e particularidades de cada país e região.

Ao mesmo tempo, Alice Salomon já afirmava que a injustiça social era consequência de um sistema econômico que opera em todo o mundo e, portanto, precisa ser enfrentado em nível global. Ela acreditava que essa visão direcionava o Serviço Social a se engajar internacionalmente e, nesse sentido, o debate sobre a internacionalização dos currículos, permeado por consensos e dissensos, está presente desde o início.

Alice Salomon também considerou uma perspectiva radical relacionada à prática profissional e ao engajamento político, afirmando que sem uma análise profunda das desigualdades e sem uma concepção de que o *status quo* precisa ser alterado em direção à justiça social, o Serviço Social poderia perder a sua identidade. Assim, Salomon considerava que os/as assistentes sociais precisam ter uma consciência social que reconheça a interdependência entre indivíduos sociais, lute contra o individualismo e estabeleça compromisso ético diante do trabalho profissional.

Durante a sua presidência, foram organizados seminários de verão sobre diversos temas relevantes para o Serviço Social, mas os anos marcados pela Segunda Guerra Mundial impediram a continuidade do intercâmbio internacional. Além disso, Alice Salomon enfrentou muitos desafios no período da sua gestão, especialmente quando as escolas alemãs se retiraram do Comitê (1936) e, como judia, em 1937, foi forçada a deixar a Alemanha para evitar a deportação para um campo de concentração.

A fase do pós-guerra gerou novas questões políticas, a partir da Guerra Fria, pois ocorreu o fechamento de escolas de Serviço So-

cial no Leste Europeu e, posteriormente, a China extinguiu a profissão, pois era considerada pelo governo maoísta como uma expressão dos interesses da burguesia.

Ao longo da sua história e consolidação como entidade político-organizativa de representação de um coletivo profissional, vários/as presidentes estiveram à frente da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW/AIETS), como: René Sand (Bélgica, 1946-1953), Jan Floris de Jongh (Países Baixos, 1954-1961), Eileen Younghusband (Reino Unido, 1961-1968), Herman D. Stein (Estados Unidos, 1968-1976), Robin Huws Jones (Reino Unido, 1976-1980), Heinrich Schiller (Alemanha, 1980-1988), Ralph Garber (Canadá, 1988-1996) e todos/as deram contribuições significativas para a entidade.

Mas cabe sublinhar a ação da IASSW/AIETS nos últimos vinte e cinco anos, visto que as eleições desse período permitiram aprofundar aspectos das atividades que atualmente estão sendo desenvolvidas pela Associação e também porque essas eleições expressaram um maior envolvimento de representantes de várias nações, para além do eixo Estados Unidos e Europa. Dentre elas destacam-se as gestões de Lena Dominelli (Reino Unido, 1996-2004), Abye Tasse (Etiópia, 2004-2008), Angelina Yuen-Tsang (Hong Kong, 2008-2012) e Vimla Nadkarni (Índia, 2012-2016).

Em 1996, Lena Dominelli foi eleita presidente da IASSW/AIETS e na sua gestão a missão da Associação foi redefinida, reforçando e especificando o que foi estabelecido em 1929. De importância particular foi a retomada do diálogo com a IFSW/FITS, o que levou à elaboração conjunta e, posteriormente, à aprovação de três documentos fundamentais: a *Definição de Serviço Social*, aprovada em 2014⁷, a *Declaração dos Princípios Éticos do Serviço Social*, aprovada em 2018⁸ e os *Padrões Globais para a Formação e o Estágio/Treinamento em Serviço Social*, ratificado e publicado em 2020⁹.

A elaboração, o debate e a aprovação desses documentos foram momentos marcados por tensões e polêmicas no interior do co-

7 Disponível em: <<https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work>>. Acesso em: 14 set. 2021.

8 Disponível em: <<https://www.ifsw.org/global-social-work-statement-of-ethical-principles>>. Acesso em: 13 set. 2021.

9 Disponível em: <<https://www.ifsw.org/global-standards-for-social-work-education-and-training>>. Acesso em: 14 set. 2021.

letivo profissional. No que se refere ao documento sobre os *Padrões Globais para a Formação e o Estágio/Treinamento em Serviço Social*, o debate envolveu acadêmicos e profissionais de todo o mundo no difícil desafio de definir diretrizes pertinentes em nível internacional e que respeitassem as particularidades de cada país e região.

Em 2003, a IASSW/AIETS passou a apoiar projetos internacionais envolvendo ao menos três escolas em dois ou mais países diferentes, incentivando as experiências culturais diversificadas na formação em Serviço Social¹⁰.

Ainda na gestão de Lena Dominelli foi desenvolvida uma resposta de longo prazo para dar apoio/suporte a assistentes sociais que atuam em comunidades afetadas por desastres. Este continua sendo um tema candente em que a Associação se coloca comprometida em contribuir com a formação em Serviço Social no que diz respeito à prevenção e recuperação de desastres, bem como às mudanças climáticas. Cabe destacar que a IASSW/AIETS também esteve presente nos últimos anos em eventos das Nações Unidas sobre o debate das mudanças climáticas.

O ano de 2004 marcou um passo significativo na história da IASSW/AIETS com a eleição do primeiro presidente não europeu ou norte-americano. Sob a gestão de Abye Tasse, da Etiópia, várias iniciativas foram promovidas para a ampliação e desenvolvimento da formação em Serviço Social e de seus órgãos regionais em diferentes países.

De grande significado foi a reorganização da formação em Serviço Social na Etiópia por meio da mobilização de colegas de diferentes partes do mundo, principalmente membros proeminentes da IASSW/AIETS. Foram adotados como modelos formativos os programas de Bacharelado em Serviço Social, o Mestrado em Serviço Social e o Doutorado com o objetivo de capacitar futuros docentes na área. Dessa forma, foi possível resolver o impasse no número insuficiente de docentes com qualificação na área de Serviço Social por meio da formação de um quadro de doutores que poderiam ser admitidos nos programas de bacharelado.

Os esforços de Abye Tasse em promover a diversidade no âmbito da IASSW/AIETS também foram implementados com o es-

¹⁰ Os resultados desta iniciativa podem ser encontrados na página da IASSW/AIETS. Disponível em: <<https://www.iassw-aiets.org>>.

tabelecimento de um grupo de trabalho preocupado com a política linguística, buscando abordar desequilíbrios e suposições normativas em relação ao uso da linguagem e acordos de parceria. Além disso, a presença da Associação nas Nações Unidas foi fortalecida. Durante a presidência de Abye Tasse, a discussão sobre a *Definição Global de Serviço Social* foi reativada para torná-la mais coerente com a situação contemporânea. Buscou-se também uma aliança entre a IFSW/FITS e o ICSW para organizar conferências globais semestrais conjuntas e uma Agenda Global para o Serviço Social foi desenvolvida. A Agenda Global amplamente disseminada nos níveis nacional, regional e internacional tinha como objetivo fazer com que as demandas do Serviço Social fossem pautadas e discutidas em todo o mundo.

Em 2008, na conferência de Durban (África do Sul), a eleição de Angelina Yuen-Tsang (Hong Kong) como presidente, contribuiu para o rápido desenvolvimento da formação em Serviço Social na China e a ampla participação das escolas chinesas na IASSW/AIETS. A sua presidência trouxe importantes contribuições, tanto na organização interna do trabalho da comissão executiva, como no desenvolvimento de métodos de comunicação mais eficazes entre os membros associados e as relações internacionais. A página *web* da IASSW/AIETS foi reestruturada, listas de mala-direta foram ativadas, um Boletim Informativo bimestral foi produzido e enviado a toda a Diretoria para atualizá-los sobre as atividades em andamento e, graças ao apoio de parcerias, foi criada a *Revista Diálogo Social*, como meio de divulgação de informações sobre o Serviço Social no mundo. A Agenda Global foi lançada sob sua presidência, durante a conferência de Hong Kong em 2010.

Em Estocolmo, em 2012, Vimla Nadkarni, da Índia, foi eleita presidente da IASSW/AIETS e apoiou ativamente as iniciativas desenvolvidas pelos/as presidentes anteriores. Muitas iniciativas importantes foram concluídas durante esse período, incluindo a abertura do Centro de Recursos em Pequim; Programas de Consultoria no Sri Lanka e Emirados Árabes Unidos; atividades de capacitação no Vietnã; elaboração de uma declaração sobre Pesquisa em Serviço Social e a parceria com o UNAIDS (Programa das Nações Unidas). Houve um estreitamento na relação com a ONU em Genebra, que passou a contar com a participação de representantes da IASSW/AIETS, além da organização do Dia Mundial do Serviço Social.

Atualmente, sob a presidência de Annamaria Campanini (Itália), eleita em 2016 em Seul e reconduzida pelo segundo mandato em julho de 2020, a IASSW/AIETS é caracterizada como uma entidade organizativa da categoria profissional em âmbito internacional que apoia, acompanha, orienta e promove a formação em Serviço Social a nível mundial.

1.1 Propostas e ações da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social: um esboço

A IASSW/AIETS realiza uma série de atividades para cumprir sua missão de desenvolver e promover a excelência na formação e na pesquisa, mantendo uma comunidade dinâmica e estimulando a participação e intercâmbio de informações e experiências, bem como a representação da formação em Serviço Social a nível internacional. Cumpre a sua missão por meio de diferentes comitês e grupos de trabalho, que tratam de temas específicos, como: 1) Educação (dedicada às questões relacionadas à formação, projetos internacionais e pesquisas); 2) Área Jurídica e Política (atua em pautas e agendas concernentes aos direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade, as alterações climáticas, a intervenção profissional em desastres, a defesa das mulheres, a Agenda Global e o Comitê Internacional de Representação na ONU); 3) Serviços aos Associados (elabora e executa uma política de comunicação, realizam e divulgam publicações, tratam da questão dos idiomas e administram o financiamento).

Diferentes grupos de trabalho são constituídos conforme a demanda, em particular, aqueles relacionados com a colaboração da Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW/FITS) para a redação de documentos comuns, como no caso da Definição Global de Serviço Social, os Princípios Éticos para a formação em Serviço Social e as ações relacionadas ao desenvolvimento da Agenda Global.

Na área da educação/formação profissional há um comitê com iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Este comitê organiza e realiza seminários presencialmente, com uma frequência de três reuniões bienais, sendo que uma das reuniões coincide com a Conferência Internacional, enquanto as outras duas são realizadas em Universidades que se manifestem dispostas a aco-

lhê-las. Como exemplo, nos últimos anos, em Nairóbi (África), foi realizado um simpósio com o tema “Estágio e supervisão de campo para a prática ética do Serviço Social”, enquanto que em Zagreb (Croácia) o evento abordou o tema da “Educação em Serviço Social”. Em Tóquio (Japão), o tema discutido foi “Questões emergentes e desenvolvimentos futuros na formação em Serviço Social: desafios para a construção de uma sociedade inclusiva e para o Serviço Social global” e o mais recente em Kuala Lumpur (Malásia) sobre a “Formação em Serviço Social em âmbito internacional”.

O comitê também organiza atividades específicas de capacitação docente em áreas onde a formação em Serviço Social foi estabelecida nos anos recentes. Um exemplo são as atividades realizadas no contexto do Vietnã, com uma experiência que se revelou muito exitosa. Outra ação diz respeito aos pedidos de análise e comparação entre currículos, experiência que ocorreu no Sri Lanka e nos Emirados Árabes Unidos e que estava prevista para ser realizada também no Chile e no Cazaquistão, mas a atividade foi suspensa por causa da pandemia da Covid-19.

É importante destacar que o objetivo desta atividade não é a acreditação (avaliação e certificação) dos programas, cursos e instituições de ensino, que devem ocorrer a partir das agências nacionais e de acordo com suas normas avaliativas específicas, mas de realizar uma análise entre pares, por meio de reflexões e diálogos fundamentados, considerando as especificidades históricas e socioculturais, bem como as questões internacionais para a formação de assistentes sociais no contexto contemporâneo.

O comitê também está envolvido na avaliação de pedidos de apoio à realização de Centros Regionais de Recursos e Pesquisas. Na atualidade, existem quatro Centros em atividade, sendo eles na China, Oceania, Norte da Europa e África. Compreende-se que esses centros podem se tornar importantes referências para os seus respectivos territórios no sentido de criar/fortalecer redes, desenvolver pesquisas, obter dados e informações das suas localidades, sistematizar e organizar documentação que sirva de consulta e acervo, realizar eventos de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

O comitê que trata de pesquisas internacionais tem a tarefa de avaliar as propostas apresentadas e emitir parecer decisório sobre quais projetos serão financiados. É necessário que os projetos in-

cluem ao menos três membros de diferentes países e tenham o objetivo geral de contribuir para a implementação da missão da IASSW/AIETS e para o desenvolvimento da colaboração entre diferentes escolas ao redor do mundo. Desde 2003 foram aprovados cerca de cinquenta projetos e em 2020 foi lançada uma convocatória extraordinária para projetos relativos aos efeitos da Covid-19 no ensino e as estratégias implementadas na formação em Serviço Social com os desdobramentos da pandemia.

O comitê de pesquisa publicou um artigo destacando as características da pesquisa em Serviço Social, organizou um evento sobre o tema durante a Conferência Internacional de Seul em 2016 e propôs um questionário para compreender como a pesquisa é abordada nos cursos de Serviço Social e quais os métodos mais utilizados. Com a pandemia, o comitê tem recolhido documentação sobre a Covid-19 e seus efeitos, considerando as diferentes áreas de intervenção profissional como violência doméstica contra mulheres, saúde mental, proteção infantil, política de habitação, educação, atendimento à população idosa, saúde, questões relacionadas ao suicídio, deficiência e política social¹¹.

Recentemente, foi constituído um grupo de trabalho envolvendo profissionais vinculados às disciplinas de Serviço Social com o objetivo de adentrar o âmbito da UNESCO e apoiar a autonomia do Serviço Social nas diversas áreas de avaliação e pesquisa.

Já as áreas jurídica e política reúnem um conjunto de ações e dentre elas se destaca o Comitê de Direitos Humanos que se concentra em apoiar a formação, a capacitação e a pesquisa em todos os aspectos dos direitos humanos e da justiça social, incluindo a preparação de estudantes nas ações de defesa, negociação e mediação de conflitos. Para isso, foi proposto um curso online sobre “*Integração dos Direitos Humanos na Educação para o Serviço Social*”. Foi elaborado um comunicado que destaca a posição da Associação, dada a dificuldade de responder prontamente aos diversos eventos que violam os direitos humanos e a justiça social cotidianamente.

O Comitê de Sustentabilidade, Mudanças Climáticas e Desastres elaborou no ano de 2010 um Documento sobre Intervenções em Desastres, diante das demandas interventivas em situações de desas-

11 Disponível em: <https://www.iassw-aiets.org/wp-content/uploads/2021/01/Literature-review.Covid-19.IASSW_Research-Committee.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

tres, e tem participado de reuniões organizadas pelas Nações Unidas sobre mudanças climáticas, apresentando as atividades e a posição política da Associação sobre o assunto.

Na esteira desse debate, merece ser lembrado que na década de 1980 um grupo de acadêmicos do Serviço Social começou a pausar o debate sobre a questão ambiental e a sustentabilidade. A partir de então, essa perspectiva tem promovido uma conscientização no interior da categoria profissional sobre as crises ecológicas e as questões ambientais que afetam a humanidade. Essas discussões têm permeado a sociedade, o que significa que as questões ambientais estão conectadas aos próprios fundamentos da sociedade, suas estruturas, seus modos de vida e seus valores, já que é importante entender que a produção das desigualdades sociais e as mudanças climáticas são faces da mesma realidade. Isso demonstra a necessidade de análises sobre as desigualdades sociais levando em consideração as sérias consequências climáticas e ambientais que ameaçam a vida e a sobrevivência da população. Ou seja, a formação em Serviço Social também precisa se dedicar e se apropriar dos debates relacionados às questões ecológicas, diante de uma profunda crise ambiental de dimensão destrutiva. Na atualidade, cada vez mais estudiosos do Serviço Social estão se dedicando às pesquisas e reflexões sobre a importância do meio ambiente e da sustentabilidade para a continuidade da espécie humana¹².

No que se refere à pandemia da Covid-19, foi criada uma área específica na página da Associação a partir de três aspectos distintos, sendo eles: 1) coleta de histórias e experiências profissionais; 2) notícias sobre a pandemia e as diferentes iniciativas das escolas (utilização de plataformas virtuais, redes sociais etc.); 3) experiências de ensino a distância (em formato remoto) durante a crise sanitária. Para a execução da iniciativa, profissionais, estudantes e docentes foram convidados/as a relatar como a Covid-19 impactou o cotidiano do

12 Essa concepção se expressa também nos Princípios Éticos do Serviço Social, declaração aprovada na Conferência Mundial de Serviço Social em Dublin (Irlanda), em 2018. Dentre os princípios se coloca que os/as assistentes sociais respeitam e defendem o princípio dos direitos humanos da indivisibilidade e promovem todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Os/as assistentes sociais reconhecem que os direitos humanos precisam coexistir com a responsabilidade coletiva, entendendo que os direitos humanos individuais só podem ser realizados cotidianamente se as pessoas assumirem responsabilidades umas pelas outras e pelo meio ambiente. Disponível em: <<https://www.ifsw.org/global-social-work-statement-of-ethical-principles>>. Acesso em: 13 set. 2021.

ensino e do trabalho profissional. Com isso, foram obtidas inúmeras respostas em mais de 15 países e, também, possibilitadas ações conjuntas de solidariedade entre docentes, estudantes e assistentes sociais, com base na construção de espaços de troca de experiências e, por diversos meios e canais virtuais, foram realizados encontros com a finalidade de ultrapassar o isolamento e buscar alternativas coletivas diante das dificuldades impostas à humanidade pelo novo coronavírus.

Além disso, considerando que a IASSW/AIETS se compromete duas vezes por ano com a implementação de um Edital de financiamento de projetos, na atual conjuntura pandêmica decidiu-se por lançar uma proposta especial de financiamento de projetos que incluísse pelo menos três nações de duas regiões distintas do mundo, com o tema “*O trabalho docente em Serviço Social no contexto da Covid-19*”. O objetivo era compreender como os docentes de Serviço Social estão se organizando no período da pandemia em relação às atividades acadêmicas e científicas. Quatro projetos com diferentes conteúdos foram selecionados, sendo eles: 1) Mapeamento do Serviço Social no ensino superior durante a Covid-19; 2) Uma perspectiva internacional sobre o uso do diário; 3) Teoria e prática do Serviço Social na pandemia global; e 4) Experiências de cuidar e compartilhar boas práticas diante da situação da Covid-19.

Outra iniciativa foi a organização de um documento/relatório baseado em experiências, editado por Lena Dominelli e outros/ as colegas, com a participação de 16 países de diferentes regiões do mundo, sendo eles: Albânia, Austrália, Bangladesh, Estônia, Finlândia, Índia, Irã, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Eslovênia, Espanha, Sri Lanka, Suécia e Reino Unido. O pano de fundo deste relatório foi a pandemia da Covid-19, reconhecendo, perante a comunidade internacional, as contribuições de docentes, estudantes e assistentes sociais para enfrentar os desafios postos e intensificados pela pandemia. A elaboração dos textos foi previamente definida e apresentada com base em alguns eixos: a) Contexto do país; fatos e números; população e densidade populacional; número de casos e período de tempo da infecção; número de óbitos (quando possível, por faixa etária, sexo e região); número de mortes em ambientes específicos como lares de idosos e creches para crianças (se houver informações adequadas disponíveis); b) Medidas governamentais e outras medi-

das sociais para enfrentar as consequências do coronavírus; âmbito de isolamento (estabelecimentos fechados, proibições e sanções por violação das regras etc.); medidas governamentais para lidar com problemas e necessidades sociais (políticas de Estado); situação das políticas e dos serviços sociais, comparecimento de autoridades públicas e/ou profissionais nos meios de comunicação para socializar informações; c) Respostas das políticas e dos serviços sociais; funcionamento dos serviços públicos e sociais em relação às medidas impostas contra o coronavírus; orientações para os serviços sociais elaboradas pelas autoridades responsáveis em relação ao atendimento aos cidadãos e usuários dos serviços de emergência (proteção à criança, violência, saúde mental etc.); uso de ferramentas digitais no trabalho com usuários e em equipes; principais preocupações expressas pelos serviços públicos e sociais; d) Respostas profissionais de assistentes sociais; grupos mais afetados pela pandemia conforme cadastro nos registros e prontuários; abordagens inovadoras e/ou alternativas direcionadas às comunidades, usuários e suas necessidades; principais obstáculos para aproximar e apoiar os cidadãos e a população usuária dos serviços; avaliação crítica das medidas governamentais; as ações e contribuições das entidades nacionais representativas da categoria de assistentes sociais no apoio aos/às profissionais durante a crise do novo coronavírus.

Cabe considerar que existem lacunas no estudo realizado e ausência de informações e dados do Sudeste Asiático, América Latina, América do Norte, África e povos indígenas em todo o mundo.

A última iniciativa definida, com base na análise dos relatórios, foi a realização de um estudo intitulado “*Compreendendo o cotidiano do ensino, da aprendizagem e da prática profissional de assistentes sociais durante a Covid-19: uma perspectiva global*”, para o qual foi utilizado um questionário online com o objetivo de compreender o impacto da Covid-19 para estudantes, docentes e profissionais de Serviço Social. A expectativa, em relação aos resultados da pesquisa, era abrir a possibilidade de construir alternativas para a formulação de políticas sociais efetivas e poder atualizar metodologias e ferramentas pedagógicas adequadas às necessidades de estudantes de Serviço Social. A perspectiva que orientou essa iniciativa esteve baseada na coleta de experiências e apreensão das realidades vividas por docentes, estudantes e assistentes sociais, com o objetivo de

refletir coletivamente sobre as situações postas, pensar alternativas coletivas e defender melhores condições para o exercício profissional e maior reconhecimento da profissão diante da sua relevância social em todo o mundo.

Além disso, outra área importante diz respeito à representação da IASSW/AIETS nas sedes da ONU em Nova York (Estados Unidos), Genebra (Suíça) e Bangkok (Tailândia). Nessas sedes sua representação participa da organização do Dia Mundial do Serviço Social e em Nova York a Associação está representada nos diversos comitês em que são discutidos temas relacionados ao Serviço Social, aos direitos humanos e à justiça social. A equipe de Nova York produz regularmente um Boletim Informativo com atualizações das atividades desenvolvidas neste espaço representativo.

De 2016 a 2018 foram realizadas pesquisas sobre o ensino de gênero e direitos das mulheres nos currículos dos cursos de Serviço Social das escolas associadas, cujos resultados foram apresentados na Conferência de Dublin em 2018. O grupo sobre as mulheres elaborou um vídeo intitulado: “*Mulheres na IASSW/AIETS: refletindo suas experiências de liderança*”, que reúne depoimentos das mulheres que atuaram na Associação. Recentemente, a *Revista Diálogo Social* dedicou um número sobre o tema “*A pandemia das sombras*” com objetivo de discutir e apresentar reflexões sobre as desigualdades de gênero, fenômeno que se agravou durante a pandemia.

Em 2010, as três organizações internacionais (IASSW/AIETS, IFSW/FITS e ICSW) lançaram a Agenda Global que, com seus diferentes pilares, tem discutido os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A intenção da construção da Agenda Global era reivindicar a prioridade de uma ação política; desenvolver uma pauta coletiva para o Serviço Social, seus profissionais e educadores da área; iniciar um processo de elaboração e definição de uma agenda comum; traçar estratégias e pensar mecanismos para a implementação de ações comuns e o desenvolvimento de modalidades de acompanhamento das atividades das entidades organizativas e da categoria como um todo.

Durante esse processo, as três entidades organizativas se comprometeram a trabalhar conjuntamente em todos os níveis em prol da justiça social, da efetivação dos direitos humanos e da transformação social. Tais compromissos foram constituídos a partir de quatro

pilares: 1) promoção da igualdade social e econômica; 2) promoção da dignidade humana e o valor dos povos; 3) sustentabilidade ambiental; e 4) reconhecimento da importância das relações humanas. O estabelecimento da Agenda Global criou um movimento significativo dentro da comunidade de Serviço Social em muitas questões importantes que culminaram em atividades desenvolvidas durante os Dias Mundiais do Serviço Social.

A definição da nova Agenda Global para 2020-2030, sob a liderança de Abye Tasse (ex-presidente da IASSW/AIETS) e com a contribuição de membros da IASSW/AIETS (Antoinette Lombard e Angelina Yuen) colocou ênfase em um tema geral, baseado na “Construção Coletiva da Transformação Social” e propôs dentre os primeiros temas: “*Ubuntu: eu sou porque nós somos - Fortalecimento da Solidariedade Social e Conectividade Global*” (2020-2021) e “*Co-construção de novos acordos ecossociais: não deixando ninguém para trás*” (2022-2023).

O outro grupo de trabalho que compõe os comitês é aquele referente aos serviços para membros filiados/associados à IASSW/AIETS. A comissão que trata da política de comunicação e das publicações é de suma importância, sendo que este grupo é responsável pelas edições da *Revista Diálogo Social*, que foi publicada pela primeira vez em 2011 e alcançou o número 23 em junho de 2021.

O comitê de política de idiomas foi criado em 2005 com o objetivo de estabelecer uma cultura institucional que tenha como princípio a não hierarquização entre idiomas, com base na concepção de que todas as línguas devem ser tratadas de forma horizontal, sem discriminações. A IASSW/AIETS tem cinco idiomas oficiais, que são o inglês, o francês, o chinês, o espanhol e o japonês. Estes são os idiomas dos quais a maioria das escolas pertence enquanto membros e associadas à IASSW/AIETS. No entanto, o inglês é o idioma predominante e, devido à falta de recursos financeiros e humanos, busca-se traduzir os principais documentos para as cinco línguas oficiais, além dos textos informativos de candidatos/as que concorrem às eleições da Associação. Para os demais conteúdos disponíveis no sítio da IASSW/AIETS são disponibilizadas traduções automáticas nos idiomas oficiais adotados, além do italiano e do alemão.

Ao lado do comitê de membros e associados, que visa manter e ampliar a base de escolas filiadas, a comissão que trata dos assuntos

econômicos da associação é responsável por administrar o orçamento, a estrutura financeira e examinar os pedidos de fundos solidários para conselheiros oriundos de países que não têm condições de arcar com os custos de comparecer às reuniões de seus representantes.

O comitê de nomeações é responsável por examinar as candidaturas para os diversos cargos da diretoria e comunicar os nomes das pessoas que poderão concorrer às eleições, enquanto o comitê de Honras e Premiação se encarrega, por exemplo, de avaliar as propostas para a nomeação do Prêmio Katherine Kendall.

Outro comitê importante é o referente à revisão do Censo Mundial, que acontece a cada 10 anos para o levantamento de uma base de dados das escolas de Serviço Social no mundo. Essa atualização foi finalizada recentemente e os dados estão disponíveis no sítio da IASSW/AIETS.

O comitê tripartite também merece destaque nessa abordagem, pois lhe é atribuída a competência de lidar com as relações com as outras duas entidades organizativas internacionais, no caso a IFSW/FITS e o ICSW. Juntas, as três organizações administram a Revista *International Social Work*, que foi criada em 1958, em colaboração com o ICSW, à qual a IFSW/FITS foi adicionada em 1959. A revista é publicada com crescente notoriedade científica pela *Sage Publishing* e tem como objetivo socializar o conhecimento de forma ampliada e promover a comunicação nas áreas de Serviço Social, desenvolvimento social, bem-estar social, assistência social e recursos humanos, com foco em temas de relevância internacional¹³.

1.2 Desafios contemporâneos para a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social

A IASSW/AIETS pode ser compreendida como um dos espaços coletivos da categoria profissional que atua como catalisadora dos processos de transformação, contribuindo com o diálogo permanente sobre a formação em Serviço Social, com a facilitação de intercâmbios acadêmico-científicos e a cooperação em todo o mundo. Essas não são tarefas simples e dentre os desafios mais prementes, para serem enfrentados coletivamente, estão as ações inclusivas em matéria da linguagem, de forma que a Associação não se torne

¹³ Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/home/isw>>. Acesso em: 11 set. 2021.

uma organização que represente interesses elitistas e exclusivos do mundo ocidental. Por isso, é fundamental persistir na construção de um Serviço Social descolonizado, como se observa a partir de algumas experiências e movimentos ocorridos ao redor do mundo e que são marcos importantes dessa “*ruptura*” com uma concepção colonizadora de profissão. Entre eles podem ser citados o *Movimento de Reconceituação* ocorrido na América Latina e as experiências na África e na Índia na descolonização da formação em Serviço Social. A partir dessas experiências se inaugura um processo em que o Serviço Social rompe com um posicionamento e concepção de profissão ‘domesticada’, conforme colocado por Peeters (2012), e passa a pautar de forma crítica a sua atuação, considerando as mudanças estruturais e socioculturais, tendo como horizonte a transformação da realidade.

Diante dessa premissa descolonizadora, baseada em uma postura horizontal e dialógica, a IASSW/AIETS atua e se compromete com a criação de espaços coletivos de debates e construção de diretrizes que contemplem as demandas e necessidades das escolas/instituições de ensino, considerando também as questões relacionadas aos processos de internacionalização (como no caso da internacionalização dos currículos), sem perder de vista as particularidades locais e as diversidades regionais e culturais.

A IASSW/AIETS adota uma perspectiva inclusiva com o objetivo de contemplar todos os povos, com seus respectivos idiomas, cultura e particularidades regionais. Todo esse esforço tem contribuído para uma maior adesão de filiações e membros associados, como é o caso de países como o Japão e a China, por exemplo. O uso predominante do inglês como veículo internacional de conhecimento é um meio de intercâmbio, mas, ao mesmo tempo, de acordo com Payne (2014), a diversidade linguística é importante porque nos permite descrever nossa realidade, sentimentos e experiências relacionadas ao meio específico e de vida, o que é inclusive relevante para o trabalho social. Desse modo, um dos desafios postos é pensar nas trocas, compartilhamento de experiências, diálogos e formas comunicativas em nível internacional que reconheçam e valorizem as particularidades regionais e as diversidades humanas, inclusive, do ponto de vista linguístico. Enfrentar esses desafios requer o envolvimento e o comprometimento das entidades organizativas e do coletivo profissional de assistentes sociais.

Além disso, se observa o célere desenvolvimento de interconexões e interdependências que caracterizam a vida contemporânea e isso engloba aspectos econômicos, políticos, sociais, interpessoais, tecnológicos, ambientais e culturais. Fenômenos que emergem em uma determinada localidade podem ganhar abrangência e disseminação mundial, o que exige ações coletivas e universais. Isso pode ser constatado com a experiência da pandemia do novo coronavírus que afetou toda a humanidade e que vem exigindo medidas coordenadas e globais para o seu enfrentamento. Tais experiências e realidades vividas na cena contemporânea indicam, também, a necessidade de assumir uma consciência humana coletiva que estimule a capacidade de transcender a preocupação com o local, o residual, o imediato e contextualize as múltiplas expressões da “questão social” a partir de um cenário ampliado, complexificado, contraditório e mundializado. Isso não significa desconsiderar as particularidades, as histórias e as formações socioculturais de cada localidade e país, mas compreender a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade e de relação dialética entre o local e o global.

No atual contexto social, político e econômico, o desafio posto é a transformação dessa sociabilidade marcada por profundas desigualdades, e a questão colocada é como o Serviço Social pode contribuir nesse processo. Dentre as suas tantas possibilidades de contribuição, está a apreensão crítica da realidade social, a realização de estudos e pesquisas, a intervenção profissional comprometida com as demandas sociais e o seu papel político-organizativo como expressão coletiva de inserção nas lutas sociais da classe trabalhadora como um todo.

Como uma organização internacional, a IASSW se esforça em apoiar seus associados e todo o coletivo profissional na busca da excelência na formação em Serviço Social, tendo como princípios basilares a construção de um conhecimento crítico e atualizado que possa responder às demandas do tempo presente com o objetivo de oferecer análises e propostas para a formulação de políticas sociais no âmbito local, regional, nacional e internacional. Isso requer também investimento em projetos de pesquisa que abordem os temas relacionados às demandas profissionais como as desigualdades, a justiça social, os direitos humanos, o meio ambiente, dentre outros. Esses são desafios que precisam ser enfrentados e isso exige uma maior

inserção e participação na IASSW/AIETS, por parte de escolas, de profissionais e acadêmicos ao redor do mundo, de forma a fortalecer as organizações político-representativas da categoria profissional e contribuir para a maior qualidade da formação e dos cursos de Serviço Social, a partir da reflexão e troca de experiências sobre os currículos, e que nesse processo de ensino-aprendizagem os/as futuros/as assistentes sociais façam a diferença no mundo.

2. A organização política do Serviço Social no Brasil: história e protagonismo

A análise do Serviço Social brasileiro, com destaque para a sua dimensão político-organizativa, deve ser realizada tendo como referência as particularidades da realidade nacional, a trajetória histórica da profissão e a construção do seu projeto ético-político que, segundo Yazbek (2019), articula valores, saberes, escolhas teórico-práticas e ético-políticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, pesquisas, debates coletivos, interlocução com os movimentos sociais e inserção nas lutas ampliadas da classe trabalhadora.

Neste sentido, é importante compreender e situar o Serviço Social em uma realidade complexa, heterogênea e contraditória, em um estágio de desenvolvimento capitalista de caráter devastador para a população, considerando-se as medidas (autoritárias) ultraliberais de liquidação da proteção social e do advento da pandemia da Covid-19 que acirram e aprofundam as desigualdades e mazelas sociais. Este cenário é marcado pelo avanço e recrudescimento do conservadorismo¹⁴ e de movimentos antidemocráticos que expressam um total avesso aos direitos de cidadania. De acordo com Yazbek (2019), as desigualdades e a concentração de renda são intensificadas nessa fase da acumulação capitalista, o que corrobora para a radicalização da “questão social”¹⁵.

14 “Entende-se o conservadorismo como uma ideologia e cultura contrarrevolucionárias que se acirram na configuração da sociedade burguesa” (ABREU, 2016, p. 236). E, nesse sentido, parte-se da premissa que a ruptura com o conservadorismo é um processo histórico permeado de contradições, avanços, limites e desafios renovados cotidianamente na cena sociopolítica.

15 É importante contextualizar o Serviço Social na sua relação orgânica com a “questão social”, esta compreendida como objeto de investigação-intervenção, matéria-prima e base da fundação da profissão, conforme preconiza as diretrizes curriculares (ABEPSS,

Desde a sua gênese, o Serviço Social brasileiro acumulou histórias e construiu um patrimônio teórico-crítico, ético-político e organizativo de suma importância e significado para a profissão e, respectivamente, para a sua direção social. Direção social que é diuturnamente tensionada na sociabilidade capitalista pelas investidas ideoculturais assentadas no individualismo, na despolitização, na competitividade, na meritocracia, no pragmatismo, no egoísmo, no imobilismo, no conformismo, no burocratismo, no imediatismo, na fragmentação da realidade, na censura ao pensamento crítico e, além disso, na precarização da formação profissional e das condições de trabalho.

A construção político-organizativa do Serviço Social brasileiro contém traços e elementos singulares, especialmente, em decorrência da própria formação sociocultural, política e econômica do país, com suas respectivas particularidades. O entendimento e reconhecimento do significado social da profissão é um ponto de partida importante para compreender o Serviço Social inserido na trama contraditória das relações sociais capitalistas. Esta perspectiva é fundamental para compreender o processo de ruptura do Serviço Social com as influências moralistas, conservadoras e tradicionalistas presentes desde a gênese da profissão.

Nesses quase 90 anos de profissão no Brasil são observados inúmeros desafios postos ao Serviço Social, que ao mesmo tempo acumula avanços “[...] em suas quatro dimensões: formação profissional, produção de conhecimento, intervenção e organização política” (LOPES, 2016, p. 312). Isso pode ser identificado no seu patrimônio teórico e político-organizativo, a partir de uma perspectiva histórica, como profissão inscrita na dinâmica das relações sociais.

Transcorridos dez anos da criação do primeiro curso de Serviço Social em São Paulo, foi criada, em 1946, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) que tinha como objetivo precípua coordenar a formação profissional em âmbito nacional. Em 1973, sua denominação foi alterada para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e, a partir de 1998, após mudança no estatuto da entidade, passa a ser denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)¹⁶.

1996) e também como “[...] expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema, e, nesse sentido, a questão social se expressa também na resistência e na disputa política” (YAZBEK, 2019, p. 88).

16 “[...] a entidade passou, em 1998, por uma das alterações mais significativas de sua história, quando incorporou no seu estatuto a dimensão da articulação entre Graduação

Em 1947, foi elaborado o primeiro Código de Ética do/a Assistente Social, que passou por revisões em 1965, 1975, 1986 e em 1993.

A profissão foi regulamentada em 1957 (Lei n.º 3.252/1957) e a partir de 1962 (Decreto n.º 994, de 15 de maio de 1962 que regulamenta a Lei de 1957) foram criados: o Conselho Federal e os Conselhos Regionais – até então, denominados de Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), passando a serem denominados a partir de 1993 de Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)¹⁷.

Sobre os Conselhos profissionais,

[...] o Estado transfere para os conselhos, como autarquias públicas, a função de fiscalizar o exercício das profissões. Emanam, portanto, de tais entidades o poder de validar as condições legais, éticas e técnicas para que se exerça a profissão de Serviço Social no território nacional, sendo este o papel das resoluções instituídas pelo CFESS, a partir da lei de regulamentação da profissão, e que devem servir de parâmetro para o trabalho de assistentes sociais em diversos aspectos. [...] as eleições para os Conselhos Regionais eram diretas e para o Federal eram realizadas de forma indireta. (SANTOS, 2019, p. 87)¹⁸.

A atual Lei de Regulamentação da Profissão (n.º 8.662 de 1993) atualiza as competências e atribuições profissionais, democratiza o processo eleitoral dos conselhos na esfera regional federal e nas esferas regionais e institui os Encontros Nacionais CFESS-CRESS (de periodicidade anual) como instâncias máximas de deliberações da profissão. A partir de então, os Conselhos passaram a ser denominados de Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conse-

lhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Pós-Graduação e da sustentação do tripé ensino, pesquisa e extensão [...] Esta mudança corrobora o fortalecimento do Serviço Social como profissão e como área de conhecimento [...]” (BRAVO et al., 2019, p. 73). De natureza acadêmico-científica, a ABEPSS “[...] é a entidade mais antiga do país e tinha como proposta inicial ser um órgão coordenador e orientador das escolas de Serviço Social na defesa do aprimoramento do seu ensino. Desde seu início, contou com a colaboração das Escolas de Serviço Social de São Paulo e do Rio de Janeiro” (BRAVO et al., 2019, p. 57).

17 “Em 1962, quando foram criados o Conselho Federal e os primeiros Conselhos Regionais [...], seu funcionamento se dava em uma perspectiva burocrática e sem questionamento à ordem. Tal questão começou a se alterar em meados de 1980” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 112).

18 Com base em Abramides e Cabral (2019), até 1987 as eleições para a direção do Conselho Federal (CFAS e atual CFESS) eram indiretas, por indicação de diretoras(es) dos Conselhos Regionais (CRAS, atualmente CRESS).

lhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e não mais de assistentes sociais, que conforme Santos (2019) não foi apenas uma alteração semântica, pois “[...] *o conselho defende a imagem social da profissão em nome dos interesses da sociedade, dos usuários/as, e não necessariamente os/as profissionais que a exercem*” (p. 89).

Ainda que em um ambiente conservador, observa-se que o Serviço Social brasileiro nasce e se institucionaliza com uma “[...] estrutura organizativa sólida, com vistas a inscrevê-lo como uma profissão referenciada no país e com participação nas instâncias e eventos internacionais” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 107)¹⁹.

Nessa retrospectiva histórica, merece destaque o Movimento de Reconceituação latino-americano que expressa um conjunto de inquietações no interior da profissão e a necessidade de “[...] *construção de uma alternativa crítica no Serviço Social [...]*” (LOPES, 2016, p. 315). Esse processo significou a “[...] crítica em torno do caráter pragmatista do Serviço Social, até então, dependente da literatura europeia e norte-americana e de manuais de orientação de prática [...]” (LOPES, 2016, p. 320)²⁰. Nesse período, ocorre um processo de aproximação e apropriação da teoria marxista (com influências e investidas do marxismo vulgar) e do pensamento de Karl Marx, passando também pela leitura de Louis Althusser, Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács, Henri Lefebvre, dentre outros.

Dentre os legados históricos do Movimento de Reconceituação latino-americano, Lemos, Matos e Ramos (2019) destacam o papel político-formativo da Associação Latino-americana de Escolas de Trabalho Social (ALAEITS²¹) e do Centro Latino-Americano de

19 Processo de institucionalização que ganha destaque com o reconhecimento legal da formação de nível superior (ainda que a inserção na Universidade tenha se dado somente na década de 1960 na reforma universitária) (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 106).

20 “[...] a deflagração desse movimento [...] ocorre no âmbito da realização, em Porto Alegre, em 1965, do I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, quando se abre um espaço de debate latino-americano crítico sobre o Serviço Social no continente ao imperialismo norte-americano” (LOPES, 2016, p. 326).

21 Em espanhol Asociación Latino-Americana de Escuelas de Trabajo Social (ALAEITS). A ALAEITS surge “[...] com a finalidade de estimular e coordenar o debate na região, a partir de uma organização político-profissional a ser desenvolvida em cada país, em articulação com a sociedade civil. A ALAEITS também articulou, desde a sua criação, a realização de seminários com a participação de assistentes sociais com o objetivo de refletir sobre temas relacionados ao processo de formação profissional” (BRAVO et al., 2019, p. 59). A ALAEITS foi refundada em 2006 no Chile, sendo eleita para a presidência da entidade a brasileira Ana Elizabete Mota, passando a ser denominada desde então como Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social

Trabalho Social (CELATS²²) na crítica ao conservadorismo e autoritarismo presentes nos diversos países, tendo em vista as experiências de ditaduras militares no continente²³.

A ALAEITS foi criada em 1965 e o CELATS em 1974, sendo que, “em muitos países foram criadas ou recriadas entidades de organização da categoria que passaram a se articular com os movimentos populares, sindicais e com outras profissões” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 99)²⁴.

A ALAEITS e o CELATS, no contexto do Movimento de Reconceituação latino-americano, foram fundamentais para a articulação internacional, o rompimento com o pan-americanismo e a construção de novas bases para a profissão (LOPES, 2016)²⁵.

Ao longo de sua existência, a ALAEITS foi presidida, de acordo com Lopes (2016), por duas professoras brasileiras: Josefa Batista Lopes (no cargo de Vice-Presidente de 1983 a 1986 e Presidente de 1986 a 1989) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Ana Elizabete Mota (Presidente de 2006 a 2009) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

(ALAEITS) e, em espanhol, Asociación Latino-Americana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social.

22 Em espanhol Centro Latino-Americano de Trabajo Social (CELATS).

23 “A criação da ALAEISS, em 1965, em Lima, Peru, ainda que no mesmo ano de deflagração do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ocorre no interior do V Congresso Pan-Americano de Serviço Social e em articulação com os processos organizativos e de formação profissional do pan-americanismo” (LOPES, 2016, p. 326). A mudança da denominação de ALAEISS (Serviço Social) para ALAEITS (Trabalho Social) ocorreu em 1977, na República Dominicana, em assembleia e revisão do Estatuto da entidade e, a partir de então, foi aberta a participação para todas as escolas e estudantes (LOPES, 2016).

24 De forma a não reproduzir concepções endógenas da profissão, que está inserida no conjunto das relações sociais, cabe ressaltar também que “a aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o Movimento de Reconceituação latino-americano” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 98).

25 De acordo com Lopes (2016), o CELATS, com sede em Lima, exerceu um forte protagonismo continental, especialmente, em um momento de avanço e consolidação da pesquisa e da Pós-Graduação na região. Contava “com sustentação financeira da Fundação Konrad Adenauer, estrutura física excelente, um corpo de funcionários administrativos, uma equipe de pesquisadores e uma direção de alto nível acadêmico, intelectual e ideológico, essa instituição teve todas as condições para impulsionar uma programação acadêmica dirigida a todo o continente e desenvolvida através de áreas temáticas: área de investigação; área de capacitação continuada; área de investigação-ação ou modelos práticos; e área de comunicação” (p. 328). Um processo de crise e perda de financiamento da Fundação Konrad Adenauer pôs fim ao CELATS como instituição continental, que se transforma em uma instituição nacional do Peru (LOPES, 2016).

Isso demonstra o protagonismo do Serviço Social na articulação latino-americana, seja nas contribuições com a ALAEITS, seja com a criação do CELATS, que teve a brasileira Consuelo Quiroga, como diretora acadêmica, seguida pela também brasileira Leila Lima Santos (LOPES, 2016), dentre outras inserções.

Ainda na esteira do Movimento de Reconceituação, processo inédito de renovação das bases da profissão, a partir de questionamentos e críticas ao conservadorismo/tradicionalismo presentes desde a sua gênese, acontece uma experiência pioneira que expressa a *ruptura* com o Serviço Social tradicional no Brasil, conhecido por *Método BH*, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, na década de 1970²⁶ e, em seguida, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), mais conhecido como “*Congresso da Virada*”, realizado em São Paulo em 1979, que perfila a direção social da profissão a partir de uma perspectiva de *ruptura* com o conservadorismo.

O “*Congresso da Virada*” é um marco da *ruptura pública, política e coletiva* da categoria profissional com as posições conservadoras e a demarcação do compromisso ético-político com as demandas da classe trabalhadora e suas necessidades imediatas e históricas²⁷.

A “virada do congresso”, em 1979, se inscreve na continuidade da luta de resistência contra a ditadura militar, a partir de 1964, aí inseridos estudantes e assistentes sociais no conjunto dos(as) trabalhadores(as), ocasião em que muitas(os) companheiras(os) são encarcerados(os) e torturadas(os) nos porões da repressão, bem como muitas(os) lutadoras(es) se exilaram ou foram assassinadas(os) pela ditadura. O III CBAS acontece no período da (re)organização dos movimentos sociais, de redemocratização do país, durante a crise da autocracia burguesa, em que se retoma a organização sindical das(os) assistentes sociais, no interior do sindicalismo classista, com

26 “[...] a experiência foi interrompida de forma prematura em 1976, em face de uma greve de estudantes que faziam legitimamente uma resistência à ditadura militar no país e reivindicavam algumas questões acadêmicas. As autoridades nacionais de segurança solicitaram à Universidade os nomes dos líderes do movimento grevista. Com a intenção de preservar os estudantes, houve uma renúncia coletiva de mais de trinta professores da Escola de Serviço Social da UCMG” (BRAVO et al., 2019, p. 61).

27 “[...] a emblemática ruptura assinalada em 1979 abriu as vias para o desenvolvimento de um novo projeto profissional coletivo já na década de 1980, mais tarde conhecido como Projeto Ético-Político, que avançou no compasso das lutas democratizantes que, se não foram capazes de levar à vitória do movimento Diretas Já entre 1983/1984, elevaram o patamar das lutas sociais no Brasil e tornaram possível o atendimento de parte das demandas dos trabalhadores que as viram se transformar em direitos na Constituição de 1988” (BRAZ, 2019, p. 186).

mobilizações e greves, por seus interesses imediatos e históricos, articulados às lutas contra a ditadura civil-militar, anticapitalista e anti-imperialista”. (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 37)²⁸.

Ainda nesse marco temporal da Reconceituação, em 1972 são criados os primeiros Programas de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social no país, “[...] na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), seguindo-se o mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também em 1972. Em 1981, a PUC-SP iniciou o primeiro Doutorado em Serviço Social na América Latina” (LOPES, 2016, p. 321), o que representou um importante salto qualitativo na produção científica e de conhecimento crítico na área de Serviço Social. Esses acontecimentos expressam os pilares do “[...] avanço da pesquisa e o peso político-material da criação da subárea do Serviço Social no CNPq e na CAPES, viabilizando o financiamento da pesquisa e da Pós-Graduação *Stricto Sensu*” (MOTA, 2016, p. 169), sendo os/as assistentes sociais interlocutores fundamentais na produção de conhecimento e formadores de uma cultura e massa crítica significativa no país.

Como espaços de divulgação de reflexões e de produção acadêmico-científica no âmbito latino-americano, Lopes (2016) aponta a criação das editoras Ecro e Humanitas (Argentina e Peru), da Editora Cortez (Brasil)²⁹ e, dentre as publicações do CELATS, a Revista *Acción Crítica* como um importante veículo de socialização do conhecimento crítico produzido na área no período.

No ano de 1978 ocorre o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em Londrina (PR), o que expressa a organização coletiva de estudantes já naquele período e a necessidade de se discutir o Serviço Social e a formação profissional. No que se refere às formas organizativas de representação estudantil, tem-se inicialmente, conforme descrito por Abramides e Cabral (2019), a criação da Secretaria dos Estudantes de Serviço Social na UNE (SES-

28 “Em 1977, na efervescência das lutas, as(os) assistentes sociais reativaram suas entidades [...] o Sindicato de Minas Gerais e as Apas (Associação Profissional de Assistentes Sociais) (pré-sindical) de São Paulo e da Bahia [...] às vésperas do III CBAS, em 1979, a categoria já contava com 22 entidades sindicais, pré-sindicais e de oposição sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS)” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 38).

29 Além de livros específicos da área e afins, desde 1979 a Editora Cortez (SP) publica a Revista Serviço Social & Sociedade, atualmente disponível online em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

SUNE) e, posteriormente, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Em 1979, foi criada a CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) “[...] com o objetivo de inserir a profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas, como a questão salarial, condições de trabalho e emprego; e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário-mínimo profissional” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 102). Em 1983, a criação da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais), filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985, substitui a CENEAS. A partir desses acontecimentos, inicia-se um processo de politização das entidades da categoria profissional, o que expressa um movimento de ruptura também no interior dos conselhos, até então marcados por um perfil conservador, burocrático e corporativo (ABRAMIDES e CABRAL, 2019).

No período de 1977 a 1988 os sindicatos de categoria cumpriram um papel fundamental na organização dos trabalhadores em serviço público; fruto dessas mobilizações, nascia uma nova forma de organização que aglutinava não mais uma categoria, mas o conjunto de trabalhadores de um ramo contratual ou de atividade econômica. [...] Em 1991, por *unanimidade* novamente, as entidades sindicais no Congresso da Anas reafirmaram a dissolução da Anas e de suas filiadas, sendo que de 1989 a 1994 a maioria dos sindicatos de categoria se extingue, bem como a Anas em 1994, ficando cinco sindicatos na ativa, apesar de terem votado pela extinção para caminhar na construção das entidades por ramo de atividade. (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 47)³⁰.

Assim, essa direção social, marcada pelo processo de *ruptura* com o conservadorismo no interior da profissão, é solidificada nos anos 80 “[...] com a ação organizada das entidades sindicais e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), legítima federação construída democraticamente, fundada em 1983, e que substitui a CENEAS [...]” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 44), além

30 “A organização sindical da categoria *permanece em uma transitoriedade inconclusa* e, apesar da deliberação *unânime* da organização sindical por ramo, os cinco sindicatos que não se extinguiram fundaram a Federal Nacional dos Assistentes Sociais (Fenas) em 2000, e que tem rearticulado sindicatos de categoria no país; em um momento em que ocorre a flexibilização das regras sindicais, bastando poucos associados para a formação de um sindicato prescindindo de sua legitimidade. Um dos desafios atuais do sindicalismo classista como um todo é o de dar continuidade à organização por ramo de atividade, pois sabemos que o trabalhador é coletivo e, portanto, suas lutas se fortalecem unificadamente [...]” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 49-50).

da revisão do Código de Ética Profissional em 1986 (alterado posteriormente em 1993)³¹ e a elaboração do novo currículo em 1982, coordenado pelas ações da ABESS, a partir de discussões e construções coletivas³². É importante considerar que “a nova dinâmica que envolveu professores de Serviço Social, a efervescência do movimento estudantil e das Unidades de Ensino impulsionou o debate sobre a revisão curricular, pauta que ganhou espaço nas Convenções da ABESS na década de 1970” (BRAVO et al., 2019, p. 63).

Após inúmeros debates, tensões e polêmicas nos eventos ocorridos nos anos 70 sobre a necessidade de revisão curricular para a formação em Serviço Social, o novo currículo mínimo foi aprovado em 1982, conforme Parecer n.º 412 do Conselho Nacional de Educação – CNE³³. Em 1996, são aprovadas as Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social na Assembleia da ABEPSS, após inúmeros e intensos debates coletivos³⁴. A partir de então, as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 passam a articular um conjunto de conhecimentos que se traduzem em núcleos, sendo eles: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade

31 “Houve um grande avanço político com o Código de Ética de 1986, porém, é necessário lembrar que naquele momento não havia ainda na profissão um acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar as bases ontológicas necessárias à sua formulação, o que só seria possível ocorrer com o Código de Ética de 1993” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 44-45). O código de 1993 passa a ser norteado por uma compreensão de ética baseada na ontologia do ser social, na perspectiva da totalidade como compreensão da realidade social e da emancipação humana.

32 Nesse processo se observa o protagonismo das representações da categoria profissional e estudantil. “[...] a XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social, então ABESS, hoje ABEPSS, espaço da aprovação do novo currículo mínimo, que ficou conhecido como o currículo de 1982, devido à sua aprovação pelo Conselho Federal de Educação nesse ano - o primeiro grande esforço de superação da formação instrumental, tecnicista, conservadora, tradicional sob a forte influência do Serviço Social norte-americano, orientada para o ajustamento e integração social, estratégias do sistema dominante de controle social -, processo que contou com a participação do movimento estudantil, através do então Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), hoje Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)” (ABREU, 2016, p. 237).

33 Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

34 “O projeto pedagógico crítico, sintetizado nas diretrizes curriculares desde 1996, um dos instrumentos do novo projeto ético-político profissional, representa um processo coletivo em construção permanente sob a coordenação da ABEPSS, que parte do currículo mínimo de 1982 para avançar na reafirmação da nova direção social e do novo perfil profissional e superação de desvios e lacunas histórico-políticas, conceituais e éticas de sua construção” (ABREU, 2016, p. 237).

brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Cabe ainda salientar que, conforme Abreu (2016), no processo de aprovação das Diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2001 ocorreu uma desfiguração do seu conteúdo, com alterações da proposta original, tendendo a reducionismos teórico-metodológicos e distorções ético-políticas.

No âmbito acadêmico e da produção de conhecimento na área, o debate seminal que demarca o processo de ruptura com o conservadorismo e a aproximação à tradição marxista se consubstancia na publicação da obra “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*”, de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho na década de 1980³⁵.

Em 1987, sob a presidência de Eugênia Célia Raizer na gestão da ABESS (1985-1987), foi criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) como órgão acadêmico com a finalidade de articular a pesquisa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, tendo como base de referência a estrutura ALAEITS/CELATS (LOPES, 2016).

O resultado do protagonismo político-organizativo e das posições firmes e coerentes da categoria profissional na construção de uma direção social crítica e estratégica para o Serviço Social, no decorrer dos anos 60, 70 e 80, foram imprescindíveis para a densidade teórico-intelectual e a maturação política alcançadas e que contribuíram para os rumos trilhados e consolidados nos anos 90, especialmente servindo de terreno fértil para a construção do projeto ético-político, referenciado na Lei de Regulamentação da Profissão (n.º 8.662/93), no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Nos anos 90, “[...] a profissão apresentou um amadurecimento teórico-metodológico conquistado pelo investimento nos estudos e pesquisas na área, capaz de orientar a ação política das organizações da categoria” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 111)³⁶.

35 Mota argumenta que “[...] o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área de produção do conhecimento, adensou a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e *social*, até então, caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (2016, p. 172).

36 “O amadurecimento teórico-metodológico advindo de estudos e pesquisas com a direção ético-política herdeira da construção crítica do Movimento de Reconceituação na América Latina, a articulação entre trabalho e formação profissional na concepção de profissão e na articulação estratégica entre as entidades da categoria e o intercâmbio cul-

Esse legado e patrimônio construído historicamente é resultado de esforços coletivos e ações das entidades representativas da categoria profissional, como no caso do conjunto CFESS-CRESS, ENESSO e ABEPSS.

Ainda em relação às articulações coletivas, participações e inserções internacionais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) está filiado à IFSW/FITS³⁷ desde 1995 e desde 1996 participou da criação do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais.³⁸ Em 2013, é criado o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS), juntamente com 12 países da América do Sul, América Central e Caribe, participando institucionalmente da estrutura da FITS para a América Latina e Caribe³⁹ (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019).

Sobre a representação na FITS, que ainda carrega traços conservadores e a predominância de uma lógica eurocêntrica na compreensão de profissão e de sociedade, Lemos, Matos e Ramos (2019)

tural permitido nos espaços dos Programas de Pós-Graduação criaram as condições de, na década de 1990, o Serviço Social brasileiro ampliar a extensão da organização política da categoria para além das suas fronteiras” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 112).

37 “A Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS foi criada em 1956 em Munique-Alemanha (a Segunda Guerra Mundial interrompeu a então organização criada em 1928 em Paris) como organização representativa de assistentes sociais no âmbito mundial, com natureza privada sem fins lucrativos, mantida pelas organizações nacionais que se filiam livremente e essa se autossustenta com a anuidade de seus membros. Naquele momento, 12 (doze) países a integraram: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Países Baixos, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Atualmente, a FITS está sediada em Berne, Suíça, e é integrada por organizações profissionais de Serviço Social de 129 países de cinco regiões continentais, representando mais de três milhões de assistentes sociais em todas as partes do mundo. [...]. O CFESS acompanha as Conferências Mundiais da FITS desde 1998 [...]” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 113). É importante ressaltar que, atualmente, na gestão (2018-2022), a presidência da FITS encontra-se sob a gestão de Silvana Martinez, a primeira mulher latino-americana a ocupar esse posto. “Tal conquista não poderia sequer ser pensada fora da articulação regional, propiciada pelo Comitê Mercosul e COLACATS” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 117).

38 O Comitê Mercosul, como espaço de articulação no âmbito latino-americano, foi criado “[...] agregando as organizações profissionais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, cuja fundação aconteceu em Montevidéu, em 14 de março de 1996 [...]. Desde sua criação, a coordenação seguiu um rodízio de países. O Brasil esteve à frente do Comitê em três gestões [...]” (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 118).

39 Criado em 29 de maio de 2013 em Montevidéu, Uruguai, no contexto da intenção de ruptura com o conservadorismo na ação estratégica das entidades, o COLACATS significou a ampliação do que era o antigo Comitê Mercosul que deixou de existir (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 119).

discorrem que com a presença e atuação significativa de novos membros “[...] particularmente, a partir da organização política construída coletivamente a partir do Comitê Mercosul e do COLACATS, tem ampliado o debate e a disputa pela direção estratégica da forma e conteúdo dessa instância” (p. 103).

Além do mais, considerando-se as temporalidades, contradições e adversidades que permeiam a processualidade da história, é importante reconhecer que:

Da década de 1990 do século XX ao final da segunda década do século XXI, diferentes sujeitos persistiram e protagonizaram a representação e os espaços decisórios da categoria em âmbito internacional. Tal possibilidade se deu pela democratização das instâncias organizativas advindas da participação política de assistentes sociais que, nas suas realidades nacionais e particularmente no Brasil, assumiram o compromisso ético-político de, no tempo histórico de sua geração, dedicarem-se na defesa de um projeto profissional que só tem sentido associado a um projeto societário de emancipação humana internacionalista”. (LEMOS, MATOS e RAMOS, 2019, p. 104).

Uma importante conquista, resultado e expressão da força coletiva e da capacidade organizativa do Serviço Social brasileiro, foi a aprovação da Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010, que trata da jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução de salário⁴⁰.

No âmbito da ABEPSS, em 2006 é criada a Coordenação de Relações Internacionais, que passa a compor a estrutura da entidade a partir da revisão do seu estatuto em 2008.

A articulação internacional da ABEPSS valoriza uma estratégia em relação à América Latina, a partir do compromisso e da contribuição efetiva ao processo de reestruturação da ALAEITS (*Asociación Latino-Americana de Escuelas de Trabajo Social*) em ALAEITS (*Asociación Latino-Americana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social*), em 2006, como apoio ao seu fortalecimento como uma importante mediação de articulação acadêmico-política da profissão nesse continente [...] Além dessa articulação, registra-se a aproximação com unidades de formação da Comunidade Europeia que se articulam na perspectiva da construção de uma unidade curricular para os cursos de Serviço Social, que já se tornaram de nível superior em alguns países. (ABREU, 2016, p. 246).

40 “[...] o projeto foi aprovado e sancionado pelo presidente Lula da Silva em 2010, e tem sido referência à luta de outras categorias profissionais e sempre esteve articulada à luta do conjunto dos trabalhadores por redução da jornada de trabalho sem redução de salário” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 39).

Em 2008, foram constituídos os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)⁴¹ da ABEPSS, que estão organizados em 8 (oito) grandes temas, sendo eles: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 8) Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Ainda no caso da ABEPSS, é importante registrar seu papel decisivo na construção de um projeto de formação profissional alinhado com uma perspectiva crítica e emancipatória, na defesa da educação pública, laica, presencial e de qualidade. Isso mostra os tensionamentos e desafios presentes na realidade contemporânea, tendo em vista o processo de mercantilização da educação superior, a expansão do ensino na modalidade a distância⁴², os ataques à Universidade Pública, os cortes e desfinanciamento das políticas públicas educacionais para acesso e permanência de estudantes no ensino

41 Conforme texto extraído da página web da ABEPSS, “Reconhecidamente como necessários à reflexão teórica, os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores da área de Serviço Social e afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas unidades de formação acadêmicas (UFAs) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica, são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS”. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/gtps.html>>. Acesso em: 17 set. 2021.

42 “Não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância. O que se questiona é sua expansão indiscriminada em um contexto de acelerada privatização do ensino superior, em que a EAD é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isso que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo: a desqualificação do ensino universitário privatizado e a distância e a precarização do trabalho profissional. A subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública; gera o desfinanciamento da educação superior; desvaloriza e desqualifica a docência universitária ante às cumulativas perdas salariais e desconhece a pesquisa e a extensão enquanto funções precípuas da formação universitária” (IAMAMOTO, 2008, p. 135).

superior público, as investidas voltadas para o aligeiramento da formação profissional, as propostas de Mestrado profissional na área e, atualmente, o caso do ensino remoto emergencial implementado durante a pandemia da Covid-19, o que coloca para o coletivo da profissão desafios e a necessidade de apreensão crítica da realidade e de articulações em busca da construção de alternativas e formas de enfrentamento dessas problemáticas.

O documento “*A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial*”, elaborado com base nos princípios contidos nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e na Política Nacional de Estágio (PNE), que orientam a formação profissional, apresenta reflexões sobre a educação superior no contexto da pandemia da Covid-19, de forma a demarcar uma posição coletiva da categoria profissional e socializar informações e dados acerca da formação nos níveis de Graduação, Pós-Graduação e do estágio supervisionado em Serviço Social diante da implementação da modalidade de ensino remoto emergencial⁴³.

Dentre outras atividades e ações organizadas e realizadas pelas entidades representativas da categoria profissional registra-se o Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), evento bienal, cuja primeira versão ocorreu, segundo Abreu (2016), em 1983, na cidade de São Luís (MA), ainda como I Seminário Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Também ocorreram o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), evento trienal, os Encontros CFESS-CRESS, as oficinas (regionais e nacionais) da ABEPSS, os fóruns de supervisão de estágio que contam com a parceria das entidades na sua organização (ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO), os encontros da ENESSO, o projeto *Ética em Movimento* para agentes multiplicadores, o projeto *ABEPSS Itinerante*, a elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE) na gestão 2009-2010 da ABEPSS, os inúmeros documentos e textos elaborados pelo CFESS como, por exemplo, os Parâmetros para a atuação profissional de assistentes sociais na política de saúde, na assistência social, no sociojurídico e na educação. Destacam-se também os *Cadernos ABESS* criados em 1986 com a edição de oito números e transformados em *Revista Temporalis* em 2000, que integra o quadro de classificação de

43 Publicado em maio de 2021, o documento encontra-se disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

periódicos Qualis da CAPES no estrato B1; a publicação da *Revista Inscrita* pelo CFESS; e o *CFESS Manifesta*, que expressa a posição da categoria sobre diversos temas que se encontram na pauta política e cena pública contemporânea.

Com a pandemia, o CFESS criou um espaço/memorial “Nosso luto, nossa luta!” para homenagear assistentes sociais vítimas do coronavírus e também, dentre outras ações, criou a Série Especial *CFESS Entrevista* tendo como tema central “Coronavírus: o trabalho da categoria no contexto da pandemia”⁴⁴. Além do mais, o conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO se posicionam permanentemente em defesa dos direitos da população, da saúde pública de qualidade e da vacinação como direito universal e não privilégio privado.

O Serviço Social brasileiro, ao longo da sua história, construiu um legado indiscutível, contribuindo para a consolidação de um patrimônio teórico-intelectual, ético e político-organizativo no tempo presente e que deixará seus rastros para as futuras gerações.

Mas a profissão vivencia desafios cotidianos por meio de ataques ao pensamento crítico e à democracia, das investidas ultraliberais que ameaçam e retiram direitos de cidadania, das condições precárias de trabalho, dos cortes no financiamento de políticas públicas, da precarização da formação, sobretudo, com a expansão do ensino a distância e o sucateamento das universidades públicas, além das consequências deletérias da pandemia, diante do negacionismo, obscurantismo e minimização de sua gravidade pelo Estado, o que coloca o Brasil como um dos países com o maior número de infecções e mortes no mundo, revelando com isso retrocessos civilizatórios e a *tragédia brasileira*.

Nessa conjuntura de recrudescimento do conservadorismo, avanço da extrema direita e criminalização das lutas sociais⁴⁵, “[...] o projeto ético-político do Serviço Social está sob ameaça, exatamente porque os ataques se voltam contra a classe trabalhadora, contra as

44 Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/serie-cfess-entrevista>>. Acesso em: 16 set. 2021.

45 As recentes prisões ocorridas no Brasil de militantes e segmentos da classe trabalhadora que participam de atos, manifestações e protestos demonstra a criminalização das lutas sociais por meio de ações punitivas, policiaiscas, arbitrárias e repressoras, como no caso de Rodrigo Grassi, mais conhecido por Rodrigo “Pilha”, em Brasília, e de Paulo Galo (liderança dos entregadores de aplicativos) em São Paulo.

forças democráticas e progressistas do Brasil e contra o que restou de democracia entre nós” (BRAZ, 2019, p. 195).

Porém, mesmo com tantas adversidades, as resistências estão presentes e as lutas sociais pulsam e seguem vivas na história, como pode ser exemplificado nas experiências de trabalhadores/as de aplicativos, que nos últimos tempos têm se organizado coletivamente e realizado importantes paralisações e greves, a mobilização e luta da população indígena diante das ameaças constantes com seus direitos e acesso às terras, como no caso do Marco Temporal⁴⁶. Isso coloca para o Serviço Social e para as suas organizações político-representativas a necessidade de inserção nas lutas ampliadas da classe trabalhadora como caminho para a construção de outra forma de sociabilidade.

Considerações Finais

Conforme se observa, as formas de inserção, articulação, representação e participação da categoria profissional de assistentes sociais nas entidades nacionais e internacionais é desafiadora e o balanço das últimas décadas mostra avanços, conquistas relevantes e superação de barreiras territoriais, geográficas, linguísticas e culturais. Dentre os desafios colocados, considerando a heterogeneidade do coletivo profissional e das particularidades locais, regionais e nacionais em que se inserem os/as profissionais, está a concepção de profissão, de modo que contemple o significado social do Serviço Social na sociedade, a defesa de um projeto profissional direcionado para o atendimento das necessidades da população e a busca de unidade política que contribua para o fortalecimento dos compromissos estabelecidos, com ações orientadas por perspectivas emancipatórias.

O século XXI coloca novos desafios para a organização coletiva, especialmente em matéria de internacionalização da profissão, no sentido de pensar estratégias e ações coletivas em tempos de pandemia, avanço do conservadorismo, ofensiva neoliberal, retrocessos

46 No conjunto das medidas regressivas, de ataques aos direitos de cidadania, de retrocessos civilizatórios e para atender aos interesses de latifundiários/ruralistas, o Marco Temporal, que trata da demarcação de terras indígenas (direito originário e constitucional), caso seja aprovado, estabelecerá que a população indígena poderá reivindicar somente as terras ocupadas por eles antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

civilizatórios, violação de direitos e naturalização da barbárie social. A categoria profissional de assistentes sociais se insere nesse contexto e é preciso estreitar o diálogo entre as entidades organizativas da categoria (respeitando a autonomia entre elas) e movimentos sociais em âmbito mundial, de forma a identificar demandas, ações e possibilidades de construção de agendas coletivas, tendo como horizonte a defesa dos direitos sociais, a democracia, a liberdade, a igualdade, a justiça social e a emancipação humana. Por isso, tornam-se fundamentais e necessárias as articulações locais, regionais, nacionais, continentais e internacionais que envolvam entidades profissionais, estudantes, movimentos sociais e o conjunto da classe trabalhadora.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **40 anos do “Congresso da Virada”**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. p. 35-55. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREU, Marina Maciel. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. p. 235-263. São Paulo: Cortez, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza et al. **O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada**

e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. p. 56-82. São Paulo: Cortez, 2019,

BRAZ, Marcelo. **Projeto ético-político e lutas sociais: história em processo.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências.** p. 182-200. São Paulo: Cortez, 2019.

COATES, Jonh. **Ecology and Social Work:** toward a new paradigm. Halifax: Fernwood Publishing, 2003.

DOMINELLI, Lena. **Crossing International Divides: Language and Communications within International Settings.** Social Work Education. v. 23, n. 5, p. 515-525, 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0261547042000252253?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 10 set. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo.** In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** p. 97-118. São Paulo: Cortez, 2016.

HEALY, Lynne M.; LINK, Rosemary J. **Handbook of International Social Work:** human rights, development and the global profession. Oxford University Press, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil.** Em Pauta. n. 21, p. 117-139. Rio de Janeiro, 2008.

KENDALL, Katherine A. **Reflections on Social Work Education: 1950-1978.** International Association of Schools of Social Work (IASSW). New York, 1978.

KNIEPHOFF-KNEBEL, Anette; SEIBEL, Friedrich W. **Establishing international cooperation in social work education:** the first decade of the International Committee of Schools for Social Work (ICSSW). International Social Work. v. 51, n. 6, p. 790-812, 2016. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.838.2878&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

LEMOS, Esther Luíza de Souza; MATOS, Maurilio Castro; RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A contribuição brasileira ao debate do Serviço Social mundial.** YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.). In: **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa.** p. 102-127. São Paulo: Cortez, 2019.

LOPES, Josefa Batista. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão:** a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** p. 311-344. São Paulo: Cortez, 2016.

MASARYKOVA, Alice. **L'organisation de la Conférence Internationale du Service Social et de la quinzaine sociale internationale.** Première Conférence Internationale du Service Social. Juillet. v. 1. p. 8-13. Paris: 1928. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6582660k.texteImage>>. Acesso em: 13 set. 2021.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** p. 165-182. São Paulo: Cortez, 2016.

PAYNE, Malcolm. **Modern Social Work Theory.** United Kingdom: Oxford University Press, 2014.

PEETERS, Jef. **Sustainable development: a mission for social work?** A normative approach. *Journal of Social Intervention: Theory and Practice*, v. 21, n. 2, p. 5-22, 2012. Disponível em: <<https://www.journalsi.org/articles/abstract/10.18352/jsi.306/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **A “virada” do CFAS ao CFESS e o exercício profissional hoje.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). In: **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências.** p. 83-98. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação:** resistências, lutas e perspectivas. YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO Marilda Villela (Orgs.).

In: Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. p. 86-101. São Paulo: Cortez, 2019.

A perda de soberania política e seus efeitos nas Políticas Sociais: o triunfo da corporocracia

Camila Potyara Pereira

Josep Burgaya

Introdução

A redução do papel do Estado tornou-se uma tendência geral a partir da hegemonia neoliberal-neoconservadora dos anos 80 em que a desregulamentação, a supremacia do mercado e a globalização foram impostas como justificativas da ideologia dos interesses corporativos. O questionamento da sustentabilidade e, inclusive, da idoneidade do Estado de Bem-Estar, deu lugar a um período em que este sofreu um evidente corte no seu financiamento e nas suas prestações sociais, sendo a crise econômica desencadeada a partir de 2008, o pretexto perfeito para levar a cabo o seu desmonte definitivo. Na verdade, o mantra da globalização extrema e os Acordos Transatlânticos significaram a culminância do processo de desmantelamento dos Estados, ao menos como os compreendíamos até então. Tratava-se de reduzir suas funções e atribuições, mas, além disso, de discipliná-los e colocá-los quase que exclusivamente a serviço dos interesses corporativos. Pretendia-se constituir o “governo ilegítimo”, de que fala Susan George (2015), por aqueles que agora se moviam muito mais na penumbra. A corporocracia decidiu governar o mundo e, para isso, deveria colocar o Estado exclusivamente a seu serviço. Para tanto, as funções governamentais foram paulatinamente assumidas por agentes e organizações obscuros e não legitimados democraticamente, enquanto tudo isso se justificava com argumentos que se tornaram perversos, como a necessária consulta aos *stakeholders* (interessados diretos), ou a necessidade de implementar novos sistemas de governança.

O processo globalizador e, principalmente, a ideologia que o justifica e o envolve, converteu esse processo em um instrumento de dominação e flexibilização de exigências no mundo ocidental.

Como Held e McGrew (2003, p. 127, tradução nossa) afirmaram, “a ideologia da globalização funciona como um ‘mito necessário’, por meio do qual políticos e governos disciplinam seus cidadãos para satisfazer as demandas do mercado global”¹. De fato, evitando cair numa visão conspiratória em relação à globalização e à evolução do capitalismo, um propósito derivado da expansão do mercado tem certamente acompanhado este processo, que é forçar uma mudança radical e profunda daquilo que poderíamos chamar de relações de classe, tentando dominar e subjugar uma classe trabalhadora para a qual os consensos posteriores à Segunda Guerra Mundial haviam fortalecido sua posição em relação ao capital. Como se pode ver, no âmbito trabalhista não se tentou estender os direitos dos trabalhadores ocidentais ao resto do mundo, mas sim estender a precariedade e os baixos salários a todo o planeta.

1. Controle corporativo planetário e captura do poder político

Há anos que o mundo anglo-saxão cunhou o termo *crony capitalism* (capitalismo de compadrio), para descrever situações em que o sucesso empresarial dependia de uma relação estreita entre gestores de empresas e funcionários do governo, embora quem tenha definido esse conceito o tenha feito pensando apenas nas economias asiáticas que entraram em crise na década de 1990. Mas, além do “amiguismo” com o mundo político, no modelo anglo-saxão, mais do que na Europa continental, a criação de fundações e *think tanks* para influenciar a opinião pública em prol de seus interesses tornou-se algo fundamental, sobretudo a partir da revolução conservadora dos anos 1980. As relações da elite econômica e empresarial com o mundo político são frequentemente de camaradagem, pois elas fazem funcionar a porta giratória entre os cargos públicos e os conselhos de administração das grandes corporações, quando não a compra de vontades políticas por pura e simples corrupção. A corporação financeira Goldman Sachs é, provavelmente, a empresa mais voltada à transferência de seus principais executivos para o se-

¹ “La ideología de la globalización funciona como un mito necesario, a través del cual los políticos y los gobiernos disciplinan a sus ciudadanos para satisfacer las exigencias del mercado global” (Held; McGrew, 2003, p. 127).

tor público, sempre com bilhete de passagem de retorno, para operar precisamente como reguladores de sua atividade. Hank Paulson ou Robert Rubin, secretários do Tesouro dos presidentes dos Estados Unidos Clinton e Bush seriam dois exemplos-chave, como também o de Peter Sutherland como presidente do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), porém existem muitos outros. Não é de se estranhar que, nos Estados Unidos, como apontou o jornalista Andy Robinson (2013), a taxa de imposto aplicada aos super-ricos dos 0,1% mais bem remunerados caiu de 60% na década de 1960 para 30% em 2000 ou que o integrante médio do ranking da Forbes pagava, em 2012, 18% em impostos, ou seja, menos do que pagavam aos seus empregados domésticos.

Se a diminuição do papel do Estado, após o triunfo neoliberal e neoconservador de quatro décadas atrás, levou a um crescimento sem paralelo da desigualdade econômica e ao colapso da coesão da sociedade, justamente pela falta de solidez de seu papel equilibrador, parece evidente o que nos espera ante não só ao “desaparecimento” do Estado como moderador, mas também à sua conversão em agente ativo a favor da concentração das riquezas. Mudanças na própria concepção da empresa também abundam nessa fratura extrema. O lucro sempre foi o motivo fundamental da empresa, mas talvez no passado tenha valido mais para construir um projeto sólido, saudável e duradouro em que os trabalhadores - porque ainda se chamavam assim, e não o capital humano - fossem considerados o maior patrimônio.

As empresas hoje já não pertencem ou estão integradas em um território, não têm noção de comunidade, pois se tornaram extraterritoriais em todos os sentidos. O único imperativo atual para as grandes empresas e sua tomada de decisão é o valor das participações dos acionistas e a distribuição de dividendos. O preço das ações é o único termômetro e tudo obedece a esse fim. Triunfam o curto prazo, o *offshoring*, a liquidação de ativos, as demissões em massa e o “planejamento tributário agressivo”. O egoísmo, a ganância e a crueldade prevalecem. Diante de acordos comerciais que contêm quase três quartos do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com Estados cativos e o predomínio dos objetivos das elites globais, pergunta-se: onde está a soberania?

A capacidade de concentração econômica nas mãos das grandes corporações tem sido imensa nas últimas três décadas. Uma con-

densação que, logicamente, tem sido mais importante em seu faturamento, ativos e lucros do que na geração de empregos diretos. Entre 1983 e 1999, as 200 maiores corporações do mundo aumentaram sua força de trabalho em 14,4% (RODRIK, 2012). No mesmo período, seus lucros cresceram 362,4%. Não há proporcionalidade. O tamanho das economias de alguns conglomerados empresariais excedeu em muito a capacidade econômica da maioria dos Estados. No ranking das 100 maiores economias mundiais, 53 são empresas e apenas 47 Estados (Sachs, 2013). A General Motors fatura a cada ano mais do que os orçamentos públicos da Irlanda, Hungria e Nova Zelândia combinados. O Walmart tem um faturamento anual equivalente ao PIB da Argentina ou da Polônia, enquanto as quatro maiores empresas em faturamento anual (ExxonMobil, Walmart Stores, Chevron e ConocoPhillips) excedem, juntas, o PIB da Espanha. A maior empresa do mundo em capitalização de mercado, a Apple, supera o PIB da Suécia e seus lucros em 2015 excederam o PIB de 110 dos 187 Estados reconhecidos. Contando apenas os lucros do último ano fiscal, a ExxonMobil com 44,9 bilhões de dólares supera o produto interno bruto da Costa Rica. Na Espanha, o Banco Santander tem um faturamento global anual superior à produção do Marrocos, e o da Inditex supera a da Islândia. A comparação entre economias nacionais e economias corporativas retrata muito bem qual é o real poder das grandes empresas no mundo atual, enquanto os Estados nacionais se enfraquecem, vítimas de uma grande “hemorragia fiscal”. É essa tendência que tende a se consolidar e intensificar.

O que está aumentando a desigualdade não é o baixo crescimento, mas a maior concentração do mercado e o desaparecimento da competição. Como assinala Jonathan Tepper (2020), nos Estados Unidos, quatro companhias aéreas controlam o país, mas a situação geral é ainda pior. As empresas dividiram as cidades para terem um monopólio virtual. Mais de 75% das famílias não têm escolha para a Internet. Em muitos Estados, duas seguradoras têm cotas de mercado de 80 a 90%. Muitas grandes empresas assumiram o controle de seus reguladores, e a regulamentação existe em grande parte para impedir a entrada de novos participantes. Especialmente as empresas de plataforma definem as regras que governam o mundo. Seu papel de intermediação permite-lhes ir capturando toda a economia.

Há quem afirme que as grandes corporações já não fazem parte dos Estados, mas os estão sustentando numa espécie de “golpe

de estado” em câmara lenta. Provavelmente, isso é um exagero, mas quando o faturamento do Walmart é 120 vezes maior do que o orçamento anual do Haiti, é evidente que o peso e o poder de muitas das grandes empresas superam em muito o dos Estados, principalmente porque, na lógica do mercado desregulamentado e em um mundo sem fronteiras econômicas, as possibilidades de controle das instâncias políticas e governamentais são nulas.

Os dirigentes de grandes empresas transnacionais fazem parte de uma pequena elite econômico-financeira com extraordinária capacidade de decisão sobre o futuro de nossas vidas. No Fórum Econômico Mundial de Davos, como em muitos outros lugares, eles exibem seu poder de forma bastante arrogante e são ouvidos pelos chefes de Estado e pela mídia como se fossem oráculos. Afinal, eles estão interessados em um pouco mais do que os dividendos que vão distribuir aos seus acionistas e em cumprir os objetivos que lhes permitam receber seus abundantes retornos variáveis. O cientista político britânico Colin Crouch (2004) utilizou o termo “pós-democracia” para definir uma situação atual na qual, apesar de se manterem preservadas as regras do sistema democrático, a capacidade de influência e de chantagem das empresas multinacionais as leva a assumir uma posição hegemônica em relação ao poder político que não lhes caberia.

Submeter os Estados a um regime jurídico privado para resolver contenciosos com as empresas, conforme estabelecido nos acordos de livre comércio, é obviamente uma deslegitimação do papel estatal, bem como um esvaziamento de poderes e o estabelecimento de novas prelaturas. A supremacia da proteção dos investimentos sobre as considerações sociais, ambientais ou de saúde, resulta no triunfo definitivo do mercantil sobre o político. Estamos diante de um ataque total ao poder estatal por parte da “Classe Davos”, que reduz o que resta das instituições aos seus servidores e o sistema democrático a algo meramente formal. E não apenas nos Estados Unidos. A penetração nos últimos anos das corporações em organismos internacionais é bastante evidente nas Nações Unidas, com alianças público-privadas em organismos destas entre empresas e grupos de interesse de ética duvidosa. O mecanismo das fundações filantrópicas, como a de Bill Gates, não esconde que estamos diante da compra de influência ou, muito pior, do prevalectimento dos interesses

privados sobre o que deveriam ser políticas públicas. Precisamente, a ONG Amigos da Terra publicou em 2012, coincidindo com a celebração da Conferência Rio + 20, um longo e devastador relatório em que detalhava a infiltração de corporações na ONU, influenciando principalmente as políticas de água, de biodiversidade, de agricultura, alimentação e saúde. A *Initiative for Global Redesign*, promovida desde Davos, é a prova de que não se trata mais apenas de condicionar as políticas de Estado, mas de prefigurar-las e estabelecê-las.

Tzvetan Todorov (2012) já advertia há muito tempo sobre o fato de que o neoliberalismo concebe a economia como uma atividade separada da vida social e que deve estar fora do alcance e controle do político. Agora intenta-se levar essa concepção até as últimas conseqüências. Quando isso acontece, quando a economia cria condições para a política como tem acontecido nas últimas décadas, “estamos numa forma de tirania”.

O antropólogo Karl Polanyi (2014) observou há mais de oitenta anos que os mercados são construções humanas, que é preciso garantir o primado da política sobre a economia, pois essa possibilidade seria o prelúdio do fascismo e do fim do sistema, como aconteceria no rescaldo da depressão dos anos 1930.

Josep Ramoneda (2012, p. 176) considera que a própria existência da democracia é posta em causa porque “no fundo, o que é a democracia senão um frágil mecanismo concebido para prevenir os abusos de poder?”² O termo “globalismo” significa precisamente a concepção de um mercado mundial que desaloja ou substitui o poder político. Seria um imperialismo econômico, sob o qual as empresas exigem as condições ideais para otimizar seus objetivos. Globalização significa “ausência de um Estado mundial”, ou seja, a formação de uma sociedade mundial sem Estado e sem governo mundial. Um capitalismo “globalmente desorganizado”, sem nenhuma potência hegemônica e nenhum regime internacional, seja ele econômico ou político. O caos é um terreno fértil para os “preparados”.

² “En el fondo ¿qué es la democracia sino un frágil mecanismo pensado para evitar el abuso de poder?” (RAMONEDA, 2012, p. 176).

2. *Space is dead*³: a nova arquitetura do poder em um mundo de gigantes

Percebe-se que o poder corporativo em um mundo globalizado pelo alto, de forma imperialista, reorganiza a arquitetura do poder. Como salienta Dowbor (2018), conglomerados mercantis gigantes, que possuem faturamento superior ao PIB de nações inteiras, atuam em escala planetária, enquanto governos seguem operando limitados pelas suas fronteiras nacionais e impotentes diante dos cursos desta nova economia-mundo. Na ausência de um governo igualmente mundial, as corporações movem-se praticamente sem barreiras, “sabendo que seu poder e influência já são intocáveis”⁴ (MORENO, 2020, on-line, tradução nossa).

Na prática, o montante de recursos geridos pelas corporações representa uma fortuna colossal que deixa de ser aplicada na economia real e segue o caminho da especulação, trilha que garante a reprodução deste capital em um ritmo duas a cinco vezes mais acelerado do que se tivesse sido convertido em investimento produtivo, conforme denunciado por Dowbor (2018): o reinvestimento dos recursos em outros produtos financeiros gera o processo de financeirização do capital produtivo, característico da atual fase do capitalismo. Ainda segundo o autor, é quando “o rabo passa a abanar o cachorro” (2018, p. 22), dinâmica que esgota o sistema de produção, esvazia a riqueza mundial de utilidade social e econômica e aprofunda a desigualdade.

Em 2020, foram acentuados os mecanismos de *rich get richer* (ricos ficam mais ricos, em tradução livre). Conseqüentemente, o hiato entre ricos e pobres aumentou de maneira generalizada nesse ano, resultado, também, da pandemia da COVID-19 que, desde o seu início até setembro de 2021, já gerou um total de aproximadamente 4,5 milhões de óbitos em todo o globo. Cabe destacar, no entanto, que os impactos econômicos sobre o emprego e o consumo afetaram de forma desproporcional os grupos populacionais localizados nos extremos inferior e superior da pirâmide de riquezas. Enquanto o grupo mais pobre viu suas reservas financeiras serem dilapidadas e recorreu ao endividamento massivo, o topo mais rico não sentiu os efeitos da crise sanitária ou foi por ela beneficiado. Não

3 “O espaço morreu”, em tradução livre.

4 “[...] sabiendo que su poder e influencia son ya intocables” (MORENO, 2020, on-line).

à toa, o mundo ganhou mais de quatro milhões de novos milionários entre 2019 e 2020, e este último ano ficou marcado como o primeiro em que mais de 1% de todos os adultos globais são milionários em dólares, conforme atestam os dados do Relatório de Riqueza Global do *Credit Suisse* (SHORROCKS; DAVIES; LLUBERAS, 2021).

Ainda segundo este documento, o 1% da população mundial, composto por 56 milhões de indivíduos milionários, controla 45,8% da riqueza do planeta (o que corresponde a US\$ 191,6 trilhões dos US\$ 418,3 trilhões totais levantados). Para se ter uma ideia do salto na riqueza agregada dos ocupantes do topo da pirâmide, em 2010, o total de milionários em dólares correspondia a 0,5% da população do mundo e este grupo possuía 35,6% da riqueza total, o que representava US\$ 69,2 trilhões. Como se pode observar, em apenas 10 anos, o número de milionários dobrou e o montante total de riqueza controlado por eles quase triplicou.

Enquanto isso, a base da pirâmide conta com cerca de 2,9 bilhões de pessoas, ou 55% de todos os adultos do planeta, detendo apenas 1,3% da riqueza global (US\$ 5,5 trilhões). Em 2010, embora o número de indivíduos na base seja maior (aproximadamente 3 bilhões de adultos ou 68,4% da população mundial), a participação na riqueza total era, igualmente, maior. Ou seja, se por um lado um percentual de indivíduos ascendeu, passando a compor estratos superiores na pirâmide, por outro, os dados evidenciam uma concentração muito maior da riqueza nos grupos de cima, uma vez que a renda da base que, em 2010, representava 4,2% da riqueza do mundo, passou a representar apenas 1,3% em 2020, indicando um empobrecimento desta camada populacional. Isto entra em contraste com o enriquecimento do topo, que viu os seus ativos quase triplicarem, conforme já demonstrado no parágrafo anterior. Deste modo, pode-se concluir que, neste intervalo temporal, cristalizou-se o chamado *efeito Mateus*, baseado na passagem bíblica do evangelho de Mateus, capítulo 13, versículo 12, segundo a qual “*à quem tem, será dado, e este terá em grande quantidade; de quem não tem, até o que tem lhe será tirado*”. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres ficaram mais pobres. E pior, na atual fase imperialista e financeirizada do modo de produção capitalista, os pobres financiam os ricos.

Saindo da esfera da riqueza individual para entrar no debate sobre o poder corporativo mundial, em 2011 o Instituto Federal Suí-

ço de Pesquisa Tecnológica (ETH) realizou uma das mais importantes pesquisas sobre o tema⁵. Embora os dados apresentados datem de dez anos atrás, as tendências identificadas pelo estudo persistem, o que indica que não houve grandes mudanças nos resultados encontrados (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011).

Após pesquisarem uma amostra de 43.060 corporações transnacionais, identificadas de acordo com as definições da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e retiradas da base de dados Orbis de 2007, que continha um total de 30 milhões de atores econômicos, a equipe de pesquisadores concluiu que a rede mundial corporativa se organiza, graficamente, em uma estrutura gigante em formato de gravata-borboleta, com grande parte do poder fluindo dos “laços” para o “nó”. Este “nó”, ou núcleo, é composto por um seletivo grupo de corporações fortemente integradas, sendo que 75% delas são intermediários financeiros como bancos, financeiras e firmas de *leasing*⁶. Nos “laços”, ou ramificações, estão as demais corporações, algumas com participações no “nó”, outras controladas por ele (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011; DOWBOR, 2018).

Em números, o estudo atestou que 737 corporações transnacionais possuem 80% de controle sobre o valor econômico de todas as demais. Apontou, ainda, que 147 corporações, representando menos de 1% dos atores e todas elas componentes do “nó”, controlam 40% do valor da rede em sua totalidade. Não menos importante é a informação de que a maioria dessas corporações são estadunidenses ou europeias. O núcleo configura-se, assim, como uma “superentidade” econômica que concentra poder e controle com mais efetividade até do que concentra renda. Segundo Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), traduzidos por Dowbor (2018, p. 44), “os atores no topo detêm um controle dez vezes maior do que o que poderia se esperar baseado na sua riqueza”. Para este autor, este dado é um dos mais relevantes para a compreensão da nova arquitetura do poder.

A constatação do domínio econômico desta “superentidade” mundial desdobra-se em reflexões a respeito das implicações para a

5 Uma rica análise desta pesquisa foi realizada por Ladislau Dowbor em sua obra “A Era do Capital Improdutivo”, uma das principais referências deste capítulo. Esta análise também pode ser lida no blog do autor (DOWBOR, 2012).

6 Entre elas, podemos citar como exemplos Goldman Sachs, Citigroup, JPMorgan Chase & Co., Bank of America, Lehman, Brothers e Credit Suisse.

esfera política. Dowbor (2018, p. 47), baseado na pesquisa do ETH, afirma que “quando há milhões de empresas, há concorrência real. Ninguém consegue ‘fazer’ o mercado, ditar os preços e muito menos ditar o uso dos recursos públicos”. No entanto, com a centralização do poder nas mãos de oligopólios planetários, a situação se inverte. No fim das contas, “com um número tão diminuto de pessoas no topo, não há nada que não se resolva no campo de golfe no fim de semana” (DOWBOR, 2018, p. 49).

Hoje vivemos um modelo econômico, político e social que busca uma economia-mundo, ao mesmo tempo em que esvazia de capacidade de decisão governos, instituições públicas e cidadãos. O poder de decidir vai sendo, aos poucos, repassado para corporações e os Estados vão perdendo sua soberania. Este processo de privatização das funções públicas e das ações governamentais se realiza na substituição velada do protagonismo dos governos nacionais por um “governo” transnacional paralelo muito mais poderoso e influente, mas que não foi eleito e que, no geral, sequer é conhecido ou notado, já que tem como *locus* de ação os bastidores⁷. Assim, o papel quase único dos Estados nacionais, em verdade, passa a ser o de protetor do mercado global e a governança vai se tornando corporativa e, conseqüentemente, ausente de qualquer tipo de controle democrático.

Esta rede interconectada de gigantes corporativos não opera dentro de limites territoriais. Sua atuação é planetária, suas decisões impactam coletividades e seus recursos, imateriais, são maiores do que o PIB de diversas nações somadas. Financeira e economicamente mais poderosas do que Estados e com o apoio maciço das mídias e da cultura de consumo hiperespetacularizada que as beneficiam diretamente, as corporações transformadas nos principais atores políticos e sociais do globo lentamente convertem-se em praga que devora, impiedosamente, aqueles que ficam no seu caminho, estejam onde estiverem. O espaço morreu.

⁷ Dowbor (2018, p. 39) afirma que “uma característica básica do poder corporativo é o quanto ele é pouco conhecido”. Comparativamente, poucos são os estudos que se dedicam a esta temática e alguns dos que foram realizados ou não possuem orientação crítica ou não abarcam a questão em sua totalidade complexa e contraditória. Após indicar alguns documentários relevantes para a compreensão da lógica do sistema político e econômico atual, o autor conclui que “o fato é que ignoramos quase tudo do principal vetor do poder mundial, as corporações” (DOWBOR, 2018, p. 40).

3. Governança corporativa e submissão estatal: a ruína das políticas sociais?

O modo de produção capitalista em sua fase atual é produzido e reproduzido pela ação dos oligopólios planetários. Por meio da ação onipresente dos gigantes corporativos, não apenas um determinado tipo de economia se estabelece em âmbito mundial, mas, também, novas formas de relação social, novas regras no jogo político, nova cultura. Os conglomerados empresariais e financeiros no poder não apenas ditam o *modus operandi* do mercado, dos fluxos financeiros e das redes de influência, mas também inauguram uma ideologia particular ou nas palavras de Motta (1984, p. 19) “um conjunto de valores e crenças que visa a manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes”. Nesta ideologia, a mercadoria – fetichizada – reina soberana e se apresenta como a vida em si; fora dela, o vazio. Vive-se em busca da mercadoria, agora divinizada e inalcançável, porque nunca suficiente. E para tanto, o único caminho possível é o do trabalho, mediante a adesão ao mercado laboral, seja ele formal ou informal. Esta esfera, festejada como espaço de correção de vícios e de “empoderamento” pessoal, é, para a maioria da população mundial, precária, mal remunerada, insalubre e desumanizante. Experiência por meio da qual se perde a vida tentando ganhá-la e se avista a mercadoria, sempre no horizonte: a cada passo na sua direção, ela também caminha adiante.

Neste processo, a mercadoria força de trabalho, expressa em um ser humano exausto, adoecido e robotizado, luta para adquirir o *status* de cidadã, conquistado, sob o jugo do capitalismo financeiro e neodireitista, apenas pela carteira de trabalho assinada, verdadeira “certidão de nascimento cívico”, conforme Santos (1979); pela produção de bens e serviços, dominada por um sistema econômico de caráter especulativo e brutal em essência; ou pelo consumo, de preferência conspícuo, supérfluo e ininterrupto.

As políticas sociais, concebidas e geridas à imagem e semelhança dos donos do poder, a despeito de suas contradições inatas, cumprem com relativa eficácia o papel de facilitadoras da reprodução desta força de trabalho, útil ao capital enquanto puder servir. Ainda, afinadas com a ideologia que apregoam, não podem ser ampliadas

ou universalizadas e devem ser minadas na sua condição de direito, passando à categoria de benesse ou filantropia do Estado-fantochesco benfeitor, animado pelas mãos corporativas. A caridade empresarial, a propósito, por vezes manifestada via políticas públicas, serve ao filantropo-capitalismo que transforma a “ajuda” social privada em negócio lucrativo.

A política social, assim, reconfigurada com as vestes da beneficência, serve ainda mais aos interesses do grande capital. Isso porque, por meio da filantropia, os ricos, historicamente, se protegem dos impostos, constroem seu prestígio e ganham espaço nos assuntos globais, ocupando uma posição cada vez mais dominante no desenvolvimento econômico e influenciando governos. Passam, inclusive, a serem vistos como heróis, os únicos com potencial de salvar os povos das mazelas sociais, consideradas cada vez mais resultados de falhas ou inaptidões individuais. Ademais, a filantropia é um bom mecanismo de gestão da pobreza, já que concede única e exclusivamente ao filantropo o poder de eleger as pautas que “merecem” ser atendidas; hierarquiza-las conforme seu julgamento pessoal; e determinar a sua suposta solução, com definição privada do montante de recurso a ser “investido” e as suas formas de operacionalização. É, conforme Casimiro (2018, p. 137), “justamente o contrário de qualquer política universalizante, igualitária, pública e democrática, capaz de assegurar a socialização da qualidade de vida”. A filantropização das políticas sociais segue a mesma direção: é a captura empresarial das estratégias de combate público-estatais contra a fome, a pobreza, as opressões e as desigualdades, com o intuito de cooptá-las e reconceitualizá-las, ressignificando, também, os problemas sociais (CASIMIRO, 2018).

Conhecida como *captura corporativa*, a subjugação do poder público pelas grandes empresas não ocorre apenas via filantropia. Na verdade, esse é apenas um entre vários caminhos. Os mais conhecidos são as portas giratórias, já citadas neste capítulo; o financiamento empresarial de partidos, candidatos, estudos e pesquisas; o controle dos dados e das informações pessoais; o lobby; as campanhas midiáticas e os Tratados de Nova Geração⁸. Além dessas, há aquelas ilícitas, embora não incomuns, como a compra direta de políticos e outros gestores influentes, que pode se dar com transferência de dinheiro, geralmente recebidos em paraísos fiscais; contra-

8 Vide Burgaya (2017).

tação de serviços com orçamento superestimado ou, ainda, oferta de presentes de artigos de luxo⁹. Conforme Moreno (2020), uma das manifestações do poder corporativo é a sua disposição e habilidade em se beneficiar do setor público, enquanto drena a sua capacidade de governança e passa, ele mesmo, financiado com dinheiro público, a tomar decisões:

O poder corporativo dos SeFTec [ou senhores feudais tecnológicos]¹⁰ também se manifesta em sua capacidade de tirar proveito do setor público em seu próprio interesse. Os novos senhores feudais, membros das elites econômicas, dispõem cada vez mais de recursos e canais de influência para maximizar suas declarações de renda, por meio de recompensas fornecidas pelo dinheiro dos próprios contribuintes por meio de ajuda fiscal. Já em 1995, nos Estados Unidos, era estimado em 8,5 bilhões de dólares o total de dinheiro público que as corporações e os plutocratas recebiam do governo estadunidense por meio de todos os tipos de subsídios (*subsidies*), doações (*handouts*), deduções e brechas fiscais (*tax breaks, loopholes*) ou simplesmente roubos (*ripoffs*) e fraudes (*scams*). O destino crescente da alta renda (tanto do capital quanto, em menor medida, do trabalho) vai para as mãos das mesmas pessoas que se aproveitam de sua capacidade de influência e praticam descaradamente a homogamia corporativa. (MORENO, 2020, on-line, tradução nossa)¹¹.

Por meio dessas estratégias variadas, legais ou não, as corporações conseguem aprovações de leis que as beneficiam ou a extin-

9 Sobre isso, ver a entrevista realizada pelo sociólogo Jessé Souza com o CEO de um Banco privado do Estado de São Paulo (SOUZA, 2019).

10 Como exemplo, Moreno (2020) cita os CEOs da Amazon (Jeff Bezos), Apple (Tim Cook), Google (Sundar Pichai) e Facebook (Mark Zuckerberg). A designação “novos senhores feudais tecnológicos” baseia-se na compreensão de que estamos diante de um tecnofeudalismo, ou um neofeudalismo tecnológico, com domínio das megaplataformas digitais e o consequente estabelecimento de novas relações sociais baseadas na dependência e no controle do Big-Data, que inaugura novas formas de servidão.

11 “El poder corporativo de los SeFTec se manifiesta también en su capacidad de aprovecharse del sector público en interés propio. Los nuevos señores feudales integrantes de las elites económicas disponen crecientemente de recursos y canales de influencia para maximizar sus cuentas de resultados mediante recompensas propiciadas por el dinero de los propios contribuyentes a través de ayudas fiscales. Ya en 1995, en EE. UU. se calculaba en 8.500 millardos (miles de millones) de dólares anuales el dinero público que las corporaciones y los plutócratas recibían del gobierno estadounidense mediante toda suerte de subsidios (*subsidies*), (*handouts*), deducciones y escapatorias fiscales (*tax breaks, loopholes*), o sencillamente engaños (*ripoffs*) y fraudes (*scams*). El creciente destino de los ingresos elevados (tanto del capital, y en menor incidencia cuantitativa del trabajo) va a manos de las mismas gentes, que se aprovechan de sus capacidades de influencia y practican impudorosamente la homogamia societaria” (MORENO, 2020, on-line).

ção daquelas que as prejudicam. Não é incomum que cláusulas dos Tratados de Nova Geração, por exemplo, determinem que serviços privados não poderão ser reestatizados sob nenhuma circunstância ou que políticas públicas só poderão ser adotadas com o aval das empresas assinantes e com a condição de que os seus custos sejam “otimizados” e de que não causem prejuízos à livre concorrência mercantil. Também não é raro que, com pressões ou corrupção, banqueiros e empresários consigam que as instâncias de poder político legislem a seu favor e em detrimento do atendimento de necessidades humanas básicas.

Com o avanço e a radicalização da nova direita, suas estratégias de dominação se aperfeiçoam. A serviço das corporações transnacionais a ideologia neodireitista não mede esforços para manipular e controlar eleitores e trabalhadores, mesmo que para isso tenha que recorrer às *fake news*, à gestão mal-intencionada de grandes pacotes de *big data*, a mecanismos sofisticados e tácitos de opressão e violência. Com isso, vai minando a confiança popular nas instituições, na política e nos processos democráticos. Nas palavras de Solano (2018, p. 9), “a política é vista e pensada de forma vergonhosa, desprezível, imoral. É a politização da antipolítica e o triunfo do ‘não sou político, sou gestor’”.

O ódio à política, dessa maneira, fortalece as corporações como agentes políticos exclusivos e corporações, embora sejam consideradas pessoas (jurídicas) e, por isso, tenham os mesmos direitos que qualquer cidadão, “não tem alma a salvar e nem corpo a ser preso”, como é afirmado no documentário *The Corporation* (2003).

Hoje esses oligopólios pintam-se com as cores da luta pelo meio ambiente, ao mesmo tempo em que se cristalizam como os maiores poluidores do globo, um processo que ficou conhecido como *greenwashing*; apresentam-se como parceiros dos movimentos LGBTQIA+, enquanto mantêm práticas opressoras contra este grupo populacional e apoiam políticas e governos que os perseguem, em uma evidente busca pelo chamado *pink money* ou lucro das empresas com o consumo “rosa”; levantam bandeiras de apoio a mulheres, pessoas negras e com deficiência nas redes sociais, mas não promovem debates ou mudanças estruturais no interior da corporação, perpetuando ações misóginas, racistas e capacitistas, fenômeno batizado de *diversity washing*. No entanto, segundo Bakan (2020, on-line), “apesar

de toda a retórica refinada, a nova corporação é fundamentalmente idêntica à antiga” e prossegue “agora as corporações fazem muito barulho sobre seu suposto objetivo de fazer o bem - e muito menos sobre o fato de que elas só podem fazer o bem enquanto isso as ajudar a ir bem” (2020, on-line). De acordo com este autor, estes atores políticos jamais irão agir em prejuízo próprio ou de seus acionistas, e isso limita o tipo e a quantidade de “bondade” empresarial ao lucro esperado em troca. Outro ponto que merece atenção é que:

As corporações estão usando sua suposta “bondade” para defender a ideia de que não mais precisam ser reguladas pelo Estado, já que poderiam se autorregular; e de que podem fazer um trabalho melhor que o dos governos, quando geram serviços públicos como a água, as escolas, os transportes, as prisões, e assim por diante. (BAKAN, 2020, on-line).

A corporocracia camuflada com as vestes da democracia, tal como “lobo na pele de cordeiro”, ilude para justificar cortes nos gastos públicos, desmantelamento de políticas sociais arduamente conquistadas, exploração crescente do trabalho e violências variadas não apenas contra grupos específicos, mas contra nações inteiras. O argumento é de que a austeridade, os cortes de gastos sociais e o Estado mínimo seriam imprescindíveis para promover o crescimento econômico e o bem-estar geral da população. Contudo, não há um único exemplo na história humana de melhoria de qualidade de vida com menos proteção social, menos investimento público em saúde, educação, alimentação, transporte, habitação, cultura, segurança, emprego. Até o mercado de trabalho, aquele evocado como solução para todos os males, vem sendo igualmente desmontado. A degradação do trabalho se torna, inclusive, um mecanismo para a melhoria da competitividade empresarial e para maximizar os benefícios das corporações.

Neste processo de mercantilização de todas as esferas da vida, de alienação, fragmentação da informação, *fake news*, adoecimento, exaustão, privatizações constantes, mina-se por completo a participação consciente de coletividades, ao mesmo tempo em que é acelerado o colapso de tudo aquilo que é público.

A crise da COVID-19, por seu turno, está expondo ainda mais os defeitos de nossas estruturas econômicas. Para começar, a crescen-

te precariedade do emprego. Desta vez, as medidas de resgate devem ser acompanhadas de condições. Agora que o Estado está de volta ao papel de liderança, em decorrência da pandemia, os resgates devem ser projetados para induzir as grandes empresas a recompensarem a criação de valor, não a extração de valor. Como indica a economista Mariana Mazzucato (2021, p. 14, tradução nossa):

Precisamos urgentemente de Estados empreendedores que invistam mais em inovação: da inteligência artificial à saúde pública passando pelas energias renováveis. Porém, como lembra-nos esta crise, também precisamos de Estados que saibam negociar para que os benefícios do investimento público voltem à sociedade¹².

Uma das principais causas da desigualdade é que socializamos os riscos, mas privatizamos as recompensas.

Concluindo

Devolver a economia ao campo da tomada de decisões políticas é um dos desafios mais importantes que enfrentamos. A afirmação é simples, mas não deixa de conter muito voluntarismo. A separação do econômico e do político, junto com a sua supremacia, tem pouco a ver com casualidades ou erros sem sentido. Tem significado a hegemonia de certos setores sociais numericamente pequenos e poderosos, o triunfo da cultura da extrema desigualdade na sociedade. Recuperar o controle da economia pelas instituições democráticas e, portanto, pelos cidadãos, será necessariamente uma batalha dura e difícil, não só pela resistência dos setores ricos, com sua enorme capacidade de pressão e influência de criar instabilidade, mas pela grande quantidade de intelectuais e políticos dispostos a desempenhar o papel de propagandistas da supremacia do econômico e da liberdade econômica como base para qualquer tipo de liberdade. Há uma batalha de ideias a travar contra os postulados, que se esgrimem e se esgrimirão como álibi para justificar a desigualdade extrema, para explicá-la como algo natural, uma não-questão, e substancial à condição humana.

¹² “Necesitamos con urgencia estados emprendedores que inviertan más en innovación: de la inteligencia artificial a la sanidad pública pasando por las energías renovables. Pero como nos recuerda esta crisis, también necesitamos estados que sepan cómo negociar para que los beneficios de la inversión pública regresen a la sociedad” (MAZZUCATO, 2021, p. 14).

Sempre haverá muitos setores intelectuais e políticos dispostos a servir aos desejos das classes dominantes e com enormes recursos. Inclusive, Kaushik Basu (2014) advoga uma governança política e social que decida sobre a economia, entendendo que a desigualdade e a pobreza surgem porque a globalização política fica atrás da globalização econômica e prevê que, “na ausência do governo ou de alguma forma de ação coletiva, é provável que o mercado caia em uma desordem do tipo descrito por Hobbes, e que a desigualdade e a pobreza prevaleçam em níveis intoleráveis”.

É papel dos governos garantir que os bens públicos de longo prazo não sejam prejudicados por interesses privados de curto prazo. O governo não pode se limitar ao papel de protetor da liberdade de mercado, mas deve ser o protetor do contrato social. O Estado deve ser o mecanismo de compromisso de uma sociedade, o protetor de uma prosperidade compartilhada.

A superação da pandemia exige ir além da gestão da crise e repensar, em profundidade, qual o papel do Estado no afastamento dos obstáculos que a economia tem pela frente. Há que pensar em um crescimento que tenha um propósito público. O setor público já não pode ser o único a corrigir os desatinos do mercado; ele deve converter-se, como aponta Mazzucato (2021), no responsável por modelá-los. O setor público requer competências e recursos necessários para o desempenho das funções políticas, desde a prestação de serviços públicos à concepção e implementação de medidas que potenciem as capacidades dinâmicas da economia e da sociedade.

Referências

BAKAN, Joel. **A nova face das corporações modernas**. (Entrevista) In: **Outras Palavras**, 10/02/2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/a-nova-face-das-corporacoes-moder-nas-1>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BASU, Kaushik. **Más allá de la mano invisible**: Fundamentos para una nueva economía. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

BURGAYA, Josep. **Adiós a la soberanía política**: los tratados de nueva generación (TTP, TTIP, CETA, TISA...) y qué significan para nosotros. Barcelona: Ediciones Invisibles, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CROUCH, Colin. **Post-Democracy.** Madrid: Taurus, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2 ed. São Paulo: Outras Palavras; Autonomia Literária, 2018.

DOWBOR, Ladislau. **A rede do poder corporativo mundial.** jan. 2012. Disponível em: <<https://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html>>. Acesso em: 23 set. 2021.

GEORGE, Susan. **Los usurpadores:** Cómo las empresas transnacionales toman el poder. Barcelona: Icaria, 2015.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Globalización/Antiglobalización:** Sobre la reconstrucción del orden mundial. Barcelona: Paidós, 2003.

MAZZUCATO, Mariana. **No desaprovechemos esta crisis.** Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2021.

MORENO, Luis. **Señores feudales tecnológicos ante el Capitolio.** In: **Catalunya Press Te informa.** 05 ag. 2020. Disponível em: <<https://www.catalunyapress.es/texto-diario/mostrar/2050009/senores-feudales-tecnologicos-ante-capitolio>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **As empresas e a transmissão da ideologia.** Revista de Administração de Empresas. v. 24, n. 3. São Paulo: jul/set. 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n3/v24n3a04.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

POLANYI, Karl. **Los límites del mercado.** Reflexiones sobre economía, antropología y democracia. Madrid: Capitan Swing, 2014.

RAMONEDA, Josep. **La izquierda necesaria:** Contra el autoritarismo post democrático. Barcelona: RBA, 2012.

ROBINSON, Andy. **Un reportero en la montaña mágica:** Cómo la élite económica de Davos hundió el mundo. Barcelona: Ariel, 2013.

RODRIK, Dani. **La paradoja de la globalización:** Democracia y el

futuro de la economía mundial. Barcelona: Antoni Bosch, 2012.

SACHS, Jeffrey. **El precio de la civilización**. Barcelona: Círculo de Lectores, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SHORROCKS, Anthony; DAVIES, James; LLUBERAS, Rodrigo. **Credit Suisse Global Wealth Report 2021**. Credit Suisse Research Institute, 2021. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOLANO, Esther. **Crise da democracia e extremismos de direita**. Friedrich Erbert Shiftung Brasil. São Paulo. 2018. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOUZA, Jessé. **Executivo de banco conta como se compram políticos, juízes e jornalistas em entrevista à Jessé Souza**. In: **Diário do Centro do Mundo**. 2019. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/executivo-de-banco-counta-como-se-compram-politicos-juizes-e-jornalistas-em-entrevista-a-jesse-souza/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

TEPPER, Jonathan. **El mito del capitalismo: Los monopolios y la muerte de la competencia**. Barcelona: Roca Editorial, 2020.

THE CORPORATION. Direção: Jennifer Abbott e Mark Achbar. Roteiro de Joel Bakan. Canadá: Big Picture Media, 2004. 1 DVD (145 min).

TODOROV, Tzvetan. **Los enemigos íntimos de la democracia**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2012.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B; BATTISTON, Stefano. **The Network of Global Corporate Control**. In: **PLOS ONE**. Volume 6, Issue 10, e25995, October, 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/51761051>>. Acesso em: 23 set. 2021.

Comparação, cooperação internacional e política social – relato de experiências e reflexões metodológicas da parceria UBA/UnB

Silvia Cristina Yannoulas
Monica Cecilia Girolami
Adriana Rosa Clemente
Sophia Cunha Afonso

Introdução

O presente capítulo encontra fundamento em uma diversidade de fontes. Em primeiro lugar, nossos próprios trabalhos de conclusão de cursos Pós-Graduação (Yannoulas, 1994/1996; Girolami, 2014; Clemente, 2017/2021; Afonso, 2021 - em elaboração), abordando diferentes países (Argentina, Brasil, Espanha, Uruguai), momentos históricos e objetos da política social (educação, gênero, pobreza, trabalho), e em todos os casos utilizando a comparação como estratégia metodológica. Em segundo lugar, as reflexões aqui sistematizadas são fruto da colaboração profícua desenvolvida no contexto do Memorando de Entendimento UnB-UBA/Sociales, vigente desde 2014 e que inclui apresentações em eventos, troca de informações e publicações conjuntas (Yannoulas; Girolami, 2017; Clemente; Gomez, 2021; Yannoulas; Afonso, 2020). Assim, nosso intuito ao elaborar o capítulo foi o de sistematizar reflexões, a partir das experiências de pesquisa e de cooperação entre as Universidades de Brasília e de Buenos Aires, sobre os caminhos e descaminhos da comparação internacional e algumas consequências importantes para a cooperação internacional, atualmente promovidas pelas agências de fomento à pesquisa e Pós-Graduação.

A comparação é uma ferramenta heurística fundamental para compreender a forma como as nossas sociedades operacionalizam o gênero, a classe social e a raça, as três bases estruturantes da desigualdade social na América Latina (AL). Permite, assim, perceber a

pluralidade implícita em todo objeto de estudo, sua complexidade interna, e controlar a autorreferência existencial de nossas categorias e teorias. O exercício consciente da descentralização não significa o abandono da bagagem cultural e teórica e, muito menos, do rigor científico; pelo contrário, implica no exercício de uma subjetividade consciente social e politicamente comprometida que, em matéria da nossa ciência social contemporânea, são condições indispensáveis para a validação científica. Partindo dessa perspectiva, a comparação não é apenas necessária, mas desejável (YANNOULAS, 1996).

Atualmente, a comparação internacional é facilitada pelo avanço das tecnologias contemporâneas, que permitem realizar estudos comparativos com maior precisão e menor custo quando comparamos as elaborações recentes com as condições de produção das pesquisas no milênio anterior. Mas devemos enfatizar que, embora a comparação internacional seja muito pertinente ao estudar questões fundamentais da política social (Estado, orçamento e financiamento, trabalho e emprego, migração, educação, entre outras questões discutidas durante o Seminário Capes-Print do PPGPS/UnB em setembro de 2019), a comparação internacional não é em si mesma a solução para qualquer projeto de pesquisa ou intervenção.

Por que estudar um assunto de forma comparativa? A resposta não é única, mas podemos começar afirmando que a pergunta de pesquisa deve exigir um estudo comparativo para que seja respondida. Não se trata de comparar por comparar. Devemos ter uma inquietação gnosiológica que pressuponha um exercício comparado para ser resolvida.

A comparação internacional pode ser utilizada para comparar no espaço (por exemplo, o estudo das transformações dos regimes de bem-estar social em decorrência dos efeitos do endividamento externo expresso nos sistemas de política social, como Adriana Clemente fez em sua tese sobre as configurações do Estado na Argentina e no Uruguai (CLEMENTE, 2017), no tempo (comparação de um único caso em diferentes momentos históricos, para pensar sobre a maneira pela qual certo modelo educacional era hegemônico na América Latina desde a colonização (à maneira de WEINBERG; 1995), ou misto, como procedeu Marx (1959) ao desenvolver sua análise e chegar ao conceito de modo de produção.

Weller (2017), a partir da leitura das contribuições de Tenbruck e Matthes, destaca que é importante verificar como a compa-

ração é compreendida ou pensada, e como é realizada. A partir da alteridade como processo relacional, e dos conceitos de nós e de *outro*, a autora esclarece a importância do reconhecimento de que não existe neutralidade. Ou seja, a comparação não é apenas motivada pela escolha do objeto de pesquisa, dos instrumentos e procedimentos de análise, mas também decorre dos “pressupostos que orientam essas escolhas, que podem estar fundamentados em interesses acadêmicos, políticos, econômicos, culturais ou sociais” (WELLER, 2017, p. 929).

Torna-se, portanto, essencial refletir sobre os pressupostos e objetivos que fundamentam a comparação, tendo em vista que a própria noção de nós e de *outro* permeia esse processo, no qual não é possível abandonar conhecimentos e experiências prévias. Incorporar a noção de alteridade, somada à perspectiva de não-neutralidade dentro da comparação, permite também uma forma de controle da pesquisa. Possibilita identificar as próprias noções e concepções do pesquisador. “Nesse sentido, a riqueza de um estudo comparado não está apenas na capacidade de desvelamento de situações e realidades desconhecidas, mas também daquilo que não sabíamos sobre nós mesmos” (WELLER, 2017, p. 934). Por meio da comparação, pode-se compreender não apenas as semelhanças e as diferenças entre as unidades analisadas, mas também elucidar as diferentes realidades em que estão inseridos os pesquisadores e pesquisadoras.

O capítulo está estruturado em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, trata-se da apresentação das características da metodologia comparativa. Na segunda parte, apresentamos algumas estratégias de pesquisa utilizadas pelos estudos comparados. Na terceira parte, tecemos considerações sobre a definição do objeto de conhecimento como elemento crítico ou estratégico na escolha da estratégia metodológica comparada. Para, finalmente, apresentarmos os percursos metodológicos da comparação e a necessidade de tomada de decisões cruciais ao longo do processo, através de um exemplo concreto de pesquisa comparada. Concluímos com reflexões sobre o papel da comparação nos atuais processos de internacionalização.

1. Características da Metodologia Comparativa

A investigação ou análise comparativa é um termo amplo que inclui a comparação quantitativa e/ou qualitativa entre unidades de análise. O objetivo fundamental da análise comparativa é buscar semelhanças e diferenças. O método comparativo se propõe a estabelecer relações entre os fenômenos que pretende estudar, com a finalidade de criar modelos explicativos e, eventualmente, preditivos. Tudo isso, considerando os limites inerentes aos objetos de estudos próprios das ciências sociais.

A comparação é uma ferramenta fundamental de análise, tendo em vista que aprofunda o poder de descrição e exerce papel fundamental na formulação de conceitos, com foco nas semelhanças sugeridas e nos contrastes entre os casos (COLLIER, 1993).

Aqueles que buscam semelhanças, frequentemente aplicam uma teoria mais geral e procuram processos universais subjacentes a diferentes contextos. A ontologia dos padrões sociais, geralmente, se assume como universal e independente do tempo e do espaço. Porém, continua sendo difícil determinar esses padrões universais no âmbito da pesquisa social. Por isso, a investigação comparativa é utilizada para separar os padrões gerais e isolar as regularidades do ambiente em consonância com o contexto.

As comparações não somente desvelam diferenças entre unidades de análise (políticas, regionais, culturais, entre outras possíveis), mas também revelam aspectos únicos de uma unidade particular que seriam potencialmente impossíveis de se detectar de outra maneira. Comparar implica assimilar e diferenciar os limites. As unidades de análise que nos interessam aqui são aquelas que possuem atributos em parte compartilhados e em parte não. Portanto, existe um universo lógico comum a todas as unidades analíticas escolhidas, que chamamos de universo de comparação, que será estabelecido na análise das variáveis selecionadas.

A metodologia comparativa permite, então, identificar os elementos comuns, as regularidades ou diferenças entre os casos e, dessa forma, alcançar explicações mais compreensivas de fenômenos sociais passados ou presentes. Segundo Sartori (1994), a metodologia comparativa é uma estratégia metodológica de controle das

generalizações em termos de regularidades e não de leis de determinação causal. O objetivo é, portanto, o de estabelecer regularidades e conhecer os processos, as tendências e as mudanças desses padrões. Além disso, Radcliffe-Brown (2007) e Boas (2007) destacam a necessidade de comparar não somente para constatar semelhanças, mas também para poder explicar as regularidades e os universais culturais.

Dentro da metodologia comparativa existem duas abordagens: qualitativa e quantitativa. As variáveis qualitativas não nos ajudam a estabelecer uma padronização, tal como as variáveis quantitativas, já que possuem limitações em relação à experimentação, tanto em relação ao número de casos que estudam, quanto à quantidade de casos examinados; porém, o nível de aprofundamento da análise propiciada poderá ser maior. Todavia, devemos considerar que, em última instância, é essencialmente o objeto de estudo, com suas próprias características, lógicas e estruturas, o que determina a escolha da abordagem.

O cenário apropriado para uso da comparação qualitativa, muito utilizada nas ciências sociais, é aquele de poucos casos que possuem uma grande quantidade de variáveis. Diferentemente dos experimentos nas ciências naturais, é impossível ao pesquisador das ciências sociais manter constantes as condições e o contexto do objeto a ser estudado. Segundo Nohlen (2008), o que é possível fazer é assumir que as variáveis não estudadas permanecem constantes, embora elas realmente variem ao longo do tempo, e essa presunção somente é justificada quando as mudanças e desvios não ultrapassem certos limites.

A determinação ou origem de qualquer fenômeno da vida social é múltipla e conjuntural (Cais, 1997): múltipla na medida em que é o resultado de um conjunto de causas diversas que se combinam de forma particular; e conjuntural porque ocorre em um determinado espaço e tempo. As técnicas características do método comparativo buscam, portanto, tornar essa complexidade causal metodologicamente acessível. Para isso, e seguindo a Nohlen (2008), seria necessário levar em consideração quatro elementos: a definição de conceitos, de contextos, de tempos e espaços. Existe uma profunda inter-relação desses elementos que, de acordo com nosso objeto de estudo, nos permitirá escolher a estratégia da metodologia comparativa.

Definição de Conceitos

A classificação ou categorização taxonômica é uma condição essencial da comparação, que se torna ainda mais importante quando temos menos conhecimento substantivo dos casos a serem comparados (Sartori, 1994). Para o autor, comparar implica quantificar e classificar, pois uma escala nominal é uma forma qualitativa de classificar.

Porém, antes de começarmos a ordenar ou medir objetos de acordo com uma determinada variável, temos que formar o conceito dessa variável. Todo conceito implica um olhar *posicionado* para as coisas, o que nos permite ver certos ângulos e não outros (NOHLEN, 2008). Cada conceito é, portanto, como uma lente que permite a observação, mas também, por conter um lugar específico desde o qual olhamos, contém seu ponto cego. Isso porque o substrato de todo conceito consiste em pressupostos epistemológicos e teóricos que enriquecem e, ao mesmo tempo, condicionam infalivelmente nosso olhar.

Segundo Weber, “as conexões conceituais entre os problemas estão na base do trabalho das várias ciências” (2001, p. 57, tradução livre das autoras¹). Os problemas, entretanto, não constituem uma realidade dada, e sim o produto de um exercício analítico crítico. A identificação de um fenômeno como um problema (no sentido metodológico) representa um construto. Construto é definido por Nohlen como um “conceito teórico que não pode referir-se direta e completamente a um conceito de observação e que, portanto, não expressa nenhum fato de observação imediata” (2008, p. 278, tradução livre das autoras²).

A realidade social nunca é percebida diretamente, mas sempre por meio de conceitos que estruturam o que é observado por diferentes observadores. É uma via de mão dupla: se por um lado, os conceitos dependem de observações, por outro, as observações dependem dos conceitos. Esses últimos delinham as observações de forma seletiva, atribuindo-lhes uma perspectiva específica, fun-

1 Texto original: “Las conexiones conceptuales entre problemas están en la base de la labor de las diversas ciencias”.

2 Texto original: “concepto teórico que no puede remitirse directa y completamente a un concepto de la observación y que por lo tanto no expresa ningún hecho de la observación inmediata”.

damentando-as em um esquema de ordem e relacionando-as com teorias para sua explicação e interpretação. O conhecimento passa pela diferenciação conceitual (NOHLEN, 2008; ZILLA, 2007).

Um problema apontado por Sartori (1994) é que os conceitos empíricos usados na comparação podem refletir diferentes graus de abstração. Os pesquisadores comparatistas precisam decidir em que nível de abstração desejam colocar sua análise. O autor propõe uma regra prática para transformar conceitos, subindo ou descendo nessa escala de abstração. Assim, para obter um conceito mais geral (aplicável a mais países, por exemplo), sem torná-lo impreciso ou genérico, sua denotação (extensão), ou conjunto de fenômenos aos quais se aplica, deve ser aumentada; da mesma forma, deve-se limitar sua conotação (intenção), ou propriedades que esse fenômeno deve ter, para ser designado com aquele conceito. Um erro muito comum, e que deve ser evitado, é o de alongamento conceitual, que consiste em aumentar a denotação (aplicada a mais fenômenos) sem simultaneamente reduzir a conotação, o que leva à imprecisão ou ofuscação do conceito (confusão sobre suas propriedades).

Segundo Nohlen (2008), quanto mais amplo o campo de validade de um conceito genérico – sua extensão – tanto mais ele nos desvia da riqueza da realidade concreta, pois, para conter o comum ao maior número possível de fenômenos, ele deve ser o mais abstrato possível e, conseqüentemente, mais pobre em conteúdo. Nesse sentido, Nohlen não defende conceitos empíricos subcomplexos, e sim conceitos multidimensionais, com contornos precisos e claramente relacionados a outras categorias, tanto gerais quanto específicas.

Definição de Contexto

Nos estudos qualitativos, ressalta-se a importância do processo de compreensão dos fenômenos, observados em suas múltiplas dimensões, históricas, econômicas, sociais e políticas, algumas delas dependendo das variáveis de contexto do objeto de estudo.

Na aplicação clássica do método comparativo, as variáveis identificadas pelo pesquisador como contexto são deixadas de fora da análise pormenorizada; assim, a análise comparativa é frequentemente restrita à correlação (positiva ou negativa) entre uma variável

independente e uma ou mais variáveis dependentes. Nohlen (2008) prefere falar de uma relação de causa-efeito circular que não dissolve a clássica relação no estudo da causalidade entre uma variável independente e uma variável dependente, mas antes acrescenta o contexto à sua análise – a partir de uma perspectiva sistêmica.

Resulta importante distinguir se o contexto das variáveis analisadas é homogêneo ou heterogêneo. Quando as variáveis de contexto nos casos a serem analisados seguem as mesmas tendências, por exemplo dois países onde houve crescimento do PIB, queda da taxa de desemprego, diminuição da pobreza, os contextos são considerados homogêneos e, se isso não ocorrer, são considerados heterogêneos.

Definição de tempo

Quando se trata de tempo, existem várias dimensões temporais diferentes que podem ser levadas em consideração (NOHLEN 2008; ZILLA, 2007). A primeira é a dimensão diacrônica: a comparação neste caso é feita longitudinalmente entre diferentes períodos ou lapsos de tempo, analisando o mesmo caso. O contexto pode se tornar relativamente constante. Aspectos histórico-genéticos podem ser considerados, mas costuma haver uma assimetria de informações no primeiro lapso de tempo.

A segunda dimensão temporal é a sincrônica, que compara diferentes casos ou unidades de análise no mesmo período. As variáveis de contexto são mais difíceis de controlar e, por isso, recomenda-se escolher unidades de análise que tenham um contexto bastante ou moderadamente homogêneo.

A terceira maneira de comparar é por meio do que é conhecido como comparação defasada. Este tipo de comparação utiliza diferentes casos em diferentes períodos. Podem ser observados um número variável de casos, embora isso geralmente seja feito apenas entre dois casos. O contexto pode ser controlado escolhendo casos que tenham um contexto homogêneo, mesmo que não ocorram ao mesmo tempo ou simultaneamente.

Definição de Espaços

Para Nohlen (2008), normalmente são identificados quatro espaços de comparação:

1. Estados-nação; sistemas políticos.
2. Intraestatal, intranacional. Pode-se fazê-lo por meio de níveis políticos ou territoriais que sejam razoavelmente semelhantes.
3. Supraestatal: são regiões internacionais, espaços de integração ou espaços homogêneos.
4. Mundo. Um exemplo seria a análise marxista de Wallerstein do “sistema mundial”.

2. Estratégias de pesquisa no método comparativo

Existem questões de ordem metodológica a serem abordadas e definidas durante a realização de pesquisas comparativas, entre elas: (1) seleção de casos, unidade, nível e escala de análise; (2) equivalência de construção; (3) orientação de caso ou variável; e, finalmente, (4) questões de causalidade (MILLS et al., 2006).

Os especialistas resolvem essas questões de maneiras diferentes. Uma estratégia fundamental é a distinção entre o Método da Concordância e o Método da Diferença, cuja formulação típica-ideal foi formulada por Mill em 1843 na sua obra *A System of Logic* (1972). Os termos de concordância e diferença referem-se aqui às variáveis operacionais. O método de concordância requer similaridade na variável operativa (dependente e independente) e heterogeneidade da variável de contexto. O pressuposto é o seguinte: se para explicar um fenômeno em um contexto totalmente heterogêneo pode-se isolar uma variável remanescente que, além da variável a ser explicada, é a única semelhante, esta é a que se considera causal. O método da diferença requer diferença nas variáveis operacionais (tanto explicativas quanto a serem explicadas) e homogeneidade nas variáveis de contexto. Segundo Mill (1972, 1 ed. 1843), trata-se de comparar as situações em que ocorre um fenômeno, com situações semelhantes em outros aspectos em que isso não acontece. Se as variáveis consideradas independentes são as únicas diferentes daquelas consideradas como dependentes, as primeiras são levadas em consideração para explicar os diferentes fenômenos.

Podemos afirmar que o *most different system approach* (PRZERWOSKI; TÊNUE, 1970) corresponde ao método da concordância e o *most similar approach* (PRZERWOSKI; TÊNUE, 1970) corresponde ao método da diferença. Eles não são exatamente iguais às formulações originais de Mill no século XIX, mas são herdeiros delas. Entretanto, as formulações de Przerwoski no século XX se distinguem dos métodos de concordância e diferença no sentido de que suas nomenclaturas não se referem às variáveis analisadas, mas às condições contextuais. Autores contemporâneos, (por exemplo, Sartori, 1994), concordam que a variável dependente (semelhante ou não semelhante) é um valor conhecido e uma série de variáveis de contexto (heterogênea ou homogênea) não são consideradas como fatores causais.

Dentro das críticas a esse tipo de estratégia, localizamos aquele que aponta a binarismos ou dualismos como “explicação versus compreensão” e “geral versus específico”. Quanto à causalidade, aqueles que buscam uma explicação inspiram-se nas ciências naturais, procurando regularidades causais que são baseadas em hipóteses derivadas de noções teóricas “idealizadas”. Por outro lado, aqueles que buscam a compreensão seguem a abordagem das humanidades, que tenta obter uma impressão holística e trata a teoria como “um conjunto de categorias transcendentais” (MILLS et al., 2006).

Lijphart (1975) propõe, em termos de estratégias de pesquisa, uma redução da variância nas variáveis de contexto e um aumento na variância nas variáveis operacionais. Este autor desenvolveu sua estratégia para determinar “casos comparáveis” ao realizar reflexões sobre o problema fundamental do método comparativo que, segundo ele, pode ser reduzido à fórmula “muitas variáveis, poucos casos”, e tece considerações sobre como alcançar o máximo de aproveitamento das suas potencialidades. A estratégia de casos comparáveis, para o autor, se define a partir das condições contextuais.

Ragin (1987) desenvolveu a denominada “Análise Comparativa Qualitativa” (QCA), com o objetivo de gerar um modelo de análise que permitisse ir além das estratégias qualitativas e quantitativas. Com a introdução da QCA, Ragin contribuiu de forma essencial para o desenvolvimento da metodologia comparativa nas ciências sociais por, pelo menos, quatro razões: a) a QCA ofereceu à pesquisa comparativa um método sistemático e rigoroso baseado na

lógica formal (álgebra booleana) que permitiu que os pesquisadores usassem técnicas padronizadas e bem definidas, mesmo em pesquisas não estatísticas; b) a QCA propôs uma técnica que possibilitou analisar até um número médio de casos; c) a QCA também permite que o número de variáveis seja maior que o número de casos; d) a QCA é uma estratégia para analisar hipóteses baseadas em relações entre conjuntos, tornando explícitas as relações entre condições e resultados. O autor proporcionou uma contribuição inovadora ao introduzir a nova noção de se escolher dois conjuntos difusos e compreendê-los em termos de necessidade e suficiência e, em seguida, examinar sua covariação.

Nohlen (2008), a partir da combinação de variáveis de espaço, tempo e contexto, define diferentes modos de aplicação da pesquisa comparativa, fornecendo diretrizes claras para a seleção dos casos.

Tabela 1 - Métodos de aplicação da comparação.

Espacio	Tiempo	Número de casos	Variables contextuales
Estatal	Sincrónico	Alto	Heterogéneas
	Diacrónico	Bajo	Homogéneas
Intraestatal	Sincrónico	Alto	Homogéneas
Supraestatal	Sincrónico	Bajo	Heterogéneas
Mundial	Diacrónico	Bajo	Heterogéneas

Fonte: Nohlen (2008).

Rihoux (2006), nos últimos anos, analisou os prós e os contras dos diferentes métodos e propôs uma estratégia em torno de cinco questões-chave: (1) a seleção de casos e a especificação do modelo; (2) medição, dicotomização e relação com a teoria; (3) contradição nos dados e resultado dos casos não observados de N pequeno; (4) a inserção da dimensão de tempo e processo; e, finalmente, (5) o confronto ou combinação com outros métodos.

Todas essas estratégias permitem que nós, pesquisadores que trabalhamos com metodologia comparativa, façamos nossos próprios projetos a partir do nosso objeto de estudo.

3. O objeto de conhecimento como elemento crítico na metodologia comparativa

No estudo da divisão sexual do trabalho, a possibilidade de considerar essa categoria analítica como constante universal, apenas foi possível com base na comparação internacional que permitiu afirmar que essa divisão constitui organização fundante em todas as sociedades humanas conhecidas. Mas essa universalidade não elimina a possibilidade de apreender o movimento do objeto de estudo nas suas peculiaridades e expressões nacionais específicas. Assim, Yannoulas (1994/1996 e 2011) estudou os processos de feminização do normalismo e a docência na educação primária na virada do século XIX para o XX de maneira comparada, tentando captar a existência de especificidades europeias e latino-americanas e, também, nuances entre países latino-americanos que haviam sido pouco explorados, mas que possuíam sistemas educacionais diferentemente organizados. A partir da comparação, a autora postulou dois tipos de feminização da profissão docente, observando a relação estabelecida entre a incorporação de mulheres no corpo docente (existência material objetiva), e o estabelecimento da obrigatoriedade escolar atrelada à conformação de Estado-nação (YANNOULAS, 2011):

a) Processo basicamente conflitivo: quando a obrigatoriedade escolar e a formação de um corpo docente (masculino) antecederam o processo de feminização. A exigência de celibato apenas para as mulheres constituiu uma das chaves-mestre para impedir a permanência de mulheres no magistério; a inserção apenas em escolas de meninas foi outra das chaves. Nesses casos, o processo de feminização do magistério aconteceu mais tardiamente, associado à saída dos homens da profissão por causas externas como as grandes guerras na Europa e aos processos gradativos de instauração da educação mista entre as crianças pequenas (coeducação), para a qual dava-se preferência às professoras. Nos países europeus, a construção dos sistemas escolares aconteceu com a exclusão material e simbólica das mulheres, numa concepção pedagógica que não permitia a inclusão de características femininas e que apelava, à força, aos castigos físicos e à disciplina como técnicas fundamentais para o ensino-aprendizagem.

b) Processos sem conflitos: quando a obrigatoriedade escolar e a formação do corpo docente (feminino) tiveram lugar paralelamente ou incluso posteriormente à criação de instituições específicas para a formação de professores. A necessidade de expandir o ensino das primeiras letras e os valores cívicos contando com poucos recursos foi a chave-mestre que permitiu o acesso massivo de mulheres ao magistério na América Latina pós-colonial; inclusive, em alguns casos pensou-se a profissão para as órfãs, como educação profissional para as jovens que não possuíam de pendência financeira de homem algum (pai ou marido). Nesses casos, o processo de feminização foi estimulado, porém controlado por autoridades públicas masculinas (supervisores, professores de escolas normais, ministros de educação, conselheiros de educação, entre outros).

O objeto de estudo da pesquisa comparativa foi analisar as conexões existentes entre a educação e o processo de transição para o mercado de trabalho de jovens pobres. Foram comparadas as trajetórias educacionais-laborais de jovens que vivem em favelas do Rio de Janeiro e favelas da cidade de Buenos Aires (GIROLAMI, 2014). As trajetórias de vida permitem observar a forma na qual os indivíduos experimentam ou outorgam sentidos aos efeitos das estruturas. As duas dimensões dão o marco para a construção das trajetórias educativo-laborais. A seleção da trajetória a ser percorrida pelos jovens terá maiores ou menores possibilidades de acontecer em função das restrições que impõe o contexto objetivo em que vivem. Encontramos condicionantes socioeconômicos, do ambiente onde moram, da oferta educacional caracterizados pela segmentação e baixa qualidade dos mesmos, de fatores associados ao gênero, de falta de capital social e discriminação. Todos esses condicionantes são desiguais que interatuam e se reforçam umas às outras. Isso pode se interpretar como acoplamentos de dois tipos de exclusões: uma socioeconômica e outra sociocultural.

Quando esse acoplamento acontece, a exclusão tende a se reforçar adquirindo formas mais extremas e persistentes. Nos jovens pobres, a ampla gama de situações de vulnerabilidade que apresentam coloca em evidência a heterogeneidade da pobreza e a ampliação e complexidade das desigualdades no acesso a recursos e oportunidades. Os indivíduos, ainda que na mesma categoria social, não enfrentam as mesmas situações nem constroem um itinerário vital

com as mesmas características. Os elementos estruturais conformam a matriz de relações objetivas, pela qual os indivíduos transitam, mas não explicam na sua totalidade as particularidades das trajetórias. Nas trajetórias educativo-laborais dos jovens pobres se identificam cinco perfis educativo-laborais: a) trajetórias de exclusão; b) trajetórias de risco; c) trajetórias de vulnerabilidade; d) trajetória acumulativa; e) perfil de acumulação sucessiva. Os resultados mostram que a origem socioeconômica, o nível educativo da família e a qualidade da oferta educativa e o insuficiente “capital social ponte” aparecem como os determinantes do destino laboral dos jovens pobres. Mais ainda, aqueles que conseguem acessar ao ensino médio descobrem que já não é patamar suficiente para o ingresso no mercado de trabalho. Porém, ainda no contexto dessas tendências reprodutoras, a investigação também sinaliza que alguns jovens com motivação e estratégias proativas, conseguem ingressar em trajetórias de acumulação.

Resultam necessários mecanismos institucionais dentro e fora das escolas, que possam apoiar na transição laboral de modo a gerar maiores oportunidades para os jovens em situação de pobreza. Concretamente, por meio da formulação de políticas que articulem o ensino médio para todos não só prevendo o abandono e promovendo o retorno dos jovens que abandonaram a escola, mas também assegurando a qualidade educativa. Também através da expansão da educação profissional desenvolvendo uma oferta concomitante ou integrada ao ensino médio, de qualidade, que responda à demanda de trabalho. Mas o acompanhamento desses jovens está ainda longe de se esgotar nas políticas educativas. Trata-se de criar um sistema de proteção social e uma rede de articulações entre serviços educativos, educação superior, centros de educação profissional, serviços de informação, intermediação e orientação sociolaboral e outros dispositivos das políticas de emprego, enfatizando a criação de pontes institucionais e oportunidades para aqueles, os quais as desigualdades sociais tendem a deixar por fora apesar dos seus esforços.

Outro objeto de estudo relativo ao trabalho nas instituições educacionais precisou ser considerado de maneira comparada, para melhor compreender suas peculiaridades ao longo dos tempos: a participação das profissionais do Serviço Social nas escolas de educação básica (YANNOULAS; GIROLAMI, 2017). Neste caso, a com-

paração entre Argentina e Brasil foi fundamental para compreender as presenças e ausências das(os) assistentes sociais nas escolas e na política educacional. O projeto de investigação surgiu da surpresa ao comparar as experiências de ambos os países e adotou como método o estudo comparativo com uma visão histórica (1930-2015). As demandas ao Serviço Social por parte das instituições de ensino estão associadas com o processo histórico de criação de escolaridade obrigatória e do direito universal à educação em cada país e foram legisladas pela primeira vez em 1884 na Argentina por meio da Lei n.º 1.420 e pela Constituição Federal de 1934, no caso brasileiro.

Existem peculiaridades em cada caso, visto que no Brasil a força descentralizadora não teria permitido a difusão homogênea do Serviço Social nas escolas ou no sistema educacional. No entanto, é possível ver que em ambos os países houve uma sequência de fases mais ou menos definidas na relação entre a educação obrigatória e institucionalização de serviços e políticas sociais no sistema educacional: fase higienista, desenvolvimentista, autoritária, democratizadora/neoliberal e democratizadora/populistas. Sempre entendendo estes processos como complexos, verificando em cada fase a persistência de características da fase anterior, os mesmos constituem uma espécie de espiral dialética. Nestes processos há pontos semelhantes e distintos sobre a inclusão das profissionais do Serviço Social na Argentina e no Brasil. Ambos partem da figura da visitadora social com o modelo higienista, com um trabalho individual realizado mais fora do que dentro da escola para chegar à proposta de trabalho em equipes, ao invés do desenvolvimento de um Serviço Social escolar, com equipes centradas na tarefa conjunta de vários profissionais dentro do espaço escolar e com o objetivo de garantir o direito à educação de todos os estudantes com suas trajetórias específicas diversas.

A partir da pesquisa e, principalmente, do intercâmbio com as profissionais da Argentina em oficinas e eventos de validação dos resultados, percebemos que essa inserção, embora sendo maior e historicamente ininterrupta na Argentina do que no Brasil, ainda é uma questão de debate e construção na Argentina. Por outro lado, a pesquisa documental sobre Serviço Social brasileiro na educação básica demonstrou que há Estados e municípios, nos quais essa participação já tem uma tradição relativamente consolidada, mesmo sem a existência de uma legislação nacional que a legitime. No entanto,

a relação entre profissionais de Educação e de Serviço Social sobre a atuação de equipes profissionais nas escolas é fonte de conflitos, porque há divergências importantes em relação à entrada de novos profissionais nas escolas brasileiras. No caso brasileiro, também foi possível observar um momento de ruptura histórica, na qual as assistentes sociais são deslocadas das escolas públicas para o denominado Sistema S. Certamente, esses resultados não teriam sido possíveis nem validados sem a colaboração internacional.

4. Decisões cruciais da metodologia comparativa: um exemplo

A seguir, com base no percurso de uma investigação, abordaremos as decisões que um(a) pesquisador(a) comparado(a) deve tomar para realizar a investigação. A pesquisa em questão tinha como objetivo o estudo das transformações dos regimes de bem-estar social, em decorrência dos efeitos do endividamento externo expresso nos sistemas de política social no caso de sociedades com maior desenvolvimento humano na América Latina (CLEMENTE, 2017-2021). Para tanto, foram analisados de forma comparativa os principais eventos da introdução e evolução das reformas do Estado produzidas na Argentina e no Uruguai entre 1990 e 2005³.

Argentina (Ar) e Uruguai (Uy) são países muito diferentes em termos de tamanho geográfico, número de habitantes e composição econômica. Nesse sentido, a comparação foi justificada em questões centrais que esses países compartilham. A escolha dos casos da Argentina e do Uruguai se sustenta na condição diferenciada de seus indicadores de bem-estar na AL, explicada pela expansão do mercado de trabalho formal, em meados do século XX, e por uma cobertura precoce na educação pública em todos os níveis à seguridade social contributiva. Outro aspecto é de ordem estritamente política, como foi o surgimento de governos ditatoriais que, na década-

3 Esse tópico está baseado no capítulo metodológico da tese de doutorado “Reforma do Estado na América Latina e Mudança no Paradigma da Integração Social em Contextos de Dívida Externa. Argentina e Uruguai em chave comparativa (1990-2005)”, recentemente publicada pela *Espacio Editorial* (CLEMENTE, 2017-2021). A elaboração da estratégia metodológica da tese contou com a contribuição inestimável de **Monica** Girolami. Os principais resultados foram publicados em português pela Revista Ser Social do PPGPS/UnB (CLEMENTE, 2020).

da de 70, inauguraram processos de liberalização da economia que culminaram em crises inflacionárias e custos da dívida externa, cujas condicionalidades ocasionaram a deterioração de seus mercados de trabalho e o empobrecimento de suas amplas classes médias. Assim, o endividamento externo é estudado como forma indireta de compreensão das transformações no modelo de integração social e sua expressão em um campo emergente, como as políticas de combate à pobreza. O que se segue é uma breve revisão da metodologia usada com base nas decisões cruciais que tiveram que ser tomadas para resolver o problema apresentado.

Para Ragim (2008), o estudo e a evolução dos regimes de bem-estar são um campo clássico de pesquisa comparativa e se enquadram na abordagem qualitativa. Este autor diferencia a pesquisa comparativa sobre diferenças, da pesquisa qualitativa sobre semelhanças, afirmando que a diferença entre elas consiste na sua orientação básica para os casos. Enquanto os pesquisadores comparativos examinam os padrões de semelhanças e diferenças entre os casos e tentam entender a diversidade, os pesquisadores qualitativos procuram semelhanças entre eles. O objetivo da análise que faz o pesquisador de padrões de semelhanças e diferenças “padrões de diversidade” é identificar relações causais, isto é, como diferentes configurações de causas produzem resultados diferentes dentro da variedade de casos envolvidos em um estudo. A especificação de diferentes padrões de causalidade é a base principal para a diferenciação. Por sua vez, Nohlen (2008) forneceu argumentos para superar duas questões fundamentais, como as diferenças de temporalidade e o número de eventos a serem analisados, considerando que seriam comparados somente dois processos em dois países com diferenças óbvias entre eles.

Por sua vez, Eloísa del Pino (2005), embora referindo-se à realidade europeia, aborda a questão das reformas do Estado de bem-estar e os diferentes contextos e elementos em jogo (atores, condicionalidades, fatores políticos etc.). A autora resgata como significativos os trabalhos que, além de avaliar a capacidade de reforma ou analisar potencialidades (obstáculos, condicionantes), focam na compreensão dos processos em que as reformas são adotadas. O processo inclui ver em uma perspectiva comparada às circunstâncias, os atores, os setores reformados e outros que resistem, além dos resultados entre o antes e o depois.

Um desafio importante neste estudo foi encontrar argumentos para poder analisar apenas dois casos, uma vez que o fenômeno da reforma afetou a maioria dos países da região. Nesse sentido, é o método de comparação qualitativa proposto por Nohlen (2008) que permite comparar poucos casos, mas considerando muitas variáveis. Este autor defende que o pesquisador pode assumir que as variáveis que não pertencem ao objeto de estudo permaneçam constantes mesmo que, na verdade, variem ao longo do tempo, mas somente quando essas mudanças não ultrapassem certos limites. Nohlen (2008), conforme afirmado na seção anterior, estabelece como necessária a definição de um conjunto de especificações: o arcabouço conceitual, os planos de análise, o contexto e o tempo, questões que descreveremos brevemente de acordo com os objetivos deste estudo. Como esses aspectos já foram descritos, a seguir, apresentamos sua aplicação apenas neste caso.

Segundo Nohlen (2008), as possibilidades de análise seriam: estatal, intraestatal, supraestatal e mundial. Nesse caso, o espaço que se analisa de forma comparativa é intraestatal, por se considerar que este permite a análise das macrodiretrizes e microdiretrizes, com foco em suas tendências predominantes, nos dois países selecionados. Do ponto de vista qualitativo, Nohlen prefere falar de uma relação circular de causa-efeito que não dissolve a relação clássica no estudo da causalidade entre uma variável independente e uma dependente, mas acrescenta à sua análise – a partir de uma perspectiva sistêmica – o contexto. Deve-se distinguir se o contexto das variáveis analisadas é homogêneo ou heterogêneo. Os casos de Ar e Uy foram selecionados na fase de projeto, de acordo com pelo menos três variáveis de contexto homogêneas entre eles, quais sejam: I. para ambos os países existem situações de crise econômica; II. situação de superendividamento e III. aumento da pobreza. Em suma, o contexto que procuramos comparar era homogêneo.

Com relação ao tempo, recordemos que Nohlen (2008) aponta a existência de três dimensões diferentes que podem ser levadas em consideração, quais sejam: a dimensão diacrônica (longitudinal), a dimensão sincrônica e a comparação diferida no tempo. Este tipo de comparação enfrenta diferentes situações de casos em diferentes períodos. Pelas características dos processos analisados, foi realizada uma comparação diferida ao longo do tempo, embora

muitos dos marcos observados não ocorressem ao mesmo tempo, o contexto permaneceu homogêneo. Isso explica a necessidade de se demorar um período de quinze anos (1990-2005) para ver os resultados da reforma nos dois países, já que no caso de Uy é com a posse do governo Frente Amplio (2005) que se estabelece um final de ciclo comparável ao caso de Ar. Em síntese, este estudo, seguindo as tipologias propostas por Nohlen, atua sob a combinação de intraestatal, diferida (tempo), baixo (número de casos) e homogêneo (contexto).

Uma vez que o arcabouço metodológico da comparação foi estabelecido, o próximo passo foi selecionar as dimensões a serem comparadas. Segundo Eloísa del Pino (2008), em relação ao estudo das reformas, é possível identificar dimensões *substantivas ou programáticas* que se referem ao conteúdo da reforma e sua avaliação em termos de sucesso ou fracasso e que explicam a distância entre o que foi planejado e o que realmente aconteceu. A segunda dimensão refere-se à dimensão *política*, à qual a autora afirma que deve ser dada especial atenção, pois é ela que influencia nessa distância entre o que se planejou e o que foi efetivamente reformado. (DEL PINO, 2008, p. 22).

As dimensões *substantivas* referem-se às políticas e programas enquanto orientações e conteúdo. Como se pode supor, os projetos por meio dos quais atuou a cooperação externa multilateral por meio dos Bancos de Desenvolvimento (BID e BM) não possuíam uma definição inequívoca e, em um período tão longo, eles foram evoluindo em suas formas e estratégias, mas não em seus propósitos finais. Originalmente, partiu-se da convicção de que os programas se modificavam na relação estabelecida entre os programas apoiados na cooperação internacional e a política social que os acolhe. Neste ponto, apesar da recomendação metodológica de Eloísa del Pino quanto à realização de estudos microssociais que tenham como universo uma política específica, que tenha sido objeto de reforma (ex.: política educacional), optou-se por tomar como unidade de análise o conjunto de programas (pequenos programas e projetos) que, partindo de diferentes setores, autodefiniam-se como de “atenção à pobreza” e cuja influência no campo da política social já contava com o respaldo empírico de trabalhos anteriores da autora (CLEMENTE, 2011).

Para a análise, foi revisado de forma comparativa o desempenho das dimensões que, segundo a bibliografia sobre o assunto,

são reconhecidas como representativas da dinâmica dos processos de reforma do Estado de Bem-Estar, que foram⁴: a) condições derivadas das conjunturas eleitorais; b) condições derivadas da governança social; c) condições derivadas da política e seu setor; d) condições derivadas da própria reforma, e) condições derivadas da situação econômica. Em todos os casos, procurou-se estabelecer as condições necessárias e suficientes de acordo com os dados fornecidos pelos casos estudados.

O corpus da pesquisa surgiu da comparação de processos que foram ordenados sob o conceito de **marcos** (crise, mudança de governo, mudança de legislação, criação de novas instituições) e de **intervenções** (recomendações, condicionalidades, conselhos) dos BMs e intervenções produzidas pelos próprios governos em ambos os países. Para isso, foram identificadas e analisadas reformas setoriais, a implementação de programas de combate à pobreza e o contexto de criação de figuras de autoridade social em ambos os países. Assim, foi interessante analisar os documentos fundadores e as competências das áreas responsáveis pelo desenho da política, em detrimento dos aspectos de implementação⁵.

Uma vez identificado um conjunto satisfatório de eventos associados às dimensões (condições) selecionadas, foram realizados os chamados testes empíricos, seguindo a modalidade do que se denomina *tabela verdade*. O uso de tabelas verdade facilita a análise de padrões de *semelhança e diferença*. Essa técnica foi utilizada para revisar os fatores associados de acordo com as dimensões já descritas. Por fim, a análise das regularidades permitiu-nos reconhecer as

4 Nesta pesquisa, trabalhamos os conceitos centrais associados à categoria *bem-estar*, bem como os fenômenos associados à sua definição no campo da política social. A categoria do Estado de Bem-estar e sua aplicação eclética ao contexto da AL ocupa uma parte importante deste trabalho, para não cair no erro de expandir o conceito para além de sua definição original. A noção de *integração social, marginalidade e exclusão* acabam compondo o campo **conceitual**, a partir do qual é feita a leitura comparada das reformas neoliberais. Deve-se considerar que a autora defende a conveniência de apropriar-se de uma política e a partir dela estudar todo o sistema. Nesse caso, o que se estuda é a política assistencial baseada na configuração dada pela conjuntura particular das reformas neoliberais.

5 As informações utilizadas para a pesquisa provêm principalmente de fontes secundárias: documentários (artigos de jornais, reportagens públicas e privadas), documentos de política institucional e estatísticas (bases de dados supranacionais e nacionais de ambos os países), bem como fontes primárias (depoimentos de assessores, funcionários e técnicos que participaram das reformas em ambos os países).

condições necessárias e suficientes⁶. Esse procedimento consistiu em revisar um conjunto de dimensões e verificar a presença ou ausência de indicadores nos dois países. Ele foi realizado apenas para o capítulo da reforma, onde o procedimento foi recomendado.

Os resultados deste trabalho, embora não revelem aspectos que não estiveram presentes nos debates do campo de problematização, que se constituem em torno dos processos de superendividamento e nos processos de reforma dos sistemas de proteção, permitiram compreender melhor o papel das elites locais nestes processos e seus desdobramentos de longo prazo, bem como a configuração dos programas de reforma do Estado realizados por organismos internacionais de cooperação que, embora aparentemente padronizados, podemos perceber neste trabalho a intensidade da dimensão política que os define. Todos os aspectos foram reconhecidos a partir da comparação e seus resultados.

Considerações Finais

Gostaríamos, para encerrar estas reflexões, de apreciar a internacionalização do ensino superior e da pesquisa social como uma tendência paradoxal: se é verdade que o processo pode ser positivo no sentido de ampliar o olhar sobre os objetos de pesquisa, a partir da comparação e da divulgação dos seus resultados para além das fronteiras territoriais, a internacionalização também foi transformada em meta de avaliação de instituições e cursos de Graduação e Pós-Graduação, e, nesse sentido, poderia constituir-se numa “armadilha”.

Os organismos internacionais (especialmente aqueles vinculados à livre circulação de capitais, produtos e pessoas como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial, entre outros), têm um interesse especial em estudos comparativos e na internacionalização da ciência. Seus interesses levaram a privilegiar a realização de estudos comparados que permitiram os ranqueamentos de países e instituições, e que são utilizados para os propósitos do capitalismo em seu atual estágio globalizado: o aumento do lucro e a paralela diminuição dos chamados

⁶ Deve-se considerar que o método se propõe a trabalhar, principalmente, com base em resultados, enquanto neste caso nos propomos a comparar condições de possibilidade de início do processo, uma vez que é complexo estabelecer o ponto de culminação (sucesso ou não) de uma mudança de abordagem.

“gastos sociais”. Dessa forma, desde o século XX, os instrumentos e indicadores comparados foram aprimorados, gerando uma compreensão mais homogênea dos problemas sociais entre os países, o que facilita a tarefa de políticos e investidores. Se ter informações detalhadas sobre várias questões nos “ajuda” como pesquisadores, não devemos ser ingênuos e pensar que essa homogeneização quantitativa forçada equilibra realidades tão diversas ou que as supostas “soluções” para a intervenção social que emergem dessa lógica podem ser eficazes e desejáveis, porque desconhecem as particularidades ou especificidades de cada caso, ou seja, levam ao oposto do objetivo da comparação. Assim, haveria um desvio do interesse original (comparação como ferramenta heurística) para um propósito político e lucrativo, dificultando a possibilidade de captar as nuances existentes nas definições-chave de categorias de conteúdo próprias da política social, tais como seguridade social.

Sobre as parcerias internacionais e a constituição de redes, que possibilitam a realização de estudos comparados, é necessário considerar que exigem um grande dispêndio de recursos materiais e humanos. Criar e manter uma rede internacional em funcionamento exige paciência e tempo dedicados à construção de diversificados modos de interação, versatilidade nos contatos internacionais, domínio de línguas estrangeiras, disponibilidade de recursos tecnológicos visando agilizar a comunicação, disponibilidade de recursos financeiros e materiais para realização de encontros, entre outros elementos importantes. E, fundamentalmente, compromisso dos parceiros em manter a rede em funcionamento, inclusive nos momentos em que não há eventos ou encontros.

Além disso, é necessário observar que as parcerias internacionais se conformam de maneira diferente nas ciências sociais e nas demais ciências (da vida e exatas), pois nessas áreas há toda uma discussão em torno de patentes e licenciamentos, que é praticamente inexistente para as ciências humanas. Inclusive, este seria o fundamento da existência de recursos financeiros aplicados tão diferentemente entre as áreas: às ciências sociais e humanas não se aplicam na mesma medida que aos interesses capitalistas mundializados (farmacológicos, médicos, informáticos, entre outros).

Para a construção de redes consistentes, consolidadas ao longo do tempo, é necessário dispor de informação sobre o que as instituições estão desenvolvendo, mas principalmente as redes deveriam

ser “redes por afinidades”, emergentes de pesquisadores em temas e abordagens comuns, que desde abaixo constroem articulações institucionais mais sólidas. Existe um valor intangível nas redes, que não pode ser necessariamente quantificado, mas que politicamente articula e fortalece os atores para além das fronteiras mais próximas. Essa foi a motivação principal para a realização dos trabalhos desenvolvidos entre as Universidades de Brasília e Buenos Aires.

Referências

BOAS, Franz. **Las limitaciones del método comparativo de la antropología social**. Lecturas de etnología: una introducción a la comparación en antropología, p. 139-148, 2007.

CAÏS, Jordi. **Metodología del análisis comparativo. Cuadernos Metodológicos**. Madrid, 1997.

COLLIER, David. **The comparative Method. Political Science: The State of the Discipline II**, Chapter: 5. American Political Science Association, p. 105-119, 1993.

CLEMENTE, Adriana R. **Reformas del Estado en América Latina y cambio en el paradigma de integración social en contextos de endeudamiento externo**. Argentina y Uruguay en clave comparada (1990/2005). [Tesis de Doctorado]. Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, 2017.

CLEMENTE, Adriana R. **El neoasistencialismo como propuesta y como límite al bienestar**. Ser Social, v. 22, n. 47, p. 317-338, 2020.

DEL PINO, Eloísa. **La reforma del Estado de Bienestar Bismarckiano**: Instituciones político-económicas, opinión pública y estilo de la reforma de la protección por desempleo en Francia y España. Unidad de Políticas Comparadas (CSIC). Instituto de Políticas y Bienes Públicos (IPP). Universidad Rey Juan Carlos, 2005.

FRANKLIN, Luiza A.; ZUIN, Débora C.; EMMENDOERFER, Magnus. **Processo de internacionalização do Ensino Superior e mobilidade acadêmica**: Implicações para a gestão universitária no Brasil. Revista Internacional de Educação Superior (RIESup). v. 4, n. 1, p. 130-151, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.uni->

camp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650831>. Acesso em: 16 set. 2019.

GIROLAMI, Monica C. **Educação e trabalho**: Um olhar sobre os jovens de baixa renda do Brasil e da Argentina. [Tese de Doutorado]. Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/17364>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LIJPHART, Arend. *The Comparable-Cases Strategy in Comparative Research*. Sage Journals, 1975. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001041407500800203>>. Acesso em: 25 ago. 2021

MARX, Karl. **El Capital**. México: Fondo de Cultura Económico, 1959.

MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive**: Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation. Cambridge University Press, 2011.

MILLS, Melinda; VAN DE BUNT, Gerhard G; DE BRUIJN, Jeanne. **Comparative Research**: Persistent Problems and Promising Solutions. *International Sociology*, v. 21, n. 5, p. 619-631, 2006.

NOHLEN, Dieter. **Conceptos y Contextos. En torno al desarrollo de la comparación en Ciencias Políticas**. Working Paper 265. Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona, 2008. Disponível em <<http://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/wp265.pdf?noga=1>>. Acesso em 25 ago. 2021.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. New York: Wiley-Interscience, John Wiley & Sons, 1970.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **La Formación de la Antropología Social**. *Antropología y Comparación Cultural*. p. 43-5, 2012.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. University of California Press, 1987.

RAGIN, Charles C. **La construcción de la investigación social. Introducción a los métodos y su diversidad**. Universidad de los An-

des. Bogotá: Sage, 2007.

RIHOUX, Benoît. **Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Systematic Comparative Methods: Recent Advances and Remaining Challenges for Social Science Research.** *International Sociology*, v. 21, n. 5, 2006.

SARTORI, Giovanni. **Ingeniería constitucional comparada.** Fondo de Cultura Económica, 219 p., 1994.

SILVA, Juremir M. da. **Desafios da internacionalização acadêmica.** MARTINS, Moisés de L. (Org.). In: **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas.** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, p. 179-192, 2017. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2718/2626>. Acesso em: 21 jul. 2021.

WEBER, Max. **Ensayos sobre Metodología Sociológica.** Amorrortu/editores, 2 ed., 2001.

WEINBERG, Gregorio. **Modelos educativos en la historia de América Latina.** UNESCO-CEPAL-PNUD Buenos Aires: AZ, 1995.

YANNOULAS, Silvia C. **Educar: ¿una profesión de mujeres? La Feminización del Normalismo y la Docencia en Brasil y Argentina (1870-1930).** [Tesis de Doctorado]. Universidad de Brasília, 1994. La Colección Triángulos Pedagógicos. Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

YANNOULAS, Silvia C. **Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria.** v. 11, n. 22, p. 271-292. Brasília: Temporalis, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

YANNOULAS, Silvia C.; AFONSO, Sophia C. Resenha: **Roda de conversa sobre redes e cooperação acadêmica internacional.** *Ser Social*, v. 22, p. 455-461, 2020.

YANNOULAS, Silvia C.; GIROLAMI, Monica C. **Equipos multiprofesionales-multidisciplinares en el ámbito educativo - legislación comparada y regulación de políticas educacionales en Argentina y Brasil.** *Educar em Revista*, n. 2, p. 89-111, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/fxBnWjqWwMkK7xpW4Bd7G4v/?format=pdf&lang=es>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ZILLA, Claudia. **Los conceptos en le enfoque politológico de Dieter Nohlen.** In: **Política y Ciências Políticas em Dieter Nohlen.** p. 59-74. Edição José Ramón Lopez Rubí Calderon, 2007.

Desigualdades Sociais e COVID-19: medidas de enfrentamento da pandemia e mortalidade pela doença no Brasil e Argentina

Lucélia Luiz Pereira
Yamila Comes

Introdução

A pandemia da COVID-19 que se inicia no final de 2019 em Wuhan, China, traz uma nova “normalidade”. As mudanças na economia, nas sociedades e no cotidiano da vida das pessoas constituem um fator inovador para o desenvolvimento das relações no planeta. A mundialização da pandemia requer medidas coordenadas farmacológicas e não farmacológicas, nacionais e internacionais, para mitigá-las. Neste cenário, os países, dependendo dos modelos econômicos e das tensões dentro dos governos, instauram medidas que precisam da articulação entre Estados Nacionais e subnacionais e da adesão das populações.

Argentina e Brasil são países fronteiriços e com um histórico de articulação e cooperação em comum. Ambos formam parte do bloco do Mercosul e têm sido atores importantes na configuração do bloco regional. A pandemia encontra ambos os governos com escassa capacidade de diálogo e tomando decisões subnacionais que impactam na situação internacional e na vinculação entre os dois.

As desigualdades sociais, historicamente presentes em ambos os países, se intensificam neste contexto, e as medidas relacionadas à quarentena e distanciamento social são fatores que afetam as economias. Assim, a pandemia tem contribuído fortemente para que as crises econômicas e sanitárias se aprofundem, mostrando a necessidade da discussão sobre a interação entre desigualdades sociais, papel do Estado e importância das Políticas Sociais. A pandemia tem causado impactos diferenciados de acordo com grupos sociais, raciais e condição socioeconômica (BATISTA et al., 2020;

DEMENECH et al., 2020; FREITAS GOES et al., 2020). O contexto de acesso limitado aos serviços de saúde, condições de renda insuficiente e acesso restrito a bens, serviços e saneamento básico provoca maior exposição ao risco de contaminação, mostrando algumas dimensões das desigualdades presentes.

Assim, diversos países têm expressado não só um excesso de mortes durante a pandemia, mas também evidenciado desigualdades regionais e socioeconômicas nos indicadores de saúde, como é o caso do Brasil. Estudo sobre mortalidade por COVID-19 (SANCHEZ et al., 2021) mostra a importância de considerar o padrão epidêmico, uma vez que a investigação apontou *“desigualdades regionais no acesso aos serviços especializados de saúde, que coincidem com as regiões brasileiras mais vulneráveis socioeconomicamente”*. Nesse sentido, verifica-se que as desigualdades demográficas e socioeconômicas e de acesso aos serviços de saúde impactam nas altas taxas de letalidade por COVID-19 no Brasil.

Estudos apontam que no Brasil ocorre uma alta subnotificação tanto de casos quanto de óbitos pela COVID-19 (PRADO et al., 2020). A subnotificação dos casos está associada principalmente à baixa testagem da população, inclusive, nos casos mais graves. Apesar da expressiva subnotificação, o país sustenta a triste estatística de um dos países com maior número de casos e de mortes por COVID-19 no mundo (PASSOS et al., 2021).

Portanto, a COVID-19 não atinge a todos igualmente. A desigualdade social afeta o controle da pandemia, uma vez que as condições de vida da população são fatores determinantes na adesão de medidas sanitárias de controle da disseminação do vírus. Nesse sentido, a pandemia acentua iniquidades sociais que já eram evidentes nos países, causando um efeito desproporcional, por isso, é importante dar visibilidade às medidas de enfrentamento adotadas pelos países, bem como analisar a mortalidade pela doença.

O fato de existir desigualdades sociais na morbidade pela COVID-19 não significa necessariamente que as mesmas afetam de maneira proporcional a mortalidade, já que a doença é altamente sensível ao fator idade (TESÁRKOVÁ, 2020). Além disso, as populações vulneráveis possuem menor esperança de vida ao nascer, sendo proporcionalmente mais jovens. Estudo indica que o nível educativo tem uma incidência favorável sobre a longevidade (TEMPORELLI; VIEGO, 2011).

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar, de forma sucinta, as medidas farmacológicas e não farmacológicas adotadas pelo Brasil e Argentina para contenção da pandemia e analisar, neste contexto, as desigualdades sociais nos níveis de mortalidade pela COVID-19, entre março de 2019 e agosto de 2021.

Entende-se por medidas de intervenção não farmacológicas aquelas que incluem o distanciamento social, restrições de viagens, testagem e seguimento de casos, uso de medidas de proteção pessoal, aumento da capacidade sanitária, fechamento de escolas e fronteiras, (FLAXMAN et al., 2020) e apoio aos grupos vulneráveis, entre outras. Nas medidas farmacológicas estão incluídas, principalmente, as estratégias de tratamento, a partir da organização dos serviços de saúde e a vacinação da população.

Para finalizar, destaca-se que no contexto da saúde, as desigualdades são diferenças no estado de saúde das pessoas e nem toda desigualdade constitui uma iniquidade. Às vezes, as diferenças são necessárias, por exemplo, como as políticas de ação afirmativas, tais como as de enfrentamento ao racismo ou às desigualdades de gênero; às políticas de cotas para ingresso nas universidades etc. Neste caso, considera-se uma iniquidade aquela diferença que atenta contra o direito à saúde, que é desnecessária e poderia ser evitável (WHITEHEAD, 1991). Nesse sentido, a medição das desigualdades em saúde tem a sua fundamentação conceitual no modelo dos determinantes sociais da saúde (MÚJICA; MORENO, 2021).

Já o conceito de equidade aponta para um estado de ausência de desigualdades injustas nas oportunidades de saúde para as pessoas e coletivos humanos, devidas às circunstâncias históricas ou sociais (MÚJICA; MORENO, 2021). A necessidade de monitorar as desigualdades na mortalidade pela COVID-19 no Brasil e Argentina relaciona-se com uma reflexão sobre como as condições sociais afetaram, de maneira diferenciada ou não, a mortalidade pela COVID-19.

Metodologia

Adotou-se duas etapas para o desenvolvimento do trabalho. Na primeira, realizou-se levantamento documental das medidas

farmacológicas e não farmacológicas implementadas pelo Brasil e Argentina para o enfrentamento da COVID-19. Posteriormente, na segunda etapa, levantou-se a mortalidade pelo coronavírus a partir de pesquisa em bancos de dados de domínio público de ambos os países.

No caso do Brasil, os dados sobre população e número de óbitos foram extraídos do site oficial do Ministério da Saúde, no Painel Coronavírus, no dia 1 de setembro de 2021, compreendendo o período de março a 31 de agosto de 2021. O painel explicita a situação epidemiológica da doença no Brasil, com indicadores sobre população, número de casos confirmados, número de recuperados e número de óbitos, podendo ser desagregados por região, Estado e município. A atualização da ferramenta é feita diariamente, em relação aos casos confirmados e número de óbitos. As informações são repassadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde das unidades da federação (BRASIL, 2020).

Utilizou-se também o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 2019, por Estado, disponibilizado pela plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Índice de Vulnerabilidade Social busca identificar condições de desigualdades sociais no Brasil, compreendidas como ausência ou insuficiência de acesso a bens e serviços, considerados essenciais para promover o bem-estar da população. O IVS é um índice sintético composto por dezesseis indicadores advindos do Atlas de Desenvolvimento Social do Brasil e que são subdivididos em três eixos: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. A escala do IVS para expressar situações de vulnerabilidade social varia entre 0 e 1, sendo que 0 expressa a situação ideal e 1 expressa a pior situação (COSTA; MARGUTI, 2015). Quanto mais alto o IVS de um determinado lugar, maior é sua vulnerabilidade social, apontando os limites ou disparidades no acesso aos direitos sociais.

No caso da Argentina, a pesquisa foi realizada com os dados de mortalidade pela COVID-19 publicados diariamente pelo Ministério da Saúde (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021a), com dados da vulnerabilidade social operacionalizada com o Índice *Necessidades Básicas Insatisfeitas* (NBI) produzido pelo Instituto de Estatísticas e Censo da Argentina (INDEC, 2021). Utilizou-se os dados de mortalidade ocorridos entre março de 2020 e agosto de 2021.

Para analisar as desigualdades sociais existentes nos óbitos do Brasil e Argentina utilizou-se dois índices propostos pela Organização Panamericana da Saúde (SCHNEIDER et al., 2002), chamados índice de curva de concentração e índice relativo de desigualdade. Foram cruzados em cada país, o indicador social (IVS/Brasil e NBI/Argentina) com o coeficiente de mortalidade pela COVID-19 de cada um dos Estados brasileiros e de cada província, no caso da Argentina.

A curva de concentração aproxima-nos da ideia de distribuição da mortalidade pela COVID-19 no país, segundo a vulnerabilidade do Estado/província. É importante destacar que este índice não estima se a mortalidade é alta ou baixa, ele quantifica a distribuição da mesma ao longo do indicador social dos Estados/províncias. Se o índice for próximo de zero, indica que a distribuição foi perfeita e não houve iniquidades. Se o índice estiver próximo de um, ou for positivo, a iniquidade ocorreu na população menos vulnerável e se o índice estiver perto de -1 ou for negativo, as inequidades seriam visíveis na população com maior vulnerabilidade social (SCHNEIDER et al., 2002).

O índice relativo de desigualdade é interpretado como o risco relativo da epidemiologia e mostra quantas vezes mais risco de mortalidade pela COVID-19 existe entre o setor de pior situação social, comparado com o de melhor situação. Se o resultado for perto de 1, seria similar a distribuição do risco entre setores sociais e se for menor do que 1 seria interpretado que uma maior vulnerabilidade protege das inequidades na mortalidade e os problemas de equidade estariam na população de melhor condição social. Se for maior do que 1, a vulnerabilidade seria um fator de risco para a mortalidade pela COVID-19 nos setores vulneráveis (SCHNEIDER et al., 2002).

3. Resultados

3.1 Medidas farmacológicas e não farmacológicas para contenção da COVID-19 no Brasil e Argentina

3.1.1 Brasil

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia do vírus Sars-CoV2 e, a partir de então, os paí-

ses têm adotado medidas farmacológicas e de assistência à população infectada e medidas não farmacológicas para a contenção da doença. Assim, o Brasil tem implementado estratégias para enfrentar a pandemia. No entanto, é importante destacar que por diversas dificuldades relacionadas a conflitos e divergências entre os entes federados (nacional, estaduais e municipais), bem como por uma postura negacionista do governo federal em relação à pandemia, a coordenação nacional da pandemia e as medidas de contenção ficaram prejudicadas.

O Brasil declarou emergência em saúde pública em 3 de fevereiro de 2020 pela Portaria n.º 188 (BRASIL, 2020a). A Portaria n.º 356 de 11 de março de 2020, a Portaria n.º 397 de 16 de março de 2020, bem como a Portaria n.º 1.565 de 18 de junho de 2020 do Ministério da Saúde, regulamentam o disposto na Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19). A Casa Civil/Presidência da República também publicou a Portaria n.º 653 em 14 de maio de 2021 dispondo sobre a restrição excepcional de entrada de estrangeiros no país, considerando recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nesse sentido, as medidas abrangem isolamento, distanciamento social, restrições de viagens e proteção pessoal.

Considerando-se que a COVID-19 é transmitida principalmente por meio de gotículas respiratórias ou contato com superfícies contaminadas, uma das medidas adotadas é o distanciamento social. Destaca-se, no entanto, que inicialmente o presidente da república editou a Medida Provisória n.º 926 de 20 de março (BRASIL, 2020b) determinando que “o presidente da República disporá, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais”. O Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado e decidiu que os entes federativos teriam a competência de adotar as medidas com o objetivo de conter a pandemia do coronavírus. Desta forma, os Estados e municípios puderam determinar quarentenas, isolamento, restrição de atividades, dentre outras ações.

Portanto, no contexto brasileiro não ocorreu uma coordenação de âmbito nacional no combate à pandemia, inclusive, no que diz respeito ao isolamento e distanciamento social. Foram os Estados

e municípios que estabeleceram as medidas de contenção da pandemia, o que levou a uma heterogeneidade de estratégias e medidas adotadas, tanto em relação à definição de atividades essenciais, quanto à temporalidade. No geral, templos religiosos, academias esportivas, escolas e universidades foram fechadas e foram cancelados eventos públicos. Também foi decretado que somente atividades essenciais seriam realizadas de forma presencial, assim, grande parte das demais atividades passaram a ser realizadas de forma remota. Alguns estudos têm apontado que o distanciamento social é uma ferramenta importante e efetiva para conter a disseminação do vírus Sars-CoV2, uma vez que reduz a aglomeração, obtendo-se efeitos bastante significativos para reduzir a transmissão (SILVA; FILHO; FERNANDES, 2020; ASKITAS; TATSIRAMOS; VERHEYDEN, 2021).

Outra medida importante, amplamente recomendada no país, para conter a propagação da COVID-19 tem sido a proteção pessoal com utilização de máscaras faciais e higienização das mãos com água e sabão, ou com álcool em gel, e limpeza de objetos e superfícies com álcool. As máscaras faciais têm sido utilizadas tanto para a proteção respiratória dos trabalhadores diante de possíveis contaminações no exercício das atividades, quanto para os profissionais de saúde, e se configuram como uma importante medida de saúde pública para a população em geral para combater a COVID-19, associada ao distanciamento social e limpeza frequente das mãos. A Lei n.º 14.019, de 2 de julho de 2020, estabelece a obrigatoriedade do uso da máscara de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados, em vias públicas e em transportes públicos. Apesar de não haver estudos conclusivos mostrando a efetividade do uso de máscara por pessoas sem sintomas, alguns estudos mostram que a máscara facial impede a dispersão de partículas, impedindo contaminação de doenças respiratórias (VAN DER SANDE; TEUNIS; SABEL, 2008; GARCIA, 2020).

Ainda em relação às intervenções não farmacológicas, é fundamental destacar a execução de políticas públicas de apoio às populações vulneráveis, incluindo o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com ampliação dos serviços de atenção primária destinados à prevenção e educação em saúde. Considerando-se que o enfrentamento da pandemia exige um olhar multidimensional e uma intervenção intersetorial, faz-se necessário pensar estratégias

de mitigação da COVID-19, considerando grupos populacionais ou territórios com condições sociais desiguais agravadas no contexto da pandemia. Houve um aprofundamento de iniquidades, com efeitos mais negativos sobre as condições socioeconômicas e de saúde das populações urbanas periféricas, pessoas em situação de rua, moradores de áreas rurais, quilombolas, indígenas etc.

A pobreza, as condições adversas de habitabilidade e acesso a bens públicos, a trajetória de discriminação, bem como a distribuição desigual de recursos e poder podem acarretar maior prevalência e gravidade da COVID-19, daí a necessidade de ampliar a implementação de políticas públicas nesse contexto pandêmico. Por isso, o Brasil tem executado algumas políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis. Devido ao foco do presente artigo, citaremos algumas políticas de âmbito mais geral. Não serão detalhadas as políticas e ações específicas que estão sendo desenvolvidas pelos Estados e municípios.

Em relação às ações de assistência à saúde e de ampliação da cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde tem desenvolvido medidas e estratégias relacionadas à: capacitação de recursos humanos e contratação de profissionais; distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI); expansão da estrutura de atendimento a casos graves que necessitam de internação com a construção de hospitais, expansão da capacidade das instituições em funcionamento, aumento da capacidade de leitos, contratação de leitos de hospitais particulares; e apoio à construção de hospitais de campanha e estabelecimento (OLIVEIRA et al., 2020). Além disso, o governo regulamentou atendimento médico à distância e o Conselho Federal de Medicina regulamentou consultas médicas on-line.

Em que pese as diversas medidas citadas e adotadas pelo governo federal, a pandemia evidenciou desigualdades de acesso ao SUS no território nacional, demonstrando a distribuição desigual de infraestrutura e de recursos humanos, principalmente, na atenção de média e de alta complexidade. Nesse sentido, com o aumento dos casos graves de COVID-19 e a necessidade de internação e cuidados intensivos, ocorreram em diversos Estados falta de leitos e filas de espera para Unidade de Terapia Intensiva. Esse pico na demanda não foi absorvido, de forma imediata, devido à limitada capacidade dos serviços de saúde.

Ainda em relação às políticas públicas de mitigação da COVID-19 e considerando-se que a pandemia impacta na renda das famílias, devido à inserção laboral informal ou precarizada e ao desemprego, o governo brasileiro criou o auxílio emergencial como mecanismo de transferência de renda e estratégia para amenizar os efeitos da crise econômica. Este foi estabelecido pela Lei n.º 13.982, de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), sofreu alterações conforme a Lei n.º 13.998, de 14 de maio de 2020 (BRASIL, 2020d), e foi executado pelo governo federal com a operacionalização do Ministério da Cidadania, da Caixa Econômica Federal e Dataprev.

O auxílio emergencial, inicialmente com valores entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00, começou a ser pago no início de abril de 2020 e teve 5 (cinco) parcelas. Em setembro, o auxílio foi postergado por mais quatro meses, no entanto, com valor entre R\$ 150,00 e R\$ 365,00. O auxílio emergencial foi destinado a beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), trabalhadores informais, autônomos, desempregados, microempreendedores individuais (MEI), com renda menor ou igual a meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos. Estabeleceu-se o limite de duas pessoas por família, maiores de 18 anos, salvo o caso de mães adolescentes. No caso da mulher provedora de família monoparental, esta recebeu 2 (duas) cotas do auxílio, ou seja, R\$ 1.200,00.

Em 18 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória n.º 1.039, retomando o pagamento do auxílio emergencial por mais quatro meses, no entanto, com novas regras. Assim, não tiveram direito ao benefício famílias com renda mensal per capita superior a meio salário-mínimo, pessoas que tiveram o auxílio cancelado ou não sacaram os recursos recebidos pelo programa em 2020 e o auxílio passou a ser pago somente para um integrante de cada família. Houve também uma redução de beneficiados em relação a 2020 de mais de 22 milhões de brasileiros.

Apesar da importância da execução do auxílio emergencial para minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus, destaca-se que os critérios de elegibilidade, bem como as diversas falhas na operacionalização do benefício, relacionadas à avaliação do cadastro e informações desatualizadas, impediram milhões de brasi-

leiros de acessar o recurso (COSTA; SOARES, 2020).

No que diz respeito às medidas farmacológicas e assistenciais contra o novo coronavírus, destacam-se os tratamentos adotados, vinculados à disponibilização de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva, os medicamentos, a ventilação mecânica, a abertura de hospitais de campanha e, mais recentemente, a vacinação da população.

Após declaração de estado de emergência de saúde pública, o Ministério da Saúde criou o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-COVID-19), coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). O COE-COVID-19 tem o papel de guiar a atuação do Ministério da Saúde para o enfrentamento à emergência de saúde pública, por isso, publicou em fevereiro de 2020 o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 - PCN (BRASIL, 2020e). A segunda edição do Plano foi publicada em novembro de 2020 e a terceira edição em março de 2021. O Plano se divide em três níveis, Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública, de acordo com a avaliação de como a COVID-19 afeta o Brasil e impacta a saúde pública. Nesse sentido, estão dispostas no Plano as medidas de respostas para a infecção pelo novo coronavírus e as prioridades para o investimento de recursos. Os Estados e Distrito Federal, seguindo a mesma direção, elaboraram seus Planos de Contingência Estaduais (PCEs) com detalhamento de prioridades para a gestão em saúde.

Os principais eixos de prioridade do PCN foram: medidas de vigilância, apoio ambulatorial, controle de infecção, assistência à população, assistência farmacêutica, vigilância sanitária, comunicação de risco e gestão em saúde (BRASIL, 2020e). Nesse sentido, há um desdobramento tanto do PNC quanto dos PCEs, para recomendações relacionadas à definição dos fluxos de atendimento das urgências na atenção hospitalar, chamando a atenção também para capacitação dos profissionais de saúde, utilização de proteção individual, ampliação de leitos hospitalares e de UTI, abertura de hospitais de campanha, articulação entre os entes federativos e ampliação de recursos humanos. Os planos buscaram, também, estabelecer estratégias para redução do contágio com estabelecimento de medidas de distanciamento social.

Em que pese a importância da elaboração dos Planos de Contingência, destaca-se que tiveram um alcance limitado. No caso dos

PCEs, as fragilidades estão relacionadas à não previsão de aquisição de aparelhos de ventilação mecânica, ao não redimensionamento de recursos humanos nos serviços de saúde e à falta de organização da regionalização da atenção hospitalar (SANTOS et al., 2021). Já no âmbito nacional, de acordo com Santos et al. (SANTOS et al., 2021), “o PCN apresentou lacunas importantes segundo recomendações da OMS para planejamento e execução de políticas de saúde e desenvolvimento de plano estratégico de resposta à COVID-19”. O autor Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2020) avalia que o PCN não explicita estimativa de recursos, articulação multissetorial e monitoramento de casos. Além disso, os autores Abrucio e Santos (ABRUCIO et al., 2020; SANTOS et al., 2021) apontam lacunas relacionadas à definição de medidas de prevenção e controle de infecção dos profissionais de saúde e, também, os entraves políticos gerados em função de discordâncias entre governo federal e governos estaduais sobre estratégias de isolamento social e recomendações medicamentosas sem evidência científica, muito em função de pronunciamentos do Presidente da República minimizando a gravidade da pandemia, em contraposição às recomendações da OMS.

Como exemplo, é importante citar que o Ministério da Saúde publicou em maio de 2020 um documento intitulado “Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico de COVID-19”. Neste documento, o governo federal recomenda o tratamento medicamentoso para a COVID-19, com orientação do uso de cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina, no âmbito do SUS, apesar da não existência científica de efetividade de terapia farmacológica específica como indicação para a doença.

Apesar das limitações na atenção à saúde, neste processo de pandemia é importante destacar que a existência do SUS, universal e gratuito, tem sido fundamental para garantir a assistência à saúde no enfrentamento da COVID-19, seja na atenção primária com as ações de prevenção à contaminação e educação em saúde e atendimento aos casos mais leves, seja na atenção hospitalar com a assistência aos casos de maior gravidade que exigem avaliação ou intervenções de maior densidade tecnológica da doença.

Ainda relacionada às medidas farmacológicas e assistenciais para o enfrentamento da COVID-19, destaca-se a vacinação que teve

início no Brasil em janeiro de 2021. O Ministério da Saúde publicou um Plano Nacional de Imunização (PNI) em dezembro de 2020. O Plano está em sua nona edição (BRASIL, 2021) e descreve as vacinas que estão sendo utilizadas no Brasil, os objetivos e grupos prioritários, a administração da vacina, as contraindicações, sistemas de informação, operacionalização da vacina e formas de monitoramento e avaliação. O PNI estabelece os grupos prioritários a serem vacinados em cada fase da agenda de vacinação. Nesse sentido, teve início pelos grupos prioritários da fase 1: trabalhadores de saúde, pessoas institucionalizadas (que residem em asilos) com 60 anos de idade ou mais, pessoas institucionalizadas com deficiência e população indígena aldeada. Destaca-se que os Estados e municípios também estabeleceram planos próprios de imunização e priorização de público-alvo, tendo como base as ações e estratégias do PNI.

As vacinas em uso no Brasil são: Sinovac/Instituto Butantan, AstraZeneca/Fiocruz, Pfizer/Wyeth e Janssen/Johnson & Johnson. Até o dia 31 de agosto de 2021 haviam sido aplicadas mais de 184 milhões de doses, de acordo com o Vacinômetro, ferramenta on-line disponibilizada pelo Ministério da Saúde, o que significa que, na data citada, aproximadamente 60% da população havia tomado a primeira dose e 28% a segunda dose ou a dose única.

3.1.2 Argentina

Na Argentina, no dia 12 de março de 2020, o Presidente da República decretou a Emergência Sanitária (REPÚBLICA ARGENTINA, 2020a) pelo prazo de um ano, depois que a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia o surto do novo coronavírus (MAHASE, 2020). Neste decreto, incorpora-se a necessidade de estabelecer limite de preços dos insumos básicos ou críticos, o isolamento dos casos suspeitos, dos viajantes procedentes de regiões afetadas, criação de protocolos específicos, suspensão de voos internacionais, fechamento de espaços públicos, entre outros. Destaca-se que o referido Decreto foi renovado por mais um ano, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Uma semana depois, o Governo decretou o isolamento social, preventivo e obrigatório (ASPO) mediante um Decreto Nacional

(REPÚBLICA ARGENTINA, 2020b). No Decreto ficou estabelecida a permanência nos domicílios de todas as pessoas do país, tanto residentes quanto estrangeiros. A exceção contemplou trabalhadores de saúde, forças de segurança do país, pessoal da justiça, cuidadores, diplomatas, trabalhadores da comunicação, indústria, construção pública, limpeza urbana, transporte público, combustível, funerárias etc.

Entre as medidas decretadas, além do isolamento que tinha como base a quarentena nos domicílios, se contava com o uso de máscara facial, que foi determinado e aprovado pelas jurisdições e recomendações de higiene pessoal.

Em junho, incorpora-se mais um decreto, denominado DISPO (REPÚBLICA ARGENTINA, 2020c), referente ao distanciamento social preventivo e obrigatório para regiões com melhor situação epidemiológica e a ASPO para regiões mais afetadas. Este decreto, DISPO, foi prorrogado com a publicação de outros, no total foram 31, sendo o último publicado em 30 de abril de 2021, acrescentando alguns parâmetros para definir o risco epidemiológico e o risco no território local (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021b).

A diferença entre ASPO e DISPO relaciona-se com a evolução da epidemia e alguns parâmetros definidos, tais como: o sistema de saúde da jurisdição que quiser passar o DISPO deveria ter capacidade suficiente para atender à demanda sanitária; eles não poderiam ter transmissão comunitária do SARS-CoV2 e ter um tempo de duplicação de casos não inferior a 15 dias.

Outras medidas tomadas foram as restrições aos viajantes argentinos ou estrangeiros procedentes de fora do país e até entre províncias (equivalente aos Estados brasileiros). Também houve solicitações de testagem para transitar de uma província para outra e isso foi decidido nesse nível jurisdicional. Foram desenvolvidos aplicativos para solicitar permissões para entrar nos territórios provinciais.

Destaca-se que todas as medidas não farmacológicas decretadas no tocante à COVID-19 foram determinadas pelo Poder Executivo Nacional e as províncias aceitaram e organizaram sua parte no tocante às disposições unicamente provinciais. A única situação controversa foi que o Presidente, em abril de 2021, decretou o fechamento das escolas devido ao importante aumento de casos e a cidade de Buenos Aires recorreu na justiça para a abertura das escolas. O

Poder Judiciário concedeu autorização para que as escolas voltassem a funcionar. Destacam-se disputas políticas envolvendo a questão, uma vez que a cidade de Buenos Aires possui um governo contrário ao federal.

Em relação aos testes, foi criado um programa denominado DETECTAR, que tinha como objetivo intensificar a detecção precoce de casos de COVID-19. Este programa realizou testagem em bairros de todo o país, inclusive bairros com maiores barreiras de acessibilidade às instituições de saúde, com o fim de detectar possíveis casos de COVID-19 e isolar precocemente.

Outra medida não farmacológica implementada foi o fortalecimento do sistema estatal de saúde. O Ministério de Obras Públicas de la Nación investiu na construção de 12 hospitais modulares, para expandir a oferta de leitos hospitalares. Cada um com capacidade, em média, de 24 leitos de terapia intensiva e 52 leitos de cuidados críticos. Os leitos possuíam rede de oxigênio, provisão de energia de emergência e instalações sanitárias. Também foram fortalecidas as instalações sanitárias das penitenciárias. Criou-se a rede de Emergência Sanitária Federal que permitiu incorporar em torno dos 3.000 leitos, sendo 2.000 mil de cuidados críticos e mais 1.000 de cuidados gerais. Em abril de 2021, o Ministério de Obras Públicas e o Ministério da Saúde anunciaram 134 obras para reforçar o sistema sanitário e incorporar 1.415 leitos (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021c). Se bem que houve momentos de crise hospitalar, tais como a ocupação de 100% da capacidade ou a falta de leitos, fundamentalmente na segunda onda da COVID-19, que foram situações específicas que não constituíram uma constante na pandemia e que foram revertidas rapidamente. Como exemplo, na província de Buenos Aires, que concentra quase a metade da população do país, a ocupação de leitos de UCI não superou o 80% na pior situação da segunda onda (dados da sala de situação da província de Buenos Aires).

Quanto aos insumos, foram estabelecidos acordos nacionais para compra de insumos estratégicos, tais como máscaras para profissionais da saúde, equipamentos de proteção pessoal descartáveis, cotonetes e termômetros.

Na área da Educação foram suspensas as aulas em todos os níveis e nas universidades até setembro de 2021 e as aulas permaneceram sendo virtuais. No caso das escolas de ensino fundamen-

tal e ensino médio, foram implementadas medidas intermitentes de abertura e fechamento segundo a situação epidemiológica. Também foram autorizados a trabalhar de forma presencial os empregados da administração pública de governo, mas a decisão final ficou condicionada à avaliação de quão estratégico era cada um deles.

Entre as medidas econômicas para conter a pandemia, foram desenvolvidos programas de transferência de renda para as famílias, programas de apoio econômico para empresas e pequenos contribuintes, programas de apoio ao pagamento de telefonia fixa, móvel e Internet, etc, subsídios de contenção familiar para falecidos pela COVID-19 que não tivessem emprego. Foram proibidas as demissões e suspensões de emprego sem justa causa e congelados os preços dos aluguéis, além disso, os donos dos imóveis ficaram incapacitados de despejar os inquilinos, nos casos de atraso ou falta de pagamento do aluguel (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021c).

Entre as medidas de proteção farmacológicas frente à COVID-19 figuram os tratamentos recomendados pelo Ministério de Saúde da Nação. Considerando que foi uma doença nova, houve aprendizagem tanto mundial quanto nacional dos tratamentos farmacológicos, embora as medidas de prevenção e as ações epidemiológicas de contenção foram as mais utilizadas. Quando uma pessoa era atendida em um serviço de saúde, eram adotadas as orientações clínicas para sua atenção sempre com procedimentos e medicamentos aprovados pelo Organismo Regulador, na Argentina, denominado Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica. Foi recomendado utilizar corticoides para o comprometimento respiratório severo e foi desaconselhado o uso da hidroxicloroquina, devido à falta de evidência científica e o potencial de toxicidade. Outras drogas, como Lopinavir/Ritonavir ou outros inibidores de protease do HIV, também foram desaconselhadas. O tratamento com plasma de recuperados foi testado em ensaio clínico e foi seguro, porém não teve conclusões sobre a sua eficácia, e, por isso, foi utilizado conforme protocolos estabelecidos (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021d). Outro tratamento utilizado foi o soro equino hiperimune, que foi aprovado pela ANMAT já que em ensaio clínico houve diminuição da necessidade de internação em terapia intensiva e de assistência respiratória mecânica (CONICET, 2021)

O maior avanço para deter a pandemia foi a compra das vacinas. Na Argentina chegou a Sputnik V, do Instituto Gamaleya, que

foi aprovada de emergência mediante a Resolução n.º 2784/2020. A campanha de vacinação começou no país no dia 29 de dezembro de 2020. Depois foi incorporada a vacina Covishield (Oxford/AstraZeneca) a partir do dia 18 de fevereiro de 2021 e em março passou-se a utilizar também a chinesa Sinopharm. Em 2021, incorporou-se também a Moderna, sendo estas que estavam sendo utilizadas no país até agosto. Destaca-se que a Argentina foi um dos países que decidiu adiantar as primeiras doses, devido ao perigo que significava a variante Delta. Até o início de setembro de 2021, o país já havia vacinado com uma dose 28 milhões de pessoas (REPÚBLICA ARGENTINA, 2021e), sendo que o país tem 45 milhões de pessoas. No total, foram aplicadas 44 milhões de doses, sendo que 15 milhões de pessoas têm o esquema completo. No final de agosto de 2021, os casos de COVID-19 continuavam reduzindo pela décima quarta semana consecutiva, sendo um indicador positivo e histórico desde o início da pandemia, considerando que apesar da transmissão comunitária de variante Delta não ocorreu uma explosão de casos.

3.2 Desigualdades Sociais e Mortalidade por COVID-19 no Brasil e Argentina

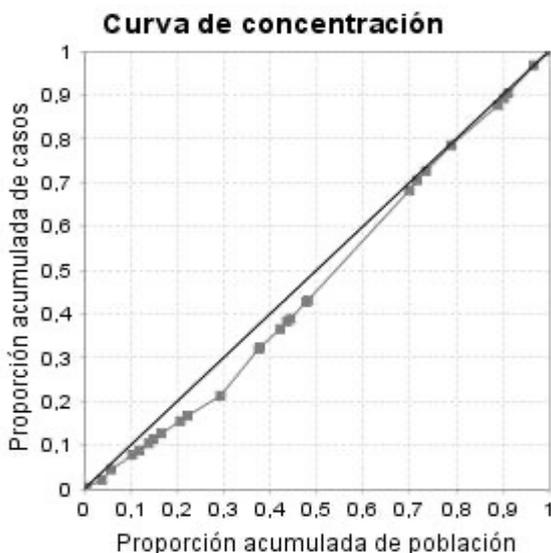
3.2.1 Índice de Vulnerabilidade Social e Mortalidade por COVID-19 no Brasil

O Brasil é um país de dimensões continentais e muito diverso e se tornou o segundo país do mundo em número total de casos e mortes por COVID-19, com alta taxa de transmissão e disseminação da doença. Até o final de agosto de 2021, de acordo com o Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, 580.413 pessoas faleceram. A pandemia tem afetado de forma diferenciada as populações, por isso a importância de verificar em que medida ocorrem desigualdades na mortalidade dos brasileiros pelo coronavírus com base nos dados de óbitos registrados por Estado, utilizando o Índice de Vulnerabilidade Social.

A curva de concentração (Figura 1) mostra uma distribuição bastante igualitária, sendo que a mesma se encontra perto da diagonal que indica a perfeita igualdade. Embora seja uma curva equi-

tativa, pode-se observar uma pequena desigualdade marcada pelo tamanho da área situada entre a diagonal e a curva. Nessa área fica evidente que a leve desigualdade é inequitativa nos Estados onde habita a população com menor vulnerabilidade social, sendo que 20% dos Estados mais vulneráveis acumularam 18% dos óbitos e 50% dos Estados mais vulneráveis acumularam 42% dos óbitos. 50% da população que reside em Estados com menor vulnerabilidade social acumulou 58% dos falecimentos. Esse último dado expressa essa desigualdade, uma vez que os óbitos se concentram nos Estados menos vulneráveis do Brasil.

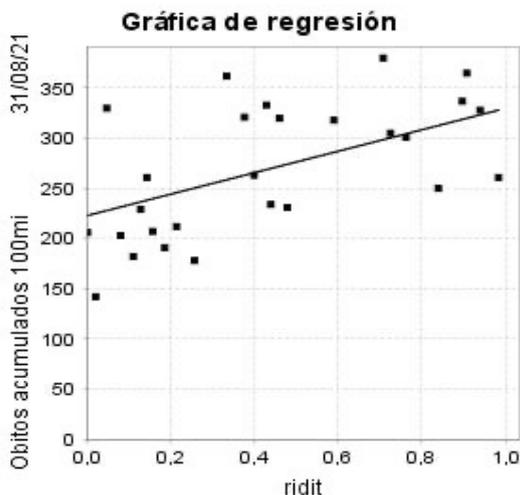
Figura 1. Curva de Concentração entre o índice de vulnerabilidade dos Estados brasileiros e o coeficiente de mortalidade por COVID-19 em cada Estado do Brasil, de março de 2020 a agosto de 2021.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados públicos do Ministério da Saúde e do IPEA – Brasil.

O índice de concentração é positivo, e o fato de ser positivo indica que quanto menor é a vulnerabilidade, maior a desigualdade. O índice é de 0,064, neste caso, estando tão perto de 0 (perfeita igualdade), mostra que a inequidade é mínima.

Figura 2. Regressão linear entre o índice de vulnerabilidade em cada Estado brasileiro e a mortalidade por COVID-19 de março de 2020 a agosto de 2021 no Brasil.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados públicos do Ministério da Saúde e do IPEA – Brasil.

O índice relativo de desigualdade foi de 0,338 (Figura 2). Isso significa que os Estados com maior vulnerabilidade tiveram menor taxa de mortalidade pela COVID-19 ou que a melhor situação social média dos Estados foi um fator de risco para a mortalidade pela COVID-19. Este dado pode estar relacionado ao fato dos Estados com menores índices de vulnerabilidade terem população com maior poder aquisitivo e capacidade de viajar, fator que pode ter levado ao contágio e maior disseminação da doença. Destaca-se, no entanto, que o índice ficou bem próximo de zero, o que não demonstra desigualdades sociais.

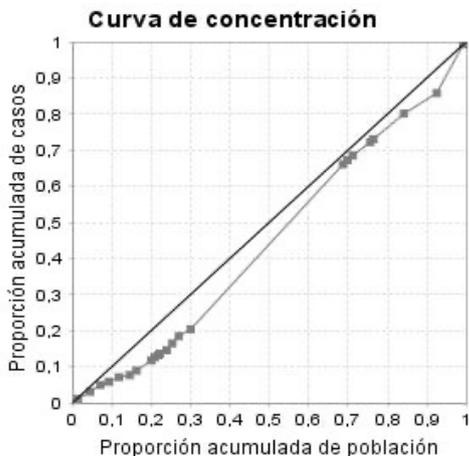
3.2.2 Argentina

A Argentina tem implementado uma política ativa de controle da pandemia e, também, de redução dos efeitos econômicos das medidas adotadas para controlá-la. A situação de vulnerabilidade social, ante à perda de emprego pelo distanciamento social aumentou no país, sendo atualmente uma preocupação da agenda do Governo.

Para analisar se houve desigualdades sociais na mortalidade pela COVID-19 no país, foi selecionado um índice social que capta as condições da pobreza mais estrutural do país, caracterizando as populações residentes nas províncias, similares aos Estados brasileiros. O indicador denominado Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) é utilizado pelo instituto de estatísticas (INDEC) no Censo Nacional de População e Moradias. O NBI é composto por vários indicadores: bairro deficiente, carências sanitárias, não assistência escolar, capacidade de subsistência (INDEC, 2021). Este índice é o mais utilizado, porém é antigo, já que desde 2010 a Argentina não realiza um Censo Nacional de População.

Ao analisar as províncias argentinas segundo o índice de quantidade de pessoas com NBI e mortalidade pela COVID-19 confirmada, observa-se uma leve desigualdade, uma vez que 20% da população que habita nas províncias mais pobres, segundo o NBI, representa 10% dos óbitos do país, embora 20% que habita as províncias mais ricas acumula 23% dos óbitos (Figura 3). Esta desigualdade foi inequitativa para a população que habita as províncias mais ricas e, semelhante ao Brasil, relaciona-se com o fato de que muitos dos óbitos foram de surtos provocados pelos viajantes, que em sua grande maioria são pessoas com capacidade econômica para viajar para o exterior. As províncias mais pobres, no geral, foram as que tiveram menor mortalidade. Embora o índice tenha sido de 0,1 e isto significa que a desigualdade foi leve.

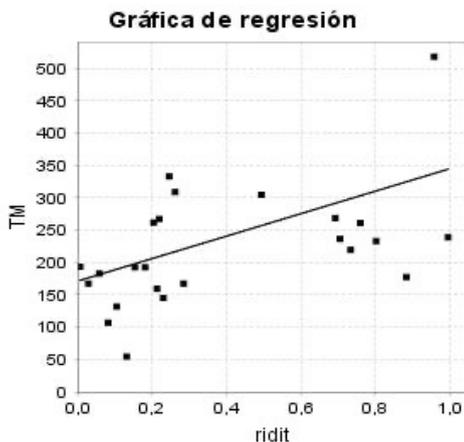
Figura 3. Curva de Concentração entre as Necessidades Básicas Insatisfeitas e o coeficiente de mortalidade por COVID-19 em cada província da Argentina de março de 2020 a agosto de 2021.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados públicos do INDEC e Ministério da Saúde – Argentina.

O índice relativo de desigualdade foi de 0,339 (Figura 4) e poderia se afirmar que o fato de morar nas províncias de maior NBI foi um fator protetor da mortalidade pela COVID-19.

Figura 4. Regressão linear entre as Necessidades Básicas Insatisfeitas e o coeficiente de mortalidade por COVID-19 nas províncias da Argentina de março de 2020 a agosto de 2021.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados públicos do INDEC e Ministério da Saúde – Argentina.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, vale a pena destacar que o artigo não teve como objetivo realizar comparação entre Brasil e Argentina, tendo em vista que as complexidades de cada um dos países tornariam difícil a operacionalização de variáveis para efetivar tal comparação. Nesse sentido, adotou-se uma lógica semelhante de disposição dos dados para apresentar o contexto normativo das medidas e políticas desenvolvidas de enfrentamento à pandemia, bem como para analisar as desigualdades por Estado/província na mortalidade pela COVID-19.

Resulta evidente que a Argentina teve uma coordenação do Governo Nacional, que obrigou as províncias a dispor de medidas não farmacológicas segundo a situação epidemiológica. Já no Brasil, os entes federativos tiveram um papel importante na adoção de medidas para conter a pandemia, em função principalmente da falta de coordenação nacional por parte do governo federal.

Cabe destacar que ambos os países desenvolveram políticas específicas de apoio financeiro às populações mais vulneráveis, já que a economia foi fortemente afetada pelas medidas não farmacológicas implementadas.

Os dois países também estabeleceram a obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção pessoal (máscaras) e buscaram fortalecer os sistemas de saúde e vigilância sanitária. Na Argentina, a ocupação de leitos hospitalares foi alta, principalmente durante a segunda onda, mas somente em alguns momentos pontuais esteve à beira do colapso. No Brasil, pesquisadores chamaram a atenção para o colapso sanitário e hospitalar, uma vez que o país enfrentou uma situação crítica com altas taxas de ocupação de leitos de UTI e falta de oxigênio em alguns Estados (OBSERVATÓRIO COVID-19, 2021). No que diz respeito à utilização de medicamentos para tratamento precoce da COVID-19, enquanto a hidroxicloroquina foi desaconselhada pelo Ministério da Saúde da Argentina como tratamento devido à falta de evidência científica e toxicidade, no Brasil o governo federal não só defendeu o tratamento precoce como, também, incentivou a compra e utilização de medicamentos como hidroxicloroquina e azitromicina.

Em relação à análise sobre mortalidade, a partir da metodologia adotada, os resultados apontaram que ambos os países não tiveram desigualdades sociais significativas na mortalidade pela COVID-19 entre Estados/províncias, sendo que os índices aplicados expressam números relativos à igualdade. Isto não significa afirmar que não existem desigualdades sociais na morbidade pela COVID-19, mas estas não chegaram a determinar desigualdades na mortalidade pela COVID-19. É importante pontuar, no entanto, que uma limitação do estudo é que os indicadores sociais utilizados refletem as médias estatísticas sobre as condições de vida e mortalidade pela COVID-19 em cada um dos Estados/províncias e, portanto, não captam particularidades dessa realidade, por exemplo, detalhamento da situação em áreas de maior vulnerabilidade dentro dos Estados e províncias, ou mesmo a diferença de mortalidade por área urbana e rural de cada ente federativo.

Nesse sentido, destaca-se que é um fato que a COVID-19 aprofundou as desigualdades sociais na maioria dos países do mundo, embora não tenha sido observada desigualdades expressivas na

mortalidade pela COVID-19 no Brasil e Argentina, com os indicadores sociais e os dados de mortalidade utilizados. Estudos como outros indicadores sociais poderiam contrapor esta evidência.

Cabe destacar que os dados apontam para uma mínima desigualdade, havendo uma mortalidade maior pela COVID-19 em Estados/províncias com melhores indicadores de condição social, ainda que esta diferença seja reduzida. Resultado semelhante foi encontrado em estudo realizado na província de Buenos Aires-Argentina (AMERI et al., 2020). Outro estudo realizado com população pediátrica na Argentina observa que a situação de vulnerabilidade social constitui um fator protetor da severidade da doença (GENTILE et al., 2021).

É importante pontuar, no entanto, que alguns estudos evidenciam a existência de diferenças nas taxas de incidência e de mortalidade por COVID-19 no Brasil e relacionam tal efeito às condições sociais das populações. Nesse sentido, demonstram que populações mais vulneráveis são impactadas de forma desproporcional pelo coronavírus, sendo que um dos fatores que leva a esta realidade é o acesso reduzido aos locais de testes por conta da localização geográfica, além das condições sociodemográficas que dificultam o acesso aos serviços de saúde (MARTINS-FILHO et al., 2020; ABRAMS; SZEFLER, 2020).

Outro estudo (BAQUI et al., 2020) apresentou evidências relacionadas a um maior risco de morte por COVID-19 de pessoas negras e de residentes na região norte do Brasil. Os autores levantam a hipótese de que a maior mortalidade na região norte pode ser impulsionada pelo aumento de comorbidades em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico. Em relação às desigualdades raciais com maior vulnerabilidade dos pretos e pardos, os autores (BAQUI et al., 2020) destacam o menor acesso desta população a bens e serviços, a insegurança econômica, além da maior dificuldade de realizar o isolamento social devido às atividades laborais informais e precarizadas.

Nesse sentido, destaca-se que o fato do presente estudo não encontrar evidências substanciais de desigualdades sociais na mortalidade por COVID-19 por Estado, utilizando o IVS, pode estar relacionado a algumas limitações do estudo, uma vez que se utilizou os dados de mortalidade do banco de dados do Ministério da Saúde,

produzido com base no repasse de informações da Secretarias Estaduais de Saúde das unidades da federação. Assim, devido à falta de uma política ampla de testagem e da existência de desigualdades no acesso aos serviços de saúde, os dados sobre óbitos são subnotificados. Esta limitação, então, relaciona-se com a fragilidade dos dados utilizados em função dos problemas de vigilância em saúde. Além disso, utilizou-se o IVS por Estado, mas provavelmente o IVS por município seria mais sensível às tendências sociodemográficas da população devido à grande diversidade do Brasil.

Uma explicação para estes resultados poderia partir da idade: os idosos são os mais vulneráveis para casos graves de COVID-19 e populações mais vulneráveis têm menor esperança de vida, como expressado na introdução do artigo.

Outra hipótese levantada poderia estar relacionada com o fato da COVID-19 ser uma doença que agrava com a idade e as comorbidades, assim, o fator idade poderia ser mais determinante para explicar o agravamento dos casos e mortalidades. Essa situação, inclusive, ocorre no caso de comorbidades que atingem, sobretudo, pessoas idosas, mostrando que a idade é a variável principal que correlaciona com a evolução da doença (BORGHESI et al., 2020; BRURBERG, 2011).

Referências

ABRAMS, Elissa M; SZEFLER, Stanley J. **COVID-19 and the impact of social determinants of health**. v. 8, p. 659–61. *The Lancet Respiratory Medicine*, 2020.

ABRUCIO, Fernando Luiz et al. **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental**. *Revista de Administração Pública*, vol. 54, n.4, 2020. DOI: 10.1590/0034-761220200354. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Nila Larisse S. **Planejamento operacional durante a pandemia de COVID-19: comparação entre recomendações da Organização Mundial da Saúde e o plano de contingência nacional**. *Cogitare Enfermagem*. v. 25, e72659, 2020. DOI: 10.5380/

ce.v25i0.72659. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72659/pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

AMERI, Lucia et al. **Análisis de las inequidades por Covid-19 en la Provincia de Buenos Aires: trabajando para “no dejar a nadie atrás”**. Margen, 2020. Disponível em: <<https://www.margen.org/pandemia/textos/analisis.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

ASKITAS, Nikolaos; TATSIRAMOS, Konstantinos; VERHEYDEN, Bertrand. **Estimating worldwide effects of non-pharmaceutical interventions on COVID-19 incidence and population mobility patterns using a multiple-event study**. Sci Rep, v. 11, n. 1, 2021. DOI: 10.1038/s41598-021-81442-x. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33479325>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BAQUI, Pedro et al. **Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study**. v. 8, n. 8. Lancet Global Health, 2020.

BATISTA, Amanda et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS). PUC/Rio. Nota Técnica 11 de 27/05/2020. Disponível em: <<https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-Análise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

BORGHESI, Andrea et al. **Radiographic severity index in COVID-19 pneumonia: relationship to age and sex in 783 Italian patients**. Radiologia Médica, v. 125, n. 5, p. 461–464, 2020.

BRASIL. Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. **Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)**. Diário Oficial da União. Brasília, 03 fev. 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>.

BRASIL. Medida Provisória n.º 926 de 20 de março de 2020. **Altera a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus**. Diário Oficial

da União. Brasília, 20 mar. 2020b. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-926-de-20-de-marco-de-2020-249094248>>.

BRASIL. Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020. **Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Diário Oficial da União. Brasília, 02 abr. 2020c. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>>.

BRASIL. Lei n.º 13.998, de 14 de maio de 2020. **Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, 14 mai. 2020d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13998.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus – COVID-19.** Brasília: SVS/MS, 2020e.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19.** Brasília: SVS/MS, 2021.

BRURBERG, Kjetil G. **COVID-19: The relationship between age, comorbidity and disease severity; a rapid review, 1st update.** Oslo: [s.n.]. Disponível em: <<https://fhi.brage.unit.no/fhi-xmlui/bitstream/handle/11250/2726840/Brurberg-2020-COVID.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 set. 2021.

CONICET. **La ANMAT aprobó el uso del suero equino hiperinmune anti-SARS-CoV-2.** Disponível em: <<https://www.conicet.gov.ar/la-anmat-aprobo-el-uso-del-suero-equino-hiperinmune-anti-sars-cov-2-en-pacientes-adultos-con-enfermedad-moderada-a-severa-covid-19/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara O. **Atlas da vulnerabi-**

idade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015.

COSTA, Andréa B. da; SOARES, Marcos A. T. **Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, v. 17, n. 30, 2020.

DEMENECH, Lauro M. et al. **Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil.** Revista Brasileira de Epidemiologia. Rio de Janeiro, v. 23, e200095, out. 2020. DOI: 10.1590/1980-549720200095. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100209>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PRADO, Marcelo F. do et al. **Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil.** Revista Brasileira de Terapia Intensiva. v. 32, n. 2, abr./jun. 2020. DOI: 10.5935/0103-507X.20200030. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbti/a/XHwNB9R4xhLTqpLxqXJ6dMx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

FLAXMAN, Seth et al. **Estimating the effects of non-pharmaceutical interventions on COVID-19 in Europe.** Nature, v. 584, n. 7.820, p. 257-261, 2020. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41586-020-2405-7>>. Acesso em: 13 set. 2021.

GARCIA, Leila P. **Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19 de opinião Epidemiol.** Serviços de Saúde, v. 29 n. 2, 2020. DOI: 10.5123/s1679-49742020000200021. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000200042>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GENTILE, Ângela et al. **A multicenter study of confirmed COVID-19 cases : Preliminary data of 2690 pediatric patients in Argentina during the first year of the pandemic.** Archivos Argentinos de Pediatría, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://www.sap.org.ar/uploads/archivos/general/files_ao_gentile_eng_13-9-21pdf_1631562492.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea Jacqueline F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19.** Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278. Disponível em: <<https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-Aná>

lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

INDEC. **INDEC Instituto Nacional de Estadísticas y Censo**. Disponível em: <<https://www.indec.gob.ar/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MAHASE, Elisabeth. **Covid-19: WHO declares pandemic because of “alarming levels” of spread, severity, and inaction**. The BMJ, v. 368, n. 1036, p. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.bmj.com/content/368/bmj.m1036#:~:text=Read%20our%20latest%20coverage%20of%20the%20coronavirus%20outbreak&text=Covid%2D19%20has%20officially%20been,the%20alarming%20levels%20of%20inaction.%E2%80%9D>>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARTINS-FILHO, Paulo Ricardo et al. **COVID-19 fatality rates related to social inequality in Northeast Brazil: a neighbourhood-level analysis**. Journal of Travel Medicine, v. 27, n. 7, 2020.

MÚJICA, O.; MORENO, C. **De la retórica a la acción: medir desigualdades en salud para “no dejar a nadie atrás”**. Revista Panamericana de Salud Pública. 2019. v. 43:e12. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.12>>. Acesso em: 10 set. 2021.

OBSERVATÓRIO COVID-19. **Boletim Extraordinário**. 16 de março de 2021. Portal Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de et al. **Como o Brasil pode deter a COVID-19**. Epidemiologia e Serviços de Saúde. v. 29, n. 2, e2020044, 2020. DOI: 10.5123/s1679-49742020000200023. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-49742020000200002&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ORELLANA, Jesem Douglas Y. et al. **Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública. 2020; 36(1):e00259120.

PASSOS, Valéria M. A. et al. **Maior mortalidade durante a pandemia de COVID-19 em áreas socialmente vulneráveis em Belo Horizonte: implicações para a priorização da vacinação**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 24, e210025, 2021. DOI:

10.1590/1980-549720210025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/BwBtCMYtTbqQVBFNWdG3yDR/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Emergencia Sanitaria**. DECNU-2020-260-APN-PTE - Coronavírus (COVID-19). Disposiciones, 2020a.

REPÚBLICA ARGENTINA. **DNU: 297/2020 Decreto Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio**. 2020b.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Distanciamiento social preventivo y obligatorio y aislamiento social, preventivo y obligatorio**. Boletín Oficial de la República Argentina, p. 1-7, 2020c.

REPÚBLICA ARGENTINA, Ministerio de Salud de Argentina. **Información Epidemiológica COVID-19**. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-COVID-19/sala-situacion>>. Acesso em: 20 set. 2021a.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Decreto 235/2021 - Medidas generales de prevención**. Boletín Oficial de la República Argentina, 2021b.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Que medidas está tomando el Gobierno**. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/medidas-gobierno>>. Acesso em: 20 set. 2021c.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Recomendaciones condicionales para el abordaje terapéutico de COVID-19 - Versión 3.0**. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus/abordaje-terapeutico>>. Acesso em: 20 set. 2021d.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Monitoreo Público de Vacunación**. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/coronavirus/vacuna/aplicada>>. Acesso em: 20 set. 2021e.

SANCHEZ, M. et al. **Mortalidade por COVID-19 no Brasil: uma análise do Registro Civil de óbitos de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021**. Preprints. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2012. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2012/version/2131>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SANTOS, T.B.S. et al. **Contingência hospitalar no enfrentamento da COVID-19 no Brasil: problemas e alternativas governamentais**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/1413-

81232021264.43472020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XKYHkkdbbTTfsBPTLpBFFz/>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SCHNEIDER, M. C. et al. **Métodos de medición de las desigualdades de salud**. v. 12, n. 4, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/rpsp/2002.v12n6/398-414/>>. Acesso em: 08 set. 2021.

SILVA, L.; FIGUEIREDO FILHO, D.; FERNANDES, A. **The effect of lockdown on the COVID-19 epidemic in Brazil**: evidence from an interrupted time series design. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 10, 2020. DOI: 0.1590/0102-311X00213920. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/k5KKkRb9n9xZnkB8wNxsfkf/?lang=em>>. Acesso em: 04 maio 2021.

TEMPORELLI, K.; VIEGO, V. **Relación entre esperanza de vida e ingreso**. Un análisis para América Latina y el Caribe. *Lecturas de Economía*, n. 74, p. 61-85, 2011. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/113025>>. Acesso em: 02 set. 2021.

TESÁRKOVÁ, K. H. **Demographic aspects of the Covid-19 pandemic in italy, spain, germany, and south korea**. *Geografie-Sbornik CGS*, v. 125, n. 2, p. 139-170, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342073579_Demographic_aspects_of_the_COVID-19_pandemic_in_Italy_Spain_Germany_and_South_Korea>. Acesso em: 02 set. 2021.

VAN DER SANDE, M.; TEUNIS, P.; SABEL, R. **Professional and home-made face masks reduce exposure to respiratory infections among the general population**. *PLOS One*, v. 3, n 7. e2618, 2008. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0002618>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WHITEHEAD, M. **Los Conceptos y Principios de la Equidad en Salud**. Organización Panamericana de la Salud - Organización Mundial de la Salud, v. 9, 1991. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Los+Conceptos+y+Principios+de+la+Equidad+en+Salud.&oq=Los+Conceptos+y+Principios+de+la+Equidad+en+Salud.&aqs=chrome..69i57j0i22i30.203j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 14 set. 2021.

A comunicação pública na política de transferência de renda em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil e em Portugal

Kênia Augusta Figueiredo
Fabrícia Cristina de Castro Maciel
Marcelo Gallo
Fernanda Rodrigues

Introdução

Este artigo tem por objetivo desenvolver considerações e argumentos que contribuam para a análise da Comunicação Pública referente às políticas de transferência de renda em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil e em Portugal. A definição dos dois países assenta-se na dimensão econômica e social que, resguardadas as suas diferenças, possuem desafios semelhantes a enfrentar do ponto de vista do tecido social. No caso do Brasil, país de economia periférica e dependente, caracterizado pela elevada desigualdade social e pobreza, apresenta um governo que vem a negar a gravidade da pandemia, a protelar respostas eficientes ao seu enfrentamento, ocupando-se de uma comunicação anticientífica e falaciosa. Portugal, orientado por um governo social-liberal, embora não seja de economia central, integra a União Europeia, mas, de acordo com Ferreira (2019), é um dos países que se apresenta como um dos mais desiguais desta composição, desigualdade esta estrutural e persistente, com consequências expressivas no desenvolvimento humano.

No desenvolvimento do artigo, procurou-se identificar a configuração elementar da sociedade liberal-capitalista, bem como os desdobramentos referentes à mundialização do sistema do capital na contemporaneidade - neoliberalismo. Nesta direção, apontou-se para a importância de enquadrar o debate sobre o Estado como condutor das contradições de classes e na definição das mediações por meio das políticas sociais para o enfrentamento da pobreza e das de-

sigualdades sociais que se agudizaram e evidenciaram as condições extremas nesse período de pandemia.

Visto que ainda nos encontramos sob as turbulências da crise sanitária, agravando as crises econômica, social e ambiental, analisou-se, ainda que de forma preliminar, as intervenções dos Estados brasileiro e português frente às realidades das trabalhadoras e trabalhadores em situação de desemprego, subemprego e desproteção social na condução das políticas sociais de transferência de renda, verificando-se as convergências e disparidades entre as políticas sociais de transferência de renda como enfrentamento à pobreza no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil e em Portugal. Observou-se essa intervenção dos governos à luz dos princípios da Comunicação e Informação Pública, compreendida como um direito humano e social transversal às políticas sociais.

1. A agudização do capitalismo mundializado em tempos pandêmicos

Estudiosos e pesquisadores vêm indicando ao longo das últimas décadas a crise estrutural do capital que cresce em seu caráter ultraliberal, ultraconservador e predatório, ocorrendo em escala mundial perdas de direitos e crescentes desproteções, aprofundamento da desigualdade, ameaças à vida e ao ambiente, explicitando contradições de um capitalismo em processo de reestruturação produtiva e sujeito à lógica das finanças, sendo essa situação escancarada e aprofundada pela pandemia da Covid-19.¹

A crise do capital, sistêmica e estrutural, expressa, essencialmente, a contradição insolúvel do capitalismo, assentada na produção social e apropriação privada da riqueza, sustentada na exploração da força de trabalho e apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas. A crise do capital é sempre uma crise de superprodução e superacumulação, elementos indissociáveis das relações de produção capitalista nos termos de Marx. Mandel (1990) aponta que a manifestação das crises se expressa na superprodução, que revela a

¹ Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS decretou a pandemia da Covid-19. Trata-se de um novo tipo de coronavírus que causa problemas respiratórios, tendo alto potencial de contaminação entre as pessoas, sendo sua transmissão por meio do contato com gotículas de saliva, suor e secreções de pessoas contaminadas.

separação entre a produção de mercadorias e a existência de poder de compra disponível para adquiri-las ao preço desejado pelos proprietários, ou seja, aquele capaz de fornecer o lucro médio esperado e, para alguns, superlucros.

Com tendência de queda nas taxas de lucro desde a crise do final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, agravada pelas crises dos anos 80, 90 e 2000, o mundo se defronta com a crescente destruição de postos de trabalho, o aumento do desemprego, a destruição das forças produtivas e imensos deslocamentos forçados em decorrência de guerras, violência e miséria. A onda longa com tendência a estagnação e seus movimentos internos de *stop and go* também expõe a escalada de confrontos geopolíticos e econômicos entre países e frações do imperialismo, a exemplo das tensões entre China e Estado Unidos da América (EUA), e ascensão da extrema direita e do neofascismo na arena internacional.

Para Mészáros (2002), o capitalismo contemporâneo é globalizante e seu sociometabolismo evidencia as formas mais bárbaras de produção e reprodução social, uma vez que a contraofensiva burguesa para assegurar os ganhos de produtividade e lucratividade ataca a classe trabalhadora, mediante contrarreformas que destroem direitos do trabalho e da Previdência Social, visando reduzir o valor da força de trabalho e valorizar o valor. Embora estas transformações venham ocorrendo já algum tempo, é certo que temos vivenciado a agudização e precarização de maneira singular das condições de trabalho e de direitos, colocando às margens dos acessos ao trabalho e remuneração dignos e das proteções sociais.

É importante destacar que, atualmente, o avanço das tecnologias da informação, microeletrônica e robótica têm acentuado a subordinação da força de trabalho a aspectos puramente financeiros. Entende-se que estamos vivenciando um cenário que admite condições absolutamente inseguras do trabalho e da totalidade da vida social. Nas palavras de Antunes (2018), o irracionalismo fetichizado de nosso tempo impõe um mundo do trabalho informal e precário. Conseqüentemente, isso gera um trabalho marcado pela uberização, walmarterização, intermitência e pejotização, cujas relações são desprotegidas e eivadas da ideologia do empreendedorismo, da suposta autonomia e do individualismo.

Aqui, o termo “uberização” é apresentado como uma derivação do nome da plataforma de transportes Uber e tem sido comumente empregado como um processo no qual as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, sendo o assalariamento e a exploração cada vez mais encobertos. Refere-se, portanto, como uma espécie de generalização e espraiamento de características estruturantes da vida de trabalhadoras e trabalhadores da periferia (e não somente), que transitam em uma trajetória de instabilidade e ausência de identidade profissional, permeados por insegurança e pela falta de redes convencionais de proteção. Esta é uma tendência em curso implementada por corporações globais e que se intensificou com o advento da pandemia da Covid-19 que ainda está em curso. Facilitada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a expansão dos aplicativos desenvolve e amplia de modo exponencial o infoproletariado ou ciberproletariado (ANTUNES & BRAGA, 2009).

Importa ainda destacar que os avanços da ciência e da tecnologia apropriados privadamente pelo capital resultam num falso consenso, no qual a linha mestra é que a geração de empregos apareça à sociedade como se fosse um favor do capital: “[...] afinal, ele não precisa mais de gente, são as pessoas que precisam da sua boa vontade” (VIANA, 2012, p. 52). Assim, os que conseguirem trabalho o farão a partir de contratos mais flexíveis, desprovidos de garantias trabalhistas e mais sujeitos à intensificação do trabalho, ainda que aparentemente isso seja visto como autonomia e liberdade.

Pesquisas difundidas pelo grupo de estudos do professor Ricardo Antunes² vem refletindo, a partir do trabalho na contemporaneidade, as possibilidades da vida e as potencialidades de ação econômica que segundo as pesquisas apresentadas encontram-se cada vez mais na ponta dos dedos. Atualmente, basta o toque em um aparelho eletrônico ligado à Internet para que seja possível comprar, vender, produzir, trocar e realizar todo tipo de serviço e transação imaginável. Entretanto, para que essas “maravilhas” do mundo contemporâneo se desdobrem diante dos nossos olhos, novas formas de elaboração das forças produtivas são criadas, produzindo novos

² Ricardo Luiz Coltro Antunes (São Paulo, 1953) é professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autor de vários livros é considerado um dos principais sociólogos sobre trabalho no Brasil.

arranjos no mundo do trabalho. Tais arranjos geram uma série de questionamentos sociológicos para com os seus efeitos, muitas vezes danosos, do que se convencionou chamar de “capitalismo de plataforma” e os debates nos revelam uma nova dimensão do mundo do trabalho precarizado, cujo objetivo é trazer uma melhor compreensão dos múltiplos significados do universo laborativo nas plataformas digitais nos mais distintos setores produtivos.

Ainda segundo Antunes (2008), estamos vivendo sob um novo modo de produção identificado como “Indústria 4.0”. Este termo aponta para a ampliação dos processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor controlada digitalmente, o que, segundo Antunes e Grohmann, vem produzindo um vilipêndio em relação ao trabalho, destruindo a separação entre o tempo de vida dentro e fora dele, originando uma “escravidão digital”.

Tal separação é evidenciada no papel das parcerias que trabalham com e para estas plataformas, tendendo a permanecer longas horas do dia *on-line* para adquirir uma renda, muitas vezes, insuficiente ou abaixo das condições mínimas para a sobrevivência. A noção de “parceria” aqui empregada utiliza-se largamente de tecnologias, algoritmos e inteligência artificial, canalizados para o lucro das empresas com um caráter onipresente e automático de supervisão e controle disciplinar dos trabalhadores detalhadamente explorado. As parcerias, como novas modalidades de trabalho digital, passam ao largo das regulações contratuais, transformando o trabalho assalariado em serviços prestados em prestações. Tal forma poderia ser entendida outrora a partir do conceito de informalidade, mas este foi historicamente esvaziado para indicar processos mais gerais de flexibilização, terceirização e desregulamentação, e vem sendo recorrentemente substituído pelos termos empregabilidade ou, mais ainda, empreendedorismo, como novos modos de exploração capitalista (SILVA, 2002).

Em todo o mundo este modo de produção vem ganhando contornos diferentes a depender do país, mas a direção é sempre a mesma, a exploração sem medida. No entanto, é importante chamar a atenção para uma categoria em especial, a categoria “empreendedorismo”, que podemos aqui colocar como algo que é exemplar, pois trata-se de uma forma oculta de trabalho assalariado apresentada

como “independente e autônoma”, uma vez que impõe ao trabalhador uma autoimagem de proprietário e proletário de si mesmo. Ele detém um grau de liberdade (por mais que ilusória) para a realização da função, sendo também ele quem assume os riscos e os custos da realização do serviço prestado. Ideologicamente acionada, a categoria mencionada acima atua aqui com o intuito de, por um lado, mascarar as contradições de classes produzidas pelo capital, por outro, explicitar e colocar em evidência suas diferenças. O trabalhador converte-se, assim, em um “quase-burguês” que “autoexplora” seu próprio trabalho.

Desta forma, o atual ambiente de trabalho, com ênfase no curto prazo, não permite que as pessoas desenvolvam “narrativas coerentes” para suas vidas. Especialistas enfatizam que as formas passageiras de associação se apresentam mais úteis que as ligações de longo prazo, sobretudo, nas qualidades de produção de relações sociais duráveis e sustentáveis. Tal argumento vai ao encontro da expressão “capitalismo flexível” (SENNET, 1998), no que diz respeito à imposição feita aos trabalhadores para que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças de curto prazo, assumam riscos e dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Esta dinâmica entre o trabalho e a vida pessoal não pode ser programada ou adequada, impondo o constante receio de uma falta de disciplina ética. Assim, é possível assimilar na obra a inexistência atual de longo prazo, pois a redução do trabalhador a um fator de produção utilizado na exata medida das demandas do capital coloca-o inteiramente disponível ao trabalho, mesmo que nem sempre remunerado para isso.

As empresas se apresentam como mediadoras da oferta e da procura, embora sejam elas que detêm os meios de controle sobre o gerenciamento, a distribuição e a definição de valores pagos pelos serviços prestados. Enquanto algumas atividades são mais legitimamente consolidadas como tal, outras, muitas delas exploradas pelo capitalismo de plataforma, encontram-se em uma zona cinzenta entre o trabalho e o não trabalho. A forma como são vistas impacta os modos como as pessoas se relacionam (consigo mesmas, umas com as outras e com as instituições) e como vivem e expressam suas conformidades e desconformidades referentes aos seus modos de vida.

A noção de “precariado” ou precariedade, conceito elaborado por diversos autores das mais variadas correntes de pensamento, é

empregada tal como na sociologia do trabalho, tanto no sentido das condições de trabalho quanto na experiência subjetiva de inseguranças vividas por empresas e por trabalhadores. Se, por um lado, as empresas forçam os trabalhadores à precariedade, elas também operam precariamente como plataformas enxutas. Com isso, o modelo imprime duas ilusões inter-relacionadas. A primeira é a ilusão do controle por parte das empresas, que dependem inteiramente da coleta de dados para a determinação da força de trabalho; a segunda é a ilusão da liberdade por parte dos “parceiros”, que têm suas rotinas inteiramente gerenciadas por parte das plataformas, mas sem o “espetáculo da autoridade”, muitas vezes personificada na figura do chefe. As pressuposições aqui são de que o “precariado” seria o surgimento de uma nova classe social como afirmam alguns estudiosos, distinta do assalariado, inserido em atividades desprovidas de direitos, estabilidade e garantias de renda, não sendo algo estático, mas um processo que ora amplia, ora reduz a capacidade de resistência, revolta e organização.

Notadamente, alguns autores reforçam que é inegável apontar para a importância do papel da tecnologia na elaboração da “natureza do trabalho digital”. A ligação entre o tempo e a distância foi, assim, quase inteiramente rompida, permitindo que a questão geograficamente localizada do trabalho fosse superada. Tal superação insere uma condição de concorrência entre os trabalhadores de todo o mundo, diminuindo cada vez mais o seu poder de barganha.

Estes elementos iniciais indicam que, de fato, estamos vivendo em um contexto de crise estrutural do capital, sendo a pandemia da Covid-19 um *plus*, uma vez que muitas atividades foram suspensas ou readaptadas com estratégias como o *home office*, reuniões virtuais, uso de sites de vídeos e redes sociais, dentre outros. O avanço da pandemia denuncia a superficialidade e o mito do argumento “todos estamos juntos, pois o vírus é democrático e atinge todas as classes sociais”. Ao evidenciar as condições objetivas de vida da classe trabalhadora, desvela-se facetas da violência estrutural. Portanto, impera desnaturalizar a violência para buscar formas de sociabilidade e de organização político-econômica em que todas as vidas humanas possam importar.

3. Brasil e Portugal: as faces do Estado no capitalismo mundializado em tempos pandêmicos

Tanto o Brasil como Portugal, resguardadas as suas diferenças econômica e social, bem como particularidades das suas formações históricas, possuem desafios semelhantes a enfrentar, do ponto de vista do tecido social e das determinações da sociedade do capital, tal como apresentado no tópico anterior.

O Brasil, país de economia periférica e dependente,³ caracterizado pela elevada desigualdade social e pobreza, possui na atualidade um governo que vem a negar a gravidade da pandemia, a proterlar respostas eficientes ao seu enfrentamento, ocupando-se de uma comunicação anticientífica e falaciosa. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem dos Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desemprego no Brasil ficou com 14,1% no segundo trimestre de 2021 e atinge 14,4 milhões de brasileiras e brasileiros. A mesma pesquisa destaca, também, que as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam por conta própria atingem um recorde de 24,8 milhões de pessoas. Sendo que o rendimento médio dos trabalhadores foi de R\$ 2.515,00 (dois mil quinhentos e quinze reais), o que representa uma queda de 6,6% na comparação anual. A massa de rendimento, segundo a pesquisa, caiu 1,7%.

Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de pessoas que estão trabalhando de maneira informal vem subindo e batendo recordes, pesquisa após pesquisa, o que demonstra objetivamente uma perda dos direitos trabalhistas. De acordo com o órgão, a inflação acumulada até agosto de 2021 chegou a 5,67%, a maior taxa para o mês desde 2015. Alguns itens, no entanto, subiram muito acima desse índice. Entre eles, combustíveis e alimentos. Os dados mostram que essa sequência de alta nos preços atinge itens básicos como energia, combustível e alimentação. Em oito meses, o preço da gasolina sofreu alta em sete Estados. Em alguns, o litro da gasolina está sendo vendido a R\$ 7,00 e o gás de cozinha a R\$ 115,00.

Segundo Aguiar (2021), a tendência é que a situação fique ainda pior, a considerar os dados, a exemplo do Banco Central que

3 Argumento tratado pelos elaboradores da Teoria Marxista da Dependência, como Ruy Mauro Marini, Teotônio do Santos, Vânia Bambirra e Mathias Luce (2018).

aumentou pela 23ª vez a previsão para a inflação de 2021, agora para 8%. A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação no Brasil, já corresponde ao dobro da meta estabelecida pelo governo federal, que era de 3,75% para o ano. Enquanto a população brasileira sofre, o agronegócio teve recorde de 24,31% no Produto Interno Bruto (PIB) do setor, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). O estudo leva em conta o movimento de toda a cadeia: produção dentro das fazendas, insumos, agroindústria e serviços.

A Fundação Getúlio Vargas, através do FGV Social, desenvolveu a pesquisa Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia e identificou uma redução de 9,4% na renda média individual da população. O índice foi medido em comparação com o último semestre do ano de 2019. A constatação foi de queda acentuada para famílias com rendas mais baixas.

O elevado índice de desemprego, a alta dos preços e a diminuição da renda têm levado ao crescimento do número de pessoas que estão passando fome no país. Conforme dados do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a pandemia. O número equivale a 59,3% da população do país e se baseia em pesquisa realizada entre agosto e dezembro de 2020.

O relatório mais recente da própria FAO⁴ apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020 deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos. Os resultados evidenciam que em 2020 a fome no Brasil retornou aos patamares de 2004.

Portugal, orientado por um governo social-liberal, embora não seja de economia central, integra a União Europeia, mas, de acordo com Ferreira (2019), é um dos países que se apresenta como um dos mais desiguais desta composição, desigualdade esta estrutural e persistente, com consequências expressivas no desenvolvimento humano (FERREIRA, 2019). De acordo com Santos & Reis (2018), os argumentos da Teoria Sistema-Mundo apresentam a

4 FAO é a sigla da expressão inglesa "Food and Agriculture Organization", que significa "Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura".

condição semiperiférica⁵ da economia portuguesa iniciada há quase três décadas, sendo que o processo de integração na União Europeia acentuou essa posição. A economia do país é marcada por uma forte heterogeneidade e por desequilíbrios, a considerar a natureza intermediária das suas estruturas econômicas, sociais e políticas.

As políticas sociais em Portugal têm percorrido um caminho de progressão, mas também de hesitação, fruto de variados (e nem sempre favoráveis) contextos sociopolíticos. A variação dos ciclos políticos tem-se constituído num enorme desafio, designadamente por suscitar, por vezes em ciclos curtos de quatro anos, alterações e turbulências que interferem na consolidação de ambientes de garantia e de real proteção dos cidadãos e cidadãs. É também sabido que a interiorização dos direitos não é ainda plena, o que coloca questões na natureza da comunicação a estabelecer, nomeadamente, para se tentar superar visões assistencialistas e de elogio do favor num campo que só se fortalece com afirmações mais completas e audazes pela via dos direitos.

Com este pano de fundo, melhor se pode apropriar as consequências que a situação pandémica (iniciada, mas não finalizada) trouxe para o campo que se inscreve na superação das desigualdades sociais. Desde logo, o avolumar das desigualdades sociais significa em Portugal um revés importante nas condições de melhoria (não propriamente exultantes), que foram sendo implementadas em resposta à última crise marcada por uma feição de austeridade (que juntou profundas restrições salariais e de proteção com um ambiente autoritário que se tomou como adequado ao cumprimento das regras e medidas danosas, então definidas como o remédio para a crise). Os anos seguintes criaram um ambiente de necessidade de reparação (mitigada embora), mas em busca de padrões mínimos que haviam sido atacados e, ou mesmo, demolidos.

Ao tomar o indicador referente à situação de pobreza demonstra-se a significativa urgência de problematizar, por um lado, sobre as disparidades provocadas pelo modo de produção capitalista nes-

5 O conceito de semiperiferia, formulado por Immanuel Wallerstein, “consideradas sociedades intermédias num duplo sentido; por um lado, apresentavam estádios intermédios de desenvolvimento e, por outro, cumpriam funções de intermediação na gestão dos conflitos entre sociedades centrais e sociedades periféricas, os quais seriam suscitados pelas desigualdades na apropriação do excedente produzido à escala mundial” (SANTOS; REIS, 2018, p. 59).

tes países e, por outro, a necessidade da proteção social às/aos trabalhadoras/es submetidos a este modo de organização da sociedade. Ao reportarmos as análises econômico-sociais para a dimensão mais alargada, observa-se que em 2019, em média, 20,7% da população da União Europeia encontrava-se em situação de pobreza ou exclusão social, sendo que estavam nesta situação 21,6% das pessoas em Portugal, de acordo com o Balanço Social 2020: um retrato do país e dos efeitos da pandemia (PERALTA; CARVALHO; ESTEVES, 2020). No Brasil, segundo informações do IBGE, a pobreza medida pela linha de US\$ 5,5 PPC ficou em 24,7% no ano de 2019. Já a extrema pobreza (US\$ 1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, com especificidade para a região nordeste, comprometendo mais da metade da sua população e 39,8% das mulheres consideradas não-brancas (o IBGE classifica-as como pretas ou pardas).

Diante destas informações, faz-se pertinente contextualizar brevemente alguns aspectos do Estado na sociedade capitalista sob o paradigma liberal (e suas variações). Osorio (2019) afirma que as funções estatais atravessam a reprodução societária gerada pelos tecidos fundamentais da sociedade, ou seja, é o Estado a entidade que cumpre o papel fundamental no processo em que as sociedades não somente produzem, mas também se reproduzem, seja no campo social, material, político e ideológico (no entendimento marxiano). Desta forma, o Estado “é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que os interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade” (OSORIO, 2019, p. 18). Portanto, o Estado “moderno” capitalista compõe um adensamento particular de redes e relações de força numa sociedade de classes, as quais comportam a produção e reprodução do capital, mas também da vida, numa relação de exploração e dominação entre o capital e o trabalho, bem como nas suas variantes formas de opressão, explicitadas anteriormente.

A história tem mostrado que, de regra, o Estado capitalista cria as condições para se estabelecer a concentração de riquezas e propriedades, onde tem prevalecido os interesses e o poder das classes dominantes, em detrimento das expressões da questão social, com ênfase para a socialização da pobreza e o alargamento das desigualdades social, econômica, étnico-racial e ambiental, apesar das resistências e enfrentamentos da classe trabalhadora. Entretanto, ad-

verte Osorio (2019) que, para cada padrão de reprodução do capital, as formas de intervenção estatal e as políticas econômicas e sociais constituídas se diferenciam, a depender dos interesses hegemônicos do capital e das lutas das/os trabalhadoras. Nesta direção, lembram Behring e Boschetti (2009) que, o que se experimentou nos países de capitalismo central pós-Segunda Guerra não se trata de uma “evolução” de um Estado liberal para Estado social, mas “ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 63).

Diante das manifestações da questão social, germinadas na conformação da sociedade capitalista, a intervenção estatal por meio das políticas sociais enquanto mediação da relação capital-trabalho assume contornos distintos no tempo histórico; entre os países conforme sua relação de poder (econômico, bélico, tecnológico etc.); e nos Estados-nação a considerar as forças/blocos que detêm o poder e os que exercem o poder.

Portanto, a configuração do Estado neoliberal implementada a partir dos anos de 1970 (em tempos diferentes nos diversos países) impõe às relações sociais entre capital e trabalho desdobramentos que se expressam nas refrações da questão social e no sistema de proteção social a tornar-se mais fragmentado, setorizado e ínfimo diante das necessidades da classe trabalhadora, agravadas pelos processos de reestruturação produtiva. Quer dizer, nos últimos quarenta anos, o Estado neoliberal assumiu o projeto político para a criação e manutenção das condições de acumulação do capital, numa ofensiva contra a classe trabalhadora, subjugando-a a penúrias, desproteção, ausências e coerção de diversas formas.

O padrão do modelo fordista de produção e consumo (homogeneizado) e em massa (dos países de capitalismo central), implementado pós-Segunda Guerra, é substituído por um regime de acumulação flexível (e das relações contratuais e salarial), “onde a produção se internacionaliza ainda mais, os oligopólios ganham novas competências (nomeadamente financeiras) e o papel do Estado é reconfigurado, promovendo agora a liberalização, desregulamentação e privatização da economia” (SANTOS; REIS, 2018, p. 61).

Neste contexto de contradição das relações sociais no Estado capitalista, as políticas públicas também reconfiguram suas funções

de reprodução social da classe trabalhadora, a responder às necessidades básicas da população e minimizar as relações de conflito entre as classes sociais. Entretanto, é incontornável reafirmar que as características assumidas pelas economias e os Estados capitalistas de configuração neoliberal buscam viabilizar a manutenção da acumulação de capital e o faz, neste tempo, sob as margens “do sistema financeiro internacional, crescentemente globalizado, interdependente e assimétrico” (SANTOS; REIS, 2018, p. 61). Tais condições apontam para o que Mézáros (2011) identificou como crise estrutural do capital, para além das suas crises cíclicas e constitutivas do modo de produção capitalista.

Neste sentido, diante à agudização da referida crise estrutural do capital, por ocasião da crise sanitária provocada pela Covid-19, torna-se imprescindível a intervenção estatal para se evitar um colapso ou a barbárie social. Identificamos, então, as experiências de transferência de renda realizadas no Brasil e em Portugal e as especificidades dos processos de comunicação desencadeados pelos governos e agência de jornalismo destes países.

4. Proteção Social, Comunicação e Informação Pública: as expressões dos projetos societários hegemônicos nos Estados brasileiro e português

No Brasil, em decorrência da pressão dos movimentos sociais⁶ junto ao Congresso Nacional foi criada em 2 de abril de 2020 a Lei n.º 13.982 que instituiu o Auxílio Emergencial de enfrentamento à pandemia da Covid-19, também conhecido como programa de Renda Básica Emergencial (RBE), implementado à margem do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que já possuía uma base de cadastro das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família (PBF).⁷ O RBE durante um período ficou suspenso, retornando com valores bem inferiores aos praticados num primeiro momento. Além disso, requereu inicialmente dos usuários da Assistência Social conhecimentos e equipamentos para uso das novas tecnologias de informação e comunicação, já que a inscrição se deu por meio de aplicativo de celular.

6 Para se aprofundar a esse assunto, sugerimos uma visita ao site da Plataforma pela Reforma do Sistema Político. <<https://reformapolitica.org.br/>>.

7 O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência de renda e visa atender famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

É importante situar que a Assistência Social se tornou política pública a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88), integrando a Seguridade Social em conjunto com a Previdência e a Saúde, sendo aprovada em 2004 as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a criação do SUAS com vistas à sua execução. É da competência do SUAS assegurar a consolidação da gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos, buscando integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, a fim de afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Com base nestas competências e objetivos a Assistência Social é, portanto, o setor responsável por realizar o cadastramento das pessoas e famílias no Cadastro Único ou CadÚnico, que, por sua vez, possibilita a inserção das pessoas e famílias em vários benefícios e serviços. Para ofertar os serviços socioassistenciais a estrutura do SUAS foi organizada de acordo com a caracterização das proteções sociais: Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial (PSE), que pode ser de média e alta complexidade.

De acordo com os dados disponibilizados pelo governo brasileiro no Caderno de Olho na Cidadania, ao longo de 2020, um total de 67,9 milhões de pessoas foram beneficiadas diretamente com RBE, o que representa cerca de 1/3 da população brasileira, considerada a população total estimada em 211.755.692 habitantes (IBGE, 2020). Destes beneficiários 44% da população, ou seja, 29,5 milhões⁸ de pessoas são usuárias da política de Assistência Social, sendo que dessas seis milhões são mulheres provedoras de famílias monoparentais, critério para receber o benefício de maior valor (R\$ 1.200,00), estando as mesmas cadastradas no PBF.

No documento referido acima consta que diante da situação da pandemia da Covid-19, sob o argumento de evitar o desperdício de recursos financeiros, o Ministério da Cidadania mobilizou vários órgãos e ministérios para contribuir na execução desse “novo programa temporário de renda”, sendo eles: Ministério da Economia e da Justiça, Caixa Econômica Federal, Dataprev e as agências dos Correios, bem como as parcerias com a Controladoria Geral da

8 Dado contido no Caderno de Olho na Cidadania n.º 3. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Departamento de Monitoramento. Março de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/deolhonacidadania_3_2202.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

União, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União. Não há registro nesse documento de interlocução e participação de gestores e técnicos da Assistência Social, da política e do setor responsável pelo Cadastro Único como apontamos anteriormente, sendo que 99% das pessoas cadastradas no CadÚnico, independentemente de serem atendidas por algum programa social do governo, foram contempladas com o auxílio emergencial.

Fica explícito que essa ausência de participação na organização da implementação impactou, inicialmente, no acesso de alguns segmentos da população mais pobres atendidos pelo SUAS, já que o acesso ao referido benefício foi ofertado por meio de inscrição em aplicativo da Caixa Econômica Federal – CEF instalado no celular e não pela articulação do sistema bancário com o SUAS.

Consta no documento que “com o passar do tempo, foi permitido o requerimento por meio presencial, nas agências dos Correios, para que o público com dificuldade de acessar os meios eletrônicos pudesse solicitar o Auxílio Emergencial” (Caderno de Olho na Cidadania n.º 3, 2021, p. 12). Observa-se, ainda, que em nota de rodapé comenta-se que 11.312 pessoas (consideram baixo o número, sendo que esses números representam pessoas, o que provavelmente tem impactos nas famílias) foram consideradas elegíveis ao recebimento do auxílio após o requerimento presencial e que houve mobilização da rede socioassistencial dos municípios e outros sujeitos para permitir o acesso ao Auxílio Emergencial pelo público mais vulnerável, como população em situação de rua e outros.

A pandemia da Covid-19 desnuda uma tendência de um deslocamento impulsionado pelo governo federal de esvaziar o atendimento realizado à população de baixa renda nos equipamentos do SUAS para um atendimento estruturado nas tecnologias de informação e comunicação, desconsiderando as particularidades de um público que não conta com uma política de inclusão digital, posto que sua luta é pela sobrevivência. Observa-se o discurso do Presidente da República em 13 de maio de 2021 de que o novo Bolsa Família está quase pronto e que o cadastro no programa será feito em formato digital, por meio de aplicativo e não mais pelas prefeituras.⁹

9 Matéria publicada no Jornal O Globo em 13 de maio de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-diz-que-cadastro-do-bolsa-familia-sera-feito-por-aplicativo-em-vez-de-prefeituras-25015780>>. Acesso em: 17 maio 2021.

Não obstante as dificuldades de acesso ao RBE é preciso destacar o negacionismo do governo federal, especialmente na pessoa do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro em relação à Covid-19. Desde o primeiro momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia indicando a urgência de se tomar medidas drásticas para desacelerar a propagação do vírus, como cancelamento de voos, fechamento de fronteiras, proibição de aulas, eventos esportivos e culturais, o presidente Bolsonaro desdenhava da magnitude da pandemia e dos efeitos do coronavírus. No dia 9 de março de 2020, em Miami, o presidente afirmou que “há muita fantasia sobre o coronavírus” e, de volta ao Brasil, declarou que “outras gripes mataram mais do que essa”. Daí pra frente foram sucessões de entrevistas e estímulos à aglomeração, a exemplo de manifestações pró-governo incentivadas por ele para contrapor as iniciativas de governadores e prefeitos. É celebre a fala do presidente se referindo à Covid-19 como uma gripezinha diante da morte de milhares de pessoas. Ao longo de 2020, o Ministério da Saúde teve três trocas de ministros, sendo que o último que assumiu como interino estava vinculado às forças armadas e é especialista em logística, segundo o presidente, e não em saúde pública como é o esperado para a pasta.

Com seus posicionamentos, o presidente Bolsonaro tem reforçado para um segmento da população que acredita nas suas ideias um entendimento anticientífico sobre a crise sanitária mundial e contribuído para que muitas pessoas não se ajustem às orientações dos especialistas para a redução do número de casos de Covid-19. Com isso, “mais do que não liderar uma força-tarefa de combate ao coronavírus, Bolsonaro tem atrapalhado” (TOLOTTI, 2021). Foi somente em 12 de maio de 2021, após muitas pressões da maioria da população na luta pela vacina e proteção social, que foi lançada oficialmente a Campanha de Conscientização sobre Medidas Preventivas e Vacinação contra a Covid-19. Importa agregar a essas informações a instauração de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) no Senado para apurar irregularidades nas aquisições de vacinas. Até o momento são noticiados fortes esquemas de superfaturamentos e desvios, sem falar na negligência com o município de Manaus, no Estado do Amazonas, que levou à morte de muitas pessoas por asfixia em decorrência da falta de oxigênio hospitalar. Esse desgaste gerou a demissão do militar à frente do Ministério da Saúde, sen-

do indicado, então, um quarto ministro num período de um pouco mais de um ano.

Portugal, por sua vez, recorreu à figura do ‘estado de emergência’ como forma de assegurar a implementação de medidas para enfrentar a propagação da doença, estruturar níveis de execução das políticas e responder às consequências econômicas e sociais submetidas, principalmente, à população mais vulnerável economicamente. Duas foram as principais medidas relacionadas à transferência de renda, a saber: manutenção do Rendimento Social de Inserção (RSI), existente há 25 anos, destinado a pessoas e famílias em extrema pobreza e o Apoio Extraordinário do Rendimento dos Trabalhadores (AERT) que exige contribuição social prévia. Tais políticas são fundamentais, pois, de acordo com o indicador composto¹⁰ utilizado a nível europeu (PERALTA; CARVALHO; ESTEVES, 2020), mais de 1/5 da população portuguesa já estava em risco de pobreza ou exclusão social (21,6%) antes da pandemia, o que corresponde a cerca de 2,2 milhões de pessoas em 2019, embora seja o valor mais baixo desde 2004.

Do ponto de vista da comunicação sobre os benefícios à população, procuramos relacionar os conteúdos bibliográficos produzidos a partir da pandemia: mapeamos informações quanto aos benefícios em questão a partir de identificação dos sites governamentais portugueses que produziram notícias de esclarecimentos e Portarias quanto aos direitos e as condições para acessá-los, a exemplo dos seguintes links: Diário da República, Segurança Social, Caixa Geral de Depósitos (CGD-PT), Serviços Públicos e Covid-19 e Pordata e realizamos levantamento no Jornal de grande circulação (impresso e virtual) PÚBLICO-PT no período de março de 2020 a junho de 2021.

Segundo artigo publicado na Revista Científica da Ordem dos Médicos (2020), a considerar a ausência de ações preventivas quanto ao vírus da Covid-19, as medidas relacionadas às dimensões comportamentais e psicossociais são fundamentais. Neste sentido, adverte-se sobre a necessidade de se criar estratégias de comunicação de risco eficientes que envolvam a comunidade para equilibrar os contratempos de estigmatização diante das fragilidades e desprote-

10 O “indicador Eurostat” é definido como a proporção de pessoas com rendimento disponível equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza no ano em curso (neste caso 2019) e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

ção à população, bem como proceder a uma dinâmica informacional que seja educativa. Assim, faz-se imprescindível “gerar informação sobre a adequação da percepção de risco, do conhecimento, dos comportamentos, da confiança e das crenças associadas ao fenômeno da pandemia” (TEIXEIRA, P. M. et al., 2020, p. 2). Neste sentido, argumentam:

O que se percebe a este nível, na atual pandemia, é a falta de uma linha estratégica no que concerne à comunicação de risco e ao envolvimento da comunidade na gestão do risco. O esforço de realizar conferências de imprensa diárias é louvável, na medida em que revela vontade de se comunicar com a população. No entanto, estas têm protagonizado momentos de ‘comunicação meramente informativa e reativa’, misturando, por demasiado tempo, competências e informações técnicas e políticas, o que pode desacreditar as mensagens transmitidas. (TEIXEIRA, P. M. et al., 2020, p. 2).

Tal crítica vem ao encontro das reflexões realizadas no artigo elaborado a partir de uma pesquisa empenhada por Lopes, F. et al. (2020) quanto ao processo de comunicação e do jornalismo português, a assumir um papel de orientação aos cidadãos e cidadãs. Apontam que desde o início da pandemia ocorreram mudanças na comunicação oficial do governo, “mas não tão profundas como aquelas que o campo do jornalismo necessitava” (LOPES, et al., 2020, p. 189), apesar do Primeiro-Ministro e do Presidente da República se colocarem como porta-vozes nos momentos cruciais. Ainda informam que a Direção-Geral de Saúde promoveu conferências de imprensa diárias para responder às inquietações da população e dos meios de comunicação, entretanto, com limitações e hesitações sobre as informações, acabaram por contribuir para a disseminação de falsas notícias, mesmo que de forma não intencional.

É relevante apontar que as informações e dados, sejam dos órgãos oficiais ou da imprensa, corroboram com a incontornável necessidade de se ampliar as medidas de apoio social, e isso se traduz também nas reportagens verificadas que registram temáticas desde posicionamentos entre a política partidária da esquerda e a direita em Portugal; o impacto das prestações para os beneficiários; as informações sobre a população que vive na pobreza intensificada pela pandemia; e dados quanto aos benefícios, a exemplo:

Entre março de 2020 e março de 2021, o número de beneficiários do

Rendimento Social de Inserção (RSI) cresceu 8,3%: há mais 16.636 pessoas a receber este apoio do Estado porque precisam dele para sobreviver à devastação econômica que o vírus provocou e não por opção de estilo de vida (o estereótipo mais frequente entre os seus detratores). O RSI não elimina a pobreza, atenua a sua gravidade. (Público, 2021).

Observa-se, deste modo, o significativo impacto da produção, manejo e circulação de informações quanto à pandemia provocada pela Covid-19 e, principalmente, quanto às estratégias de comunicação pública, seja referente às medidas preventivas de saúde orientadas pelos órgãos oficiais a serem tomadas pela população, seja em relação aos direitos sociais de apoios públicos para a garantia da sobrevivência.

5. Comunicação Pública e Políticas Sociais: uma transversalidade em defesa dos direitos humanos e da democracia

Em seu último livro lançado recentemente - *Fundo Público, Valor e Política Social*, Behring (2021) chama a atenção dentre várias outras questões para algo que ela e Santos já registraram em um artigo em 2009. Disseram as autoras: “ao analisarmos as complexas relações entre questão social e direitos (...) prevalece, nos dias atuais, ampla disseminação da concepção teórica fundada na ideia de que a política e o direito fundam a sociedade”.

Aqui não se trata de negar a importância de lutar por direitos e pelos espaços democráticos de decisão, mas de compreender que o deslocamento do reconhecimento do trabalho como o ato fundante da existência humana esvazia a relação entre as classes, nos deixando com a visão ofuscada em relação à construção da hegemonia da classe dominante. Esvaziada a identidade de classe das trabalhadoras e dos trabalhadores esvai-se os elementos que geram propulsão às políticas sociais, uma vez que as mesmas decorrem da “luta dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, sendo as demandas articuladas junto ao Estado e patronato que, no enfrentamento da questão social, formulam as políticas sociais” (RAICHELES, 2000, p. 60).

Compreendido que o modo capitalista de produção não organiza somente a economia, mas também as relações, o que se observa

a partir das medidas de proteção social, comunicação e informação pública é que no último período o Estado burguês está sempre pronto para “reverter as formas democráticas em formas abertamente autocráticas, na medida em que seus interesses econômicos corporativos se vejam real ou potencialmente ameaçados” (GRAMSCI, 2007, p. 41-42 apud IASI 2019, p. 426).

Vejam, os primeiros movimentos de constituição dos direitos sociais decorrem da luta entre o capitalista coletivo e o trabalhador coletivo. Isso teve início no século XIX, na Europa, na luta pela regulamentação das jornadas de trabalho quando o trabalhador reivindicava a redução de horas. Nesse sentido, compreendemos que os direitos e as políticas públicas que os materializam expressam um campo de contradições, de luta de classes. A ausência de consciência do processo histórico tem sido um impeditivo para que, no geral, as pessoas compreendam porque possuem direitos humanos e sociais, fazendo os enfiamentos necessários ao neoliberalismo. À medida em que a classe dominante, com seu acúmulo em transformar suas questões como algo universal, faz com que a classe trabalhadora acredite que a crise estrutural do capitalismo tem relação com o quanto o Estado investe em políticas sociais, vai se criando uma nova dinâmica societária refundada na meritocracia, distanciando do estado de bem-estar social, tendo sido esta uma alternativa do próprio capitalismo.

No Brasil, seguramente, na atualidade, boa parte dos beneficiários da transferência de renda não compreendem na essência porque tem direitos e o que são direitos, uma vez que não se situam como trabalhadores em uma sociedade de classes. Aliás, a cada reforma trabalhista esvazia-se essa identidade. Está aí a uberização do trabalho, o pregão e outras formas de precarização do trabalho. O capitalismo maduro e decadente, como aponta Behring (2021), coloca em questão os direitos e as políticas sociais, pois na verdade quer se apropriar vorazmente do fundo público que existe pela tributação dos trabalhadores para atender necessidades comuns como saúde, educação e proteção aos idosos, crianças, mulheres, povo negro, originários, imigrantes etc.

É com base na compreensão da centralidade do trabalho na sociedade de classe que se faz oportuno aprofundar sobre os princípios da Comunicação Pública por ser ela um direito humano e so-

cial, podendo ser percebida como transversal às políticas sociais. Há de se compreender a importância que a comunicação e a informação têm na contemporaneidade, inclusive, nas políticas sociais. Podemos pensar como Bobbio (1992) que os direitos do homem (e da mulher), democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico, não sendo possível existir democracia sem o reconhecimento e garantia de direitos, nem tão pouco possível haver paz sem as condições necessárias à vida.

Para Netto (1990, p. 76), na estrutura capitalista só é possível a democracia-método, essa constituída por um conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas, mais ou menos flexíveis, permite por meio da vigência de garantias individuais a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais. “Com a ordem capitalista se dão as premissas para que se estructurem ordenamentos políticos democráticos”. Nesta perspectiva, a democracia é um valor instrumental estratégico e não um instrumental dentre outros.

A política, “essência da democracia” (RAMOS, 2005, p. 31), para ser revolucionária, uma vez que a liberdade e igualdade não são um estado natural, mas um ideal a se perseguir, deve estar vinculada à luta contra a hegemonia da classe dominante e deve incluir, como aponta Carnoy (1988), o desenvolvimento de uma contra-hegemonia, baseada em valores e em uma cultura efetivamente democrática.

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro diz respeito ao processo na sociedade civil em que uma parte da classe dominante exerce o controle sobre outras frações aliadas da classe dominante. O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. Segundo Carnoy (1988, p. 95), a compreensão gramsciana aponta que:

[...] a hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. (...) A hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito.

Nesse sentido, é necessário reconhecer a importância que o Estado exerce na dinâmica societária, uma vez que na concepção gramsciana ele é “simultaneamente um instrumento essencial para a

expansão do poder da classe dominante e uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos fracos e desorganizados” (CARNOY, 1988, p. 101).

Gramsci (2001) compreendia que o Estado opera como um educador, uma vez que tem poder para direcionar a criação de um novo tipo ou nível de civilização. O Estado é um aparelho de hegemonia capaz de exercer o controle da consciência da mesma forma, ou até mais, que o controle das forças da produção. Ou, ainda de acordo com Moraes (2010, p. 82), o “Estado tem e pede o consenso, mas também educa este consenso, através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados”.

Na atualidade, o Estado não é o único no controle dessa consciência. A vida social tem se tornado cada vez mais complexa. É preciso apurar, a partir de suas intervenções político-ideológicas, as posições adotadas verificando como se expressam e se manifestam diante das “contendas sociais e como traduzem a conservação ou reversão do domínio material e imaterial” (MORAES, 2010, p. 78).

De acordo com Carnoy (1988, p. 105), o Estado, como um instrumento da dominação burguesa, atua na luta pela consciência, uma vez que “o desenvolvimento burguês não se fez apenas através do desenvolvimento das forças de produção, mas por meio da hegemonia na arena da consciência”. Por sua vez, Gramsci (2001) considera que o Estado abrange a sociedade civil, sendo que o desenvolvimento da contra-hegemonia incide sobre o mesmo. A esta dinâmica ele denominou de “Guerra de Posição”.

É, portanto, no campo da contra-hegemonia que emerge o direito à informação e à Comunicação Pública que, embora seja um conceito ainda em construção, pode ser compreendida como uma comunicação formal, realizada pelo poder público e legitimada pelo interesse geral e pela utilidade das mensagens, em que pese os interesses de classe. Nela, o cidadão é percebido como um interlocutor que é contribuinte, eleitor, usuário, dentre outros papéis. É ele quem custeia os serviços e deve ter também influência sobre o poder de decisão e de legitimação das ações tomadas pelos representantes do Poder Público.

A Comunicação Pública trabalha na lógica da informação como meio de construção da cidadania e pressupõe uma interlocução ativa com o receptor. Brandão (1998, p. 11) aponta a comunica-

ção pública como “um processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública social”.

Trata-se, então, de um elemento central para o Estado democrático e vem desempenhar, de acordo com Zémor (2005), papéis de regulação, proteção e/ou de antecipação do serviço público, por meio de atribuições como: informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito); e acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social.

É nesse sentido que a democracia é determinante para o desenvolvimento da sociedade e diz respeito diretamente à cidadania coletiva que se constrói no processo de luta, no interior da prática social, sendo por meio dessa a afirmação da identidade político-cultural. Sob essa perspectiva, “hegemonia é sinônimo de cultura no seu sentido amplo e, sobretudo, de cultura em sociedades de classes” (CHAUÍ, 2003, p. 90).

Gramsci (2001) entendeu a cultura enquanto espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social. Não se trata da simples aquisição de conhecimentos, mas sim de tomar partido, posicionar-se frente à história. Ao se tornar um ser consciente de sua existência individual, o homem não deixa de se conscientizar de sua existência social. Ele pode distanciar-se dentro de si, na sua imaginação, e colocar-se no lugar de outra pessoa, comunicando suas sensações, emoções, expandindo conteúdos intelectuais. Ele pode formular ideias e propostas de crescente complexidade e comunicá-las aos outros indivíduos como possibilidades futuras. No entanto, a identidade de cada um está ligada diretamente ao lugar que o sujeito ocupa na organização. “A organização e o modelo são os signos de uma racionalização em si e para si do social” (CHAUÍ, 2003, p. 50).

Em seus estudos sobre cultura e sociedade, Williams (2011) discute que a ideia de cultura é uma reação geral a uma mudança geral e significativa nas condições de nossa vida em comum. Entende que a comunicação passou a ter uma centralidade a partir de 1914 e não é por acaso que regularmente usamos na atualidade tanto a

ideia das “massas” e as ideias consequentes: civilização de massas, democracia de massa, comunicação de massas. Por trás deste conceito existe o interesse de ofuscar a democracia de classes ou mesmo de dar aos trabalhadores a ideia de que estes ameaçam a cultura por serem identificados como uma turba (ingenuidade, volubilidade, preconceito de rebanho, vulgaridade de gosto e hábitos).

Outra questão relevante diz respeito ao que o autor denominou de transmissão múltipla. Para ele, a relação com o receptor é algo a ser aprofundada, uma vez que o problema não está na técnica utilizada, mas na intenção. E esse seria o verdadeiro perigo para a democracia. Segundo Williams (2011, p. 339), toda a teoria de massa depende essencialmente de uma minoria de alguma forma explorando uma maioria. Nesse sentido, o autor questiona até os mais bem-intencionados e afirma que a objeção não é dizer qualquer coisa a qualquer pessoa, mas como lhes dizemos e esperamos que nos digam a nós mesmos. E acrescenta: “as pessoas só vão aprender com a experiência e isso, normalmente, é um processo desigual e lento”.

Para Williams (2011), a única desigualdade que é importante, ou até mesmo concebível, é a desigualdade do ser. Daí que uma cultura comum não é uma cultura igual e, ainda, uma cultura comum não pode colocar restrições absolutas à participação em qualquer de suas atividades. É na práxis política que os subalternos podem expressar aspirações para além de seus pleitos pessoais, sendo a cultura algo vivo e sempre em transformação.

O direito à informação é um dos mecanismos para o exercício da democracia e condição para ampliar a participação dos indivíduos na esfera pública. Trata-se, portanto, de um direito social que requer transparência e fidedignidade nas informações veiculadas pelo Estado, por meio de seus organismos.

6. Prelúdio para algumas considerações (não tão) finais:

Tal como Rodrigues (2008, p. 90) apontou em seu artigo intitulado “Novas políticas sociais novas: entre “belas” e “senãos”, no qual ela demarca no título dois dilemas: o primeiro diz respeito onde designar o “novo”, pois em relação “às políticas sociais na atualidade, isto é, se (só) começaram por se afirmar novas ou se conseguem ser

(mesmo) novas nos resultados finais”. A segunda questão abordada pela autora diz respeito à sua suspeita de “às suas belas virtudes (públicas) se associam senãos que podem ser vícios (mais ou menos privados...)”. É nessa perspectiva que iniciamos as considerações quase finais de um processo que está em curso, impactando a economia e a população do planeta, aprofundando um reordenamento do mundo do trabalho sob a égide do capitalismo mundializado, tendo as tecnologias de comunicação e informação como elemento central nessas transformações societárias e o Estado sob fortes disputas entre neoliberais ultraconservadores e conservadores e, ainda, grupos constituídos por frentes amplas de centro esquerda gerenciando uma crise sanitária concomitante à crise estrutural do capitalismo.

É preciso dizer que se as novas tecnologias de comunicação e informação expressam um avanço e conquista da humanidade e isso é belo, por outro lado, a forma como o capitalismo, sob hegemonia neoliberal, ao se apropriar das TICs tem aprofundado a desigualdade social, excluindo milhões de trabalhadoras e trabalhadores do mercado de trabalho, reinstituindo a meritocracia, além de destruir o ambiente. Trata-se da substituição do trabalho morto pelo trabalho vivo e de uma concentração de riquezas sem precedentes, além da desumanização nas relações. Tudo que é sólido desmancha no ar que está rarefeito e literalmente contaminado pela Covid-19. Em 2020, circularam nas redes sociais comentários de que a filha do presidente do Santander Antônio Vieira Monteiro, que veio a óbito em Portugal em decorrência da Covid-19, teria dito que “o dinheiro da família não valeu de nada porque ele teria morrido por falta de algo “gratuito”: ar”. É falso o comentário, ou melhor, trata-se de uma fake news, mas que não deixa de ter sua verdade, pois o ar está comprometido e é imperativo que sirva de alerta para medidas efetivas de preservação do ambiente.

Há de se dizer o mesmo das políticas sociais, em que pese sua importância, evidenciadas nas saídas encontradas pelos dois governos, mesmo que no Brasil tenha ocorrido sob forte pressão social e não por compromisso do governo federal. É necessário demarcar que, sendo as políticas sociais uma conquista da sociedade organizada, elas são também uma saída do capitalismo para si. São, portanto, a síntese de múltiplas determinações e, como apontou Gramsci, são um canal para que o Estado exerça sua função de educador. A questão é: qual a direção dessa formação?

As experiências aqui compartilhadas retrataram um governo de ultradireita e negacionista e outro de orientação progressista. Além dos governos, também foram consideradas algumas vozes da sociedade que formam opinião. A diferença é brutal! Enquanto um estimula a contaminação em massa e só reage na direção de assegurar a proteção social sob pressão popular, o outro é convidado a ofertar espaços de diálogos superando o nível de repasses de informações. Também é perceptível que assegurar uma renda mínima para as pessoas mais vulneráveis economicamente no momento da pandemia da Covid-19 é consensual entre a direita¹¹ e esquerda em Portugal. No Brasil, também houve esse consenso, construído a partir da pressão popular, entre essas filiações ideológicas ocorrendo unidade no Congresso que determinou para o governo federal as iniciativas de proteção social, o que garantiu uma sobrevivência mínima de vários segmentos da população brasileira.

Como a comunicação pública é um todo, certamente, todas as falas e atitudes do Presidente da República impactaram na dinâmica societária. O debate inconsequente no Brasil sobre o que é mais importante, a economia ou a vida, produziu 592.316 óbitos por Covid-19 e 21.283.567 casos de contaminação, estando 39% da população totalmente vacinada.¹² Maria Helena Weber (2021, p. 2), em um artigo, comenta sobre a Covid-19 e a perversa narrativa presidencial. De acordo com a coordenadora do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), é possível afirmar “que os princípios normativos da comunicação pública estão sendo desprezados pelo governo federal, com requintes próprios do autoritarismo e de uma pernicioso e inquietante estratégia”. Para a pesquisadora, o governo federal ignora tudo o que diz respeito ao interesse público e a preservação da vida. Nessa seara, estão qualquer discurso científico e movimentos dos governantes de todo o mundo que adotam medidas protetivas. Tudo isso em detrimento da defesa de interesses privados do mercado e da visão particular sobre o vírus. De acordo com a autora:

[...] pode-se identificar uma estratégia perversa por parte do governo
11 Ressalva a direita reacionária representada por partido que tem ganhado alguma expressão nas últimas eleições: Chega!

12 A estimativa do IBGE é que em 2021 a população brasileira está constituída por 213,3 milhões de habitantes. Sobre os dados acerca do número de óbitos por Covid-19, contaminados e vacinados **totais**, a data da coleta de informação é de 22 de setembro de 2021 e foram retiradas dos principais jornais brasileiros.

no federal, de tornar predominante sua narrativa na combinação de uma retórica errática; na exposição de brigas intestinas; nas encenações dramáticas do presidente Bolsonaro nas ruas; nos confrontos com governadores, prefeitos e com os poderes legislativo e judiciário; na negação da ciência em nome da magia, da religião, do mercado e, especialmente, na demonstração da sua ingovernabilidade. (WEBER, 2021, p. 3).

Nas ações do governo federal brasileiro e na sua perversa narrativa é possível observar estratégias de comunicação do Planalto que são distintas do interesse público. Uma delas é mostrar quem detém o poder, alimentando uma paranoia e ódio aos culpados por quaisquer mazelas nacionais. Os culpados, geralmente, são os que contrariam a ordem e preferencialmente esquerdistas, comunistas e petistas. Já se perdeu a conta de quantas/os jornalistas foram agredidos verbalmente, e até mesmo cidadãos comuns, nas frequentes presenças do presidente no quadrado criado em frente ao Palácio do Planalto. Alimentar esse ódio o coloca em permanente campanha eleitoral, mantendo seu eleitorado e apoiadores sempre alertas. “O exemplo mais contundente dessas estratégias foi a campanha (no início da pandemia) “O Brasil não pode parar”, veiculada como “teste” nas redes sociais, mas proibida por decisão judicial. Ou seja, nada da dimensão pública interessa” (WEBER, 2021, p. 3).

A comunicação pública é indicador da qualidade da democracia, pois o objeto desta é o interesse público, o fortalecimento da cidadania e da democracia. “A liberdade de comunicação da sociedade e da imprensa deve estar associada à qualidade da comunicação produzida pelo Estado. Neste momento, a comunicação entre a presidência e os cidadãos é mortal, porquanto promove a insegurança” (WEBER, 2021, p. 4).

Percebe-se, claramente, no levantamento feito em Portugal que o presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o primeiro-ministro António Costa tomaram para si a responsabilidade de informar, serem os porta-vozes das medidas adotadas no país, comunicando orientações e ações de proteção social adotadas pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS). Pautaram a imprensa e os setores de formação de opinião como protagonistas, como também a Ministra da Saúde, Marta Temido, e a Diretora Geral de Saúde, Graça Freitas. Fizeram o que é elementar na Comunicação Pública: tratar dos interesses públicos viabilizando a informação, o conhecimento, o debate e a democracia.

Em Portugal, 83,3% das pessoas estão totalmente vacinadas, tendo ocorrido 1.063.991 de infecções e 17.933 mortes.¹³ Ressalvadas as pertinentes críticas apontadas neste texto, tanto de representantes das mídias como de profissionais da saúde, a comunicação pública governamental foi essencial para o estabelecimento de um padrão de informação a alcançar o maior número de pessoas, tanto sobre gestão de risco, quanto em relação à proteção da população diante as consequências da Covid-19. Entretanto, apontam Teixeira, et al. (2021) que é essencial um “sistema de monitorização regular junto da população que forneça dados que permitam gerar informação sobre a adequação da percepção de risco, do conhecimento, dos comportamentos, da confiança e das crenças associadas ao fenómeno da pandemia”.

Não obstante, os consensos criados entre as autoridades sanitárias, os representantes governamentais e políticos e os membros da sociedade civil organizada, por meio de reuniões periódicas do SNS, no INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.), corroboraram para orientar a população quanto aos riscos de contaminação pela Covid-19, às medidas sanitárias a serem seguidas, e às regras de conduta durante a pandemia, inclusive com restrições severas de circulação. Além disso, de acordo com Cabera, Martins e Cunha (2021), “a televisão, dada como morta por muitos autores (Katz & Scannell, 2009; Carlón & Fehine, s.d./2014), recuperou muito sua centralidade social e doméstica, abrindo-se à informação em tempo real e preenchendo *slots* de *prime-time* com a temática da pandemia”.

A conjuntura que presentemente se constata em Portugal permite interrogar sobre os benefícios de uma comunicação pública atempada e baseada no rigor científico (mesmo quando este estava à procura de uma adequação). A associação minimamente alinhada entre comunicação pública e direitos sociais parece ganhar relevo, evidenciando-se pela emergência social imposta pela pandemia do coronavírus.

Percebe-se, deste modo, uma grande disparidade de comportamentos e atitudes, tanto do ponto de vista das decisões de gestão e

¹³ A estimativa do INE – Instituto Nacional de estatística é que em 2021 a população portuguesa está constituída por 10.347.892 habitantes. Sobre os dados acerca do número de óbitos por Covid-19, contaminados e vacinados totais a data da coleta de informação é de 22 de setembro de 2021 e foram retiradas do site: <http://graphics.reuters.com>.

da comunicação por parte dos dois países em análise, que repercutiram imediatamente na quantidade de vidas perdidas pela Covid-19, bem como no número de pessoas infectadas, tendo em vista os demais fatores e complexidades da realidade social dos supracitados países. Com base nos dados e informações apresentadas evidencia-se, por um lado, que a luta é de classes e, por outro, que a comunicação pública deve ser um direito necessário para a construção de uma cultura contra-hegemônica que represente os interesses da classe trabalhadora, da luta antirracista/anticolonial, da luta feminista (e das diversas formas de opressão) e a urgente defesa do planeta, pelo agudizar da crise ecológica. O neoliberalismo tem imposto à classe trabalhadora tempos sombrios e de travessia em terrenos pantanosos. Por isso, é preciso estar atento aos ensinamentos de Paulo Freire, grande influenciador dos princípios da comunicação pública, de estabelecer relações dialógicas para que aja um “Esperançar”. Para Freire (1992), o esperançar advém de ter esperança e não de esperar. Esperançar é fazer história coletiva. É juntar-se com outros para fazer de outro modo. Exemplos de luta não nos faltam. Sigamos dialogando.

“Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo, renitente
Um velho cravo para mim
Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Em algum canto do jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim”¹⁴

14 Tanto Mar, Chico Buarque. A letra aqui apresentada é a segunda versão (1978) dessa música que teve sua letra original censurada pela ditadura empresarial militar, no Brasil, em 1975. Na primeira versão o compositor dizia que “Sei que estás em festa, pá. Fico

Referências

ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just in time**. In: Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2020.

AGUIAR, Roberto. **Brasil: inflação dispara, desemprego aumenta, renda média cai e a fome avança**. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/brasil-inflacao-dispara-desemprego-aumenta-renda-media-cai-e-a-fome-avanca/>>. Acesso em: 17 set. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0**. ANTUNES, R. (Org.). In: Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020b.

BERENGUER, L. **A pandemia Covid-19 e o Estado de Emergência em Portugal**: Breves Considerações Sobre as Políticas Públicas. Revista Portuguesa de Ciência Política, n. 14, p. 33-45, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes de. **Questão Social e Direitos**. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

conte. E enquanto estou ausente guarda um cravo para mim. Eu queria estar na festa, pá, com a tua gente, e colher pessoalmente uma flor do teu jardim (...). Optamos pela segunda **versão**, pois, embora Portugal esteja sob hegemonia de uma frente **progressista**, é certo que para vencer o capitalismo há de ser por meio de um projeto que transcenda o modo de produção e também o Estado burguês. **Optamos**, assim, pela Revolução dos Cravos ou pela Comuna de **Paris**, desejosos de terem “[esquecido] uma semente nalgum canto do jardim”.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 13 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, Elizabeth. **Comunicação Pública**. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 1998.

CABERA, Ana; MARTINS, Carla; CUNHA, Isabel Ferim. **A cobertura televisiva da pandemia da Covid-19 em Portugal**: um estudo exploratório. *Media & Jornalismo*, 2020.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 16 ed. São Paulo: Papi-rus, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3 e 4. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho, Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Patrícia M. **Desigualdade e desenvolvimento: o contributo de Portugal para a concretização dos ODS**. Plataforma Portuguesa das ONGD, 2019.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro. **Serviço Social na Educação básica: uma construção histórica para um tempo de muitos desafios**. FACCI, Marilda Gonçalves Dias; ANACHE, Alexandra Ayach; CALDAS, Roseli Fernandes Lins. (Orgs.). In: **Por que a Psicologia na Educação? Em defesa da emancipação humana no processo de escolarização**. v. 1. Curitiba: CRV, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARVEY, David. **A política anticapitalista na era da COVID-19**. Esquerda.net. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/david-harvey-politica-anticapitalista-na-era-do-Covid-19/66747>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

IASI, Mauro Luís. **Cinco Teses sobre a formação brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)**. *Serviço Social & Sociedade* 136. set.-dez. 2019. E-book disponível em: <<https://doi>.

org/10.1590/0101-6628.187>. Acesso em: 16 maio 2021.

LOPES, Felisbela. et al. **Covid-19: jornalistas assumem orientação dos cidadãos pela primeira vez em Portugal**. Aracaju: Revista Fontes Documentais. ed. Especial, v. 3, p. 183-191, 2020. Medinfor Vinte Vinte.

LUCE, Mathias S. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. **O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade**. (Orgs.). RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares e ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). In: **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Dênis. **Gramsci e as mutações do visível: comunicação e hegemonia no tempo presente**. In: **Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

NETTO, José. **Democracia e transição socialista - Escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução Fernando Correa Prado. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PERALTA, Susana; CARVALHO, Bruno P.; ESTEVES, Mariana. **Portugal, Balanço Social 2020: Um retrato do país e dos efeitos da pandemia**. Lisboa: Nova School of Business & Economics, 2020.

PÚBLICO. **RSI: a quem interessa uma sociedade desigual?** Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/06/26/sociedade/editorial/rsi-interessa-sociedade-desigual-1968101>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

RAMOS, Murilo César. **Comunicação, direitos sociais e políticas públicas.** MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. (Orgs.). In: **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.** São Bernardo do Campo: Unesp, 2005.

RAICHELES, Rachel D. **Desafios da gestão democrática das Políticas Sociais.** Caderno de Capacitação em Serviço Social e Política Social. módulo 3. Brasília: UnB, 2000.

RODRIGUES, Fernanda. **Novas políticas sociais novas:** entre “belas” e “senãos”. Locus SOCI@L, n. 1, p. 90-94, 2008.

SANTOS, Ana C.; REIS, José. **Portugal: uma semiperiferia reconfigurada.** In: **Portugal: um retrato ainda singular? 40 anos volvidos.** Coimbra: e-cadernos/CES, 2018.

SEGURANÇA SOCIAL. **Apoio Extraordinário ao Rendimento dos trabalhadores independentes.** Disponível em: <<https://www.seg-social.pt/apoio-extraordinario-ao-rendimento-do-trabalhador-independentes>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

TEIXEIRA, Pedro M. et al. **A comunicação do risco e envolvimento da comunidade na COVID-19 em Portugal.** Acta Médica Portuguesa, v. 34, n. 1, p. 1-2, 2021.

TOLOTTI, Gabrielle. **Coronavírus e o temeroso discurso do presidente.** Textos – Opiniões. Observatório da Comunicação Pública. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/3/1768/gabrielle-tolotti--coronavirus-e-o-temeroso-discurso-do-presidente>>. Acesso em: 24 set. 2021.

WEBER, Maria Helena. **Covid-19 na perversa narrativa presidencial.** Textos – Opiniões. Observatório da Comunicação Pública. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/0/1800/covid19-na-perversa-narrativa-presidencial>>. Acesso em: 24 set. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade:** de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes,

2011.

YAZBEK, Maria C. et al. **Revista Serviço Social & Sociedade e os 80 anos do Serviço Social brasileiro: a marca da renovação.** In: **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique.** PUF, Col. **Que sais-je?** Paris, 1995. Tradução Elizabeth Brandão. Impressão eletrônica, 2005.

Mujeres Campesinas cocinando por la vida en sus territorios

Newton Narciso Gomes Júnior
Laura Juanita del Pilar Rodriguez Ayala

Introducción

La alimentación tiene que ver con las relaciones sociales, económicas y culturales que se tejen en los territorios, esto es especialmente importante en las comunidades campesinas. Históricamente en el campo colombiano se ha privilegiado la acumulación y tenencia de tierras en pocas manos y con formas de producción latifundista, de monocultivo agroindustrial o de explotación de recursos naturales en detrimento de la ruralidad.

En el municipio de Nunchía en el departamento de Casanare, como en otros lugares del país, los saberes y practicas alimentarias desde el trabajo agrícola hasta la preparación culinaria de alimentos se han recreado a través de las manos de mujeres campesinas que resisten al deterioro de sus condiciones de vida.

En este escrito se analiza cómo los cambios en los últimos treinta años de las cocinas tradicionales de mujeres campesinas de Nunchía se relacionan con la garantía del derecho a la alimentación y el modelo de desarrollo rural en sus territorios. Sobre esto se encontró que con la agudización del modelo de desarrollo económico y rural neoliberal que se centra en el crecimiento del uso y tenencia de las tierras para la producción de monocultivos agroindustriales o para la explotación de petróleo en Casanare, hay un progresivo deterioro de la autonomía, soberanía y seguridad alimentaria y nutricional en los términos de esta comunidad campesina, esto se ve reflejado en los cambios en las cocinas tradicionales de estas mujeres y por lo tanto en las comidas que elaboran.

En el Plan Departamental de Seguridad Alimentaria y Nutricional “Bastimento” de Casanare y en el Plan Municipal de Seguri-

dad Alimentaria y Nutricional “El Mararay” de Nunchía, se retratan algunas de las dificultades alimentarias que enfrentan las comunidades campesinas y la población casanareña en general.

Estos planes abordan la seguridad alimentaria y nutricional haciendo especial énfasis en la condición de pobreza de las poblaciones y sus consecuencias para su alimentación. Aunque esta investigación contempla las dinámicas que se relacionan con la generación de la pobreza rural, no se centra en este análisis. Por el contrario, amplía la mirada para considerar que la alimentación es adecuada, cuando es acorde con las prácticas culturales, la estructura social, es nutritiva, combate el hambre y la pobreza, es sostenible con el medio ambiente y socialmente justa para la población. Es decir que el elemento central está en entender las múltiples condiciones que permiten la alimentación de estas mujeres en sus territorios.

Nunchía es considerado como un municipio con presencia histórica de campesinado, sobre todo de aquellos que se dedican a cultivar en las márgenes de los ríos o en las tierras fértiles del piedemonte y la montaña, así como a la cría de animales para pequeña producción. El municipio también es conocido por que en la sabana hay producción agroindustrial de arroz, ganadería extensiva en grandes propiedades, y recientemente ha servido para la expansión de la agroindustria de palma de aceite.

Con base en las dinámicas de este territorio, en este escrito se aborda de forma general la historia de vida de tres mujeres campesinas en relación con las dinámicas sociales que han reconfigurado la ruralidad em Casanare, haciendo énfasis en los saberes y las prácticas alimentarias tradicionales que persisten y las que han cambiado a lo largo del tiempo. Así como los procesos que adelantan para garantizar el derecho a la alimentación de sus familias y comunidades ante la expansión de los extractivismos.

1. Cocinar el derecho a la alimentación

En Casanare más que estimularse la agricultura campesina, familiar y comunitaria (ACFC), la cual cuenta con su propia política pública desde el 2017, se ha apoyado la producción del campesinado dentro de un modelo de desarrollo agropecuario donde se privilegia

procesos orientados a la inserción de los campesinos a las cadenas productivas más rentables en el departamento, estos son los monocultivos de: arroz, palma de aceite y otros emergentes.

Esta perspectiva de “desarrollo rural” actual se enfoca principalmente en el fortalecimiento de la agricultura capitalista de monocultivos, pero también de la agricultura familiar capitalista, en los términos de Fernandes (2014), como fuente de generación de ganancias económicas como el principal fundamento para la disminución de la pobreza.

Aunque una renta justa para el campesinado es un factor importante para alcanzar el desarrollo rural, al enfocarse sólo en esto se deja de lado elementos importantes, como el mantenimiento y reproducción de formas de organización social y tradiciones culturales siempre dinámicas que dan vida a su economía campesina y a la agricultura campesina, familiar y comunitaria, con la cual se generan ingresos, pero además es relevante para la conservación de hábitos alimentarios transmitidos por generaciones y que son importantes en la construcción de la seguridad alimentaria y nutricional (GOMES y BORGES, 2010), así como del derecho a la alimentación adecuada en su totalidad.

Actualmente en Nunchía la generación de ganancias económicas por la expansión de la cadena productiva del arroz ha tenido como principales beneficiarios a una única familia, los Cala. En relación con los cultivos de palma de aceite en el municipio, estos tienen una historia más reciente, en la actualidad es un cultivo en expansión que ya existe en el municipio y que puede crecer potencialmente. De acuerdo con los datos del Sistema para la Planificación Rural Agropecuaria (SIPRA), este municipio tiene una área apta de 74.181 hectáreas que representan una aptitud del 67% del municipio, lo que puede generar cambios en los territorios e impactos en la población campesina similares a los generados con el cultivo agroindustrial de arroz.

La producción de arroz en la actualidad se concentra en la zona de sabana de Nunchía. Para llegar allá se debe pasar primero por el centro poblado de la Yopalosa, y seguir por la vía Marginal de la Selva hacia Arauca, a unos pocos kilómetros se ve una entrada a la derecha por una carretera completamente pavimentada y rodeada a los dos costados de cultivos de arroz y pasto, después de otros cuantos kilómetros se entra a la derecha por una vía sin pavimentar.

Durante los 20 minutos que hay desde ahí hasta una gran torre de energía eléctrica se ven cultivos de arroz que se extienden hacia el horizonte a los dos lados de la vía, también hay algunas zanjas donde se deposita el agua y que cuando están llenas algunos animales como patos, garzas y diversos pájaros aprovechan. Los únicos vehículos que se ven en esta carretera son los tractores y máquinas para trabajar en los cultivos de arroz, se alcanzan a ver algunas casas aisladas, que parecen ser fincas donde descansan los trabajadores. Finalmente, al llevar a esa torre de energía al costado derecho se entra a un conjunto de casas pequeñas con patios grandes uno al lado del otro, que conforman la vereda Corea, al final de esta calle de arena y piedras está la finca de Blanca, donde vive con su esposo y al lado tienen sus casas dos de sus hijos.

Esta experiencia llegando a Corea me ayuda a entender a Blanca una de las mujeres campesinas que hace parte de la investigación, cuando comenta que la vereda está rodeada por la producción de arroz que es propiedad de los hermanos Cala, hijos de Helí Cala, quien fue gobernador de Casanare por un breve periodo de tiempo en 2005. Esta familia de arroceros con grandes extensiones de tierras privadas en Nunchía también dedica parte de sus propiedades para la ganadería.

Al lado de la vega del río Tocaría donde las familias de la vereda cultivan colectivamente en varias hectáreas de tierras fértiles y bajas, Blanca comenta que también hay propiedades de la familia Cala, dedicadas a la ganadería y a algunos cultivos de yuca y plátano. El lugar de cultivo comunitario es llamado por la población como “playa baja”, aquí la mayoría de las personas o familias de la vereda tienen un pedazo de tierra donde cultivan, arriendan o intercambian con sus vecinos para sembrar alimentos para el autoconsumo. En época de lluvias esta vega se inunda y ahí han perdido varios cultivos de arroz “ecológico”¹ porque el agua los cubre completamente.

Estas tierras de uso colectivo hacen parte de una estrategia de la comunidad de la vereda para hacer frente al agotamiento de los suelos y de lo poco que consiguen sembrar en sus lotes, por la expansión del uso permanente de agrotóxicos en los cultivos de arroz de

¹ Aquí se usa esta expresión para diferenciar este tipo de cultivo del agroindustrial donde se utilizan químicos tóxicos y sintéticos como fertilizantes, insecticidas o fumigantes para mejorar la producción. Esto no quiere decir que sean productos certificados como ecológicos.

estos grandes propietarios e incluso de algunos pequeños y medianos productores campesinos que entran en esta lógica de producción agrícola.

En este contexto se hacen evidentes ciertas contradicciones y es que si bien el aumento de la producción de cultivos permanentes como la palma de aceite, de acuerdo con el PNUD (2011, p. 77) es favorable por la generación de “mayor estabilidad en el crecimiento del sector [agropecuario] y la generación de empleos permanentes con acceso a seguridad social y otros beneficios”, y los cultivos transitorios como el arroz tecnificado de la agroindustria generan las mayores cosechas para suplir la canasta alimentaria a nivel nacional, ayudando a la garantía de la seguridad alimentaria de la población (desde la perspectiva oficial), las circunstancias que han rodeado este tipo de producciones pasan por la compra masiva de tierras, la contaminación de las fuentes hídricas y el desgaste del suelo que de por sí es poco fértil en las sabanas de Casanare.

Lo anterior impacta negativamente en el mantenimiento y reproducción de la agricultura campesina de la pequeña y mediana propiedad, generando mayor dependencia en las familias campesinas de la renta que deja el trabajo en estos cultivos, especialmente en el sistema agroindustrial de los grandes propietarios.

Sobre la generación de empleo en la agroindustria de arroz en la parte plana de Nunchía, Blanca comenta que personas como su esposo tienen poco trabajo en la producción de arroz de la familia Cala, porque quienes trabajan en este tipo de producción son en su mayor parte jóvenes y unos pocos adultos. Esta familia siembra el arroz con máquinas que aran; sin embargo, también pagan a algunos campesinos en las épocas de lluvia cuando el trabajo con maquinaria se hace difícil.

El trabajo en los cultivos de arroz de los pequeños y medianos productores es diferente en varios aspectos, aunque para algunos campesinos es común el uso de agrotóxicos, en la producción de los pequeños productores es casi inexistente, además quienes más trabajan son personas de menor edad y gran parte de los adultos. Sus jornadas son de 2 o 3 días seguidos desde las tres de la mañana hasta las once del día, después almuerzan, descansan y se van a otra finca, rotándose de “conuco” en “conuco”², con cultivos que involu-

2 Este es el espacio de la finca en los llanos donde se cultivan diversos alimentos, en las siguientes páginas se va a hablar más al respecto.

cran otras siembras además del arroz. Los dos tipos de producción tienen en común el trabajo generado a las mujeres campesinas como “alimentadoras”.

Por ejemplo, Blanca trabajó por cerca de diez años alimentando obreros que laboraban en la finca de su padre, la cual era arrendada para el cultivo de arroz, como su papá era el propietario de la finca, él definía que Blanca trabajara en esta labor.

La “alimentadora” como es conocida popularmente la mujer campesina que se encarga de hacer las comidas del día para los trabajadores en los cultivos de arroz, recibe una remuneración por su trabajo, pero debajo de la remuneración que las recibe los hombres. Mientras Blanca estuvo trabajando como alimentadora recibía una retribución económica que estuvo asegurada tanto por la condición que puso su padre a los arrendadores como por la calidad de la comida y el equilibrio entre la inversión y las ganancias que debía hacer.

Cuando esta labor de alimentar se da en el núcleo familiar no hay retribución económica, en sus fincas estas mujeres al mismo tiempo que siembran y cosechan en el conuco junto a su familia, están encargadas de preparar las comidas para todos y para las personas que estén trabajando como obreros o en el intercambio de trabajo entre campesinos en el “cambio de mano”.

En este sentido, en ellas se ha colocado el papel como reproductoras de la vida a través del cuidado, la preparación de comida y en general haciendo parte de todas las actividades que involucran la alimentación del hogar. Al respecto Castaño (2015), Gomes y Ramos (2013), Acevedo-Osorio y Martínez-Collazos (2016) y Jaramillo et al. (2014) destacan el papel fundamental de las mujeres en el sostenimiento de la agricultura campesina, familiar y comunitaria.

En Nunchía las mujeres campesinas se encargan de la siembra, del cuidado del cultivo, de la alimentación de los trabajadores, de la familia, y las labores de mantenimiento del hogar, como el aseo, velar por la educación de sus hijos e hijas, la generación permanente de ingresos, la reproducción de saberes y prácticas en torno a la alimentación, también se encargan de una parte de la producción para comercialización y de todo lo que comprende la economía del cuidado o el trabajo no remunerado en el hogar.

El cambio en las formas de producción en el campo colombiano se explica por los procesos de modernización que vienen desde mediados del siglo XX y que se van a acentuar con la apertura

económica de los 90', donde se buscó transformar el campo de un sistema de agricultura campesina como fuente de subsistencia y de comercialización por un sistema de producción netamente enfocado en la inserción al mercado.

Para garantizar esto desde entonces y en la actualidad el arroz que se siembra en la agroindustria es de semillas certificadas que son manipuladas genéticamente para aumentar su rendimiento. Estas semillas también son dadas por las instituciones del estado en los proyectos de unidades productivas para este cultivo y otros.

Así se gesta un sofocamiento progresivo donde se pierden y transforman los procesos que involucran la obtención e intercambio de semillas nativas o criollas de arroz y de otros alimentos, práctica que las mujeres campesinas de Nunchía aún realizan con unas pocas semillas que guardan para reproducir sus cultivos después de la época seca. Estas actividades se han hecho desde hace décadas entre el campesinado que cultiva en las márgenes de los ríos de las planicies aluviales de Nunchía y en el piedemonte llanero.

Las consecuencias de la adopción de las prácticas asociadas a la tecnificación del campo como el uso de agrotóxicos se ven en los relatos de Blanca sobre su historia. Después de trabajar diez años en la finca de su papá, Blanca compra su propia finca junto a su esposo y comienza a trabajar en la agricultura, aunque la finca del papá siguió produciendo arroz bajo ese sistema de arriendo Blanca comenta que hacia allá “es muerto” hoy en día, por eso ella prefirió comprar en otro lugar, para cultivar alimentos diversos en su conuco.

Aunque han tenido buenas cosechas de arroz en su finca y en el cultivo comunitario también en varias ocasiones con las inundaciones ha perdido su producción, a pesar de esto, Blanca cree firmemente en que cultivar “es muy bonito, porque si uno de campesino no cultiva la tierra, anda en cero” (comunicación personal, 20 de marzo de 2020). Para garantizar la producción de alimentos de autoconsumo y para la venta, Blanca y su esposo cultivan en su conuco que tiene un área de 3 a 4 hectáreas. Ella roza, quema y ahí siembra: maíz, plátano, yuca, malanga y arroz, todo es producido sin fertilizantes químicos o agrotóxicos.

Aunque esta siembra de alimentos tradicionales persiste, hace algunos años Eulalia y su familia sembraban aún más cantidades de alimento en su finca para el autoconsumo y para obtener algunos

ingredientes para sus preparaciones culinarias para la venta, actualmente ante los cambios en el sistema culinario se han perdido algunas prácticas de la agricultura campesina.

Ante este panorama, una de las estrategias que han empleado las mujeres campesinas para subsistir, mejorar su calidad de vida y permanecer en su territorio es la diversificación de sus actividades laborales, la principal es el trabajo permanente con la elaboración de comidas tradicionales o gastronomía típica de Nunchía. Otra de las actividades a las que se dedican es la costura y modistería, aunque esta labor no deja muchas ganancias porque cada vez que van al pueblo tiene que invertir en transporte y almuerzo.

Las mujeres campesinas relatadas en nuestra investigación no contemplan la idea de dejar su finca, ni su trabajo en las comidas y con la agricultura campesina. Ven el trabajo en modistería en el pueblo como una forma de ocupar su tiempo porque en ese momento no tienen animales para producir en sus fincas, y las ganancias de la costura les ayuda a pagar una parte de las deudas que tienen con los bancos por los préstamos.

La sostenibilidad de la producción agrícola para estas mujeres ha sido un reto que han sabido librar con las estrategias que han creado. Por ejemplo, ellas generalmente sacan créditos con el Banco Agrario y otras instituciones para invertir en la producción de gallinas de engorde y ponedoras, de esta forma adquieren el dinero necesario para empezar, incluso sí eso le implica al final pagar mucho más, debido a los intereses bancarios.

Estas mujeres campesinas de Nunchía han incursionado junto a sus familias en la producción especializada de arroz y en las especies menores como las gallinas, pollos y pescado. Este cambio hacia la especialización de la producción ha generado que se dejen de sembrar otros alimentos que se cultivaban. Sin embargo, las mujeres campesinas han persistido en el cultivo de algunos alimentos para el autoconsumo y para uso en la preparación de comidas tradicionales para la venta, lo que ha llevado a la preservación de saberes y prácticas alimentarias de producción, preparación culinaria y consumo al interior de sus comunidades y del conjunto de la sociedad casanareña.

A lo largo de los años han sido las mujeres campesinas las que se han preocupado por preservar el cultivo de algunos alimentos y el

cuidado de animales en sus casas y fincas, como cada vez es menor la siembra familiar de estos alimentos, ha crecido la compra local de algunos de estos a vecinos de la misma vereda. Creciendo con ello la dependencia de las compras en el supermercado, sobre todo de alimentos que no se cultivan o que son más baratos en estos lugares.

La mayor rentabilidad económica del trabajo con las comidas tradicionales ha hecho que las actividades de agricultura familiar en las que están envueltas las mujeres campesinas y sus familias se transformen, no necesariamente porque se haya reemplazado la producción agrícola por otra actividad, cambiando las formas de relacionarse con la tierra, sino porque han encontrado otras formas de valorizar la agricultura campesina, usando los alimentos que siembran o compran localmente para la elaboración de estas comidas.

Como se advierte, el trabajo con las cocinas tradicionales es interdependiente a las actividades agrícolas de las familias campesinas y hace parte de la agricultura familiar, si entendemos que esta no hace referencia sólo a la producción agrícola, sino que son “los diferentes medios de vida que emplean las familias y comunidades rurales para satisfacer sus necesidades, generar ingresos, y construir territorios [...]” (COLOMBIA, 2017, p. 13).

Algunas de las actividades agrícolas de que se vale la cocina tradicional son: la cría de gallinas ponedoras o de engorde, pollos, pescados, el cultivo de ciertas especies de maíz, de plátano, yuca, frijol, topocho, verduras y hierbas como el cilantro cimarrón ya que son necesarias para dar el gusto característico de las preparaciones culinarias.

Si bien estas mujeres no pueden sembrar de forma permanente estos alimentos, la producción propia de los mismos es vista como una mejor opción por el sabor que dan a las comidas, así como por la facilidad y la calidad que dan a sus preparaciones e incluso por el ahorro económico. Esta es una de las razones por las que cultivan lo que pueden o compran a vecinos y vecinas la leche, los quesos, el maíz y las hojas de plátano que necesitan.

De aquí se desprende que la continuidad de la producción agrícola viene no sólo de un raciocinio económico sino de una perspectiva frente a la comida y la alimentación que considera la rentabilidad, pero también valoriza la tradición alimentaria, el sabor culinario, la calidad del alimento y la producción local sostenida a través de redes de apoyo.

Es así que las mujeres campesinas han empleado estrategias laborales alternas a la producción agrícola para la venta, revalorizando el alimento por medio de la gastronomía típica y su consumo cotidiano. Pero también se han apoyado para su sostenimiento en el trabajo con la producción agroindustrial de los grandes productores, de forma directa como “alimentadoras” en la agroindustria del arroz y de forma indirecta con el uso de productos alimenticios que compran en el supermercado para elaborar una parte de las comidas típicas.

Esta cocina tradicional no se refiere sólo a los alimentos, a la gastronomía o a las comidas típicas. Esta es un sistema de significación que hace parte de otros sistemas sociales (ESCOBAR, 2014, p. 11). Sus significados se expresan en los espacios, saberes y prácticas culinarias y alimentarias que la componen. Además, al hacer parte de otros sistemas sociales como del sistema agroalimentario, integra y expresa la acción de varios aspectos de la vida social tales como: “la agricultura, la dieta, los mercados tradicionales, las formas de conservar los alimentos, las tradiciones, los procedimientos desde las viejas tecnologías hasta las innovaciones más recientes” (Padilla, citado en MELÉNDEZ y CAÑEZ, 2010, p. 186).

Igualmente, las cocinas tradicionales en tanto sistema social de significados dan cuenta de un mundo cultural, de la construcción y expresión de una cultura culinaria, de acuerdo con el Ministerio de Cultura (2012, p. 21) “la cocina tradicional es un hecho cultural, una tradición viva que se transmite entre generaciones. Son conocimientos, prácticas y tradiciones cotidianas que se recrean constantemente, de manera presencial, por la experiencia y mediante la comunicación oral”.

Como las cocinas tradicionales están directamente relacionadas con la historia culinaria de cada persona y con formas de producción de alimentos, comercialización, acceso, consumo, con saberes y prácticas culturales, con la construcción de territorio y con procesos que contribuyen al bienestar vital y para el desarrollo social, se entiende que están estrechamente vinculadas con la garantía de la soberanía alimentaria y con la seguridad alimentaria y nutricional de estas mujeres. Dimensiones que se constituyen como propuestas diferentes pero encaminadas hacia la garantía del derecho a la alimentación adecuada en comunidades campesinas, así como de la sociedad en su conjunto.

El derecho a la alimentación aparece por primera vez integrado en la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948, pero es en el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC) de 1976 que de acuerdo con Carrasco (2008) aparece el término “derecho a una alimentación adecuada”, en este pacto se enuncia que:

El derecho a una alimentación adecuada se realiza cuando cada hombre, mujer y niño, solos o en comunidad con otros, tienen acceso físico y económico, en todo momento, a la alimentación adecuada o a medios para obtenerla...también indica que los elementos constitutivos del derecho a la alimentación son: alimentación suficiente, adecuada, sostenible, inocua, con respeto a las culturas, disponible, y accesible económica y físicamente. (p. 25).

Aunque las mujeres campesinas de Nunchía no hablan explícitamente de la defensa del derecho a la alimentación o de la seguridad alimentaria y nutricional, ni de soberanía o autonomía alimentaria, incluso conociendo algunas de estas ideas por proyectos de instituciones no gubernamentales y estatales, las formas de entender y practicar su alimentación a través de sus cocinas para el autoconsumo o la venta, da cuenta de procesos orientados a crear y preservar condiciones necesarias para alcanzar su derecho a una alimentación adecuada.

Las primeras aproximaciones que tuvieron las mujeres campesinas de Nunchía a las ideas y proyectos en torno al derecho a la alimentación, los recibieron a través de una serie de proyectos de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) dirigidos a comunidades campesinas, liderados por una agrónoma y a través de organizaciones autónomas como la Fundación Mata de Monte, la Red de Mujeres de Casanare y de instituciones del estado departamental o nacional.

Para comprender los diferentes elementos que componen la cocina tradicional, el Ministerio de Cultura (2012) propone una estructura del sistema culinario. Esta estructura muestra la relación de la cocina tradicional con el derecho a la alimentación. Este sistema comparte con la SAN dimensiones básicas constitutivas para su realización, tales como la valoración, acceso y consumo de alimentos que pasa por la preparación de comida con métodos en su mayoría

manuales. En este sentido se propone que el impacto negativo para la SAN de una comunidad campesina afecta también el sistema de sus cocinas, de la misma forma que los cambios en las cocinas tradicionales dan cuenta de transformaciones en su derecho a la alimentación.

En Nunchía la mayor parte de la comida para el consumo diario de hace treinta años se componía de alimentos cultivados u obtenidos de los animales de la propia finca o de sus vecinos, contrario a lo que pasa actualmente una vez que la mayoría no produce más su comida sino que la compran de otros campesinos o en los supermercados.

Ahora las nuevas formas de trabajar en el campo han generado cambios en las cocinas de estas mujeres sobre todo en cuanto a la duración e intensidad de los tiempos para cocinar, los cuales son cada vez más cortos, esto ha llevado a que muchas veces reemplacen alimentos para hacer más rápido y fácil el proceso. En la actualidad, es común encontrar que la mayoría parte del tiempo estas mujeres cocineras compran, por facilidad, el maíz para hacer la chicha del “guarruz” a sus vecinos. Aunque la compra de la harina de maíz es la práctica común, algunas de estas mujeres campesinas han procurado sembrar en su finca y en el lote donde tienen su casa, los diferentes tipos de maíz ya que tienen diferente uso.

Estos cambios dan cuenta del estrechamiento de la amplia diversidad de alimentos que estaban disponibles para estas mujeres y que al dejar de producirlos no tienen forma de acceder a ellos fácilmente. Este cambio en la disponibilidad, acceso y consumo de alimentos afecta directamente el derecho a la alimentación adecuada de estas mujeres, en la medida en que, a pesar de tener una oferta permanente de comida en los supermercados de los centros poblados cercanos a sus casas, la dependencia de un único medio de acceso y producción de la comida es mayor, así como el desgaste de sus prácticas alimentarias y su cultura gastronómica basada en la agricultura campesina.

De esta manera, las cocinas tradicionales están en continua relación con el medio ambiente y la producción de alimentos, de acuerdo con Harris (2005, citado en Albán, 2007) “las grandes diferencias entre las cocinas del mundo pueden hacerse remontar a limitaciones y oportunidades ecológicas que difieren según las regiones”.

Siguiendo el análisis de Albán (2007) estas diferencias y particularidades además de determinadas por el entorno físico, también lo son por el contexto social y cultural que ante ecosistemas similares crean diferentes posibilidades de relacionarse con la tierra, de organizar el trabajo, de usar los alimentos en la elaboración culinaria y de consumirlos.

El trabajo de las mujeres campesinas en las cocinas tradicionales y con las comidas típicas nunchianas ha generado procesos colectivos de organización como la Asociación de la Plaza Campesina de Nunchía y la Asociación de Gastronomía con Sabor a Llano. Estas apuestas organizativas comunitarias están afianzando saberes, sabores y prácticas alimentarias, desde el consumo hasta la producción de alimentos para el uso como ingredientes básicos. De esta forma le dan un sentido al comer y a la alimentación que va más allá de ser una necesidad biológica básica, como plantea Fischler (1995) “La alimentación es, en efecto, una función biológica vital y al mismo tiempo una función social esencial... el hombre se nutre también de lo imaginario, de que sus alimentos no sólo nutren, sino que también significan” (párr. 20).

En este sentido, la alimentación desde las cocinas tradicionales de estas mujeres campesinas también tienen la función de ser un vínculo social para la construcción de su territorio y sociedad, de acuerdo con las prácticas y saberes alimentarios que han cultivado por generaciones en sus comunidades, que van desde la producción limpia de alimentos saludables, con formas de trabajo colectivo más justas, de comercialización en mercados locales o desde sus casas, hasta formas de cocinar, comer y reunirse alrededor de la mesa.

Como se ha visto hasta ahora, los cambios en las cocinas tradicionales dan cuenta de un deterioro del derecho a una alimentación adecuada para esta comunidad campesina. El cual está directamente relacionado con el cambio en los sistemas de producción a nivel nacional, departamental y municipal, en el uso y tenencia de la tierra, en la reconfiguración territorial, así como con la creciente dependencia de la compra de los alimentos en los supermercados para las comidas diarias y para elaborar la gastronomía típica, con la transformación de los tiempos para cocinar o de lo que se come, es decir con los cambios en la disponibilidad, acceso, calidad y consumo de alimentos.

Sobre estos elementos los debates en torno a la seguridad alimentaria y nutricional ayudan a comprender que la vulneración del derecho a la alimentación no sólo hace referencia a la profundización del hambre y la pobreza como base, sino también a la precarización de la calidad de la alimentación, es decir la situación donde cada vez tiende a ser más difícil para estas mujeres obtener su comida de acuerdo con las formas de producción campesina y de vida en el campo, porque es insostenible y empobrecedor bajo el sistema económico y de “desarrollo rural” estatal en Colombia. Siguiendo las ideas de Gomes y Aly Junior (2015) tanto en las ciudades como en el campo:

Nuestras relaciones con los alimentos se han convertido en una convivencia arriesgada. La larga trayectoria de la especie humana que permitió que nuestros organismos pudieran procesar alimentos más diversos, que permitió que los seres humanos pudieran comer prácticamente todo lo que la naturaleza ofrece está siendo perdida. (Pollan, citado en GOMES y ALY JUNIOR, 2015, p. 311) [Traducción propia].

Tal como lo deja en evidencia nuestra investigación, la seguridad alimentaria y nutricional de las mujeres campesinas de Nunchía y sus familias se ha visto afectada por las fumigaciones al arroz que hacen los grandes productores en las sabanas, porque al fumigar con avión el agrotóxico que cae sobre su terreno o cerca, ha secado las plantas de yuca así como de patilla y frutales. Aunque el análisis de las dimensiones de calidad, inocuidad y aprovechamiento biológico de la SAN desborda el objetivo de esta investigación, se considera como un elemento importante para futuras investigaciones interdisciplinarias que permitan evidenciar hasta qué punto los agrotóxicos y el consumo de sustancias procesadas han afectado la salud de las personas en la ruralidad.

Al respecto del tipo de alimentación desde la producción hasta su consumo, propuestas como las de la Vía Campesina y movimientos sociales rurales ponen mayor énfasis en cuestiones que también había planteado la FAO para la SAN desde su origen, pero que perdieron protagonismo en los Estados que adoptaron el sistema económico neoliberal dependiente de importaciones y con formas de explotación agropecuaria enfocadas en la producción agroindustrial

de monocultivos bajo tecnologías para el mejoramiento productivo y genético heredadas de la revolución verde, y orientadas tanto al abastecimiento interno como para la exportación como *commodities*.

Estos elementos en común permiten ver que aunque en principio la soberanía alimentaria y seguridad alimentaria y nutricional parecen conceptos lejanos, una mirada completa sobre sus planteamientos permite ver que no son excluyentes en términos conceptuales, y si bien son diferentes no compiten entre sí. A pesar de que el concepto de seguridad alimentaria y nutricional ha sido empleado en muchas ocasiones para justificar el agronegocio o el tipo de producción agroindustrial, argumentando la urgencia de aplacar el hambre, la SAN desde su origen es definida bajo ciertas condiciones necesarias para alcanzar su función, como la de ser una alimentación adecuado, requisito que no necesariamente se cumple en sociedades con sistemas agroindustriales de producción o en la agroindustria alimentaria. En este sentido, como lo plantean Gomes y Aly Junior (2015) desde 1996:

La idea de seguridad alimentaria desbordó los límites del acceso regular y permanente a los alimentos extendiéndose para la garantía del acceso a alimentos saludables y seguros, como resultado de procesos de producción ecológicamente responsables. Agrega, además, la asociación de la SAN con la preservación de prácticas alimentares, culturas y tradiciones gastronómicas de los pueblos. (p. 316) [Traducción propia].

En la práctica de los gobiernos estatales ha sido común asociar el concepto de seguridad alimentaria y nutricional con la producción agroindustrial de alimento y materias primas. Por ejemplo el discurso de los planes de desarrollo y de los grandes gremios productores plantea que es necesario preservar o garantizar la producción de cultivos agroindustriales como el arroz porque son la base de la canasta alimentaria de las familias colombianas, es ahí donde la cuestión pasa por preguntarse qué tipo de arroz se está cultivando, la calidad del mismo y su impacto social, en la salud y en general en la garantía del derecho a una alimentación adecuada de personas en el campo y en las ciudades.

En este sentido, si la perspectiva sobre la seguridad alimentaria y nutricional es coherente con su papel como condición para la

garantía del derecho a la alimentación adecuada, esta debe pasar por repensar el sistema de producción nacional, generando condiciones para el estímulo a la producción campesina que históricamente ha empleado una *producción ecológica* y ha generado procesos en torno a la agroecología desde prácticas y saberes propios, con esto se fortalece la persistencia del campesinado en el campo colombiano y se apoya los fundamentos que contribuyen a garantizar sus derechos y sus cocinas, como lo plantea el PNUD (2011):

El país no debe descuidar cultivos transitorios de importancia en su canasta alimentaria como maíz, arroz, frijol, hortalizas, y algunos frutales y tubérculos. La seguridad alimentaria es un asunto de conveniencia nacional que merece tenerse en cuenta en los estímulos a la producción nacional, y que además fortalece la pequeña y la mediana propiedad. (p. 77).

Ante la importancia de la producción campesina en el marco del derecho a la alimentación y frente a la distorsión en el uso de la SAN, la soberanía alimentaria se constituye en una propuesta política y conceptual que busca romper con las formas de producción del agronegocio y la agroindustria, centrándose en la producción, distribución y consumo con base en las actividades de pequeños y medianos campesinos y campesinas.

Relacionado con lo anterior a través de la soberanía alimentaria se propone la necesidad de la reforma agraria y de “la producción, la distribución y el consumo ecológicamente adecuados, la justicia socioeconómica y los sistemas de alimentos locales como medios de combatir el hambre y la pobreza, garantizando la seguridad alimentaria sostenible para todas las personas” (Comunicado de Nyéléni n.º 13, 2007, citado en European Coordination Via Campesina, 2018, p. 8).

Aunque se han construido varias definiciones a lo largo de los años desde 1996 cuando se formuló la primera, donde se hacía especial énfasis en la necesidad de controlar la producción de alimentos a nivel nacional, ya en 2001 en el marco del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria se plantea una definición más integral según la cual, de acuerdo con Carrasco (2008):

Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el

derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental (p. 16).

Con estas ideas se enriquece la propuesta al no enfocarla exclusivamente a la producción, desarrollando elementos que son igual de importantes, como la distribución y consumo de alimentos, la garantía de condiciones sociales, ambientales y nutricionales relacionadas con las formas de vivir y producir de los pequeños y medianos campesinos, donde las mujeres cumplen un papel fundamental en el sostenimiento de la familia y la producción, así como con la agroecología, la agricultura sostenible y la comercialización local fuera de la lógica del mercado capitalista.

Desde esta perspectiva de la soberanía alimentaria “sacamos los alimentos de una visión esencialmente mercantilista, vistos sólo como materias primas, y los reintegramos en contextos sociales, ecológicos, culturales y locales como fuentes de nutrición, subsistencia, significado y relaciones” (Comunicado de Nyéléni n.º 30, 2007, citado en European Coordination Via Campesina, 2018, p. 7).

Bajo ese marco, tanto la seguridad alimentaria y nutricional como la soberanía alimentaria vistas desde el derecho a una alimentación adecuada son propuestas semejantes, aunque en la práctica la soberanía alimentaria viene a reivindicar elementos que se dejan de lado ante las medidas que ponen énfasis en reducir la SAN a la garantía al acceso a alimentos suficientes que pueden ser producto de la agroindustria o incluso de la industria alimentaria por medio de la compra en supermercados o de paquetes nutricionales.

A pesar de estas limitaciones prácticas, algunas ideas consignadas en las políticas sobre la SAN sí desarrollan más extensamente debates que descuidan las propuestas acerca de la soberanía alimentaria. Siguiendo las ideas de Gomes y Aly Junior (2015) estos tienen que ver con el sistema de abastecimiento, el precio de los alimentos, la educación alimentaria y nutricional, así como la información y publicidad alimentaria relacionada con *la manipulación del imaginario social* que de acuerdo con estos autores es producido por la ciencia como aliada de la agroindustria y la industria alimentaria al servicio del mercado para el lucro.

Poniendo mayor énfasis en unas cuestiones o en otras tanto la SAN como la soberanía y la autonomía alimentarias consideran necesario garantizar la producción, disponibilidad, acceso, consumo, inocuidad y aprovechamiento biológico de alimentos nutritivos, variados, seguros y adecuados.

Siguiendo la perspectiva del Observatorio de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (OBSSAN, 2019) se considera que el derecho a la alimentación tiene tres escalas para materializar progresivamente su garantía, esto no implica que este derecho se cumpla de manera secuencial o fragmentada, por el contrario, el derecho a la alimentación se alcanza cuando todas las escalas se garantizan plenamente. Estas tres escalas son la Seguridad Alimentaria y Nutricional, Autonomía Alimentaria y Soberanía Alimentaria, que como se vio son definidas al mismo tiempo como derechos tanto de personas como de comunidades y países.

Desde esta perspectiva se entiende que la precarización de las condiciones de vida del campesinado en Casanare y en Nunchía además de estar relacionada con la profundización de la pobreza también tiene que ver con el deterioro de la calidad de las formas de vivir en los espacios rurales, de relacionarse con la tierra, de producir alimentos para sostener la vida en los propios términos, de ser autónomos para construir sus formas de alimentarse sin tener la premura permanente de conseguir medios para costear necesidades básicas que son también derechos y deben ser garantizados por el estado en todos sus niveles.

Frente a estas condiciones el trabajo de las mujeres campesinas tanto en sus hogares con la economía del cuidado y trabajo doméstico, como con su trabajo en el cultivo del conuco, en la huerta de las verduras y hierbas, en la cría de especies menores, el trabajo de preparación de las comidas típicas para la venta y la acción organizada en asociaciones de gastronomía, son la base de la soberanía alimentaria y seguridad alimentaria y nutricional de las familias campesinas de Nunchía. Ellas son las que encarnan, le dan sustento, forma y garantía al derecho a una alimentación adecuada, como plantean Gomes y Ramos (2013) “las mujeres pueden, por lo tanto, ser vistas como sujetos de la soberanía alimentaria, sea por el interés en promover nuevas formas de organización social en el medio rural, sea por el de garantizar el consumo familiar tradicionalmente atribuido a ellas” (p. 397).

De igual forma si partimos de las ideas propuestas por los investigadores del OBSSAN y por autores como Gomes y Aly Junior (2015), donde se destaca la importancia de volver a la concepción original de la SAN consignada en 1996 en la Cumbre Mundial de Alimentación organizada por la FAO, se puede afirmar que las mujeres campesinas de Nunchía también son sujetos de Seguridad Alimentaria y Nutricional. En suma, son mujeres campesinas que han resistido y se han adaptado a la agudización de un modelo de “desarrollo rural” que no está en congruencia con sus derechos.

Referencias

ACEVEDO-OSORIO, A. y MARTÍNEZ-COLLAZOS, J. **La agricultura familiar en Colombia: estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz.** Bogotá: Fondo Editorial Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, Corporación Universitaria Minuto de Dios, Agrosolidaria, 2016.

ALBÁN, A. **Tiempos de zango y de guampín: transformaciones gastronómicas, territorialidad y re-existencia socio-cultural en comunidades Afro-descendientes de los valles interandinos del Patía (sur de Colombia) y Chota (norte del Ecuador), siglo XX** [Tesis de doctorado sin editar]. Popayán: Universidad del Cauca, 2001.

CARRASCO, H. **Soberanía alimentaria: La libertad de elegir para asegurar nuestra alimentación.** Lima: Soluciones Prácticas – ITDG, 2008.

CASTAÑO, T. **Las mujeres campesinas: su gran aporte a la agricultura familiar y la economía productiva.** Convenio entre el Ministerio de Salud y Protección Social Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Colombia: FAO, 2015.

COLOMBIA. Resolución 464 de 2017. **Por la cual se adoptan los Lineamientos estratégicos de política pública para la Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria.** 2017.

ESCOBAR, J. **Tensionando la vieja cocina.** Cuerpo(s) y resistencia(s) en las prácticas alimentarias de los cocineros tradicionales de Tuluá, Colombia. La Plata: Universidad Nacional de la Plata. Facul-

tad de Ciencias Humanas y Ciencias de la Educación, 2014.

EUROPEAN COORDINATION VIA CAMPESINA. **¡Soberanía alimentaria ya! Una guía por la soberanía alimentaria.** Publicada por la Coordinación Europea Vía Campesina en el marco de la campaña *Hands on the land*. 2018.

FAO. **Cumbre Mundial de Alimentación.** 1996. Recuperado de: <<http://www.fao.org/3/w2612s/w2612s06.htm>>.

FERNANDES, B. **Cuando la agricultura familiar es campesina.** En Hidalgo, F.; Houtart, F. y Lizárraga, P. (Eds.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos.** Quito: Editorial IAEN, 2014.

FISCHLER, C. **Gastro-nomía y gastro-anomíasabiduría del cuerpo y crisis biocultural de la alimentación contemporánea.** En: Contreras, J. (Coord.). **Alimentación y cultura: necesidades, gustos y costumbres.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 1995.

GOMES JR, N. y ALY JUNIOR, O. **Soberania alimentar e agronegócio: notas além da porteira.** v. 18, n. 2. Retratos de Assentamentos, 2015.

GOMES JR, N. y BORGES, F. A. **Agricultura Familiar e a construção da Segurança Alimentar e Nutricional: a multifuncionalidade como fator de resistência à insegurança alimentar.** Brasília: FAV/UnB, 2010.

GOMES JR, N. y RAMOS, E. **Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar.** Textos & Contextos. 12 (2). Porto Alegre, 2013.

JARAMILLO, P. et al. **Generando caminos de encuentro. Primer Capítulo. Semillero de Investigación en Desarrollo Rural (SINDER).** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014.

MELÉNDEZ, J. y CAÑEZ, G. **La cocina tradicional regional como un elemento de identidad y desarrollo local. El caso de San Pedro El Saucito.** Sonora, México. 2010.

MINISTERIO DE CULTURA. **Política para el conocimiento, la salvaguardia y el fomento de la alimentación y las cocinas tradicionales de Colombia.** Bogotá: Dirección de Patrimonio, 2012.

OBSSAN. Modulo I. Proceso de Fortalecimiento de Capacidades Territoriales. Documento de contenido. 2019.

PNUD. **Colombia Rural** - Razones para la esperanza. Informe Nacional de Desarrollo Humano. Bogotá: INDH PNUD, 2011.

Sobre os autores e as autoras

Adalene Moreira Silva - Doutora em Geologia e Docente do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB). ORCID: 000-0001-6290-2374. E-mail: adalene@unb.br.

Adriana Rosa Clemente - Assistente Social, Especialista em Políticas Sociais e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires - UBA. Professora concursada do Curso de Serviço Social da UBA. Pesquisadora do Centro de Estudos da Cidade, da Faculdade de Ciências Sociais da UBA. ORCID: 0000-0002-0427. E-mail: adrirclemente@gmail.com.

Annamaria Campanini - Assistente Social. Doutora em Sociologia, Teoria e Metodologia do Serviço Social pela Universidade de Trieste (Itália). Docente do Departamento de Sociologia e Pesquisa Social da Universidade de Milão Bicocca (Itália). Presidente da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW/AIETS) durante dois mandatos (2016-2020 e 2020-2024). ORCID: 0000-0002-1726-8690. E-mail: acampanini50@gmail.com.

Camila Potyara Pereira - Socióloga, doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da mesma Universidade. Líder do Grupo de Estudos Político-Sociais (POLITIZA/PPGPS/UnB) e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB). E-mail: camilapotyara@gmail.com

Esther Luíza de Souza Lemos - Assistente Social. Mestre em Serviço Social (PUCSP), Doutora em Serviço Social (UFRJ), Pós-Doutora (UnB). Professora efetiva da UNIOESTE - Campus de Toledo na

Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS - Mestrado desde sua criação em 2013. Participa do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social na UNIOESTE. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, na gestão “Tempo de Luta e Resistência” (2011 - 2014) e na gestão “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017). Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (2019 - 2020) na gestão “Resistir e avançar, na ousadia de lutar!”. Atualmente, coordena o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS - Mestrado, da UNIOESTE - Campus de Toledo. E-mail: estherlemos@gmail.com.

Evilasio da Silva Salvador - Economista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB (2003), doutor em Política Social pela UnB (2008) e pós-doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor na Universidade de Brasília (UnB) na Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado/Doutorado). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9474-374X>>. E-mail: evilasioss@unb.br.

Fabricia Cristina de Castro Maciel - Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UNESP). Mestre em Administração Pública - Gestão de Políticas Sociais (Escola de Governo de Minas Gerais-FJP). Docente no curso de Serviço Social da Universidade Lusófona/Porto. Consultora do Observatório Participativo do Serviço Social na Educação Básica do Conselho Federal de Serviço Social. Integrante do COMPASS – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social; TEDis - Grupo de Trabalho, Educação e Discriminação (UnB) e GEPESSE – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação (UNESP). E-mail: fabriciacm@gmail.com.

Fernanda Rodrigues - Assistente Social. Licenciada e doutora em Serviço Social (Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais), respectivamente, pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e licenciada em Sociologia pelo ISCTE. Docente na Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Ciências Humanas. Investigadora no CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativa. Presidente da Comissão Instaladora da Ordem dos Assistentes Sociais. E-mail: f_rodrigues@netcabo.pt.

Josep Burgaya - Historiador, doutor em História Contemporânea pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Professor Titular da Faculdade de Empresa e Comunicação da Universidade de Vic (UVIC-UCC), centro do qual atualmente é Decano. Em 2013, recebeu o Premio Joan Fuster de Ensayo. E-mail: josep.burgaya@uvic.cat.

Kênia Augusta Figueiredo - Assistente Social. Doutora em Comunicação (UnB). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais (UERJ). Docente do Departamento de Serviço Social na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS/Universidade de Brasília-UnB. Coordenadora do COMPASS – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social e membra do TEDis - Grupo de Trabalho, Educação e Discriminação (UnB). Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social – gestão Melhor ir à luta com classe e raça em defesa do Serviço Social – 2020/2023. E-mail: figueiredo.kenia@gmail.com.

Laura Juanita del Pilar Rodriguez Ayala - Possui Mestrado em Sociologia na Universidad Nacional de Colombia - Bogotá (2021). Antropóloga pela Universidad Nacional de Colombia. Atualmente é cientista social na Fundación Cataruben. Tem experiência na área de Antropologia Social, Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural. Trabalha com comunidades e organizações camponesas e afrocolombianas. O link para o currículo CvLac da Colômbia é: https://scienti.minciencias.gov.co/cvlac/visualizador/generarCurriculoCv.do?cod_rh=0000139708

Lucélia Luiz Pereira - Assistente Social, mestre em Política Social (2005) e doutora em Ciências da Saúde (2016) pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (NAAPP). ORCID: 0000-0001-9722-143X. E-mail: lucelialp2013@gmail.com.

Marcelo Gallo - Assistente Social. Pós-doutor em Economia (École des Hautes études en Sciences Sociales de Paris). Doutor e mestre em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Docente no Instituto Superior de Serviço Social do Porto – ISSSP/Portugal. Pesquisador do NEPSAS/PUC-SP - Núcleo de Estudo em Seguridade Social e Assistência Social e coordenador do NEPSS - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Serviço Social e Extensão Comunitária. E-mail: marcelogallo2020@gmail.com.

Monica Cecilia Girolami - Licenciada em Serviço Social pela Universidade de Buenos Aires (1989), mestre em Ciências Políticas y Sociologia - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Argentina (2004), doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2014). Professora da Universidade Católica do Uruguai e pesquisadora da Agência Nacional de Pesquisa e Inovação - ANII - do Uruguai. Dita seminários sobre metodologia comparativa no Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Integra projetos de pesquisa no Grupo de Pesquisa TEDis “Trabalho, Educação e Discriminação” do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e o Centro de Estudos da Cidade da Faculdade de Ciências Sociais - Universidade de Buenos Aires. Atualmente, é diretora da Fundação Educate - Uruguai. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1635-6736>>. E-mail: monicagirolami@gmail.com.

Newton Narciso Gomes Júnior - Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e

Desenvolvimento Rural MADER FUP/UnB; professor do quadro permanente do PPG em Política Social IH/SER/UnB; possui Graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1978). Especialista em Abastecimento Alimentar e Desenvolvimento Rural FAO/IPARDES/UFPR(1986), Doutor em Políticas Sociais(UnB) (2007). Pós-Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas UNICAMP - Área de concentração Sistemas de abastecimento alimentar, consumo e práticas alimentares, comercialização, segurança alimentar e nutricional, questão agrária e desenvolvimento rural. Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários- NEAGRI CEAM/UnB.

Reginaldo Ghiraldelli - Assistente Social, mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), com estágio de Pós-Doutorado pela Universidade de Roma “La Sapienza” (Itália). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (Trasso). ORCID: 0000-0002-9229-7686. E-mail: rghiraldelli@unb.br.

Sandra Oliveira Teixeira - Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em regime de co-tutela em Serviço Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ) e Ciência Política (Universidade Paris 8). Pós-Doutorado em Ciência Política pelo Centro Marc Bloch, Universidade Humboldt. Professora no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS) e no Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisa em Política Social e Trabalho - GEMPP. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social na gestão “Tecendo a luta na manhã desejada” (2014-2017). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7793-1661>>. E-mail: sandrateixeira@unb.br.

Silvia Cristina Yannoulas - Licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires (1987), mestre em Ciências So-

ciais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina (1990), doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (1994), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) da UnB. ORCID: 0000-0002-6662-9528. E-mail: silviayannoulas@unb.br.

Sophia Cunha Afonso - Bacharela em Relações Internacionais e Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da mesma universidade (PPGPS/UnB). Atualmente, trabalha como Especialista em Assistência Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal (SEDES/GDF, Brasil). ORCID: 0000-0003-0520-5323. E-mail: sophiaafonso8@gmail.com.

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz - Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Doutora em Serviço Social (PUC-SP). Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, no curso de Serviço Social desde 2011, do qual é vice-coordenadora, na atualidade, e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais desde sua criação em 2016. É vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Políticas Sociais e Serviço Social (MEPSS) da UNIFESP. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social na gestão “Tecendo a luta na manhã desejada” (2014-2017) e na gestão “É de batalhas que se vive a vida” (2017-2020). Atualmente, representa o CFESS na Federação Internacional de Trabalho Social, da qual é vice-presidente pela Região América Latina e Caribe (2020-2024). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3715-1438>>. E-mail: tgdiniz@uol.com.br.

Yamila Comes - Licenciada em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires (1993), mestre em Saúde Pública e doutora em Psicologia, ambas pela mesma universidade (2001 e 2008 respectivamente). Pós-Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília

(2017). Professora do Mestrado em Sistemas de Saúde e Seguridade Social da Universidade Isalud e Assessora do Ministro da Saúde da Província de Buenos Aires/Argentina. ORCID: 0000-0002-7745-6650. E-mail: ycomes@gmail.com.

A presente Coletânea é um dos frutos da implementação do Plano de Internacionalização Capes-Print do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), iniciado em maio de 2019. Especialmente tem por fundamento o Seminário Internacional intitulado “Desigualdades, Mundialização e Políticas Sociais Contemporâneas”, desenvolvido no contexto da Semana Universitária da Universidade de Brasília (Semuni/UnB), atividade promovida anualmente pelo Decanato de Extensão DEX (23 a 27 de setembro de 2019), bem como a atividade realizada em outubro do mesmo ano junto às entidades da categoria profissional de assistentes sociais (CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). A coletânea também inclui resultados de intercâmbios internacionais realizados por docentes e discentes do PPGPS/UnB nas modalidades de pós-doutoramentos, missões e estágios do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior PDSE/CAPEPS. Agradecemos a todos os professores nacionais e internacionais, estudantes e funcionários do Programa que fizeram possível o desenvolvimento do Plano de Internacionalização do PPGPS ao longo dos anos 2019-2021. Desejamos que desfrutem da leitura!

Brasília, setembro de 2021.

Silvia Cristina Yannoulas

Reginaldo Ghiraldelli

Evilásio da Silva Salvador

Comissão Capes-Print do PPGPS/SER/UnB

ALEXA
CULTURAL



PPGPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICA SOCIAL

ISBN 978-65-89677-72-7

